

3.º SUPLEMENTO

第三副刊

SUMÁRIO

GOVERNO DE MACAU

Lei n.º 10/98/M:

Autoriza o Governador a arrecadar, no ano de 1999, as contribuições, impostos e demais rendimentos do Território, a obter os outros recursos indispensáveis à administração financeira e a utilizar o respectivo produto no pagamento das despesas públicas inscritas ou a inscrever no Orçamento Geral do Território (OGT), respeitante ao mesmo ano. 1714

Portaria n.º 256/98/M:

Delega no Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento as competências próprias do Governador para a prática dos actos relativos ao Montepio Oficial de Macau. 1839

目 錄

澳 門 政 府

第 10/98/M 號法律：

許可總督於一九九九年內徵收本地區稅捐、稅項及其收益，獲得其他對財政管理所不可缺少之資源，以及許可總督使用有關所得，以支付已登錄或將登錄在一九九九年本地區總預算（OGT）內之公共開支..... 1714

第 256/98/M 號訓令：

將若干總督本身權限授予社會事務暨預算政務司，以便作出與澳門公務員互助會有關之行為..... 1839

GOVERNO DE MACAU

Lei n.º 10/98/M

de 31 de Dezembro

AUTORIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA 1999

Visto o relatório de análise da situação económica e financeira de Macau, relativo a 1998;

Tendo em atenção o proposto pelo Governador e cumprida a formalidade prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 48.º do Estatuto Orgânico de Macau;

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo Estatuto, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º

(Cobrança de receitas e pagamento de despesas)

1. O Governador é autorizado a arrecadar, no ano de 1999, as contribuições, os impostos e os demais rendimentos do Território, a obter os outros recursos indispensáveis à administração financeira, de harmonia com as normas legais aplicáveis, e a utilizar o respectivo produto no pagamento das despesas públicas de funcionamento e investimento, inscritas ou a inscrever no Orçamento Geral do Território para o ano de 1999 (OGT/99).

2. Só podem ser cobradas as receitas que tiverem sido autorizadas na forma legal e todas elas, qualquer que seja a sua natureza e proveniência, quer tenham ou não aplicação especial, são, salvo disposição legal expressa em contrário, entregues nos cofres do Território nos prazos regulamentares, vindo, no final, descritas nas respectivas contas anuais.

Artigo 2.º

(Orçamentos privativos)

1. As entidades públicas que se regem por orçamentos não consolidados no OGT/99 são igualmente autorizadas a aplicar as receitas próprias na realização das respectivas despesas, mediante aprovação, por portaria, dos correspondentes orçamentos.

2. As entidades referidas no número anterior observam, na administração das suas dotações, os princípios definidos nesta lei, bem como os regimes financeiros que, especificamente, lhes são aplicáveis.

Artigo 3.º

(Objectivos principais das Linhas de Acção Governativa)

As Linhas de Acção Governativa (LAG) para 1999 têm como prioridade principal a concretização das acções que se revelem necessárias ao cabal cumprimento dos compromissos decorrentes da Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 1987, com vista a

assegurar o processo histórico da transição da Administração de Macau de Portugal para a República Popular da China, no âmbito do seguinte quadro de objectivos, definido em anos anteriores:

a) O prosseguimento das medidas tendentes a minorar os efeitos, na economia de Macau, da crise regional e a criação de condições para a recuperação da actividade económica, baseada, de forma activa, na modernização, no reforço da competitividade e na terciarização;

b) O aperfeiçoamento do quadro jurídico-laboral, adaptado às realidades específicas de Macau, e o desenvolvimento de iniciativas tendentes a combater o desemprego e a valorizar os recursos humanos, designadamente através da intensificação das acções de formação e reconversão profissionais;

c) A conclusão do processo de localização dos quadros e a concretização das medidas que garantam o apoio técnico necessário aos novos dirigentes, visando a eficácia do funcionamento da Administração;

d) A consolidação da reforma educativa e do sistema educativo próprio de Macau, com simultânea expansão e modernização da rede escolar, através da realização do vasto programa de construções escolares definido para o período de transição, contemplando todos os níveis de ensino;

e) O desenvolvimento do associativismo juvenil e da participação dos jovens na construção do futuro de Macau;

f) O acompanhamento da actividade dos órgãos municipais, tendo em consideração a correcta articulação das suas iniciativas com as dos demais organismos públicos, visando a melhoria da qualidade de vida da população;

g) A divulgação e sensibilização, nos meios de comunicação, do papel único que Macau pode representar no quadro das relações inter-regionais, destacando o carácter singular do processo de transição, o alto grau de autonomia alcançado, nos planos económico, político e social, o legado inter-cultural, a herança de princípios, valores e regras e a existência de um conjunto de modernas infra-estruturas;

h) O desenvolvimento das potencialidades de Macau como destino autónomo e final, apostando na projecção do Aeroporto Internacional de Macau, na formação, na excelência do serviço e na qualidade e diversificação do produto turístico, numa base política objectiva, competitiva e de cooperação e colaboração com todos os sectores envolvidos;

i) O desenvolvimento do estudo e da investigação e continuação da aplicação de medidas que garantam a defesa do património e da identidade sócio-cultural, humanística e arquitectónica de Macau, enquanto sociedade com características únicas no mundo e, como tal, testemunho de uma evolução que, partindo da diferença, a alicerçou, contudo, na salvaguarda dos bens do passado;

j) A consolidação e o aperfeiçoamento, nos planos legislativo e institucional, do sistema de saúde, com especial relevância para a acentuação das preocupações de justiça social com a participação do utente no financiamento dos cuidados de saúde e para a continuação do investimento nas modernização e expansão das infra-estruturas do sector;

l) A continuação da política legislativa e de acções de apoio técnico e financeiro às organizações não governamentais da sociedade civil, visando a constante melhoria da qualidade de vida da população, com especial solicitude para os grupos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os idosos, os deficientes físicos e mentais e os toxicodependentes;

m) A conclusão da reforma fiscal, assim como a manutenção da prioridade à gestão equilibrada da execução orçamental, com o objectivo de manter o Território livre de dívida pública;

n) O aperfeiçoamento do enquadramento legislativo e institucional das políticas de defesa do ambiente e do consumidor, com envolvimento activo dos Conselhos do Ambiente e de Consumidores na respectiva definição e execução;

o) A instalação do Tribunal de Última Instância, do Tribunal de Segunda Instância, do novo Conselho Judiciário e do Comissariado de Auditoria, após a aprovação da Orgânica do Sistema Judiciário e do Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público;

p) A continuação do programa de consolidação das bases de um ordenamento jurídico bilíngue, através da publicação dos «Grandes Códigos», da finalização do plano de tradução de diplomas legais sem versão em língua chinesa, da contínua formação de magistrados e outro pessoal necessário ao funcionamento do sistema, da generalização da utilização da língua chinesa no domínio judiciário, bem como da divulgação jurídica em ambas as línguas oficiais do Território;

q) O prosseguimento do esforço de manutenção das condições de segurança, no respeito pelas leis que singularizam o Território e, paralelamente, a consolidação das acções de preparação das Forças de Segurança de Macau, designadamente quanto à formação específica dos seus quadros superiores, para a assunção das responsabilidades que, no quadro da localização e da transição para a futura Região Administrativa e Especial de Macau, lhes vêm sendo acrescidamente atribuídas;

r) A conclusão do programa de construção de infra-estruturas de grande importância para a afirmação da identidade e autonomia de Macau, nomeadamente dos edifícios da Assembleia Legislativa, dos Tribunais de Segunda e Última Instância, do Centro Cultural de Macau e da Ponte Flor de Lótus e finalizando as grandes acções de reordenamento urbano e outras obras promotoras da melhoria da qualidade de vida da população;

s) O acompanhamento das actividades do Aeroporto Internacional de Macau, de grande importância estratégica para o desenvolvimento e autonomia do Território, bem como da transportadora aérea Air Macau;

t) O prosseguimento da política de habitação social, proporcionando condições de acesso a habitação condigna aos estratos da população de menores recursos económicos;

u) A prossecução das diligências tendentes à disponibilização dos recursos humanos e financeiros necessários à adequada realização das cerimónias de transferência do exercício da soberania sobre Macau no final de 1999.

Artigo 4.º

(Princípios e critérios)

1. O OGT/99 é organizado de harmonia com o disposto na legislação sobre orçamento e contas públicas, e com salvaguarda dos aspectos particulares dos regimes financeiros das entidades autónomas e dos municípios.

2. A elaboração e a execução do OGT/99 são orientadas no sentido da prossecução das LAG e do PIDDA para 1999, que se publicam em anexo, tendo em conta os seguintes princípios:

a) Controlo do crescimento das despesas de funcionamento dos serviços adequando-o ao desenvolvimento do modelo de receitas públicas;

b) Conclusão do programa de investimentos públicos, autorizados em 1998 ou a lançar em 1999, em consonância com as prioridades de natureza socioeconómica da retoma da economia e da sustentação do emprego, com vista à consolidação das condições sociais e das infra-estruturas básicas de Macau, reforçando a posição do Território como espaço do mundo desenvolvido.

Artigo 5.º

(Providências diversas)

1. O Governador pode adoptar as providências necessárias ao equilíbrio das contas públicas e ao regular provimento da Tesouraria, podendo proceder, para tanto, à adaptação dos recursos às necessidades.

2. Ocorrendo circunstâncias anormais que, fundadamente, ponham em risco o equilíbrio das contas públicas, o Governador pode condicionar, reduzir ou mesmo suspender as despesas não determinadas por força de lei ou contratos preexistentes e, bem assim, os subsídios atribuídos a quaisquer instituições, organismos ou entidades.

3. As transferências de verbas correspondentes a receitas que estejam consignadas só são autorizadas na medida das correspondentes cobranças e com observância dos preceitos legais aplicáveis.

4. Tendo em atenção a evolução da cobrança das receitas autorizadas e um aproveitamento optimizado dos recursos financeiros do Território, podem ser acolhidos reforços ou alterações das dotações orçamentais iniciais, bem como a mobilização antecipada de disponibilidades, necessários à consecução dos objectivos prioritários e ao desenvolvimento das acções integradas nas LAG.

Artigo 6.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 1999.

Aprovada em 4 de Dezembro de 1998.

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Anabela Sales Ritchie*.

Promulgada em 21 de Dezembro de 1998.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

ANEXO I - LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 1999

1. Políticas económicas e de emprego e segurança social

Numa conjuntura económica internacional desfavorável, caracterizada por um clima de depressão nas economias asiáticas, instabilidade cambial e grande perturbação nos mercados de capitais, os indicadores da actividade económica para 1998 não dão sinais de retoma, a curto prazo.

A evolução económica do Território não poderia deixar de sofrer os efeitos do clima recessivo no Este e Sudeste Asiáticos, apesar de beneficiar de alterações estruturais e institucionais verificadas nos últimos anos, com destaque para a modernização das infraestruturas de transportes e comunicações, a afirmação internacional de Macau, os mecanismos de apoio na área da inovação científica e tecnológica, o estímulo à criatividade individual, a garantia de oportunidades no acesso aos sistemas de ensino e de saúde, a participação da sociedade civil nos mecanismos de concertação social e na definição das políticas económicas, e o reforço do sistema financeiro e da estabilidade cambial.

Ao nível da procura externa, que tem um papel de relevo na economia do Território, tem-se assistido a uma redução do número de visitantes, motivada pela situação de crise e de redução dos níveis de riqueza nas economias onde tradicionalmente têm origem os fluxos turísticos. Registou-se igualmente uma desaceleração das exportações, em resultado de uma redução das vendas para a União Europeia, onde se faz sentir de forma mais acentuada a perda de competitividade dos bens produzidos em Macau, decorrente da valorização relativa da pataca. Por sua vez, as importações registaram também uma quebra, tendo-se verificado um saldo positivo da balança comercial, em contraste com os saldos negativos obtidos em anos anteriores.

A redução dos níveis de actividade económica, no corrente ano, afectou o desemprego, invertendo a tendência de melhoria registada em 1997 e contribuindo para uma maior debilidade da procura interna, a qual terá sido também prejudicada por elevadas taxas de juro, com efeitos desfavoráveis no investimento. Neste contexto, prevê-se uma evolução negativa do Produto Interno Bruto (PIB) para o corrente ano.

As políticas económicas e de emprego, visando os objectivos de longo prazo que têm vindo a ser prosseguidos, de promover a modernização e a diversificação do tecido económico do Território e, simultaneamente, apoiar o aumento dos níveis de produtividade, terão como objectivo primeiro, em 1999, criar as melhores condições para retomar o crescimento económico assim que a conjuntura internacional o permitir, adoptando de forma coerente as medidas apropriadas para minorar os efeitos negativos da crise que, desde meados de 1997, está a afectar as economias asiáticas.

O acompanhamento da evolução da conjuntura económica do Território levou em 1998 à adopção gradual de uma série de medidas de dinamização da economia, com vista a minorar o impacto negativo da crise da região asiática e a garantir a estabilidade económica e financeira do Território.

Procedeu-se assim, tendo presente os elevados níveis das taxas de juro, à revisão dos incentivos financeiros, tendo sido adoptado um novo regime de bonificação de juros de crédito a empresas de alguns sectores, como forma de estímulo ao investimento e de incentivo à diversificação e modernização das actividades económicas e à inovação e reconversão tecnológica das empresas. Adicionalmente, manteve-se em vigor o sistema de bonificação do crédito à aquisição de habitação, que tem revelado bons resultados, ao longo dos últimos dois anos.

Nesta mesma perspectiva o Executivo lançou, no segundo semestre de 1998, o Programa-Piloto de Apoio ao Surgimento de Novos Empresários, destinado a apoiar projectos inovadores, proporcionando aos potenciais jovens

empresários acções de formação específica e um fundo de capital de apoio, bem como um espaço para a incubação de empresas.

Ao nível da promoção da competitividade da economia de Macau foram adoptadas melhorias estruturais, através lançamento dos sistemas "Quick Response System (QRS)" e "Electronic Data Interchange (EDI)". Foram igualmente simplificados procedimentos administrativos nos licenciamentos, introduzidas melhorias no sistema legal de comércio externo e reduzida a taxa emolumentar incidente sobre a exportação de produtos contingentados.

Foram também tomadas medidas para promover a competitividade do Aeroporto Internacional de Macau, desagravando as taxas de aeroporto no período nocturno e, como incentivo à entrada de turistas, isentados de pagamento de taxas de embarque no aeroporto os passageiros que permaneçam no Território até 24 horas.

Para fazer face à grave situação registada em 1998, que se traduziu na mais acentuada subida da taxa de desemprego nos últimos anos, prosseguir-se-á a aplicação efectiva da Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais, nomeadamente salvaguardando a contratação prioritária de trabalhadores locais para a prestação de serviços públicos e a execução de obras públicas.

Têm igualmente sido adoptadas medidas de combate ao desemprego, seja no âmbito da reconversão profissional e da formação, seja no âmbito da promoção da transparência do mercado do trabalho e da criação de novos postos de trabalho.

Visando o apoio aos desempregados locais com dificuldades particulares, foi criado um esquema de apoios e incentivos, que engloba a formação profissional de desempregados com vista à sua reintegração no mercado laboral e a formação de formadores, a atribuição de subsídios para a integração laboral de desempregados que, por motivo de idade, falta de qualificação profissional ou inadequada qualificação face às necessidades de mão-de-obra, têm uma difícil colocação no mercado do trabalho, o incentivo à inserção sociolaboral de deficientes e, ainda, o apoio à contratação de jovens à procura do primeiro emprego, pela subsidiação de novos postos de trabalho.

Serão intensificadas as acções de formação profissional que, refira-se, têm merecido um lugar de destaque no contexto das políticas económicas e de emprego nos últimos anos, tendo em vista a criação de novas capacidades e competências face às exigências das novas tecnologias num contexto de desenvolvimento económico, mas que assumem actualmente, face ao fenómeno do desemprego, uma maior importância.

De salientar que a diversificação da estrutura económico-financeira de Macau continuará a servir de objectivo para os esforços do Governo em criar as condições para o desenvolvimento de actividades "offshore" em diversas áreas de serviços. Serão, assim, continuados os esforços de promoção externa das vantagens competitivas de Macau nessas áreas e será desenvolvido o enquadramento legislativo e fiscal de apoio às actividades "offshore". Os trabalhos em curso neste domínio e a próxima publicação de novos diplomas legais de regulamentação destas actividades deverão contribuir positivamente para a diversificação do modelo económico de Macau.

Está igualmente prevista, numa perspectiva de longo prazo, a celebração de acordos sobre a protecção mútua de investimentos e de acordos sobre dupla tributação, tendo em consideração que são um elemento positivo para a atracção de investimento externo e o desenvolvimento do sector de serviços, designadamente de serviços "offshore".

1.1. No domínio das actividades económicas

Na sequência da criação do grupo de trabalho da desburocratização, serão implementados os novos diplomas que regulam o licenciamento administrativo de determinadas actividades económicas e o licenciamento

industrial. Será também executada a lei do comércio externo, no sentido de a actualizar e a tornar mais expedita, sendo já de si uma pedra basilar do sistema liberal de comércio externo de Macau. Estas novas regulamentações permitirão um avanço significativo a nível da desburocratização.

Complementando a recente introdução do sistema electrónico de dados (EDI—"Electronic Data Interchange"), tendo como objectivo criar melhores condições de competitividade às empresas locais, proceder-se-á à reformulação dos circuitos internos dos procedimentos administrativos relativos ao comércio externo.

Encontra-se em fase de conclusão a revisão do imposto de consumo, que permitirá corrigir alguns aspectos da lei vigente que se encontram desconformes com o ordenamento jurídico global e colmatar lacunas relevantes, bem como eliminar da aplicação do imposto produtos cuja tributação se afigura pouco justificável, actualizar as taxas aplicáveis e dar cumprimento a obrigações assumidas por Macau enquanto membro da Organização Mundial de Comércio.

Nos últimos anos o Governo tomou diversas iniciativas tendentes a uma mais eficaz protecção dos direitos de propriedade industrial e intelectual, incluindo a autonomização do registo de marcas em Macau e a celebração de protocolos com Portugal. Em 1999 será concluído o processo legislativo no domínio da Propriedade Intelectual e a sua compatibilização com o "Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio", da Organização Mundial do Comércio. Em particular, será revista a legislação sobre marcas e proceder-se-á à autonomização da legislação sobre patentes e desenhos industriais.

No seguimento de acções desenvolvidas já em 1998, designadamente no âmbito da produção legislativa, serão também intensificados os mecanismos de fiscalização da Protecção dos Direitos de Autor, através das entidades competentes para o efeito, a Direcção de Serviços de Economia e a Polícia Marítima e Fiscal.

No âmbito da promoção do investimento em Macau, o Governo criou, no início dos anos 90, uma entidade autónoma com competências específicas nesta matéria (IPIM), a qual foi posteriormente reestruturada, passando então a ter igualmente responsabilidades na promoção do comércio externo, e incumbindo-lhe ainda igualmente a aplicação do regime de fixação de residência para investidores e quadros dirigentes e técnicos especializados, criado em 1995. Em 1999 serão realizados ajustamentos nos Estatutos do IPIM por forma a operacionalizar as funções de "one-stop service" e orientá-lo também para a promoção de actividades de serviços "offshore".

A acção do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), no ano de 1999 incluirá, no âmbito da sua estratégia de promoção comercial e do investimento, o prosseguimento da abordagem ao mercado da República Popular da China, país que tem demonstrado grande estabilidade financeira e crescimento económico no contexto da crise asiática, e ainda a exploração de novos espaços económicos.

Assim, na área comercial será intensificado o apoio dado à participação de empresas de Macau em feiras internacionais a realizar na República Popular da China, através da organização de diversas acções que envolvam não só a exposição de produtos fabricados em Macau como os que usam o Território como meio de entrada no mercado chinês. Na área da promoção de investimento, pretende-se dinamizar os contactos já iniciados com diferentes regiões e cidades da China, sensibilizando as principais empresas para as condições de investimento em Macau, tirando partido do relacionamento do Território com os importantes mercados da União Europeia e dos Estados Unidos da América.

No âmbito da promoção das relações com novos espaços económicos, destaca-se a realização da terceira Convenção de Negócios da Lusofonia, em

conjugação com a 4ª Feira Internacional de Macau, e o Mercosul, elegendo-se o Brasil como país prioritário neste espaço. Está prevista, assim, a organização de uma missão comercial/empresarial ao Brasil, que terá como objectivo desenvolver as relações comerciais bilaterais entre Macau e aquele país, bem como criar uma base para futuras parcerias entre empresas, reforçando acções já desenvolvidas anteriormente.

O IPIM assegurará, pela elaboração de estudos de mercado e sua divulgação, bem como pelo serviço de informação comercial, a disponibilização de informação sobre novos e potenciais mercados para os exportadores de Macau.

Adicionalmente, serão intensificadas as acções já realizadas junto das câmaras de comércio e indústria estrangeiras e associações empresariais locais, bem como junto de algumas empresas devidamente seleccionadas, sediadas nos países e territórios limítrofes. Apoiar-se-á também as associações empresariais que pretendam reforçar os laços económicos com Taiwan.

Dar-se-á seguimento aos contactos feitos anteriormente com os empresários das comunidades chinesas ultramarinas, com vista à sua sensibilização para as oportunidades de investimento que o Território lhes pode proporcionar. Pretende-se também reforçar e dinamizar os contactos estabelecidos com as comunidades macaenses, especialmente as radicadas nos EUA, no Canadá e no Brasil.

Será dada atenção especial à 4ª Feira Internacional de Macau, com o objectivo de alargar o número de expositores a países anteriormente não representados, bem como de intensificar as acções de promoção do ambiente do investimento e comércio em Macau.

Finalmente, a estratégia promocional para captação de investimento no Território centrar-se-á no reforço da captação de serviços "off shore", integrando quer as actividades de serviços auxiliares ("back offices", "call centres") quer as actividades financeiras, para além da captação de investimento no sector mais alargado dos serviços.

Serão assim publicados diplomas reguladores do regime geral e do regime fiscal da actividade "offshore", bem como da constituição e funcionamento dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário, das sociedades gestoras dos fundos de investimento, de patrimónios e de fundos de pensões.

O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), prosseguindo a sua missão de apoiar as empresas de Macau no seu desenvolvimento tecnológico e na valorização de recursos humanos, continuará, em 1999, a desenvolver acções de promoção da Qualidade, abrangendo agora as normas ISO referentes ao ambiente (ISO 14000), de divulgação de novas técnicas de gestão, nomeadamente através da utilização da Unidade de Resposta Rápida (QRU), de informação tecnológica e de formação técnico-profissional, organizando seminários e cursos dirigidos ao sector produtivo de Macau. Adicionalmente, o CPTTM participa no projecto "Electronic Data Interchange" (EDI), a nível de consultadoria e assistência técnica.

Com o objectivo de fomentar a cooperação tecnológica, científica e empresarial entre Macau e outros países, em particular Portugal e a China, o CPTTM criou uma Unidade de Cooperação Internacional, a qual, para além de dar continuidade aos acordos já estabelecidos, procurará em 1999 ampliar o seu leque de contactos, assumindo-se como intermediário entre os empresários locais e as organizações externas, no intercâmbio de informações e na pesquisa de novos projectos de interesse comum.

Para promover internacionalmente a indústria de vestuário local e estimular a criatividade e o "design", o CPTTM organizará "Fashion Shows", nos quais serão exibidos modelos criados por alunos dos seus cursos de

“design” de moda e por empresas de Macau, que participarão, também, em concursos internacionais.

Em 1999 deverá ficar completa a configuração actual do Parque Industrial da Concórdia, que se tem revelado um instrumento relevante de diversificação e modernização tecnológica do tecido industrial do Território, estando actualmente a ser preparada a sua expansão. Pretende-se ainda que a Sociedade do Parque Industrial da Concórdia evolua no sentido de promover uma unidade de incubação de empresas e de desenvolver cooperação com outros parques industriais, designadamente da RPC.

O Executivo definirá políticas de apoio às empresas de pequena e média dimensão, a fim de ajudá-las a ultrapassar as dificuldades encontradas e a reforçar a sua competitividade.

A “China Window”, unidade de informação sobre a China que está a ser instalada no World Trade Centre Macau (WTCM), estará operacional em 1999, e conjugar-se-á com o funcionamento do EuroInfoCenter, ambos constituindo instrumentos de promoção de negócios, visando o pleno aproveitamento das potencialidades de Macau enquanto plataforma de intercâmbio económico com a China.

Uma vertente importante da acção governativa durante o período de transição tem residido na afirmação internacional da autonomia do Território, patente na adesão a diversas organizações internacionais, com destaque para a “Organização Mundial de Comércio” (OMC), a “Organização Mundial das Alfândegas” (OMA), o “International Textile and Clothing Bureau” (ITCB) e a “Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico” (ESCAP). A participação activa nas Organizações e Organismos Internacionais de que Macau é membro, associada ao acompanhamento e concretização dos compromissos aí assumidos, continuará a ser um domínio de acção prioritário, dando maior enfoque à cooperação regional.

De igual modo continuarão a ser desenvolvidos projectos no âmbito do Acordo Comercial e de Cooperação com a União Europeia, celebrado em 1992, com prioridade para as áreas em que têm maior incidência o contributo e a experiência europeia, designadamente a promoção do intercâmbio económico, a promoção da modernização administrativa e a formação profissional.

1.2. Nos domínios do sistema financeiro, monetário e cambial

A Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM) foi criada em 1989, com a extinção do Instituto Emissor de Macau, e tem vindo desde então a desenvolver o enquadramento legal da actividade bancária e seguradora, no cumprimento do seu papel de entidade supervisora, zelando pela evolução estável dos sectores bancário e segurador. Os Estatutos da AMCM foram entretanto revistos em 1996. De entre o grande número de projectos implementados nos últimos anos destaca-se o regime jurídico do sistema financeiro, aprovado em 1993, e o novo regime jurídico de acesso e exercício da actividade seguradora, implementado a partir de 1997.

A resistência demonstrada pelo sistema financeiro de Macau ao contágio externo de deterioração conjuntural na região asiática durante 1997-98 é motivo de alento para o Executivo prosseguir a sua política de promoção de estabilidade económico-financeira num contexto de desenvolvimento sustentável e de ampla abertura ao exterior. A crise asiática implicou uma redução pouco relevante da Reserva Cambial, seguida da sua estabilização.

Dentro dessa linha de acção, a consolidação e a dinamização do sistema financeiro de Macau, durante 1999, continuarão a processar-se com base nos alicerces desse sistema que são a identificação por moeda própria, a Pataca, e a respectiva paridade fixa em relação ao dólar de Hong Kong, plenamente credibilizadas pelo sistema de emissão monetária de “currency board”, em vigor, e pelo reforço progressivo da Reserva Cambial do Território a cargo da Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Neste contexto, a política monetária continuará a ser condicionada pelo ingresso de disponibilidades líquidas sobre o exterior, prevendo-se que a desaceleração nas receitas externas, sentida desde 1996, continue a resultar num crescimento moderado dos agregados monetários.

A afirmação da Pataca poderá prosseguir, procurando-se, após os progressos registados nos últimos três anos, dinamizar ainda mais o seu papel como meio de pagamento, através da liquidação em patacas das transacções orçamentais e da sensibilização do público para a utilização da Pataca como factor de autonomia territorial. Continuar-se-á, também, a promover a utilização da Pataca como meio de poupança, assegurando-se a continuação de remunerações competitivas às aplicações financeiras em patacas e incentivando o sistema financeiro a oferecer mais instrumentos denominados na moeda do Território.

A confiança na Pataca e a sustentabilidade de um sistema de pagamentos externos sem restrições em Macau continuarão a assentar nas garantias de convertibilidade decorrentes de um nível confortável da Reserva Cambial, que em Junho de 1998 equivalia a 11.3 meses das importações de bens e serviços registadas em 1997. Para esse efeito, o Executivo manter-se-á atento à evolução da Reserva, bem como ao impacto sobre a liquidez em circulação, resultante da política orçamental, acompanhando-se, também, o impacto sobre os agregados monetários da política que venha a ser seguida pela entidade competente quanto às aplicações do Fundo de Terras.

A ocorrência recente de volatilidade e pressão altista sobre as taxas de juro, transmitidas a partir da RAE de Hong Kong por força do regime de indexação cambial da Pataca, tem sido acompanhada pelo Executivo de forma a minimizar os efeitos desestabilizadores sobre o sistema financeiro e sectores produtivos locais. Embora a permanência do regime cambial em vigor signifique que continuará a não existir margem de manipulação das taxas de juro para influenciar as condições económicas, serão mantidos os regimes estritos e selectivos de bonificação de crédito à aquisição de habitação e a algumas actividades económicas, cujo sucesso é constatável através dos programas que têm vindo a ser executados.

No que toca aos bancos de Macau, serão prosseguidos os objectivos de modernização e consolidação do sector através da manutenção de regulamentação actualizada e abrangente e da fiscalização estrita do seu cumprimento. Perante os exemplos de alguns sistemas bancários da região, continuará, em 1999, a ser prestada atenção redobrada às exposições de risco dos bancos de Macau, à correcta avaliação dos colaterais do crédito e ao cumprimento das regras prudenciais de solvabilidade, que continuarão a ser observadas para além dos mínimos recomendados pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária.

Procurar-se-á, em 1999, proceder à clarificação da natureza dos operadores financeiros e ao lançamento de operações de saneamento contra desvios e ambiguidades que permitam o funcionamento não autorizado de actividades reservadas legalmente. Serão, ainda, adoptadas medidas legislativas conducentes a assegurar o licenciamento e o controlo das companhias de “forex” em Macau.

O acompanhamento pleno das inovações tecnológicas nas áreas de operações bancárias é condição essencial para a manutenção da competitividade do sistema bancário do Território. Neste sentido, continuará a ser melhorada a infraestrutura subjacente aos sistemas de “clearing”, reduzindo o tempo de processamento e desenvolvendo a integração plena com sistemas de comunicações financeiras no exterior, nomeadamente os da RAE de Hong Kong.

Quanto à actividade seguradora, haverá que inverter a quebra acentuada, ocorrida em 1997-98, dos resultados dos operadores, de forma a manter o interesse da sua presença no Território em número representativo que fomente a modernização e competitividade no sector, no contexto de um mercado local de reduzida dimensão. Com aquele objectivo, o Executivo estará atento às

condições operacionais, nomeadamente proporcionando às seguradoras orientações e meios legais para lidarem contra níveis de sinistralidade indicadores de actuações fraudulentas no ramo automóvel.

No que respeita à emissão fiduciária, a AMCM continuará a coordenar e garantir a emissão de notas pelos dois bancos emissores do Território e a assegurar a cunhagem de moedas metálicas para circulação corrente e emissões comemorativas que, em 1999, contemplarão o momento histórico da transição administrativa de Macau.

A associação de Macau ao processo de consultas económicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) consagra os contínuos esforços do Executivo em divulgar internacionalmente a economia de Macau e em apurar as políticas económicas da sua responsabilidade.

Dentro desta mesma linha têm sido, nos últimos anos, desenvolvidas diversas acções de cooperação com entidades e organismos no domínio da supervisão bancária, encontrando-se em preparação o processo de adesão ao "Seanza Fórum" e ao "Offshore Group of Banking Supervisors".

Correspondendo aos objectivos da Lei nº 6/97/M, de 30 de Julho, e do Decreto-Lei nº 24/98/M, de 1 de Junho, têm igualmente sido acompanhados os desenvolvimentos a nível internacional no controle da lavagem de dinheiro, designadamente com a participação no "Grupo Ásia-Pacífico sobre Branqueamento de Capitais".

No âmbito das comemorações da transferência de administração de Macau e da afirmação externa do Território, a AMCM promoverá a organização, em Macau, de uma Conferência Internacional sobre a temática da "banca central", focada na ultrapassagem da crise na região asiática. Ter-se-á em vista a participação, ao mais alto nível, de representantes de instituições monetárias centrais e de profissionais destas áreas.

1.3. No domínio do trabalho, emprego e formação profissional

A acção do Executivo na área sócio-laboral nos últimos anos tem procurado introduzir melhorias significativas nos domínios das relações laborais, da higiene e segurança no trabalho, do emprego e formação profissional e da concertação social. Os grandes princípios do direito do trabalho, nomeadamente o princípio de não discriminação, protecção do trabalho infantil e das mulheres, despedimento, duração do trabalho, descanso anual, semanal e feriado e o direito a retribuição justa, encontram-se na Lei do Trabalho, revista em 1989. Desde então foram publicados novos diplomas reguladores das condições de trabalho, em particular sobre higiene e segurança no trabalho, complementados com a criação de um serviço de Saúde Ocupacional e de um Laboratório de Higiene e Segurança.

Com o objectivo de melhorar o funcionamento do mercado do trabalho foi criado o Serviço de Emprego e regulamentada a actividade das agências privadas de colocação.

A formação profissional foi reformulada em 1996, legislando-se sobre o sistema de formação profissional, a certificação profissional e a aprendizagem. Foram posteriormente criados novos centros de formação, incluindo um Centro de Aprendizagem, alargando-se as áreas de formação profissional, incluindo formação de adultos, aprendizagem, reciclagem e reconversão profissionais.

As condições para a concertação social foram criadas em 1987, permitindo aos parceiros sociais participarem na definição e execução das políticas sociais, através do Conselho Permanente de Concertação Social e do Conselho Coordenador de Formação Profissional.

Durante o ano de 1999, a acção governativa, na área do trabalho, emprego e formação profissional, deverá continuar a eleger o diálogo entre os parceiros sociais como instrumento decisivo na definição do modelo de

desenvolvimento económico e social, adaptado à realidade específica do Território, tendo em vista o bom funcionamento do mercado do trabalho e a melhoria das condições dos trabalhadores.

Pretende-se promover o melhor ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, bem como optimizar a eficácia das medidas nos domínios do emprego e da formação profissional. Nesse sentido ir-se-á continuar o apoio aos candidatos inscritos na Bolsa de Emprego, visando a sua integração em postos de trabalho, e procurar-se-á ter um conhecimento sempre actualizado sobre a situação do mercado de trabalho. A Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego (DSTE) prevê a inserção de uma "homepage" na Internet, para facilitar aos trabalhadores, nomeadamente aos jovens, o conhecimento das ofertas de emprego existente.

Continuar-se-á o estudo do desemprego, suas causas e consequências, procurando desenvolver as formas de o combater, seja através da actuação da Bolsa de Emprego, seja de outras medidas, como a formação profissional.

No âmbito da formação profissional prosseguirão os cursos de qualificação, aperfeiçoamento, reciclagem e reconversão profissional bem como as acções de formação em regime de aprendizagem, em diversas áreas. Adicionalmente, será implementado um programa de formação em postos de trabalho para trabalhadores desempregados de difícil colocação, visando a sua integração nas empresas. Para os desempregados e jovens à procura do 1º emprego desenvolver-se-á igualmente um programa para os integrar em postos de trabalho.

Para além do regime de aprendizagem já existente, e tendo em atenção as características do Território, será estudada a possibilidade de implementação do regime da pré-aprendizagem, por forma a dar, a adolescentes com dificuldades escolares, preparação para o futuro exercício de uma actividade profissional.

Outro dos objectivos a desenvolver prende-se com a adopção e aplicação de medidas sobre contratação de mão-de-obra no exterior, tendo presentes os princípios, previstos na Lei 4/98/M, de 27 de Julho, da garantia de emprego dos residentes e da não afectação das suas remunerações. Será melhorada a gestão processual dos pedidos de importação de mão-de-obra não residente, tendo em conta a realidade sócio-laboral de Macau e assegurando o cumprimento da nova legislação, a publicar, sobre mão-de-obra não-residente.

Será feito um esforço significativo no âmbito do controlo do cumprimento rigoroso da legislação laboral, por parte de todos os agentes económicos, privilegiando-se a vertente preventiva em detrimento da repressiva. Neste sentido continuar-se-á a assegurar e fiscalizar a aplicação dos dispositivos legais de direito do trabalho e será intensificada a informação e aconselhamento técnico tendo em vista a eficaz observância das normas aplicáveis.

Será alterado o regulamento da Inspecção do Trabalho, adequando-o ao novo quadro normativo, com vista a dotar os inspectores de mecanismos que possibilitem uma intervenção rápida e eficaz. O apoio técnico jurídico ao corpo inspectivo será desenvolvido.

Deverá ser revisto o Decreto-Lei nº 43/95/M, de 21 de Agosto, sobre o regime da suspensão de trabalho, a fim de ser adequado ao novo quadro de desenvolvimento de condições sócio-económicas.

No que toca à protecção da saúde dos trabalhadores e à segurança no trabalho, o objectivo é intensificar as acções de prevenção de riscos profissionais, bem como desenvolver acções de sensibilização em locais de trabalho, tendo em vista a busca de melhores condições de higiene e segurança no trabalho, a fim de diminuir os acidentes de trabalho e as doenças profissionais.

As acções preventivas incluem ainda o desenvolvimento de diversas iniciativas de divulgação e sensibilização, incluindo colóquios, exposições,

seminários e a realização da Semana da Segurança na Construção Civil e do Festival de Segurança Industrial de Macau. Com o mesmo objectivo serão realizados estudos sobre as causas dos acidentes de trabalho em vários sectores de actividade.

Pretende-se ainda proceder à revisão do Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/82/M, de 22 de Outubro, uma vez que a sua aplicação prática se tem mostrado insuficiente face às exigências actuais e dados aos avanços tecnológicos registados nesta área.

1.4. No domínio da segurança social

O Fundo de Segurança Social, cuja criação, no final de 1989, instituiu, pela primeira vez em Macau, a segurança social obrigatória para os trabalhadores por conta de outrem, continuará a execução do regime de segurança social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 58/93/M, de 18 de Outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/98/M, de 6 de Julho, tendo em vista a protecção dos seus beneficiários contra os diversos riscos sociais previstos na lei, através da atribuição de prestações pecuniárias.

O regime de segurança social tem vindo a ser alargado desde a sua criação, tendo sido estendido a trabalhadores não permanentes em 1993, a assalariados da função pública em 1996, e a alguns grupos de trabalhadores independentes, em 1998. Foram igualmente implementados novos subsídios, designadamente o subsídio de funeral, em 1994, e os subsídios de nascimento e casamento, em 1997.

Do conjunto das prestações, cujo valor total para o próximo ano foi orçamentado em cerca de 160 milhões de patacas, deverão ser destacadas as que se destinam a compensar a perda de rendimentos do trabalho, como sejam as pensões de velhice, invalidez e social, os subsídios de doença e os subsídios de desemprego. Todas estas prestações assumem um particular relevo numa conjuntura de crise económica e social, uma vez que constituem a base de subsistência para muitas das pessoas que estão impossibilitadas de exercer uma actividade profissional.

No âmbito do desemprego, revestem-se ainda de especial significado os diversos apoios e incentivos previstos no Despacho n.º 54/GM/98, entre os quais se incluem acções no campo da formação e colocação dos desempregados, as quais terão uma maior expansão em 1999, à medida que for crescendo o envolvimento dos próprios desempregados, agentes económicos, parceiros sociais, e entidades públicas e privadas. Ainda no sentido de lhe conferir maior operacionalidade e campo de actuação admite-se a revisão antecipada do referido Despacho.

Será ainda estudada e proposta a regulamentação sobre o alargamento do regime de segurança social a alguns grupos de trabalhadores por conta própria, na sequência da aprovação do Decreto-Lei 29/98/M, de 6 de Julho, que introduziu alterações no regime de segurança social.

Com vista a uma mais ampla e eficaz protecção social dos trabalhadores, será alargada e aprofundada a articulação com a Inspecção de Trabalho no sentido de combater as faltas de inscrição e de pagamento de contribuições em relação aos trabalhadores que ainda não se encontram inscritos no FSS, merecendo especial atenção aqueles que exercem uma actividade profissional de difícil controlo, como é o caso dos trabalhadores eventuais da construção civil.

No domínio interno do Fundo de Segurança Social, e na sequência da criação do respectivo quadro de pessoal, desenvolver-se-á o processo de transição do pessoal para o regime geral da função pública.

1.5. No domínio da produção estatística

Neste período de transição, um melhor conhecimento da realidade actual do Território de Macau é fundamental para a tomada de decisão quanto às

políticas de carácter económico e social a serem prosseguidas. Assim, a Direcção de Serviços de Estatística e Censos tem vindo a disponibilizar, ao longo destes anos, novos elementos de informação estatística e a lançar novos projectos. Foram igualmente aperfeiçoados os meios de divulgação com utilização de novas tecnologias. De modo a enquadrar a informação estatística nas metodologias e práticas correntes a nível internacional e a permitir o intercâmbio dos conhecimentos estatísticos, a DSEC tem vindo a estabelecer mecanismos de cooperação e tem desenvolvido uma participação cada vez mais activa nos diversos organismos internacionais.

Estas linhas de orientação prosseguirão em 1999, com o objectivo de disponibilizar dados estatísticos fundamentais, produzidos de forma atempada, de fácil acessibilidade e do maior rigor possível, apoiados em metodologias mais actualizadas e recorrendo às novas tecnologias informáticas.

No âmbito das estatísticas económicas, vão ser disponibilizados novos indicadores sobre a estrutura da despesa e do rendimento das famílias, bem como o respectivo padrão de consumo, tendo por base os resultados do "Inquérito aos Orçamentos Familiares 98/99". Prosseguirá a recolha de informações para a disponibilização do "Índice de Preços Turísticos" tendo como referência um painel de bens e serviços adquiridos pelos visitantes. Entretanto, serão lançados dois novos inquéritos, concretamente, o "Inquérito sobre o Investimento Directo Estrangeiro/Externo no Território", com o objectivo de vir a disponibilizar informação estatística detalhada sobre o investimento directo realizado pelas empresas dos sectores industrial e dos serviços, e o "Inquérito de Conjuntura à Indústria", a fim de obter dados qualitativos e quantitativos sobre este sector de actividade, a nível trimestral.

Na área das estatísticas demográficas, sociais e do emprego, dar-se-á continuidade aos estudos preliminares e trabalhos preparatórios dos "Censos 2001" (Recenseamento da População e da Habitação), tendo por base a experiência adquirida em operações similares realizadas em 1991 e 1996. Proceder-se-á ao alargamento da cobertura sectorial do "Inquérito às necessidades de Mão-de-Obra e às Remunerações", cuja meta é alargar o mais possível o âmbito deste inquérito. Em simultâneo, será enriquecida a produção estatística na área da Formação Profissional, através da recolha de informação sob várias ópticas junto de diferentes tipos de unidades estatísticas.

A nível da coordenação e integração estatística, serão disponibilizadas, a partir de 1999, as estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) pela óptica da Produção, segundo a Classificação das Actividades Económicas de Macau, rev.1. Perspectivar-se-á, de igual modo, a continuação do estudo relativo à obtenção de estimativas do PIB trimestral, pela óptica da despesa, assim como o desenvolvimento de um sistema integrado de classificações de natureza económica, onde se prevê a finalização da Classificação de Bens e Serviços. Por seu turno, será implementada a tabela de correspondência/interligação entre a Nomenclatura de Produtos do Comércio Externo de Macau/Sistema Harmonizado (NCEM/SH), a Classificação de Actividades Económicas de Macau (CAM-rev.1) e a Classificação de Bens e Serviços. Finalmente, proceder-se-á à adopção da Classificação de Actividades Económicas de Macau, 1ª revisão (CAM-rev.1) nos projectos estatísticos.

A coordenação estatística continuará a ser reforçada através da dinamização da Comissão Consultiva de Estatística (CCE), suas subcomissões e grupos de trabalho, para o estudo de projectos específicos e a realização de acções de formação nas áreas da estatística e gestão de informação, destinadas a pessoal da DSEC e de outras entidades.

1.6. No domínio do abastecimento de energia eléctrica e de água

1.6.1. No âmbito da produção e distribuição de energia eléctrica

Por forma a garantir a plena satisfação de novos consumos no horizonte do médio prazo, a Companhia de Electricidade de Macau propõe-se lançar, em 1999, um novo ciclo de investimento em meios de produção. Por outro lado,

projectos no domínio do transporte de energia atingirão uma fase avançada de realização. Serão também efectuadas diligências junto da concessionária no sentido da redução das tarifas praticadas, atendendo à actual conjuntura económica e visando a promoção de condições básicas de atracção do investimento para o Território.

O plano de investimentos da concessionária inclui, no âmbito da produção de energia, será adjudicada, em Julho de 1999, a construção de novos grupos geradores para a Central em Coloane, com uma primeira fase a ser comissionada em Maio de 2001.

Daquele plano consta também a contratação de um estudo de avaliação do impacte ambiental da Central de Coloane, que deverá incluir propostas de solução para atenuação da poluição atmosférica. Pretende-se que este estudo venha a ser desenvolvido em articulação com os Serviços Meteorológicos e Geofísicos e o Conselho do Ambiente.

Adicionalmente, prevê a adjudicação do projecto de Despacho da Produção, que deverá estar concluído no ano 2000, visando a criação dum Sistema de Despacho integrando o despacho do transporte (já existente) com o da produção/importação (a criar). Este novo sistema integrado de supervisão e comando, com recurso a meios informáticos, insere-se no objectivo estratégico de melhorar a qualidade dos serviços, permitindo assegurar a prestação do serviço com fiabilidade acrescida e com custos de exploração minimizados, e proporcionando ainda uma melhor coordenação das acções a desenvolver em caso de perturbação no fornecimento de energia.

No âmbito da rede de transporte e distribuição, o plano de investimentos da concessionária integra a construção, em 1999, da nova subestação da Concórdia, prevendo-se a sua entrada em funcionamento no 1º trimestre de 2000, dando resposta ao crescimento do consumo de electricidade registado em Coloane e no Parque Industrial da Concórdia.

Adicionalmente, inclui a ampliação da Subestação Nova-Taipa, projecto que foi adjudicado em 1998 e deverá estar concluído no final de 1999. Trata-se de ampliar o sistema de 110kV para o poder acomodar as exigências decorrentes do crescimento da produção e do transporte em condições de fiabilidade e segurança.

Prevê ainda a adjudicação, no início de 1999, de um centro de comando para, com recurso a meios informáticos, efectuar de forma remota a supervisão e a execução de manobras na rede de distribuição. A implementação do projecto far-se-á escalonadamente ao longo de três anos e irá permitir melhorar a qualidade do serviço, reduzindo os tempos de interrupção causados por avarias na rede de distribuição.

Finalmente, tendo em vista o aperfeiçoamento do serviço de atendimento a clientes, a concessionária pretende implementar um Centro Automático de Atendimento Telefónico e introduzir melhorias nos sistemas informáticos.

1.6.2. No âmbito do tratamento e abastecimento de água

O plano de actividades seguido pela concessionária, a Sociedade de Abastecimentos de Águas de Macau (SAAM), visa continuar a desenvolver um bom serviço público de abastecimento de água ao Território, garantindo o abastecimento de água com bons níveis de pressão e sem rupturas, bem como uma qualidade de água dentro dos padrões internacionais, tanto do ponto de vista bacteriológico como químico.

O plano de investimentos da Sociedade de Abastecimentos de Águas de Macau (SAAM), da ordem dos 69 milhões de patacas em 1999, visa fundamentalmente o desenvolvimento de capacidades na melhoria das reservas de água e na distribuição de água tratada. Os maiores investimentos a realizar incluem a finalização da construção da terceira canalização principal de água bruta, a manutenção dos reservatórios existentes no Território e a construção de um reservatório na Taipa. Por outro lado, face à actual conjuntura económica e visando a promoção de condições básicas de atracção do investimento para o Território, serão efectuadas diligências junto da concessionária no sentido da redução das tarifas praticadas.

2. Políticas de administração, educação, juventude e desporto

O ano de 1999 será assinalado pela conclusão das grandes linhas de política definidas para o período de transição nestas áreas, designadamente no que respeita à localização de quadros, ao suporte legislativo nos domínios da Administração Pública e da educação e à consolidação do sistema educativo de Macau.

Os resultados obtidos apontam no sentido de que devem ser mantidos os objectivos estratégicos fixados para esta fase do período de transição, mas os meios e os processos devem ser adaptados às circunstâncias concretas de cada momento, com a consciência de que o esforço de modernização administrativa é permanente, tendo a ver com a constante inovação tecnológica, as inevitáveis mudanças sócio-políticas, os custos, a evolução económica e financeira da sociedade e a consciência dos direitos e deveres dos cidadãos, por estes cada vez mais assumida.

Concluir esta fase da transição em condições de serenidade e, tanto quanto possível, sem impactos sociais negativos, criando condições para o correcto estabelecimento da futura Região Administrativa Especial, são preocupações que se mantêm e materializam nas obras e projectos em curso, apontados para o amanhã de Macau. A realização plena desses projectos continuará a mobilizar as atenções, os entusiasmos e a determinação de quantos – e entre eles já cada vez mais quadros locais – aceitaram envolver-se activamente em missões de responsabilidade nesta fase de grandes e sempre renovados desafios, na certeza de que todo o esforço feito e o sentido de missão que o acompanha serão consequentes e benéficos para as novas gerações de Macau.

Estando em fase de finalização o processo de localização de quadros, importa agora, com a celeridade que as circunstâncias impõem, tomar as medidas que viabilizem a participação de consultores e técnicos especializados na futura Região Administrativa Especial, em conformidade com a respectiva Lei Básica e com a Declaração Conjunta Luso-Chinesa.

2.1. No domínio da administração e função pública

A política de recursos humanos da Administração continuará a ser desenvolvida tendo como prioridade a conclusão do processo de localização de quadros, conseguindo-se que todos os lugares de direcção e chefia sejam ocupados por pessoal qualificado que dê garantias de continuidade na Administração depois de 19 de Dezembro de 1999.

O processo de localização tem sido conduzido persistentemente pela Administração com a preocupação de assegurar a estabilidade e a eficácia do funcionamento dos Serviços, estando a ser concluído de acordo com o faseamento anteriormente fixado.

Serão realizadas novas acções de recrutamento centralizado, com vista a assegurar a igualdade de oportunidades, selecção objectiva, adequada preparação técnico-profissional e escolha dos mais qualificados, os quais, integrados em reservas de recrutamento, estarão disponíveis para uma rápida colocação nos serviços carenciados de pessoal com essas características.

A qualificação e valorização dos recursos humanos, através do aperfeiçoamento e actualização das capacidades técnicas dos trabalhadores, tornando-os aptos aos desafios da mudança e da modernização tecnológica, serão garantidas através da formação técnico-profissional, em diversos níveis, na sequência da multiplicidade de acções realizadas com intensidade e profundidade nos últimos anos.

Será dada especial ênfase à formação de gestores da administração pública e à formação de formadores, não só por recurso aos meios locais disponíveis, mas também através da cooperação com entidades do exterior.

O bilinguismo, que é já uma realidade na generalidade dos Serviços, continuará a ser desenvolvido, aprofundando-se e alargando-se a capacidade de utilização das línguas oficiais de Macau, sobretudo no que diz respeito à língua chinesa, tanto no que respeita ao funcionamento interno da Administração, como nas relações desta com o público. Também a área da tradução e da interpretação será constantemente objecto de aperfeiçoamentos.

As acções de formação profissional e linguística continuarão a ser desenvolvidas, nomeadamente com a publicação de novos manuais e de outros instrumentos pedagógicos audio-visuais.

Serão concluídos os projectos de diplomas legais visando o aperfeiçoamento do regime jurídico da Administração, a modernização do sistema administrativo e a plena localização das leis que integram o direito administrativo de Macau, fazendo-se também a sua conveniente divulgação.

Paralelamente, sensibilizar-se-ão os trabalhadores da administração pública para o seu papel de servidores do interesse público, incutindo-lhes o espírito do cumprimento dos seus deveres e da lei, apelando, em especial, para a sua honestidade e assiduidade.

No domínio das tecnologias da informação será promovido o aperfeiçoamento dos sistemas existentes, maximizando o aproveitamento dos recursos e as bases de dados, e os serviços telemáticos continuarão a ser desenvolvidos, visando a gestão integrada da informação com qualidade e em tempo oportuno, ampliando as comunicações inter-serviços e com os cidadãos.

Serão aplicados sistemas para melhorar o acompanhamento dos circuitos dos processos e documentos e será promovida e aperfeiçoada a utilização de sistema informático bilingue.

A questão informática do ano 2000 continuará a ser atentamente estudada e serão adoptadas as medidas convenientes para solucionar os problemas previsíveis.

No que respeita à reforma administrativa, além de reorganizações pontuais, proceder-se-á continuamente à simplificação dos processos de trabalho e racionalização dos circuitos burocráticos, promovendo acções de formação e sensibilização dos funcionários e agentes da Administração, no sentido de divulgar o Código do Procedimento Administrativo, garantindo pela observância dos seus preceitos, os direitos dos administrados, na perspectiva de diminuir custos e aumentar a eficácia, eficiência e transparência dos organismos e serviços públicos, tendo em vista reduzir o tempo de resposta, acautelar a legalidade e promover a aproximação entre a Administração e os cidadãos, para melhor responder às solicitações destes.

Proceder-se-á à auto-avaliação do funcionamento dos serviços públicos tendo em vista o aumento da eficácia e a diminuição dos gastos supérfluos. Simultaneamente, avaliar-se-á o cumprimento dos prazos de respostas aos pedidos dos particulares.

Será promovido o início do estudo e do desenvolvimento dos sistemas organizativos e das bases documentais para aplicação coordenada à Administração Pública das normas ISO (International Standard Organisation), com o objectivo principal de prestar um ainda melhor serviço aos cidadãos e concedido apoio aos particulares, com vista à protecção dos seus direitos e dada resposta em tempo útil aos seus pedidos de esclarecimento.

No âmbito da acção social complementar dos trabalhadores da Administração Pública e dos seus familiares serão assegurados os benefícios já existentes, no âmbito de actividades culturais, desportivas e recreativas e dos benefícios de natureza económico-social, privilegiando-se os apoios aos aposentados e aos jovens.

Os órgãos e serviços municipais continuarão a sua acção na procura do bem-estar dos munícipes, indo ao encontro dos seus interesses e dinamizando as suas actividades, articulando-as com as dos outros serviços públicos.

Completar-se-ão, conforme previsto, todos os processos de integração e de ingresso nos quadros de pessoal da República Portuguesa, sendo as vagas desse pessoal preenchidas apenas por quadros locais.

Continuarão a ser desenvolvidas as relações de cooperação institucional e técnica com organizações internacionais e regionais e bem assim com as associações representativas dos trabalhadores da Administração Pública de Macau.

2.2. No domínio da educação

2.2.1. No âmbito do ensino superior

No ano de 1999 será dada continuidade ao processo de desenvolvimento do ensino superior, tendo em particular atenção a consolidação das suas instituições e o aprofundamento da qualidade desse ensino que abrange cerca de 9.100 estudantes.

O plano, que tem vindo a ser desenvolvido em anos anteriores, de preenchimento dos quadros das instituições de ensino superior público do território de Macau com professores altamente qualificados, será continuado, assegurando ainda a sua permanência e constante aperfeiçoamento, ao mesmo tempo que vão sendo recrutados para a função docente os melhores alunos com vocação para as respectivas carreiras.

Será desenvolvida e potencializada a vertente regional e internacional da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau, pelo que continuará a ser apoiada e encorajada a dinamização de acções destinadas a integrar as instituições de ensino superior público do Território em organizações e iniciativas internacionais. Estas acções contribuirão para a promoção da imagem de Macau como centro académico e de pensamento científico e técnico, pelo que deverá ser ainda mais estimulada a investigação científica e tecnológica nas diferentes áreas do saber.

Neste domínio, continuar-se-á o objectivo do reconhecimento, no exterior, dos cursos ministrados pela Universidade de Macau (28 cursos de licenciaturas e 5 cursos de bacharelato) e pelo Instituto Politécnico de Macau (4 cursos de licenciatura e 12 cursos de bacharelato), procurando-se ainda a adesão do Território a convenções internacionais que consignent formas de reciprocidade de reconhecimento de cursos e diplomas entre países ou territórios. São mais de 60 as instituições do exterior que desenvolvem programas de intercâmbio académico e cooperação científica com as instituições do ensino superior do Território.

Em paralelo com o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, por forma a institucionalizar-se e divulgar a sua prática, há que continuar a incentivar a produção editorial do ensino superior público, que é também uma forma de fomentar ainda mais a aproximação das instituições de ensino superior público do Território à comunidade, onde se pretende a crescente qualificação profissional e técnica e enriquecimento cultural contínuo, através de formas de participação e colaboração mútuas.

A estreita ligação pretendida entre a comunidade e as instituições de ensino superior será continuamente prosseguida através de iniciativas e projectos conjuntos que importa fomentar e que permitirão que o ensino superior público seja profundamente conhecedor das realidades do mercado de trabalho e capaz de responder eficazmente, na medida que lhe compete, às necessidades de desenvolvimento técnico e cultural.

Verificar-se-á a continuação do incentivo ao prosseguimento de estudos superiores e à investigação técnica e científica, disponibilizando-se bolsas de estudo e outras formas de apoio que se revelem adequadas, condição

indispensável para o enaltecimento de Macau e da sua sociedade como pólo de cultura e qualidade técnica.

A estruturação da actividade de investigação e desenvolvimento (I&D) será tida como prioridade estratégica, tanto na formação pós-graduada do pessoal docente, através do incentivo à prossecução de programas de mestrados e doutoramentos, como na perspectiva de desenvolvimento de um conhecimento científico próprio que funcione como aliado preferencial do desenvolvimento de Macau, nos domínios da tecnologia, indústria, ambiente, economia, acção social e saúde.

Para a prossecução de objectivos de qualidade sempre mais elevados, por parte das instituições de ensino superior público do Território, será institucionalizada, no seguimento de um processo já iniciado em 1998, a auto-avaliação e a avaliação externa dessas entidades, por forma a atingir os objectivos, sempre presentes, de eficácia, eficiência e qualidade.

O binómio educação-formação ao longo da vida constitui a pedra basilar do homem moderno na sociedade de informação a que Macau também concorre. Deste modo, a vocação de formação contínua e de extensão universitária constituirá, por si, uma outra prioridade estratégica em 1999. Por outro lado, e em colaboração com os serviços da Administração Pública, será dada maior ênfase à realização de programas de formação curricular e profissional para a Administração Pública, na perspectiva de manter um elevado nível de qualificação do funcionalismo público do Território.

Prosseguir-se-á o apoio às instituições privadas de ensino superior, que têm um lugar próprio no contexto da formação de nível superior, complementando a acção das instituições públicas e contribuindo para a valorização dos recursos humanos e para o reforço da identidade cultural de Macau.

Através da Fundação Macau continuará a ser dado o necessário apoio ao Instituto Internacional de Tecnologia do Software da Universidade das Nações Unidas, em conformidade com os acordos celebrados. A Fundação prosseguirá a sua política de bolsas de estudo, visando especialmente a frequência de pós-graduações e o desenvolvimento da investigação académica e científica. Também no âmbito das suas responsabilidades, será concluído o desenvolvimento físico da Universidade de Macau, com a inauguração do seu edifício administrativo, da sua nova biblioteca e da sua nova ala académica.

O associativismo estudantil continuará a ser incentivado e serão aumentadas as suas iniciativas, com a participação activa dos estudantes.

2.2.2. No âmbito do ensino não superior

O sistema educativo próprio de Macau definido na Lei nº 11/91/M, de 29 de Agosto, encontra-se já materializado nos seus grandes princípios e objectivos propostos. Os instrumentos legislativos estão concluídos, o ensino tendencialmente gratuito de 10 anos abrange mais de 83% dos alunos inscritos no ano lectivo de 1998/99 e o programa de expansão da rede escolar, englobando as várias modalidades de educação e de ensino, tem registado uma boa execução, com 26 novas escolas construídas e permitindo que a lotação média geral por turma se situe em limites razoáveis. Assim, a acção governativa no domínio do ensino não superior deve orientar-se, nesta fase final do período de transição, para o incremento da qualidade e para a consolidação do sistema educativo de Macau, continuando o Conselho de Educação a assumir-se como instrumento privilegiado de diálogo quanto à definição e acompanhamento das grandes linhas da política de educação do Território.

Neste contexto, assumem especial importância a discussão orientada sobre os programas curriculares em experimentação há vários anos e o estabelecimento das regras quanto ao sistema de avaliação.

A educação técnica e profissional marca o seu relançamento com a entrada em funcionamento de novas unidades escolares especialmente

concebidas para este tipo de ensino, contribuindo assim para a qualidade do sistema, através da diversificação da oferta, tendo em conta as necessidades de reconversão do tecido produtivo. Realce-se que integrados na segunda fase do programa da expansão da rede escolar, iniciaram o seu funcionamento no ano lectivo que terminou duas escolas para a educação técnica e profissional, construídas de raiz e com uma capacidade para 2120 alunos.

A valorização dos recursos humanos continuará a merecer especial atenção, dando-se estímulo à iniciativa individual e colectiva tendente à criação dum clima de modernização da administração educativa, de inovação e de qualidade das instituições educativas. No âmbito da reconversão e da melhoria das qualificações dos docentes e outros agentes educativos reforçar-se-ão os respectivos programas de formação, priorizando-se as acções nos domínios do desenvolvimento pessoal e social e as relacionadas com o desempenho de cargos pedagógicos e de administração escolar. No âmbito da formação de professores conferir-se-á ainda especial relevância à formação docente para a educação especial e para a educação de adultos, nomeadamente nas vertentes do ensino recorrente e do ensino técnico e profissional.

No âmbito do ensino especial e dando seguimento ao disposto no Decreto-Lei nº 33/96/M, de 1 de Julho, continuar-se-á a assegurar os apoios educativos especiais a quantos deles necessitem, privilegiando a conjugação de esforços com as famílias e associações educativas, por forma a conduzir os jovens com necessidades educativas especiais a uma igualdade de oportunidades e a uma correcta integração social.

No que se refere à prossecução duma política que vise uma educação para todos e para toda a vida, como condição necessária ao desenvolvimento económico e social, intensificar-se-ão as acções no domínio da educação permanente e do ensino recorrente conducentes a uma formação global dos cidadãos, através de actividades de âmbito cívico e sociocultural, envolvendo todos os elementos do agregado familiar e que propiciem a ocupação criativa e formativa dos tempos livres. Ainda neste contexto, o desenvolvimento da política de bilinguismo continuará a ser reforçada, no sentido do alargamento duma proficiência acrescida nas línguas oficiais.

Com o objectivo de elevar a consciência cívica e política dos cidadãos serão continuados os programas e acções versando matérias relacionadas com os direitos e deveres cívicos, designadamente sobre os sistemas político e administrativo do Território, bem como sobre as normas éticas e conhecimentos jurídicos de aplicação corrente.

Quanto ao acesso e ao sucesso escolares, para além da criação de mais vagas, e em consonância com o princípio de igualdade de oportunidades para todos, será continuada a política de atribuição de auxílios económicos directos, bolsas e outros apoios e subsídios complementares. Importa referir o investimento feito, no âmbito dos apoios sócio-educativos, no apoio aos alunos para acesso ao ensino superior e tendo por objectivo dotar o Território de recursos humanos qualificados, que no ano lectivo 98/99 vai abranger cerca de 3 000 alunos, totalizando um custo de mais de sessenta milhões de patacas. Só em 1998 foram concedidas mais 750 novas bolsas para o ensino superior.

Prosseguir-se-á a política de concessão de apoios financeiros às entidades promotoras de acções educativas destinadas a adultos e a alunos com necessidades educativas especiais, bem como as que incentivem a formação profissional.

Serão produzidos novos e melhorados materiais didácticos e será ainda incentivada a utilização racional das novas tecnologias aplicadas à educação, possibilitando aos jovens uma experimentação selectiva de meios multimédia nos diversos níveis de escolaridade. Neste capítulo, salienta-se a importância a reconhecer ao reforço da actividade da inspecção escolar enquanto elemento privilegiado na avaliação global do sistema educativo.

Será continuado o investimento no já vasto programa de expansão da rede escolar, através do desenvolvimento e da criação de novas infra-estruturas educativas, bem como o redimensionamento das actualmente existentes,

visando a adequação dos espaços, em quantidade e em qualidade, às necessidades efectivas da população escolar dos vários níveis, tipos e modalidades de educação e de ensino.

Mais escolas e melhores escolas e o alargamento constante das oportunidades de acesso à educação são as grandes metas definidas na política da Administração para o ensino superior e não superior. Esta área continuará assim a merecer a maior atenção da Administração, pela sua importância estratégica na construção do amanhã de Macau.

2.3. No domínio da juventude

Reconhecendo a importância de um desenvolvimento integral dos jovens através de acções de formação cultural e cívica, serão continuadas e intensificadas as actividades e medidas que se têm relevado acertadas, criando condições propícias à participação dinâmica dos jovens em todas as esferas da sociedade enquanto elementos impulsionadores da mudança e do progresso.

Neste contexto, reconhece-se o lugar próprio de parceiro social às associações juvenis, pelo que importa continuar a assegurar-lhes recursos adequados (financeiros, técnicos e de espaços), por forma a que a sua intervenção no Território seja mais eficaz, ao mesmo tempo que se reforça o intercâmbio e a cooperação com associações congéneres de outros países e territórios, contribuindo para o entendimento mútuo e para a paz mundial.

No âmbito do desporto escolar, assume particular relevância a criação de novos espaços e condições para a prática desportiva, através do incentivo aos clubes escolares, com vista à generalização duma prática desportiva de base e duradoura.

Novos centros de juventude e de acção educativa serão criados, quer através da construção de novos espaços quer através do aproveitamento dos já existentes, tendo por objectivo responder de forma adequada às necessidades dos jovens, através de um conjunto de actividades que possibilitem um incremento da oferta em termos de ocupação dos tempos livres, privilegiando acções que estimulem a educação artística, cultural, cívica e ambiental. O recém-criado Centro UNESCO de Macau deverá ter uma acção consequente neste âmbito.

No que concerne ao combate à delinquência e à toxicod dependência juvenis prosseguir-se-á uma política de desenvolvimento de estratégias e acções concertadas entre organismos públicos e privados e com as famílias, destinadas quer à absorção no mundo do trabalho dos jovens desadaptados quer à recuperação de jovens com desvios comportamentais.

Será redobrada a actividade fiscalizadora nos recintos de diversões onde a entrada tem limitação etária e promover-se-á uma maior fiscalização da venda ilícita de produtos medicamentosos e pornográficos e a prevenção das tentativas de infiltração de associações de crime organizado nas escolas e nas comunidades juvenis. Acções de sensibilização neste âmbito serão promovidas nos centros de juventude, nas escolas e em organismos associativos.

Tendo em vista a recuperação de jovens com desvios comportamentais, os serviços públicos aos quais compete a execução da política de juventude desenvolverão, em colaboração com organizações particulares e com o apoio de assistentes sociais, acções tendentes a afastar os jovens da delinquência, especialmente nas zonas frequentadas por jovens marginais.

Procurando reforçar a educação ética dos jovens, sobretudo no tocante à prevenção da toxicod dependência e outras condutas anti-sociais, serão criados mecanismos de coordenação da educação familiar, escolar e comunitária, e adoptadas medidas preventivas tendentes à eliminação dos factores sociais negativos que possam influenciar os jovens e em especial os estudantes.

Intensificar-se-ão ainda os existentes serviços de aconselhamento e de apoio psicológico aos jovens, direccionados para os aspectos relativos ao insucesso escolar e que propiciem uma plena integração nos meios familiar e escolar. Será, ao mesmo tempo, reforçada a concertação entre os diversos parceiros sociais tendo em vista a criação de condições e mecanismos que promovam o acesso ao primeiro emprego.

O Conselho de Juventude, com uma ampla representação da sociedade civil, continuará a ser o parceiro privilegiado da Administração para a definição das grandes linhas da política de juventude.

2.4. No domínio do desporto

A importância que o desporto assume nas sociedades modernas, como factor de bem estar e participação cívica, determina uma actuação específica na prossecução do objectivo da sua maior divulgação e promoção junto da comunidade.

Ciente de que o desporto constitui um espaço de convívio e de tolerância, onde se cultivam valores cívicos e democráticos que podem ajudar a combater a crise de valores, a desinserção e a exclusão social, consolidar-se-ão as formas de dinamização da actividade desportiva no âmbito do desporto para todos, desporto para trabalhadores, desporto para deficientes, desporto associativo, desporto escolar e desporto universitário.

A preparação de recursos humanos através da formação de agentes desportivos será intensificada, em colaboração com as associações desportivas e no desenvolvimento de contactos com organizações internacionais, regionais e locais.

A participação de equipas representativas de Macau em eventos desportivos internacionais será estimulada, assim como a organização local de espectáculos desportivos ao nível da alta competição, por forma a proporcionar uma maior valorização dos níveis de rendimento dos agentes desportivos, quer no domínio da competição, quer na gestão do segmento organizativo.

Torna-se-á mais acessível e generalizado o acompanhamento médico dos praticantes desportivos, assim como a prestação de apoio, pelos serviços de medicina desportiva, à preparação dos atletas que integram as equipas do Território.

Continuar-se-á a promover um programa de actividades desportivas para a juventude durante os períodos de interrupção das actividades escolares, privilegiando-se o mecanismo de interacção das várias instituições com responsabilidades na área do desporto, designadamente a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, os municípios, as organizações associativas e os estabelecimentos de ensino.

Consolidar-se-ão as iniciativas ao nível do desporto de recreação e desporto para trabalhadores, apoiando-se as acções a levar a cabo pelas diferentes instituições com responsabilidades neste campo desportivo, nomeadamente os municípios, a quem estão cometidas especiais atribuições na vertente do “desporto para todos”, procurando-se que as suas acções tenham uma incidência abrangente em toda a comunidade de Macau.

Prosseguir-se-á a modernização das infra-estruturas existentes e a melhoria da qualidade e quantidade dos espaços para a prática desportiva, no desenvolvimento do vasto programa de edificação de novas instalações desportivas levado a efeito nos últimos anos.

Manter-se-á o apoio ao Comité Olímpico de Macau nas suas iniciativas locais e na participação nos diversos acontecimentos internacionais, garantindo-se-lhe o seu estatuto especial, a fim de que seja possível a participação autónoma de Macau no seio da comunidade desportiva internacional.

3. Políticas de comunicação, turismo e cultura

No contexto da atenção mundial, o ano de 1999, será de grande relevância e importância para o Macau de hoje e do futuro. A sua exposição e visibilidade, já significativamente acrescidas com o finalizar do processo de transferência de soberania em Hong Kong, por certo serão potenciadas ao máximo pela crescente internacionalização do Território e pelo próprio processo de transferência do exercício da soberania de Portugal para a República Popular da China.

Macau, simbiose cultural do Oriente e do Ocidente, local de cultura miscigenada, terra de valores, regras e princípios e plataforma para o futuro, tem na sua identidade própria o seu elemento fundamental. A sua preservação, por certo, estará intimamente ligada no futuro à aplicação em Macau do conceito "Um país, dois sistemas".

A singularidade de Macau está presente na comunhão de valores, no equilíbrio de relações e na sabedoria da coexistência de culturas. Foi esta a vocação de Macau durante mais de quatro séculos. Será este, também o rumo a prosseguir no futuro.

A transição de poderes não determina qualquer efeito de quebra na afirmação deste carácter distinto. O termo da Administração Portuguesa, embora seja o culminar de um ciclo importante da história de Macau, não deve ser ponderado como o prenúncio de um fim. Será, antes, o princípio de uma nova era, ditando a continuidade e o fortalecimento dos pilares que sustentam a autonomia e a identidade de Macau.

É neste cenário que se vai desenvolver a acção governativa nas áreas de comunicação, turismo e cultura no ano de 1999. A filosofia que conduziu estas políticas nos últimos anos permitiu levar à prática um ambicioso plano que fez valer não só a ancestral condição de lugar de encontro e plataforma de comunicação, como também o dote de um destino turístico diversificado e a afirmação plena de uma Cidade de Cultura.

Consolidados estes alicerces, Macau deve desenhar o futuro numa linha de afirmação da identidade, da utilidade e da complementaridade regionais. Mas não deve ignorar a procura de novas potencialidades que salvaguardem uma exposição menor aos reflexos que a própria condição de território livre, aberto e interdependente do contexto regional pode acarretar.

Nas áreas da Comunicação, Turismo e Cultura, a gestão dos recursos humanos tem sido conduzida e enquadrada tendo em atenção a sua racionalização e no sentido de responder aos objectivos definidos pela Administração no que se refere ao processo de localização dos quadros, apresentando a localização das chefias uma taxa de realização superior a 90%.

3.1. No domínio da comunicação

Num contexto de grande mudança como o que se vive em Macau, a Comunicação Social desempenha um papel insubstituível no esclarecimento e no diálogo entre os vários poderes, as comunidades e a opinião pública em geral.

A diversidade e a pluralidade em matéria de informação são uma das principais divisas culturais de Macau e são, porventura, um dos mais importantes legados para o futuro.

A liberdade de expressão e de imprensa está salvaguardada na lei e constitui um dos pilares do "segundo sistema" que enquadra a criação da futura Região Administrativa Especial de Macau.

A multiplicidade de meios de comunicação que também caracteriza Macau resulta, desde logo, de um grande dinamismo privado, mas também de uma política aberta e disponível para várias formas de apoio e estímulo aos meios de Comunicação Social.

Entre os esforços que a Administração tem vindo a desenvolver nos últimos anos no sentido de promover a comunicação social local, avultam aqueles que dizem respeito à definição de um quadro jurídico que assegure o direito à informação e o exercício da liberdade de expressão e de imprensa; à formação e ao aperfeiçoamento profissional dos jornalistas de Macau; à reconversão tecnológica e ao acesso a novos meios de comunicação.

Num quadro regional dominado pelas consequências sociais das economias em crise, é fundamental reforçar e consolidar a imagem positiva, de modernidade e autonomia, que corresponde à realidade de Macau. Importa, junto dos públicos internacionais, derimir e atenuar os efeitos negativos de acontecimentos locais recentes e evidenciar a forma tolerante, pacífica e hospitaleira de viver das populações de Macau, a qual caracteriza o nível dos seus contactos com visitantes.

É igualmente necessário afirmar o papel único que o Território passou a representar no sistema das relações internacionais, pela via de um processo de transição que não tem paralelo e de um legado de valores, regras e princípios que irá perpetuar o carácter único dos sistemas político, judicial, económico, social e cultural.

Estas tarefas irão incluir a definição de meios e a criação de estruturas para dar resposta à crescente procura da comunicação social de todo o mundo em relação a Macau. A tal aumento de procura deverá o Governo corresponder com uma diversificada oferta de produtos de informação.

Por outro lado, dar-se-á continuidade à política de comunicação assente no reforço do diálogo com vista ao entendimento e à confiança entre os órgãos de Governo e os diferentes sectores da sociedade. O papel da comunicação social recolhe, assim, uma importância destacada enquanto veículo desse diálogo.

Nessa perspectiva, cabe também à Administração, em diálogo com os sectores sociais, dar continuidade à política aberta de apoios à comunicação social, quer no aperfeiçoamento do edifício legislativo que enquadra a actividade jornalística, quer no apoio à reconversão tecnológica, quer na contínua aposta na formação profissional.

A Administração prosseguirá a aposta no desenvolvimento de canais de comunicação que as novas tecnologias tornaram acessíveis e úteis em tempo, distância e meios. Importa continuar a desenvolver um conceito de serviço público no contexto da nova "Sociedade da Informação".

Serão implementados os mecanismos que permitam o desenvolvimento da difusão de televisão por satélite e por subscrição, o primeiro dos quais já objecto de regulamentação, bem como as condições para encorajar a oferta de novos produtos tecnológicos, tendo em vista, nomeadamente, a continuidade da informação de língua portuguesa em Macau.

O estabelecimento de condições essenciais à continuação da presença de meios de difusão escrita e audiovisual em português é, de resto, um propósito reiterado pela Administração de Macau e comungado pelas autoridades de Portugal e da República Popular da China. Passará por aí, também, a preservação do legado único de mais de quatro séculos de convivência de culturas.

Nestes termos, são acções a desenvolver na área da Comunicação:

- Proceder ao levantamento, concepção e concretização de meios, processos e estruturas de informação no quadro da transferência de Administração;

- Estabelecimento de mecanismos para dar pronta resposta a solicitações de carácter informativo provenientes de qualquer parte do mundo, através de canais rápidos e eficazes potenciados pelo desenvolvimento das novas tecnologias;

- Produção de edições especiais, impressas e audiovisuais, de referência histórico-política sobre a questão de Macau e as relações entre Portugal e a China, destinadas à divulgação externa em diferentes línguas;

- Ampliação da oferta de produtos de comunicação, temática e informação básica e geral, sobre Macau;

- Programação de conferências, colóquios, visitas e exposições especificamente para a imprensa genericamente destinadas a mostrar e a explicar o Território nas suas diversas vertentes;

- Assegurar o acompanhamento e apoio aos órgãos de comunicação social que se desloquem ao Território em missão de reportagem;

- Reforçar e aperfeiçoar canais de comunicação, de modo a prosseguir, no diálogo com a imprensa, o entendimento entre a Administração e os diversos sectores da sociedade e assegurar pronta resposta às solicitações de carácter informativo, promovendo encontros periódicos com a imprensa, de temática ampla no quadro das áreas da Administração, nomeadamente organizando conferências de imprensa regulares;

- Ampliar o quadro de apoios na difusão de material informativo e fotográfico, através da extensão a todos os meios de comunicação social locais de linhas digitais de alto débito, com acesso directo a bases de dados a criar no Gabinete de Comunicação Social;

- Tratar e organizar o espólio existente em matéria de comunicação social escrita e audiovisual;

- Dar continuidade ao programa de formação para jornalistas, nomeadamente no que se refere ao uso de novas tecnologias, em colaboração com as organizações do sector;

- Produzir em suporte audiovisual as vivências e realidades da Diáspora Macaense e sistematizar, em suporte impresso as intervenções produzidas no III Encontro das Comunidades Macaenses e nos dois já realizados;

- Prosseguir a reconversão tecnológica das subunidades de documentação, arquivo, fotografia e audiovisual do Gabinete de Comunicação Social, para tratamento digital e agrupamento em bases de dados acessíveis desde o exterior através de linhas dedicadas (para os órgãos de comunicação social locais) e da Internet (para o público em geral);

3.2. No domínio do turismo

O turismo surge na sociedade contemporânea como um fenómeno abrangente, poderoso factor de comunicação, motor de mudança e desenvolvimento sócioeconómico e instrumento privilegiado de convívio, tolerância e intercâmbio entre povos e culturas.

Actividade de grande expressão no contexto da afirmação regional e internacional dos destinos, o turismo é também uma das maiores indústrias a nível mundial e um dos maiores geradores de fluxos financeiros.

Macau insere-se numa região que tem vindo a registar, ao longo das últimas décadas, um crescimento turístico rápido e consistente. Território aberto por vocação e local privilegiado de encontro de viajantes e culturas, encontra no turismo a razão da própria identidade.

Na orientação da economia para o sector dos serviços, o turismo tem desempenhado um papel primordial e tem contribuído significativamente para o aumento da qualidade de vida da população.

A crise económica asiática, com o consequente abrandamento das taxas de crescimento e o aumento da inflação e do desemprego, reflectem-se em Macau numa retracção económica em quase todos os sectores.

O sector do turismo também conheceu esta influência, através de um decréscimo no número e despesas dos visitantes, situação agravada ainda por factores exógenos à própria actividade turística, nomeadamente com a projecção mediática internacional de problemas localizados de segurança.

Os indicadores apontam, todavia, para que o turismo continue a desempenhar, nas próximas décadas, um papel determinante para a criação de emprego e riqueza, apresentando-se como uma das actividades de importância estratégica para Macau.

Considerando a importância do sector, a conjuntura asiática e o momento histórico de enorme significado que o ano de 1999 representa e que aumentará a visibilidade e projecção mediática internacional do Território de forma significativa, a definição de estratégias e linhas de acção para o turismo leva necessariamente em linha de conta as especificidades do período que vivemos, pretendendo-se reforçar e transmitir a ideia de mudança na continuidade.

Face à crescente competitividade e dinamismo do sector, a preservação da identidade própria de Macau permitirá a manutenção de uma imagem de marca e distinção dos destinos da região. Paralelamente, a afirmação de Macau no contexto regional e internacional passará necessariamente pela afirmação de elevados padrões de qualidade de serviço e de uma participação activa nos principais Fóruns e Organizações internacionais de turismo.

Ao longo dos últimos anos tem-se apostado igualmente no reforço das potencialidades turísticas de Macau, criando condições para o desenvolvimento e melhoria do produto, apostando em segmentos de mercado específicos e procurando o constante aperfeiçoamento das estruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado do sector.

Visam estas acções o acolhimento de um crescente número de visitantes — em quantidade e essencialmente em qualidade —, pelo que se tem procurado segmentar a intervenção nos mercados de forma a definir com objectividade os públicos alvo e, consequentemente, conceber ofertas diferenciadas e desenvolver um adequado posicionamento promocional. A actuação no mercado prioritário de Hong Kong tem tido subjacente, ao longo dos últimos anos, estes pressupostos.

Neste sentido, vai também ser intensificada a acção promocional em mercados prioritários para Macau e afectados em menor grau pela crise asiática, como Hong Kong, Taiwan e China. Paralelamente, desenvolver-se-ão acções de manutenção de visibilidade nos mercados mais afectados pela crise, nomeadamente Japão, Coreia, Tailândia, Malásia e Filipinas.

Procurar-se-á consolidar, em particular nos mercados regionais, a posição de Macau como destino turístico singular, autónomo e final. Relativamente aos mercados de longo curso, os esforços promocionais serão concentrados no segmento de conferências e incentivos e na divulgação de Macau como plataforma de acesso para a região, apostando igualmente na singularidade e diferença do Território e no momento histórico que 1999 representa.

Sendo a acessibilidade uma das principais vertentes do sector, o esforço promocional levará em linha de conta as ligações aéreas existentes para Macau e continuar-se-á a desenvolver acções conjuntas com as entidades responsáveis pelo Aeroporto Internacional de Macau, no sentido de atrair novas ligações, e com a Air Macau e outras companhias, para dar continuidade à promoção em destinos alvo do mercado continental.

A estrutura de representação do turismo no exterior será ajustada de acordo com as novas realidades e exigências promocionais.

A aposta nas novas tecnologias de informação e promoção continuará a ser uma prioridade, tendo em conta a rápida evolução neste domínio e a crescente globalização, interactividade e exigência dos consumidores.

A satisfação da complexidade da procura exige um produto turístico completo, diversificado, inovador e de qualidade. A aposta da Administração ao longo dos últimos anos tem sido na capitalização das raízes culturais e históricas, nas mais diversas manifestações. Os resultados positivos alcançados são um incentivo à continuidade.

A criação de estruturas culturais e recreativas, a par da dinamização das já existentes, tem sido uma prioridade com resultados visíveis. A recuperação da zona da Avenida da Praia, na Taipa, dinamizará uma das zonas de maior valor histórico e patrimonial da ilha. Novos projectos em curso – Centro Cultural, Parque “Oceanis”, Torre Panorâmica e Centro Ecuménico – contribuirão para o enriquecimento e diversificação do produto turístico.

As inaugurações da escultura da Deusa A-Má e da Deusa Kun Iam e respectivo Centro Ecuménico contribuirão para o reforço da oferta para um segmento de mercado específico, o turismo religioso.

Também constituem elementos importantes do produto turístico e cartaz de promoção internacional o entretenimento, as actividades de carácter lúdico e os eventos especiais que têm lugar ao longo do ano e que já granjearam fama e prestígio internacionais, como o Grande Prémio, o Macau Open de Golfe, o Concurso Internacional de Fogo-de-Artificio, as Corridas de Barcos Dragão, o Festival Internacional de Música e o Festival de Artes.

As boas perspectivas de evolução do segmento de Reuniões e Incentivos, cuja importância tem sido crescente ao longo dos últimos anos, quer em número de eventos realizados, quer pela importância e projecção que os mesmos trazem ao Território, conjugadas com as potencialidades em termos de infraestruturas e facilidades existentes, de que o Centro de Actividades Turísticas é um bom exemplo, e de outras em fase final de construção, caso do Centro Cultural, justificam os esforços na promoção e dinamização deste segmento.

Continuando a eleger como objectivos gerais para 1999 o aumento do número total de visitantes, apostando simultaneamente na captação de visitantes de maior qualidade e poder aquisitivo, o aumento do número de pernoitas em estabelecimentos hoteleiros, o aumento do tempo médio de permanência e da despesa *per capita*, a dinamização do segmento de conferências e incentivos, a melhoria da qualidade do serviço ao cliente, o desenvolvimento e melhoria do produto turístico e a participação em organizações internacionais, são as seguintes as acções a desenvolver na área do Turismo:

- Consolidar a imagem de Macau como destino turístico autónomo e final, acentuando a sua base cultural e o momento histórico que atravessa, a par do ambiente vivencial e social, espelho da singularidade e diferença;

- Desenvolver uma política promocional direccionada e consentânea com a conjuntura de crise da região, as ligações aéreas existentes e procurando paralelamente capitalizar o evento histórico da transferência de Administração;

- Prosseguir e reforçar o programa de cooperação turística regional com as entidades de Cantão e Hong Kong, no âmbito do acordo do Delta do Rio das Pérolas iniciado em 1993;

- Continuar a reforçar a participação activa de Macau nos organismos internacionais de Turismo, por forma a afirmar o Território como parceiro internacional e a alargar as oportunidades promocionais que surjam neste âmbito;

- Continuar a acção do Gabinete de Apoio ao Turista, visando consolidar a relação de confiança já existente com os visitantes, no interesse da defesa dos seus interesses;

- Continuar o desenvolvimento de um produto turístico diversificado e de qualidade, acentuando as raízes culturais e históricas, os costumes, as tradições e a singularidade de Macau e criar novos circuitos turísticos que maximizem o património, a iluminação e as compras, entre outras vertentes;

- Recuperar e dinamizar a zona da Avenida da Praia, na Taipa, por forma a criar um pólo patrimonial e histórico com potencial turístico e recreativo;

- Dinamizar os Museus do Grande Prémio e do Vinho e aumentar o seu espólio;

- Estreitar os meios de cooperação e interacção com os agentes económicos do sector, visando o enriquecimento do produto turístico, acções promocionais, criação de pacotes turísticos atractivos e competitivos e programas de formação;

- Colaborar na concretização de um adequado e funcional sistema de sinalização dos pontos turísticos;

No plano da preparação dos recursos humanos para o sector turístico, o Instituto de Formação Turística tem vindo a apostar na melhoria da qualidade do ensino e na internacionalização e tem vindo a acolher importância estratégica crescente. Em 1998 participou na Comissão Executiva da rede APETIT, no âmbito do ESCAP (Nações Unidas), organizou cursos de Verão com o patrocínio da UNESCO e foi criado no seu seio o Centro de Estudos Avançados de Turismo ME-CATS (Macau-Europe Centre for Advanced Tourism Studies) com a participação da União Europeia.

A afirmação da qualidade tem acompanhado a internacionalização, havendo um cada vez maior grau de exigência nas condições de ingresso nos cursos de Bacharelato e Licenciatura e um esforço pela melhoria do ensino, através da formação contínua do corpo docente.

Caminha-se, deste modo, para a elevada qualificação dos recursos humanos na área do turismo, ao mesmo tempo que se dá seguimento, em colaboração com a indústria do sector, ao programa de formação contínua da mão-de-obra já a operar.

Assim, são objectivos a prosseguir no domínio da formação turística:

- Reforço do intercâmbio académico com escolas europeias e de outras regiões do globo;

- Alargamento do conjunto de agentes de turismo, hotéis e outras organizações que no exterior vêm recebendo os alunos estagiários do Instituto;

- Realização em Macau da primeira assembleia geral da rede APETIT integrada numa “Semana do Turismo” com o patrocínio do ESCAP e o apoio da WTO;

- Lançamento oficial do Centro de Estudos Avançados em Turismo, um acontecimento que se pretende seja de grande visibilidade e projecção quer no Território quer na região;

- Início da actividade do Centro e sua promoção para que venha a ser reconhecido por organizações regionais e internacionais e, no seu âmbito, iniciar projectos de investigação, formação, informação e documentação.

3.3. No domínio da cultura

A dinâmica social e cultural que caracteriza Macau é um legado para o futuro, sendo importante a manifestação e a afirmação dos valores que abrigam a singularidade histórica e cultural do Território.

Esta herança resulta, é certo, do dinamismo próprio da evolução de Macau enquanto lugar de constante miscigenação, mas não menos de uma profícua acção de salvaguarda dos bens do passado, num cenário de desenvolvimento urbano que não ignorou a coerência relativamente à memória dos espaços e às raízes culturais que os caracterizavam.

Tem sido política da Administração nos últimos anos – e continuará certamente a sê-lo no futuro – a criação e a execução de condições que assegurem a defesa do património arquitectónico, urbanístico e cultural de Macau; que proporcionem forma de conhecimento e de diálogo entre as comunidades, no contínuo respeito pela diferença; que facilitem o acesso a obras de referência sobre as culturas de Macau, de Portugal e da China.

A Administração de Macau continuará a desenvolver todos os esforços no sentido do reconhecimento oficial, por parte das estruturas da UNESCO, de Macau como património mundial. Este assunto que tem sido várias vezes abordado no âmbito do GLC, apresenta-se como um passo concreto para atingir a criação de uma visão de identidade cultural capaz de projectar o passado para lá do futuro imediato.

Têm estes objectivos em vista a preservação da identidade própria de Macau e do seu povo, mediante o estabelecimento de princípios e normas que assegurem a sobrevivência, o usufruto e a visibilidade da dádiva histórica e cultural do Território, sem perder de vista a defesa dos testemunhos pluridisciplinares da presença portuguesa e a manutenção dos laços entre Macau e as diversas comunidades lusófonas no Oriente.

A Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses assumirá em 1999, como o tem feito nos últimos anos, um papel distinto na consolidação dos laços culturais entre Macau e Portugal, especialmente ao nível da população escolar.

Vai continuar a ser prestado apoio à intervenção de Portugal no domínio da diplomacia cultural, através de um programa alargado que potencie a defesa, a valorização e a divulgação da língua e da cultura portuguesas na região do Pacífico e do Índico.

Importa aprofundar e dar continuidade às relações culturais entre Macau, Portugal, a China e outros países, promovendo o conhecimento recíproco.

O Museu de Macau, aberto em 1998, é um quadro vivo do encontro e entendimento de civilizações, e como tal conquistou já forte prestígio entre as centenas de milhar de visitantes que recebeu e um importante sentido de património comum junto da população que o acolheu.

A abertura do Centro Cultural de Macau (CCM) no ano de 1999 marcará um passo significativo na história da vida cultural do Território. Equipamento cultural único, o CCM, especialmente vocacionado para as áreas museológica e do espectáculo, virá a ser um elemento referenciador da identidade cultural de Macau e um elemento articulador entre as dinâmicas culturais do Território e o exterior, no sentido que uma cultura não pode viver nem desenvolver-se sobre ela mesma.

O CCM permitirá ainda a instalação e abertura ao público do Museu Luís de Camões, o acolhimento dos principais eventos do calendário cultural local, o estabelecimento de uma política de cooperação com outras instituições, públicas e privadas, relevantes na matriz cultural do Território e a promoção de uma programação que lhe venha a determinar um perfil e uma identidade própria, que o afirme localmente e o prestigie no exterior.

Isto insere-se num quadro mais vasto – que tem caracterizado a acção governativa nos anos recentes – visando dar relevo à afirmação dos valores locais no plano científico, artístico e literário, e incentivando as múltiplas manifestações que individualizam cada comunidade.

Para a concretização destes objectivos, e na compreensão da relevância que a componente cultural desempenha na identidade de Macau, serão desenvolvidas acções como:

- Manutenção da política de subsídios às associações culturais e a outros agentes cuja actividade contribua para a afirmação da identidade cultural do Território;
- Organização de exposições individuais e colectivas de artistas de Macau, e sua mostra noutros países, com especial destaque para Portugal e para a República Popular da China;
- Manutenção da Orquestra Chinesa de Macau e da Orquestra de Câmara, dotando-as de programas de concertos regulares com especial destaque para os dirigidos a escolas e alargamento das suas actividades de promoção através da edição digital de registos audiovisuais;
- Realização do 17º Concurso para Jovens Músicos de Macau e apoio à participação de alguns dos vencedores deste no 13º Prémio - Jovens Músicos da Radiodifusão Portuguesa (RDP);
- Organização de *workshops* de Teatro e de Ópera Cantonense, sempre que para tal existam condições, com especial destaque para o período dos grandes eventos como sejam o Festival de Artes de Macau (FAM) e o Festival Internacional de Música de Macau (FIMM);
- Realização do X Festival de Artes de Macau (em co-organização com o Leal Senado), da IV Bienal de Arte de Macau, do XIII Festival Internacional de Música de Macau e de Ciclos de Cinema de Qualidade;
- Realização do III Encontro das Comunidades Macaenses;
- Salvaguarda do património arquitectónico, urbanístico e cultural de Macau e Ilhas, nomeadamente, pela consolidação de conjuntos classificados e por acções de restauro, recuperação e rentabilização de imóveis de carácter patrimonial e também proceder à divulgação dos mesmos junto da população e no estrangeiro;
- Incentivo, promoção e apoio à investigação, de acordo com os objectivos e metas de desenvolvimento definidos como prioritários, nomeadamente através da promoção de projectos de investigação, da atribuição de bolsas de investigação, da concessão de subsídios pontuais e da publicação de trabalhos de investigação, assim como a recolha e publicação de fontes documentais existentes em Macau e no exterior;
- Promoção, fomento, organização e apoio à realização de congressos, seminários, colóquios, conferências e outras formas de intercâmbio sobre temas de relevância científica, histórica, artística, literária, museológica e cultural para Macau;
- Consolidação da cooperação entre as diversas instituições com vocação cultural existentes no Território, tendo em vista a optimização de meios e esforços investidos na área da produção cultural e da respectiva divulgação;
- Divulgação de autores do Território, apoio à tradução de obras literárias produzidas em língua chinesa, prossecução da publicação da colecção "Biblioteca Básica de Autores Portugueses" e da tradução de obras fundamentais da Cultura Portuguesa para o idioma chinês;
- Difusão do livro e da leitura no Território e através da participação nas Feiras do Livro de Lisboa e Pequim, procedendo ainda à organização de evento semelhante em Macau;
- Prossecução da publicação da Revista de Cultura em português, chinês e inglês, promovendo, tanto quanto possível, o conhecimento recíproco de estudos sinológicos por parte dos universos de língua portuguesa e chinesa;

- Prossecução do tratamento técnico e da informatização da documentação arquivística, bibliográfica e material não livro, tendo em vista a sua microfilmagem sistemática e a constituição do “Arquivo de Segurança”, no âmbito das acções a empreender pelo Arquivo Histórico de Macau;

- Apetrechamento material e instrumental das escolas do Conservatório de Macau com a implementação das respectivas biblioteca, fonoteca, videoteca e outros serviços de apoio didácticos e prosseguir a leccionação curricular e os cursos nas áreas da música, dança e teatro;

- Enriquecimento do acervo bibliográfico, iconográfico e museológico do Museu de Macau e organizar actividades que visem a divulgação, dinamização e utilização dos seus espaços.

4. Políticas de Assuntos Sociais e Orçamento

As políticas social e orçamental constituem o paradigma do rigor que se exige na gestão dos bens públicos, já que a primeira deve equacionar e responder às crescentes exigências, de qualidade de vida e bem estar da população, o que requer avultados investimentos, e a segunda tem que reflectir o princípio legal do equilíbrio do orçamento, assegurando os recursos necessários para o desenvolvimento económico e o bem estar da população. Traduzindo a poupança de riqueza da sociedade, os saldos de anos económicos anteriores serão adequadamente geridos, com base numa atitude de responsabilidade perante toda a população.

A observância criteriosa destes dois princípios constitui e constituiu sempre o objectivo central da acção governativa. Por isso, Macau tem hoje estruturas de saúde modernas e acessíveis a toda a população, equipamentos sociais e instrumentos de apoio social ao nível dos países desenvolvidos, sem que registe défices na execução orçamental ou tenha de recorrer ao endividamento público para assegurar a execução das políticas aprovadas.

É, assim, possível legar às gerações vindouras um Macau liberto de passivos financeiros e de formas opressivas de pobreza ou de exclusão social, o que o coloca no plano dos espaços socialmente mais justos e humanamente mais tolerantes.

No cumprimento do rigor orçamental, as políticas sectoriais nesta área para 1999 são as que, de seguida, se enumeram.

4.1. No domínio da saúde

A política de saúde continuará a acentuar o princípio de igualdade de oportunidades no acesso ao sistema de saúde por parte da população residente, garantindo-se a manutenção dos actuais níveis de qualidade.

Como medidas e acções mais relevantes, destacam-se:

4.1.1. No âmbito da localização legislativa

Serão elaborados e aprovados ou, quando necessário, submetidos à Assembleia Legislativa, diversos diplomas essenciais para a completa estruturação jurídica do sistema de saúde, dos quais se salientam:

- Lei-quadro da Saúde Mental, destinada a estabelecer as normas a observar no tratamento das doenças mentais;

- Diploma orgânico do Conselho de Ética das Ciências da Vida, cuja audição será indispensável na formulação da política legislativa da bio-ética;

- Regime jurídico do registo de medicamentos e das normas destinadas a tornar mais eficaz a fiscalização das substâncias que se encontram sujeitas a controlo internacional.

4.1.2. No âmbito das infra-estruturas de saúde

Ficará concluído o programa de obras e de apetrechamento do actual sistema de saúde de Macau, iniciado com a construção, em 1987, do Centro Hospitalar Conde de S. Januário e continuado com a rede dos Centros de Saúde, infra-estruturas de grande qualidade, constituindo a rede pública de cuidados primários exemplo quase único na Região Ásia-Pacífico. Serão, assim, desenvolvidas as seguintes acções:

- Aperfeiçoamento da complementaridade entre o Centro Hospitalar Conde de S. Januário e as Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, Cruz Vermelha de Macau, Obra das Mães, Associação de Beneficência Tung Sin Tong e Associação Geral dos Operários, com o recurso privilegiado ao relacionamento institucional do sistema de saúde com as organizações não-governamentais da sociedade civil pela via do contrato programa;

- Construção do Centro de Medicina Tradicional Chinesa e sua integração na rede pública dos cuidados de saúde primários, com pleno reconhecimento da pluralidade das culturas de saúde;

- Construção e integração na rede pública dos cuidados de saúde primários de mais dois centros de saúde, um no Fai Chi Kei - para substituição dos actuais centros de saúde do Fai Chi Kei e do Patane - e outro na Taipa, - centro de saúde Jardins do Oceano - o qual ficará dotado de uma unidade de urgência para ocorrer a situações de emergência ou de isolamento das Ilhas;

- Construção das novas instalações do Centro de Transfusões de Sangue;

- Conclusão do programa de obras de ampliação do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, com vista ao aumento da sua capacidade em 120 camas, caso se revele necessário, e à consolidação da oferta hospitalar nas 500 camas, considerada a dimensão óptima desta estrutura de cuidados diferenciados de saúde.

- Construção, na periferia do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, do novo edifício dos Serviços de Saúde de Macau;

- Criação no Centro Hospitalar Conde de S. Januário das unidades de internamento de doenças infecciosas e oncológicas;

- Introdução da Telemedicina na tecnologia médica e de diagnóstico do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

- Conclusão do projecto arquitectónico do Centro Hospitalar das Ilhas.

4.1.3. Outras medidas

- Aprovação e implementação das medidas indispensáveis à manutenção da actual cultura de saúde - portuguesa e ocidental - no Centro Hospitalar Conde de S. Januário e nos Centros de Saúde, com o reforço da colaboração das estruturas de saúde de Portugal, da China e da Organização Mundial de Saúde (OMS), na qualidade e na internacionalização do sistema de saúde;

- Preparação da presidência de Macau do Comité Regional para o Pacífico Ocidental da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reunirá, no Território, de 13 a 17 de Setembro de 1999, procedendo à avaliação dos indicadores e do sistema de saúde de Macau;

- Prioridade à erradicação das doenças emergentes ou recorrentes na Região Ásia-Pacífico e em Macau, com especial atenção para o programa de controlo e combate à tuberculose;

- Apoio à construção do novo Bloco Hospitalar do Hospital Kiang Wu, com capacidade para 500 camas;

- Apoio à construção da Clínica, Centro de Dia para a Terceira Idade e Centro de Direito Humanitário da Cruz Vermelha de Macau;

Apoio à construção do Lar de Acamados Profundos da Obra das Mães, o qual acolherá a unidade de assistência integrada para doentes de idade avançada.

4.2. No domínio da acção social

A política social continuará a assentar na prioridade à promoção do nível e da qualidade de vida da população carenciada, com especial atenção pelos grupos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os idosos, os deficientes e os doentes mentais. Assim, como acções mais relevantes, salientam-se:

4.2.1. No âmbito da localização legislativa

- Aprovação e regulamentação da Lei-quadro da Reabilitação, criando-se a estrutura institucional de apoio às pessoas portadoras de deficiência.
- Regulamentação do Decreto-Lei nº 90/88/M, de 27 de Setembro, relativo a Lares de Idosos, Centros de Dia e Centros de Convívio.

4.2.2. No âmbito das infra-estruturas de solidariedade social

Continuará a construção de equipamentos sociais e sua concessão às organizações não-governamentais da sociedade civil, em função das prioridades definidas para a política social, sendo constituídos seis novos equipamentos sociais, três creches, um centro comunitário, um centro de cuidados especiais para idosos e um centro de convívio.

Na vertente da toxicodependência - concretizada a integração no Instituto de Acção Social de Macau da estrutura do Gabinete para a Prevenção e Tratamento da Toxicodependência - continuará a privilegiar-se a estratégia de prevenção e combate ao consumo de drogas, com o aprofundamento da colaboração entre as estruturas públicas e as organizações não-governamentais, envolvidas na prevenção, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes, sendo construído mais um centro comunitário para jovens, o qual, em princípio, se situará na Ilha da Taipa.

4.2.3. Outras medidas

O ano de 1999 foi, como é sabido, proclamado Ano Internacional do Idoso, pela deliberação nº 47/5, de 16 de Outubro de 1992, da assembleia-geral das Nações Unidas.

No dia 1 de Outubro de 1998 - Dia Mundial do Idoso - o ESCAP (Comité Económico e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico) aprovou a Declaração de Macau, contendo o plano de Acção para o Idoso da Região Ásia-Pacífico, que constitui o primeiro quadro regional de referência para os programas nacionais de resposta à problemática do envelhecimento da população.

Na implementação do Plano, ficará elaborado o estudo de base do programa de política integrada para a Terceira Idade em Macau nos primeiros anos da próxima década.

4.3. No domínio do sistema de aposentação e sobrevivência

O Fundo de Pensões de Macau (FPM) prosseguirá, em 1999, o seu objectivo estatutário, que consiste em executar o regime de aposentação e sobrevivência e gerir os recursos financeiros que permitem a respectiva auto-sustentação.

No primeiro destes aspectos, prosseguirá a intervenção do Fundo de Pensões de Macau (FPM) como agente de administração dos direitos consignados no regime de aposentação e sobrevivência e, complementarmente, como elo de ligação administrativa entre os seus ex-beneficiários, residentes em Macau, e a Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Constituirá, assim, preocupação prioritária a conclusão das acções decorrentes da transferência para a República Portuguesa da responsabilidade pelo encargo com o pagamento das pensões de aposentação e sobrevivência, determinada pelos Decretos-Lei nº. 357/93, de 14 de Outubro e nº. 14/94/M, de 23 de Fevereiro, com a remessa para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), dos processos individuais dos interessados.

No que se refere à gestão das disponibilidades financeiras, prosseguirá a política de minimização do risco associado à diversa natureza das aplicações financeiras, uniformizando-se os registos, por forma a propiciar uma transição clara e rigorosa.

4.4. No domínio do ambiente e da defesa do consumidor

4.4.1. No âmbito do Ambiente

A política do Ambiente continuará a ser entendida e executada como vertente do processo de desenvolvimento e integrada nos mecanismos de planeamento e gestão dos vários sectores da Administração Pública de Macau e dos Municípios.

Nesta perspectiva, promover-se-á a consolidação institucional do Conselho do Ambiente, na estrutura aprovada pela Lei nº 2/98/M, de 1 de Junho, com o perfil misto de órgão público e de parceiro social, gerido pela sociedade civil, dotado de competências descentralizadas da Administração Pública, em especial na área da provedoria do Ambiente.

O Conselho do Ambiente reforçará a sua articulação com os organismos públicos, com responsabilidades na política ambiental, e com os Municípios, em ordem à progressiva integração do Ambiente nas políticas sectoriais, bem como elaborará o seu primeiro relatório anual sobre o estado do Ambiente em Macau, de acordo com o previsto na Lei nº 2/98/M, de 1 de Junho.

Aprofundar-se-á, em colaboração com o sistema educativo, a política de educação ambiental - designadamente na preparação de informação especializada e na produção de meios audio-visuais com fins didácticos - visando unir esforços para a criação da consciência ambiental da população escolar.

Criar-se-á o Sistema de Informação Ambiental, instrumento indispensável de apoio à Administração Pública e aos Municípios no desenvolvimento e monitorização da política do Ambiente.

4.4.2. No âmbito da defesa do consumidor

A política de defesa do consumidor privilegiará a intervenção do Conselho de Consumidores como estrutura - pública e da sociedade civil - de provedoria do consumo, de educação e informação do consumidor e de regulação arbitral da conflitualidade entre agentes económicos e consumidores.

Neste contexto, apoiar-se-á a progressiva afirmação do Centro de Arbitragem Voluntária dos Conflitos de Consumo, criado em 1998, junto do Conselho de Consumidores, o qual constitui experiência piloto na Região Ásia Pacífico de jurisdição convencionada para as questões de consumo.

Promover-se-á a localização legislativa da segurança dos produtos de consumo, com a audição do Conselho de Consumidores, o qual elaborará o seu primeiro relatório sobre a situação do consumo em Macau, no cumprimento do previsto na recente Lei nº 1/98/M, de 1 de Junho.

4.5. No domínio orçamental e patrimonial

4.5.1. No âmbito da fiscalidade

A política tributária continuará a aperfeiçoar os seus instrumentos de gestão, com o objectivo da modernização do sistema fiscal e sua adaptação à realidade socioeconómica, no respeito pelos princípios tradicionais da fiscalidade em Macau, designadamente a baixa carga para o contribuinte e a inexistência de algumas categorias de impostos aplicados em outros ordenamentos.

Ficará concluída a localização legislativa do sistema tributário, com a aprovação do Código do Processo Tributário, que constituirá um dos diplomas enformadores do sistema, substituindo o Código das Execuções Fiscais (Decreto nº 38.088, de 12 de Dezembro de 1950) e demais legislação processual em vigor.

Entrarão, também, em processo legislativo as Propostas de Lei, contendo os novos Código da Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações e o Regulamento e Tabela Geral do Imposto de Selo.

Em matéria de Imposto Complementar de Rendimentos, será apresentado um projecto de alteração, destinado a simplificar o regime de incidência e a alterar diversas disposições relativas à determinação da matéria colectável e à aplicação de penalidades.

Finalmente, com vista a prevenir situações de sobreposição fiscal, relativamente aos rendimentos gerados por empresas ou residentes portugueses em Macau ou por empresas ou residentes de Macau em Portugal, concluir-se-á a negociação do acordo destinado a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento.

4.5.2. No âmbito do orçamento

Na vertente orçamental, continuará a acentuar-se a prioridade estratégica do equilíbrio do Orçamento, através do controlo rigoroso das despesas, atenta a reduzida previsibilidade do crescimento da receita, em contexto de crise económica na Região Ásia-Pacífico, aliada à volatilidade de algumas das respectivas componentes.

Concluir-se-á o processo de eliminação da Dívida Pública indirecta do Território, com os avals à CAM - Companhia do Aeroporto de Macau -, pelo que a Região Administrativa Especial de Macau não terá quaisquer encargos com o serviço da dívida, interna ou externa, situação quase única nos sistemas financeiros da actualidade.

A eliminação do endividamento indirecto de Macau, com a extinção das responsabilidades pelo aval à CAM, representou gigantesco esforço para o Orçamento, atento o reduzidíssimo prazo exigido para a amortização do empréstimo, garantido pelo Território.

4.5.3. No âmbito patrimonial

Abrir-se-á novo concurso para atribuição de moradias a funcionários locais da Administração Pública, como instrumento essencial das políticas social e de localização de quadros e de gestão do parque habitacional do Território.

Encerrar-se-á o processo de revisão dos mecanismos legais e de gestão, tendentes à melhoria e simplificação do controlo dos contratos de arrendamento em que o Território é outorgante.

A Região Administrativa Especial de Macau ficará, assim, dotada de um sistema financeiro e fiscal que privilegia a prioridade estratégica do equilíbrio do Orçamento e de uma Reserva Financeira - o Fundo de Terras - criada pela Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 1987, no valor de cerca de 8 mil milhões de patacas, resultantes das entregas da parte portuguesa e da sua capitalização,

o que conjugado com a inexistência de Dívida Pública, externa ou interna, directa ou indirecta, representa, pela positiva, situação de excepção nos ordenamentos financeiros do mundo moderno.

5. Política de justiça

As Linhas de Acção Governativa para 1998 perspectivaram o planeamento das acções a desenvolver, na área da justiça, até à transferência da Administração de Macau para a República Popular da China. É conatural a tal perspectiva a consciência de que, face aos dois últimos anos de administração portuguesa do território de Macau, as tarefas essenciais à garantia da estabilidade da transição, que ainda não tivessem sido realizadas, teriam necessariamente de ser lançadas no decurso do ano de 1998. Na verdade, o ano de 1999 seria reservado à ultimização dos projectos cuja execução fosse de maior duração e à gestão melhorada dos sistemas cujo funcionamento se tivesse iniciado ou estivesse em curso no ano anterior.

Verificamos que o referido planeamento tem vindo a ser executado dentro de padrões que nos permitem concluir que as tarefas da transição jurídica e judiciária serão adequada e atempadamente cumpridas.

Mantêm-se, por isso, os seguintes grandes objectivos desta área:

- Localização e modernização da legislação;
- Tradução para a língua chinesa da legislação vigente e que perdurará;
- Internacionalização do ordenamento jurídico de Macau;
- Localização do pessoal e administração dos recursos.

5.1. No domínio da localização e modernização da legislação

Como medidas e acções mais relevantes destacam-se:

5.1.1. No âmbito da localização dos "Grandes Códigos"

No conjunto dos trabalhos no domínio da localização e modernização das leis, a Administração deu a máxima prioridade à tarefa de elaboração dos "Grandes Códigos", os quais, depois de adaptados às especificidades locais, se revelam verdadeiros compêndios da regulamentação da vida jurídica do Território.

Este desafio está hoje basicamente vencido. Graças ao esforço, dedicação e competência de um grupo de juristas altamente qualificados e residentes em Macau, bem como ao acompanhamento e participação activa da Assembleia Legislativa, foram elaborados, durante o ano de 1998, nas suas versões portuguesa e chinesa, os articulados do Código Civil, do Código Comercial e do Código de Processo Civil.

Para que estes três "Grandes Códigos" sejam aprovados e publicados, falta apenas terminar o processo de consultas no Grupo de Ligação Conjunto, o que se espera venha a acontecer nas primeiras semanas de 1999.

5.1.2. No âmbito da modernização e localização do sistema judiciário

Uma das principais prioridades da acção governativa durante o período de transição foi a consolidação de um sistema judiciário independente, o qual representa uma garantia imprescindível do respeito dos direitos e liberdades dos habitantes de Macau.

Nesse sentido, foram elaborados e sujeitos a consultas no Grupo de Ligação Conjunto, durante o primeiro semestre de 1998, dois diplomas

estruturantes do futuro sistema judiciário de Macau: a Orgânica do Sistema Judiciário e o Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

A consolidação do novo sistema judiciário de Macau dependerá dos avanços do processo de consultas destes dois projectos no Grupo de Ligação Conjunto, sendo certo que, se tal processo se atrasar, será impossível que as novas instituições judiciárias, nomeadamente o Tribunal de Última Instância, o Tribunal de Segunda Instância e o novo Conselho Judiciário, possam estar a funcionar normalmente no dia 20 de Dezembro de 1999, o que não contribuirá para uma transição tranquila do sistema judiciário.

Entretanto, estão em fase de ultimização os trabalhos tendentes à criação e regulamentação do funcionamento do Comissariado de Auditoria, que irá substituir o Tribunal de Contas.

5.1.3. No âmbito da modernização e localização do restante ordenamento jurídico da área da justiça

Orientada pelos princípios expressamente consagrados na Declaração Conjunta, a Administração tem criado todas as condições para garantir a continuidade do ordenamento jurídico vigente em Macau, construindo um sistema de leis aprovadas no Território e adaptadas às realidades locais.

Para que esse edifício jurídico fique completo, torna-se ainda necessária a aprovação de alguns diplomas, parte deles, nomeadamente a regulamentação do registo civil, do registo predial, do registo comercial, do notariado e das custas nos tribunais, não obstante se encontrarem já concluídos, aguardam a aprovação dos três "Grandes Códigos" — dos quais dependem — para, após a introdução das alterações que se justificarem, serem então objecto de aprovação e publicação.

Encontram-se também em adiantada fase de elaboração os seguintes diplomas:

- Diploma regulador do comércio marítimo;
- Diploma regulador do processo administrativo contencioso;
- Regulamentação do regime educativo e de protecção social da jurisdição de menores.

5.2. No domínio da tradução da legislação vigente

A Administração conseguiu, nos últimos anos, dotar Macau de um ordenamento jurídico próprio, expresso nas línguas portuguesa e chinesa e, deste modo, apto a permanecer na Região Administrativa Especial de Macau.

No decurso de 1998, concluiu-se praticamente a tradução de todos os actos normativos aprovados pelos órgãos de governo próprio do Território desde 1976 e que ainda permanecem em vigor.

A tradução dos restantes, e dos poucos anteriores a 1976 que é necessário traduzir, será efectuada em 1999.

5.3. No domínio da internacionalização do ordenamento jurídico de Macau

Com este programa pretende-se que o território de Macau se solidifique como parceiro na ordem jurídica internacional.

Nesse sentido, durante o ano de 1998 foi possível aprovar um acordo-tipo sobre entrega de infractores em fuga e fazer chegar a bom termo no Grupo de Ligação Conjunto as negociações tendentes a permitir a extensão e a vigência em Macau de mais de uma centena de convenções internacionais nos mais variados domínios da vida social e política.

Por outro lado, foi necessário preparar os segundos relatórios relativos à aplicação em Macau do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que serão apresentados e discutidos em 1999.

Em 1999, espera-se ainda concluir as negociações no Grupo de Ligação Conjunto relativas à extensão a Macau de diversas outras convenções internacionais.

5.4. No domínio da localização do pessoal e da administração dos recursos da justiça

A optimização dos investimentos em recursos humanos e equipamentos é uma condição fundamental para a melhoria do funcionamento dos serviços e, por isso, em 1999, continuam a prever-se diversas intervenções ao nível do pessoal, dos equipamentos e informatização, das instalações e dos procedimentos.

Assim, estão previstas as seguintes acções fundamentais:

5.4.1. No âmbito da localização do pessoal e dos recursos humanos

- Para além dos 24 magistrados locais já formados, concluir a formação de um novo grupo de candidatos a magistrados, que completará o estágio em Maio de 1999;

- A acrescentar ao estágio de ingresso e aos dois cursos de formação para escrivão-adjunto e para escrivão de direito que se encontram a decorrer, promover outro curso de formação para acesso a escrivão de direito e um curso de formação para o cargo de secretário judicial;

- Concluir os dois estágios em curso para ingresso na carreira de conservador e notário;

- Nomear conservadores e notários locais para a Conservatória do Registo de Nascimentos e para o Serviço de Orientação e Inspeção dos Registos e Notariado, a acrescentar aos já nomeados;

- A acrescentar ao estágio de ingresso e ao curso de formação para primeiro-ajudante que se encontram a decorrer, promover outro curso de formação para acesso a segundo-ajudante da carreira de oficial dos registos e notariado;

- Com vista a garantir a manutenção da eficácia e qualidade do sistema de justiça, criar incentivos para a permanência no Território de pessoal altamente qualificado e com larga experiência do Direito de Macau, nomeadamente magistrados e funcionários de justiça;

- Continuar a formação de intérpretes-tradutores para os tribunais, especializados em tradução simultânea;

- Prosseguir a formação de guardas prisionais com vista à eficaz execução das medidas especiais de segurança;

- Concluir a localização do pessoal de direcção dos serviços da área da justiça;

- Continuar a promoção de acções de formação linguística e técnica do pessoal dos quadros, nomeadamente de utilização de meios informáticos e de processamento de texto nas duas línguas oficiais.

5.4.2. No âmbito dos equipamentos e da informatização

- Continuar o processo de informatização das secretarias dos tribunais e do Ministério Público e das conservatórias e cartórios notariais;

- Melhorar o apetrechamento do edifício principal e de formação do Instituto de Menores e das zonas masculina, feminina e administrativa do

Estabelecimento Prisional de Coloane com equipamento indispensável ao seu funcionamento, nomeadamente reforçando as suas condições de segurança;

- Adquirir o sistema informático e os impressos necessários à emissão pelos Serviços de Identificação de Macau dos documentos de identificação e de viagem da Região Administrativa Especial de Macau;

- Adquirir novos equipamentos para a Polícia Judiciária, nomeadamente para o Laboratório de Polícia Científica, a fim de melhorar as condições de luta contra a criminalidade em geral e, em particular, contra o crime organizado;

- Manter o desenvolvimento de aplicações informáticas nas áreas da gestão administrativa dos serviços, da informação criminal e dos documentos de identificação e de viagem.

5.4.3. No âmbito das instalações

- Proceder à instalação dos Tribunais de Segunda e de Última Instância no novo edifício construído de raiz para esse fim;

- Continuar a realização de obras adequadas e a reorganização de espaços no “Palácio das Repartições”, com vista a conferir maior dignidade ao edifício e melhores condições aos que nele trabalham;

- Ultime a instalação do Cartório Notarial das Ilhas em novo edifício;

- Continuar a introduzir melhoramentos nas zonas habitacionais, formativas e administrativas do Estabelecimento Prisional de Coloane e do Instituto de Menores;

- Instalar um destacamento da Polícia Judiciária na zona da Areia Preta, para além do já existente na Ilha da Taipa;

- Reinstalar a Direcção dos Serviços de Justiça, o Segundo Cartório Notarial, a Conservatória do Registo de Nascimento, a Conservatória do Registo de Casamentos e Óbitos, a Conservatória do Registo Predial, a Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel e o Gabinete para a Tradução Jurídica em novo edifício, apto a conferir melhores condições de trabalho e de atendimento ao público.

5.4.4. No âmbito dos procedimentos

- Apoiar o funcionamento das instituições de arbitragem voluntária já criadas e incentivar a criação de outras, designadamente nas áreas dos pequenos conflitos de vizinhança e do arrendamento urbano;

- Manter acções de inspecção regulares aos serviços dos registos e do notariado e aos notários privados;

- Manter e desenvolver as acções que visam facilitar a reinserção social dos delinquentes, quer adultos, quer menores, nomeadamente através da cooperação entre serviços da área da justiça e outros serviços e instituições (v.g., DSEJ, DSS, IASM, DSTE, IHM, Obra das Mães, Caritas);

- Executado, no Estabelecimento Prisional de Coloane, o programa que visa fortalecer os laços entre os pais reclusos e os filhos através de encontros periódicos orientados por técnicos, ultimar os preparativos para pôr em funcionamento um centro de acolhimento temporário, em colaboração com a Caritas, destinado a apoiar indivíduos em liberdade contra os quais esteja em curso procedimento penal ou de jurisdição de menores;

- Promover, com o apoio da DSEJ, o alargamento do ensino ministrado no Estabelecimento Prisional de Coloane e no Instituto de Menores ao ensino secundário;

- Manter a permanente cooperação entre os diversos órgãos de polícia criminal, as autoridades judiciais e a população em geral;

- Criado o sistema integrado de identificação civil e criminal, acompanhar o seu funcionamento tendo em vista colmatar eventuais lacunas que se venham a detectar;

- Criar e promover a consulta de bases de dados jurídicos e jurisprudenciais;

- Disponibilizar, através da Internet, o conteúdo dos Boletins Oficiais (I Série) relativos a anos anteriores a 1996;

- Manter e desenvolver programas de informação e divulgação jurídica em língua chinesa e manter o apoio à publicação e edição de obras de referência e de Revistas sobre o Direito de Macau;

- Publicar um “Dicionário Jurídico” de Macau em língua chinesa;

- Aprofundar a cooperação com instituições académicas, universitárias e judiciais da República Popular da China e de Portugal, reforçando a divulgação e o conhecimento do Direito de Macau;

- Ultime a generalização do uso das duas línguas oficiais na área da justiça, designadamente nos campos dos actos judiciais, registrais e notariais.

5.5. No domínio da prevenção, investigação, combate e repressão das actividades criminosas

Continuar-se-á a colaboração entre os órgãos de política criminal e as autoridades judiciais na prevenção, combate e repressão das actividades criminosas. Face à actual situação de segurança, serão reforçados o combate ao crime organizado, a recolha de informações e as acções de investigação, procurando-se elevar a taxa de resolução dos crimes, tendo em vista a garantia da estabilidade social de Macau.

6. Política de segurança

As Linhas de Acção Governativa, na área da segurança, para o último ano da Administração Portuguesa de Macau consubstanciam-se num objectivo bipolar. De um lado, a acção quotidiana de manutenção e esforço de melhoria das condições de segurança do Território. De outro, e numa interligação que nos levou a considerar como um só objectivo o conjunto das duas tarefas, o rematar de todo um amplo trabalho de preparação das Forças de Segurança de Macau (FSM), nomeadamente os seus quadros superiores para, face à transferência de soberania em 19DEZ99, assumirem em plenitude as responsabilidades que a Declaração Conjunta Luso-Chinesa e a Lei Básica da RAEM, lhes consignam.

Assim, o ano de 1999 será de consolidação das acções que têm vindo a ser desenvolvidas durante o período de transição, de finalização de algumas outras em fase de concretização, da consecução de outras cuja oportunidade agora se calendariza e da continuação de programas que, pela sua natureza, interessa continuar a desenvolver sem soluções de continuidade.

Como em LAG anteriores, sistematizamos as acções em 4 grandes grupos: de natureza organizacional, do desempenho operacional, das infra-estruturas e equipamentos e dos meios humanos.

Interessa no entanto fazer uma sumarização das acções que nos últimos anos foram desenvolvidas e, a partir dos objectivos alcançados, perspectivar as acções para este singular ano de 1999, de modo a atingir o objectivo bipolar que atrás enunciámos.

Na área organizacional dotaram-se as FSM do conjunto de legislação, normas, regulamentos, planos e directivas que as habilitam ao cumprimento das

missões que lhes estão legalmente consignadas, e criaram-se as estruturas que permitem às FSM coordenar actividades e conjugar esforços com outras entidades da Administração do Território, quer para um melhor combate à criminalidade, quer na área da protecção civil.

No domínio do desempenho operacional têm vindo a ser planeadas, executadas, analisadas, corrigidas e reformuladas as actividades de recolha de informações e de resposta operacional em todas as circunstâncias e, na continuação duma já longa cooperação com os Serviços de Segurança Pública da Província de Guandong (SSPPG) e com as Autoridades de Segurança de Hong Kong, incrementaram-se nos últimos meses com os SSPPG formas realmente mais estreitas, eficazes e prontas de cooperação regional no combate ao crime transfronteiriço, nomeadamente ao crime organizado.

No capítulo das infra-estruturas e equipamentos foi concretizado um muito vultuoso programa de desenvolvimento e modernização, o qual veio dotar as diversas Corporações e Órgãos das FSM dos meios materiais necessários, sendo de realçar pela sua dimensão, entre outros, as novas instalações do Comando e Departamento Policial de Macau (no Edifício Conforseg), do Serviço de Migração (na zona do Porto Exterior), do Departamento Policial das Ilhas (na Taipa), o novo Quartel da UTIP (na zona das Portas do Cerco), do Departamento Policial e Marítimo (na zona da Doca D. Carlos no Porto Interior), do Departamento de Gestão de Recursos da PMF (na Ilha Verde), e os novos quartéis do Corpo de Bombeiros na Taipa e na Areia Preta.

No tocante a equipamento, no âmbito dum vasto programa de dotação e modernização, importa realçar o reforço do trem naval da PMF com 5 lanchas médias da classe Macau e com 3 lanchas da classe Bravo, a motorização dos efectivos da PSP com carros e motos, a aquisição de viaturas especiais e equipamento da mais moderna tecnologia para o Corpo de Bombeiros e também a renovação da rede telefónica e da rede rádio das FSM, um vultuoso programa de informatização e a instalação de sistemas de vigilância CCTV especialmente na orla costeira.

No quadro dos meios humanos, os efectivos das FSM nos últimos dez anos praticamente duplicaram (1988: 2623; 1998/JUN: 4807) e tem vindo a concretizar-se um amplo programa de formação, quer de base, quer de especializações técnicas, merecendo realce a actividade da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM), a qual leccionou desde 1989, três Cursos de Aperfeiçoamento e quatro Cursos de Formação de Oficiais (estes com a duração de quatro anos e grau de licenciatura), com os quais formou 198 Oficiais da carreira superior da PSP, PMF e CB. Neste momento está em funcionamento com 19 elementos o importante Curso de Comando e Direcção, donde vão sair os futuros 10 Comandantes, Directores, Segundos-Comandantes e Subdirectores das 5 Corporações e Órgãos das FSM.

Também está a decorrer na ESFSM o 5º Curso de Formação de Oficiais (ramo PSP) com 13 alunos, um dos quais pertencente aos SSPPG, o que reflecte as boas relações entre as FSM e os SSPPG e o elevado prestígio que aqueles serviços de segurança vizinhos conferem aos Cursos realizados na Escola Superior das Forças de Segurança de Macau.

Como referimos atrás, para consolidação, finalização e continuação das tarefas que consubstanciam o objectivo permanente das FSM serão no ano de 1999 desenvolvidas as seguintes acções:

6.1. No domínio da organização

- Continuar e aperfeiçoar a cooperação estreita e permanente entre serviços e organismos, quer no plano interno das FSM, quer com outros órgãos da Administração;
- Prosseguir os esforços de agilização dos procedimentos administrativos, tornando-os mais acessíveis e implementando o bilinguismo, quer nos documentos, quer no atendimento ao público;

- Preparar as estruturas de comando e controlo inter-forças e serviços (Gabinete Coordenador de Segurança, Centro de Coordenação Operacional e Comando de Acção Conjunto) para a localização dos seus elementos;

- Programar a transferência, no início de 1999, da responsabilidade da emergência médica da PSP para o CB em todo o Território, alargando assim o serviço que o CB já vem realizando nas Ilhas da Taipa e Coloane.

6.2. No domínio do desempenho operacional

- Manter uma permanente atenção aos modos, locais e horários mais frequentes das actividades criminosas, com vista à adequação do dispositivo e à adopção de procedimentos operacionais para lhes fazer face;

- Intensificar as medidas de controlo da imigração ilegal, quer no interior do Território, quer na zona costeira e orla marítima e, neste contexto, preparar, planear e executar exercícios e acções combinadas com as Forças Marítimas dos SSPPG;

- Intensificar as acções de controlo da migração e dos movimentos de pessoas e materiais, especialmente nas Portas do Cerco, com a finalidade de impedir a entrada no Território de elementos criminosos e de armas e explosivos;

- Reforçar os laços e contactos com os SSPPG e com as Autoridades Policiais de Hong Kong com vista a um combate mais coordenado contra a criminalidade, principalmente o crime organizado;

- Preparar, planear e executar exercícios conjuntos entre o Corpo de Bombeiros das FSM e os Bombeiros de Zhuhai;

- Difundir recomendações de segurança a pessoas, empresas e estabelecimentos, quer na área da Segurança Pública, quer na da Protecção Civil, e montar sistemas de comunicação rápidos e seguros entre o público e as FSM, de modo a conseguir a colaboração e apoio da população no combate ao crime e na prevenção de acidentes;

- Prosseguir as acções na área da prevenção e combate à delinquência juvenil, agregando a colaboração dos diversos responsáveis, das famílias, das escolas e de organizações sociais, cívicas e religiosas com intervenção nessa área;

- Manter e desenvolver as ligações de carácter regional e internacional no sentido de otimizar ligações e trocar ensinamentos, nomeadamente com a "World Customs Organization" (Organização Mundial das Alfândegas) na área do comércio externo e com a "Typhoon Committee" (Comissão dos Tufões) na área da protecção civil;

- Continuar a actividade de planeamento e treino das acções de prevenção na área da Protecção Civil, coordenando as acções das FSM com outras entidades, na eventualidade de quaisquer acidentes graves ou catástrofes.

6.3. No domínio das infra-estruturas e equipamentos

- Consolidar a instalação da UTIP no seu novo Quartel das Portas do Cerco e otimizar a instalação do Departamento de Trânsito/PSP no Quartel da Flora, agora em seu uso exclusivo;

- Estudar a ampliação do Edifício da Divisão Mar da PMF no Porto Interior, para aí instalar o Comando da PMF;

- Estudar e planear a instalação definitiva de um posto do CB na zona do Porto Interior, onde os Bombeiros se encontram instalados provisoriamente por exigentes necessidades operacionais;

- Continuar o esforço de actualização e ampliação dos programas de informatização e a melhoria das suas ligações a outros departamentos da Administração;
- Continuar o programa de vigilância electrónica na zona costeira e estudar o aumento das capacidades de vigilância por CCTV no interior do Território;
- Continuar a dotar o Grupo de Operações Especiais (GOE) e outros serviços da UTIP, e as FSM numa forma geral, com equipamentos modernos que lhes permitam fazer face à crescente sofisticação da criminalidade e que as habilitem a desempenhar as missões de protecção a altas entidades e instalações importantes, nomeadamente na altura da Cerimónia de Transferência de Soberania.

6.4. No domínio dos meios humanos

- Apoiar a acção de comando e chefia dos quadros localizados, nomeadamente dos novos Comandantes e Directores no início da sua prestação nos novos postos;
- Prosseguir as acções de formação técnico-profissional do pessoal nas suas diversas valências, designadamente no aperfeiçoamento dos militarizados responsáveis pela elaboração de processos de inquérito no âmbito do processo penal;
- Preparar, dentro das possibilidades permitidas pela dimensão dos cursos de incorporação de pessoal (SST), os efectivos da PSP e da PMF para guarnecerem os postos de controlo da nova ponte entre o COTAI e a Ilha da Montanha;
- Continuar e consolidar a preparação do pessoal do CB para assumir em exclusividade a responsabilidade da emergência médica em todo o Território;
- Aperfeiçoar a formação geral dos agentes em especial na área da formação cívica, para melhoria da eficácia dos serviços e do relacionamento com o público, incentivando a elevação do comportamento ético do pessoal e o desempenho do serviço, pela aplicação de medidas de rigorosa disciplina e de atenta distinção de comportamentos meritórios;
- Continuar os cursos de formação e as acções de treino na área da protecção a altas entidades e instalações importantes, de forma a dispôr do pessoal habilitado às necessidades de segurança, nomeadamente na Cerimónia de Transferência de Soberania;
- Continuar o planeamento dos Cursos Superiores da ESFSM para complemento dos efectivos das carreiras Superiores da Polícia Marítima e Fiscal e do Corpo de Bombeiros e programar a sua frequência por alunos de províncias vizinhas ou outras da RPC, como já está a suceder no 5º Curso de Formação de Oficiais (ramo PSP).

7. Políticas de obras públicas e transportes

A um ano da transferência da Administração do Território, encontram-se praticamente concluídas todas as grandes obras públicas, que constituem a concretização das opções estratégicas do Governo do Território no que concerne à criação de um sistema de infra-estruturas potenciadoras do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações, nomeadamente as que estão ligadas à conservação do ambiente.

Beneficiando de um planeamento rigoroso e de uma execução eficiente, foi assim possível cumprir, em tempo útil, o programa de infra-estruturas previsto para esta fase final do período de transição, o que exigiu um esforço financeiro superior a 17,0 biliões de patacas (dezassete biliões de patacas) e representa um activo corpóreo de elevado valor a legar às gerações futuras.

A esta reserva estratégica, de assegurada rendibilidade e com expressão mais visível nas modernas infra-estruturas de transportes existentes no Território, há agora que garantir a existência plena dos pressupostos económicos subjacentes à decisão da sua construção, como sejam a complementaridade de funções entre as diferentes regiões do Delta do Rio das Pérolas e a execução de políticas que favoreçam a optimização das vocações de cada uma dessas regiões.

A prossecução destes objectivos e a certeza da sua adequação ao desenvolvimento integrado da região e à viabilidade do modelo de autonomia previsto para Macau na Declaração Conjunta, levou a que recentemente tivesse sido iniciada a construção das infra-estruturas na zona localizada entre as ilhas da Taipa e Coloane (cidade COTAI), das quais a ponte Flor de Lotus, a concluir no último trimestre de 1999, constituirá um novo acesso do Território ao interior do continente chinês.

Assim, sem prejuízo de um planeamento mais abrangente e consistente a médio e a longo prazo, as acções concretas a empreender no próximo ano visam, fundamentalmente, a conclusão dos empreendimentos programados e a introdução dos ajustamentos que se consideram necessários para aumentar a eficiência do desempenho dos sistemas actualmente em funcionamento.

A localização dos quadros, aspecto importante para a garantia de uma gestão adequada no futuro de todos os sistemas que têm vindo a ser implementados, bem como da manutenção do ritmo de apoio ao desenvolvimento do Território, encontra-se a decorrer de acordo com o planeado. No entanto, tal não implica um abrandamento do esforço de formação, apoio e acompanhamento dos novos quadros, no sentido de melhorar os seus conhecimentos e de evitar soluções de descontinuidade do funcionamento dos serviços.

Por outro lado, dentro dos condicionalismos resultantes da situação económica e financeira que se viveu e vive no Sudeste Asiático, importa orientar os investimentos para sectores que tenham uma maior capacidade de gerar riqueza, de estimular a economia local e de satisfazer as necessidades fundamentais da população.

Neste contexto, a política de habitação social, concertando o esforço global de satisfação das aspirações da população a uma habitação condigna com a necessidade de estimular a actividade do sector imobiliário e da construção civil, continuará a ocupar uma posição forte nas prioridades de actuação.

A modernização e a expansão da rede viária, a contínua monitorização e semaforização de tráfego, o melhoramento das condições de oferta dos transportes públicos internos e as comunicações com as áreas envolventes continuarão a ter uma posição destacada.

As medidas ligadas à melhoria da qualidade de vida das populações, com actuação nos sectores ligados a equipamentos sociais, continuarão igualmente a merecer uma especial atenção e cuidado.

Noutra vertente da actuação governativa nesta área, encontra-se praticamente concluída a revisão da legislação técnica no sector da construção civil, estando publicada a maioria dos regulamentos e normas a ela respeitantes e editados os respectivos manuais de apoio. Tal acção, representou um enorme esforço, que não se pode deixar de sublinhar e que vai ter continuidade no próximo ano com a publicação dos diplomas em falta e a realização de novos cursos de formação e divulgação.

7.1. No domínio dos grandes projectos de infra-estruturas

Como principais medidas e acções são de realçar:

7.1.1. Aeroporto Internacional de Macau

Os objectivos para o ano de 1999, da responsabilidade da concessionária CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. e de outros

investidores, são fundamentalmente a optimização de todas as actividades associadas à exploração do Aeroporto Internacional de Macau (AIM), quer na vertente custo, quer na vertente qualidade, e a continuação das acções de promoção e marketing tendo em vista a rentabilização dos investimentos realizados.

Prevê-se para 1999 a conclusão das obras de construção do hangar e do terminal de passageiros da Aviação Geral.

Prevê-se igualmente a conclusão do Terminal Marítimo do Aeroporto Internacional de Macau, infra-estrutura cuja construção não se concretizou em 1998, conforme previsto nas Linhas de Acção Governativa para esse ano, em virtude de não ter sido possível obter o acordo da Parte Chinesa ao Grupo de Ligação Conjunto sobre o projecto do contrato de concessão, para o efeito apresentado em Agosto de 1997.

7.1.2. Ponte "Flor de Lotus" e Posto Fronteiriço de COTAI

É uma infra-estrutura que constituirá uma nova ligação rodoviária fundamental na perspectiva da acessibilidade terrestre do Território. Prevê-se a sua conclusão em 1999, altura em que será possível o movimento de pessoas e mercadorias através da ligação à malha viária Oeste do Delta do Rio das Pérolas, na RPC, com evidentes benefícios para o desenvolvimento económico do Território.

A futura fronteira de COTAI, através da Ponte "Flor de Lotus", que descongestionará significativamente a actual fronteira terrestre das Portas do Cerco, dada a grande capacidade de circulação de tráfego para que foi projectada, constituirá um polo de progresso da área em que vai implantar-se e potenciará o desenvolvimento de outras infra-estruturas de interesse regional, como seja o Porto Internacional de Macau. As obras de construção foram já iniciadas, prevendo-se que sejam concluídas durante o mês de Outubro.

7.1.3. Alargamento do Istmo Taipa-Coloane e acessos viários à Ponte "Flor de Lotus" e ao Posto Fronteiriço de COTAI

Este conjunto de infra-estruturas dotarão a malha viária do Território com a capacidade necessária para assegurar o funcionamento da acessibilidade Oeste à RPC, constituindo também os eixos viários fundamentais para o futuro desenvolvimento urbanístico de COTAI e das ilhas da Taipa e Coloane. Encontram-se em fase de construção, prevendo-se a conclusão do alargamento do Istmo no início de 1999 e, das restantes vias, até Outubro desse ano.

7.1.4. Centro Cultural de Macau

O Centro Cultural de Macau constitui um empreendimento da maior relevância, que satisfaz um anseio da população do Território no respeitante ao desenvolvimento de actividades culturais de diferente índole. Projectado para a realização de importantes acontecimentos culturais, com 2 auditórios e espaço museológico, encontra-se na fase terminal da construção, prevendo-se a sua inauguração em Março de 1999.

7.1.5. Grandes projectos de iniciativa privada

Foi apoiada e está já em curso a construção da Torre de Macau, empreendimento na zona de aterros da Baía da Praia Grande que, com os seus 338 metros de altura, constituirá um dos edifícios mais altos do mundo.

Encontram-se em apreciação projectos para a construção de um Porto Internacional de Águas Profundas, situado a 7 Km a Sul de Coloane, e para a construção e exploração do caminho-de-ferro Cantão-Zhuhai-Macau, integrado na futura linha férrea Cantão-Zhuhai-Macau. São dois projectos que, dada a sua particular relevância económica, merecem o empenhamento político da Administração do Território.

7.2. No domínio das obras públicas

Serão projectadas, iniciadas ou concluídas obras em áreas distintas da Administração, de que se referem as mais relevantes:

7.2.1. Edifícios públicos

a) Edifícios institucionais

De forma a deixar as instituições judiciais e os órgãos de Governo próprio do Território dotados de instalações condignas, são de destacar:

- As novas instalações para os Tribunais de 2.ª Instância e de Última Instância, cuja conclusão se prevê para Janeiro;
- As novas instalações para a Assembleia Legislativa;
- O início da construção das residências oficiais do Presidente da Assembleia Legislativa e do Presidente do Tribunal de Última Instância.

b) Edifícios da área da saúde

Concluindo o plano de apetrechamento do sistema de saúde de Macau, iniciado em 1987 com a construção do Centro Hospitalar Conde de S. Januário e da rede de Centros de Saúde, sublinham-se:

- A conclusão da construção do Centro de Saúde e de Medicina Tradicional Chinesa do Fai Chi Kei;
- A construção dos pavilhões de Psiquiatria e de Geriatria que virão a integrar o Centro Hospitalar das Ilhas;
- As novas instalações da Direcção dos Serviços de Saúde, anexas ao Centro Hospitalar Conde São Januário;
- As novas instalações do Centro de Transfusões de Sangue, no NAPE;
- O lançamento de concurso e construção do novo edifício para o Asilo do Carmo, na Taipa.

c) Instalações da área da cultura

Concretizando a política de preservação e recuperação do património arquitectónico de Macau, merece especial referência a recuperação do antigo edifício dos Serviços de Saúde, no Tap Seac, onde se prevê instalar a sede do Instituto Cultural de Macau.

d) Outros edifícios

Completando um vasto programa que permitiu dotar as diversas Corporações e Órgãos das Forças de Segurança de Macau com um moderno e funcional conjunto de infra-estruturas, prevê-se, para 1999, o estudo da instalação do Comando da Polícia Marítima e Fiscal numa ampliação das instalações da Divisão Mar.

7.2.2. Ordenamento viário, trânsito e transportes públicos

Os condicionamentos físicos e sociais de Macau, o local do mundo com maior densidade populacional e um nível de vida que leva a que o particular privilegie a aquisição de viatura própria para efectuar as suas curtas deslocações, confere aos problemas de ordenamento viário, circulação e estacionamento particular acuidade.

Não estando previstas medidas restritivas do crescimento e modernização do parque automóvel, há que desenvolver acções que contribuam para que as vias de comunicação disponíveis garantam uma adequada fluidez de tráfego e melhorem a oferta de estacionamento. Tudo isto em paralelo com outras medidas que proporcionem mais e melhores condições de conforto, segurança e economia aos utentes diários dos transportes públicos.

Do conjunto de intervenções a ter lugar neste domínio, destacam-se as seguintes:

a) Vias de comunicação e reordenamento viário

- Conclusão da rede viária do Patane Sul;
- Prolongamento da Avenida do Comendador Ho Yin e sua ligação ao Patane Norte;
- Conclusão da nova avenida marginal e do viaduto que, a Leste do NAPE, permitirá a sua ligação à Avenida da Amizade;
- Construção da variante do Reservatório de Cacilhas;
- Reordenamento do Porto Interior;
- Reordenamento físico da Praia Grande e das Portas do Cerco.

b) Trânsito

Prosseguirá a melhoria e o aperfeiçoamento dos sistemas de monitorização do trânsito e de semaforização centralizada.

Serão concluídas as diversas acções programadas ao longo dos últimos anos, nomeadamente a adopção de medidas com vista à redução da poluição sonora que afecta os moradores nas proximidades dos viadutos, bem como a fixação de um local definitivo para a aprendizagem e realização de exames de condução de motociclos.

7.2.3. Ordenamento paisagístico do Território

Realizada grande parte do plano de intervenção paisagística do Território, designadamente com a conclusão do Passeio Panorâmico da marginal dos Novos Aterros da Areia Preta (NATAP), da Alameda Dr. Carlos Assumpção, ou dos Lagos Nam Van, prevê-se que o plano seja completado com as seguintes acções:

- Os arranjos paisagísticos do Parque Urbano da Taipa Norte, da Zona Ribeirinha das Bacias do Patane e da zona envolvente do Estádio de Macau;
- A conclusão da instalação da Fonte Cibernética nos Lagos Nam Van;
- A conclusão da estátua da Deusa Kun Iam, instalações de apoio e arranjos circundantes;
- O fecho e arranjo paisagístico do Canal NAPE-ZAPE.

7.2.4. Saneamento básico

Construído um conjunto de infra-estruturas que vieram proporcionar o tratamento da totalidade das águas residuais do Território, prosseguirão as acções de projecto e de execução, no quadro da política de preservação do ambiente, de que se salientam as seguintes:

- Acompanhamento do funcionamento das ETARs de Macau, Taipa e Coloane;

- Acompanhamento do funcionamento das concessionárias dos serviços de remoção e limpeza pública de resíduos sólidos e da Central de Incineração de resíduos sólidos;

- Projecto de adaptação da Central para incineração de resíduos especiais;

- Programação de acções de ampliação das infra-estruturas existentes, na perspectiva do crescimento demográfico de Macau;

- As infra-estruturas da Baía de Nossa Senhora da Esperança;

- As redes de saneamento da Península do Fai Chi Kei, da Ilha Verde e da Taipa Norte.

7.2.5. Outras infra-estruturas

Encontram-se em estudo ou execução, da responsabilidade de concessionários de terrenos, nomeadamente:

- O Novo Terminal Marítimo da Taipa, junto ao AIM;
- O reordenamento da Baía da Praia Grande;
- O parque "Oceanis", na Baía Norte da Taipa, junto à Ponte Nobre de Carvalho;
- A Torre de Macau, acima referida.

7.3. No domínio da habitação social e económica

No ano de 1999 prosseguir-se-á, com determinação, o ambicioso programa de erradicação de edificações informais, que tem conhecido nos últimos anos sucessos assinaláveis. No quadro da política de habitação social são as seguintes as acções principais a desenvolver:

7.3.1. Estudos e planos

- Plano habitacional para o triénio 1999/2001, identificando as necessidades habitacionais consequentes da desocupação de construções informais, da sobreocupação do parque existente e do crescimento populacional;
- Definição das formas de apoio aos arrendatários idosos de habitação social;
- Gestão dos concursos para arrendamento de habitação social e aquisição de habitação económica;
- Estudos de conjuntura relativos aos sectores da construção e habitação, e previsão da sua evolução a curto prazo.

7.3.2. Medidas de ordem legislativa

Actualização de diplomas no âmbito da habitação económica e social visando a sua adaptação à evolução conjuntural, em especial quanto ao acesso, aos subsídios e à forma de administração de edifícios promovidos em regime de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH).

7.3.3. Produção habitacional

- No âmbito dos CDH, prevê-se a conclusão, em 1999, de aproximadamente 2100 fogos;
- Prosseguir o acompanhamento dos projectos e construção do Bairro Social do Fai Chi Kei (734 fogos), dos lotes HR/HS do Bairro do Hipódromo (900 fogos) e do terreno da "Panasonic", o qual envolve, na globalidade, o realojamento de cerca de 1450 agregados familiares.

7.3.4. Recuperação do parque habitacional do IHM

- Dar continuidade à recuperação do parque patrimonial do Instituto de Habitação de Macau;
- Intensificar a fiscalização das administrações de condomínio dos bairros sociais e dos edifícios de habitação económica.

7.4. No domínio da concessão de terras

Tendo em consideração o baixo nível de actividade no sector imobiliário e os baixos valores dos rendimentos provenientes de terrenos, procurar-se-ão as soluções que, sem descuidar os interesses do Território, minimizem os prejuízos dos investidores.

No âmbito das contrapartidas das concessões de terrenos privilegiar-se-ão a oferta de habitação económica, e o desenvolvimento da rede escolar e dos equipamentos sociais, desportivos e de lazer.

7.5. No domínio da cartografia e cadastro

Estando o Território dotado de uma desenvolvida Cartografia de Base, bem como do Cadastro Sistemático dos Terrenos, prosseguirão as acções de adensamento e actualização, salientando-se:

- A actualização e o fornecimento da Cartografia de Base do Território em CD-ROM nas escalas 1/1 000, 1/10 000 e 1/20 000 e a execução de cartas temáticas;
- A permanente actualização do Cadastro Sistemático dos Terrenos do Território e correspondente Base de Dados Cadastral, bem como a sua publicação;
- O melhoramento e a exploração de novas aplicações na Cartografia de Base de modelo digital tridimensional, permitindo a plena análise espacial do Território;
- O aperfeiçoamento técnico na aplicação de GPS, de forma a permitir a obtenção rápida e simples de informações dinâmicas de solos.

7.6. No domínio das actividades marítimas

Em continuidade com as linhas de acção desenvolvidas em anos anteriores, as orientações gerais das actividades marítimas a executar sob a responsabilidade da Capitania dos Portos de Macau, abrangem:

- A garantia da segurança marítima dos navios e embarcações, incluindo as operações de busca e salvamento;
- O acompanhamento dos trabalhos hidrográficos e de dragagem dos canais de navegação e respectivas bacias de manobra e sua sinalização marítima;
- A preservação do ambiente marinho, com o reforço das medidas de prevenção e combate à poluição, especialmente a provocada por hidrocarbonetos;
- O acompanhamento dos trabalhos das organizações marítimas internacionais, nomeadamente da "International Maritime Organization" (IMO), da qual Macau é um membro associado;
- A participação no projecto para o estudo de planeamento integrado da zona marítima circundante de Macau, juntamente com a Comissão dos Recursos Hídricos do Rio das Pérolas (PRWRC), do Laboratório de Engenharia Civil de Macau (LECM) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC - Portugal);

- O alargamento da cobertura do Território em VHF, através da instalação de um sistema de comunicações em Coloane, ligado por feixe hertziano e telefone à Torre de Controlo do Terminal Marítimo do Porto Exterior;

- As acções da Escola de Pilotagem de Macau, no sector da formação marítima, quer profissional, quer amadora e desportiva, na divulgação das actividades marítimas e no apoio e promoção do estudo e investigação com elas relacionadas;

- As acções a desenvolver pelo Museu Marítimo de Macau, nos domínios da museologia, da investigação e da acção cultural.

Ainda relacionado com as actividades marítimas e no âmbito da construção e reparação naval a cargo das Oficinas Navais, prevê-se para 1999:

- A construção de um navio para a STDN;
- Manutenção e reparações no trem naval da CPM e da PMF.

7.7. No domínio das actividades de aviação civil

Tendo-se atingido os principais objectivos qualitativos e quantitativos atribuídos ao sistema de aviação civil, espera-se dar continuidade à sua consolidação nas vertentes regulamentadora, comercial e institucional.

Assim, das acções programadas, destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento de um sistema de formação e treino, designadamente formação no exterior, contribuindo decisivamente para a conclusão do processo de localização dos recursos humanos, de forma a assegurar elevados padrões de competência técnica e de gestão no domínio da aviação civil;
- Continuação das acções de inspecção, licenciamento, certificação e registo, mantendo os altos níveis de segurança da operação do AIM;
- Continuação da negociação de acordos de transporte aéreo, na perspectiva dos interesses do Território, atendendo ainda aos interesses comerciais do AIM e da AIR MACAU;
- Conclusão do ordenamento jurídico da aviação civil, bem como o aperfeiçoamento das normas e manuais técnicos aplicáveis à actividade dos operadores.

7.8. No domínio da meteorologia e geofísica

Dispondo hoje o Território de um moderno e sofisticado sistema de vigilância meteorológica permanente, bem como de monitorização da qualidade do ar e da actividade sísmica, as acções a prosseguir pelos Serviços Meteorológicos e Geofísicos desenvolver-se-ão essencialmente no constante acompanhamento da evolução tecnológica nas referidas áreas, para fins gerais e, em especial, para protecção das operações aeronáuticas e marítimas.

Será prestada a colaboração à Organização Meteorológica Mundial, no que se refere a alguns dos programas desta Agência da Organização das Nações Unidas, nomeadamente quanto à Vigilância Meteorológica Mundial, Programa Mundial do Clima e Sistema Global de Observação.

Merecem referência específica as seguintes acções:

- Continuação da cooperação com a Universidade de Zhongshan na área dos modelos numéricos;
- Aplicação do modelo de mesoscala MM5 e utilização do Radar Doppler para a previsão meteorológica;

- Recepção de imagens do satélite meteorológico chinês FY-2;
- Continuação da automatização da rede de amostragem da qualidade do ar;
- Disseminação da informação meteorológica e geofísica através da Internet.

7.9. No domínio dos Correios e Telecomunicações

As linhas que têm vindo a ser prosseguidas pela Administração permitiram nos últimos anos um assinalável grau de desenvolvimento, seja no domínio das comunicações postais, como prestadora dos serviços, seja no sector das telecomunicações, como autoridade reguladora.

Dando continuidade à orientação geral adoptada, as principais acções a desenvolver pelos CTT são as seguintes:

7.9.1. No âmbito dos correios

- Adaptação da rede de vendas à medida do desenvolvimento demográfico e urbano, através da abertura de novas estações;
- Desenvolvimento dos serviços tradicionais e introdução de novos serviços e produtos postais;
- Desenvolvimento da filatelia com especial atenção à divulgação da imagem e cultura de Macau;
- Reforma da legislação postal.

7.9.2. No âmbito das funções de autoridade de telecomunicações

- Apoio ao desenvolvimento de novos serviços públicos no sector das telecomunicações;
- Assegurar uma adequada gestão do espectro radioeléctrico.
- Tendo em vista a competitividade do mercado das telecomunicações, estudar a viabilidade e a oportunidade da liberalização das diversas redes e serviços, bem como a regulamentação necessária à sua execução.

A desenvolver pela concessionária dos serviços públicos de telecomunicações enquadram-se acções que acompanham as evoluções tecnológicas, sendo de salientar:

- A adopção de medidas que permitam a ligação ao cabo submarino SEA-ME-WE 3;
- A ampliação, actualização e optimização dos sistemas existentes;
- A ampliação, actualização e optimização da rede GSM;
- A adaptação da rede à prestação de serviços comerciais via Internet.

7.10. No domínio dos transportes

O sistema de transportes de Macau, concebido como um sistema integrado de infra-estruturas, equipamentos e serviços, é hoje uma realidade

que proporciona o transporte de passageiros e mercadorias em moldes adequados ao grau de desenvolvimento atingido.

Importa, por isso, não descurar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pelos operadores de transportes terrestres, marítimos e aéreos, de forma a garantir os níveis de qualidade desejáveis.

A Administração continuará a acompanhar com interesse e a apoiar as actividades da transportadora aérea Air Macau.

7.11. No domínio da legislação, normalização e regulamentação técnica

Concluídos praticamente todos os grandes regulamentos e normas, e estando a maioria deles publicada, o esforço durante o próximo ano centrar-se-á na finalização deste objectivo, bem como na realização das necessárias acções de formação.

Publicar-se-ão ainda elementos de apoio à nova regulamentação em diversas áreas da construção civil, nomeadamente o Manual de Dimensionamento de Estruturas de Aço.

7.12. No domínio do apoio à formação e investigação

Para além das actividades de formação desenvolvidas pelos Serviços, nomeadamente as inseridas no âmbito da Escola de Pilotagem de Macau, da Escola de Cartografia e Cadastro e dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, promover-se-ão, em colaboração com o Laboratório de Engenharia Civil de Macau, cursos para engenheiros civis, de formação e divulgação da nova regulamentação técnica, no âmbito da política de valorização dos recursos humanos locais.

Proceder-se-á à Certificação de produtores de cimento e betão, no domínio da nova regulamentação aprovada.

Será dado apoio à instalação de um Laboratório Metrológico do Laboratório de Engenharia Civil de Macau, bem como à respectiva creditação.

Dar-se-á continuidade ao programa de investigação aplicada, no domínio da engenharia civil, envolvendo projectos de aplicação local e regional, no quadro do acordo celebrado entre o Laboratório de Engenharia Civil de Macau, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Universidade de Macau.

ANEXO II - PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PARA 1999

A proposta global do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração, para 1999, ascende a 1.200,0 milhões de patacas, representando 9,7% do total das despesas previstas no Orçamento Geral do Território desse ano. Comparativamente com a situação inicial do exercício de 1998, verifica-se um decréscimo de 36,8%.

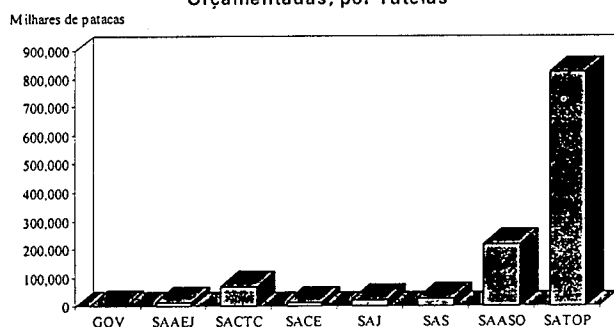
Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA - 1999, 101 milhões de patacas destinam-se à constituição de uma dotação provisional, 13,7 milhões visam cobrir concorrencialmente um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e os restantes 1.085,3 milhões estão ligados às 259 acções de investimento.

Quadro I
Proposta orçamental do PIDDA - 1999
(Segundo a Natureza, por Tutela)

(Milhares de Patacas)

NATUREZA	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Obras	1.825,0	8.300,0	47.570,0	950,0	8.900,0	4.000,0	80.041	600.509,1	752.095,1
Aquisições	0,0	0,0	0,0	3.000,0	0,0	0,0	0,0	800,0	3.800,0
Equipamento	325,0	6.800,0	3.760,0	8.080,0	8.130,0	23.825,0	32.825,5	27.386,2	111.131,7
Est., Plan. e Projectos	0,0	0,0	18.900,0	3.500,0	8.380,0	0,0	6.300,0	181.193,2	218.273,2
SubTotal	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	119.166,5	809.888,5	1.085.300,0
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	101.000,0	0,0	101.000,0
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13.700,0	13.700,0
Total	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	220.166,5	823.588,5	1.200.000,0

Distribuição das Despesas de Investimento
Orçamentadas, por Tutelas



No que se refere às restantes tutelas e excluindo a dotação provisional, que embora se encontre sobre a responsabilidade do Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento está afectada à globalidade do Plano, salienta-se o peso relativo das áreas de responsabilidade dos Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento, Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura e Secretário-Adjunto para a Segurança, com 9,9%, 5,9% e 2,3%, respectivamente.

Dentro da área de responsabilidade do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas merece realce a fatia atribuída ao próprio Gabinete, que mobiliza 464,6 milhões de patacas (38,7% do total das verbas do PIDDA) para um total de 15 acções de investimento e à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes 335,4 milhões de patacas, afectos a 41 projectos.

Repartindo a dotação global por áreas de responsabilidade, constata-se que os serviços na dependência do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas absorvem cerca de 68,6% dos projectos inscritos no PIDDA - 1999.

Analisando os investimentos de acordo com a natureza, verifica-se que cerca de 62,7% do total das verbas atribuídas ao PIDDA-99 (752,1 milhões de patacas), destinam-se a "Obras" (Quadro I).

Quadro II
Proposta orçamental do PIDDA - 1999
(Segundo as Áreas de Intervenção, por Tutela)

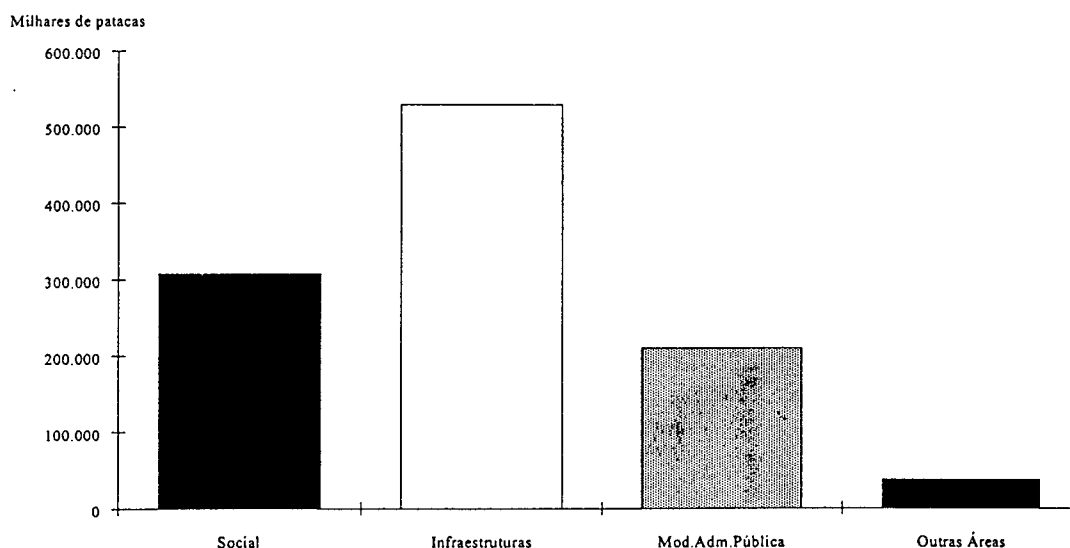
(Milhares de Patacas)

ÁREA DE INTERVENÇÃO	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Social	0,0	7.660,0	42.400,0	4.750,0	600,0	22.134,0	107.346,5	123.100,0	307.990,5
Infraestruturas	0,0	0,0	0,0	4.450,0	0,0	0,0	0,0	525.133,6	529.583,6
Mod. Adm. Pública	2.150,0	7.440,0	4.030,0	6.330,0	24.810,0	5.691,0	10.470,0	149.724,9	210.645,9
Outras Áreas	0,0	0,0	23.800,0	0,0	0,0	0,0	1.350,0	11.930,0	37.080,0
SubTotal	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	119.166,5	809.888,5	1.085.300,0
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	101.000,0	0,0	101.000,0
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13.700,0	13.700,0
Total	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	220.166,5	823.588,5	1.200.000,0

Por áreas de intervenção, destaca-se a área "Infraestruturas" que conta com 529,6 milhões de patacas, ou seja, 44,1% do total das despesas de investimento, dos quais, 33,2% (176,0 milhões de patacas) destinam-se aos projectos ligados ao empreendimento "Aterros e Infraestruturas Taipá-Coloane". Ainda nesta área salienta-se o projecto de Remoção, Recolha e

Limpeza de Resíduos Sólidos, que detém 104,3 milhões de patacas. A área "Social" conta, por sua vez, com 308 milhões de patacas, destacando-se nesta área os projectos relacionados com o "Centro Cultural de Macau" (38 milhões de patacas).

Distribuição dos Investimentos Orçamentados, por Áreas de Intervenção



Quadro III Proposta orçamental do PIDDA - 1999 (Segundo a Classificação Económica, por Tutela)

(Milhares de Patacas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.600,0	27.856,9	31.456,9
Edifícios	1.825,0	6.800,0	24.330,0	950,0	8.900,0	4.000,0	76.941,1	230.033,6	353.779,6
Estradas e Pontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61.517,9	61.517,9
Portos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,6	19,6
Construções Diversas	0,0	1.500,0	8.860,0	0	0,0	0,0	0,0	281.131,1	291.491,1
Melhor. Fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mat. De Transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	600,0	0,0	0,0	0,0	600,0
Maquinaria e Equip.	325,0	6.800,0	18.140,0	8.080,0	7.530,0	23.825,0	32.825,5	27.386,2	124.911,7
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	0,0	0,0	18.900,0	6.500,0	8.380,0	0,0	5.800,0	181943,2	221.523,2
SubTotal	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	106.200,0	809.888,5	1.085.300,0
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	101.000,0	0,0	101.000,0
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13.700,0	13.700,0
Total	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	220.166,5	823.588,5	1.200.000,0

Distribuindo os investimentos por classificação económica, constata-se que os "Edifícios" detêm um peso relativo de cerca de 29,5% no total dos investimentos, correspondente a 353,8 milhões de patacas. Nesta rubrica destaca-se o edifício da Assembleia Legislativa, com 112,0 milhões de patacas.

Por ordem de importância segue-se a rubrica "Construções Diversas", com 291,5 milhões de patacas, representando 24,3% do PIDDA-99. Do conjunto de acções agrupadas nesta designação merecem realce os "Aterros e Infraestruturas Taipa Coloane".

Quadro IV
Proposta orçamental do PIDDA - 1999
(Segundo a Classificação Funcional)

(Milhares de Patacas)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	PROPOSTA PARA 1999	
	DOTAÇÃO	%
1 - Serviços Gerais da Administração	195.631,0	16,3
010 - Administração Geral	165.355,0	13,8
020 - Justiça, Ordem e Segurança	30.276,0	2,5
2 - Segurança Pública	22.184,0	1,8
010 - Comando	10.658,0	0,9
020 - Polícia	9.886,0	0,8
030 - Bombeiros	540,0	0,0
040 - Protecção Civil	1.100,0	0,1
3 - Educação	13.380,0	1,1
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	2.660,0	0,2
020 - Ensino	3.610,0	0,3
030 - Formação Profissional	7.110,0	0,6
4 - Saúde	134.141,0	11,2
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	34.000,0	2,8
020 - Medicina	91.641,0	7,6
030 - Higiene e Saúde Pública	8.500,0	0,7
5 - Previdência Social	41.856,0	3,5
010 - Administração e Regulamentação	0,0	0,0
020 - Acção Social	41.856,0	3,5
6 - Habitação	12.900,0	1,1
010 - Administração e Regulamentação	4.400,0	0,4
020 - Habitação Social	8.500,0	0,7
7 - Outros Serviços Colectivos e Sociais	87.029,0	7,3
010 - Cultura	81.675,0	6,8
020 - Desporto e Recreio	2.000,0	0,2
030 - Cultos	0,0	0,0
040 - Meteorologia e Geofísica	2.584,0	0,2
050 - Cartografia	570,0	0,0
060 - Comunicação Social	200,0	0,0
070 - Assuntos de Trabalho	0,0	0,0
8 - Serviços Económicos	578.179,0	48,2
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	20.350,0	1,7
020 - Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas	0,0	0,0
030 - Indústrias	700,0	0,1
040 - Infra-estruturas	88.672,0	7,4
050 - Transportes	84.166,0	7,0
060 - Comunicações	0,0	0,0
070 - Comércio	0,0	0,0
080 - Turismo	22.800,0	1,9
090 - Ordenamento Físico e Ambiente	361.491,0	30,1
SubTotal	1.085.300,0	90,4
Dotação Provisional	101.000,0	8,4
Dotação Concorrecial	13.700,0	1,1
Total	1.200.000,0	100,0

Quadro V
Proposta orçamental do PIDDA - 1999
(Segundo a Classificação Orgânica)

(Milhares de Patacas)

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	PROPOSTA PARA 1999	
	DOTAÇÃO	%
40.03 - Serviço de Administração e Função Pública	2.600,0	0,2
40.05 - Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	10.000,0	0,8
40.07 - Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	3.130,0	0,3
40.09 - Direcção dos Serviços de Finanças	8.250,0	0,7
40.15 - Comissão Instaladora do Centro Cultural de Macau	15.780,0	1,3
40.18 - Serviços de Identificação de Macau	2.160,0	0,2
40.19 - Direcção dos Serviços de Economia	1.500,0	0,1
40.22 - Serviços Meteorológicos e Geofísicos	4.000,0	0,3
40.23 - Direcção dos Serviços de Turismo	20.500,0	1,7
40.24 - Gabinete de Comunicação Social	200,0	0,0
40.27 - Capitania dos Portos de Macau	8.000,0	0,7
40.28 - Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	27.500,0	2,3
40.29 - Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego	5.000,0	0,4
40.31 - Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	570,0	0,0
40.32 - Polícia Judiciária	3.750,0	0,3
40.34 - Direcção dos Serviços de Justiça	10.000,0	0,8
40.34 - Gabinete para os Assuntos Legislativos	2.500,0	0,2
40.35 - Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	335.391,0	27,9
40.36 - Gabinete para a Tradução Jurídica	3.250,0	0,3
40.37 - Instituto dos Desportos de Macau	2.000,0	0,2
40.38 - Instituto Cultural de Macau	11.750,0	1,0
40.39 - Gabinete de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência	8.450,0	0,7
40.57 - Instituto de Acção Social de Macau	33.906,0	2,8
40.64 - Oficinas Navais	1.500,0	0,1
40.67 - Imprensa Oficial de Macau	0,0	0,0
40.73 - Instituto de Habitação de Macau	9.500,0	0,8
40.76 - Instituto de Promoção Comércio Investimento de Macau	1.200,0	0,1
40.78 - Serviços de Saúde de Macau	62.641,0	5,2
40.82 - Gabinete do Governador	2.150,0	0,2
40.83 - Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura	19.000,0	1,6
40.84 - Secretário-Adjunto para a Segurança	325,0	0,0
40.85 - Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento	4.300,0	0,4
40.86 - Secretário-Adjunto para a Coordenação Económica	4.700,0	0,4
40.87 - Secretário-Adjunto para a Justiça	3.750,0	0,3
40.88 - Secretário-Adjunto p/Administração, Educação e Juventude	500,0	0,0
40.89 - Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas	464.627,0	38,7
40.95 - Conselho de Consumidores	270,0	0,0
40.96 - Instituto de Formação Turística	3.000,0	0,3
40.98 - Conselho do Ambiente	1.350,0	0,1
SubTotal	1.099.000,0	91,6
Dotação Provisional	101.000,0	8,4
TOTAL	1.200.000,0	100,0

**ANEXO III - ANÁLISE DA CONJUNTURA
ECONÓMICO-FINANCEIRA DE MACAU**

I - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

I.1. - As economias da OCDE

Em 1997, as condições económicas no conjunto das economias da OCDE, continuaram a ser geralmente favoráveis, com excepção da evolução ocorrida na Ásia durante a segunda metade do ano. Os efeitos da crise na Ásia ainda não se revelaram significativos sobre as economias da OCDE, tendo o Produto Interno Bruto agregado crescido a taxa real de 3,1 por cento em 1997 (2,8 por cento em 1996), o maior crescimento económico registado nos anos 90.

Os EUA continuaram a registar um forte crescimento do produto e do emprego, tendo a taxa de crescimento do PIB acelerado de 2,8 por cento em 1996 para 3,8 por cento em 1997. Impulsionada pelo acentuado crescimento da procura interna (+4,1%), a utilização de recursos na economia americana manteve-se em níveis muito elevados, com taxa de desemprego a situar-se no nível mínimo histórico (4,9%). Simultaneamente, a aceleração de actividade não foi acompanhada pelo aumento de pressões inflacionistas, devido sobretudo, à apreciação do dólar americano.

Em contraste, no Japão, após o elevado crescimento registado em 1996 (3,9%), a actividade económica desacelerou substancialmente em 1997. A taxa de crescimento do produto abrandou para 0,9 por cento, o que reflecte em parte a queda do consumo privado condicionado pelas medidas orçamentais mais restritivas ao longo de 1997 e a deterioração da confiança dos consumidores a partir do segundo semestre do ano, em consequência da crise do sistema financeiro e do impacto da turbulência financeira e cambial registada noutros países asiáticos.

A União Europeia continuou a evoluir no ciclo de expansão, impelido pelo aumento da procura interna e do maior dinamismo registado no sector do comércio externo. O crescimento real do PIB da UE aumentou de 1,7 por cento para 2,6 por cento em 1997. A aceleração da actividade foi extensiva a quase todas as economias da UE, com destaque para a Alemanha, a França e o Reino Unido.

O forte crescimento económico em 1997 traduziu-se apenas numa ligeira melhoria das condições no mercado de trabalho no conjunto da OCDE. O emprego total registou um aumento de 1,7 por cento face ao acréscimo de 1,1 por cento registado no ano anterior. A taxa de desemprego diminuiu marginalmente para o nível de 7 por cento. Individualmente, permaneceu a divergência entre as economias. Reflectindo uma maior rigidez no mercado do trabalho, o desemprego na UE (11,2%) permaneceu duas vezes mais elevado do que nos Estados Unidos (4,9%) e três vezes mais elevado do que no Japão (3,4%).

Em 1997, assistiu-se uma descida acentuada dos preços do petróleo, o que conjugada com o crescimento moderado das matérias-primas tem contribuído favoravelmente para a estabilização da inflação mundial em nível relativamente baixo de 4,5 por cento.

Após a desaceleração ocorrida em 1996, o volume do comércio internacional de mercadorias voltou a registar uma elevada taxa de crescimento em 1997 (+9,8%). A expansão do comércio foi particularmente pronunciada nas economias emergentes da América Latina e da Europa do Leste, o que mais do que compensou a queda registada nos países da Ásia enfraquecidos pela crise. Por outro lado, intensificaram-se também as trocas comerciais entre os países industrializados, sendo de salientar a forte procura dos Estados Unidos e da União Europeia.

À medida que se intensificam os efeitos adversos da crise asiática, a actividade económica nos países industrializados desacelerou no primeiro semestre de 1998,

sendo de apontar a iminente recessão da economia japonesa e o abrandamento da taxa de crescimento dos EUA.

Acompanhando a descida da taxa da inflação mundial, a evolução das taxas de juro na maioria dos países da OCDE apresentou um movimento de redução durante o ano de 1997. As perspectivas para 1998 e 1999 apontam para a tendência da descida das taxas de juro de longo prazo.

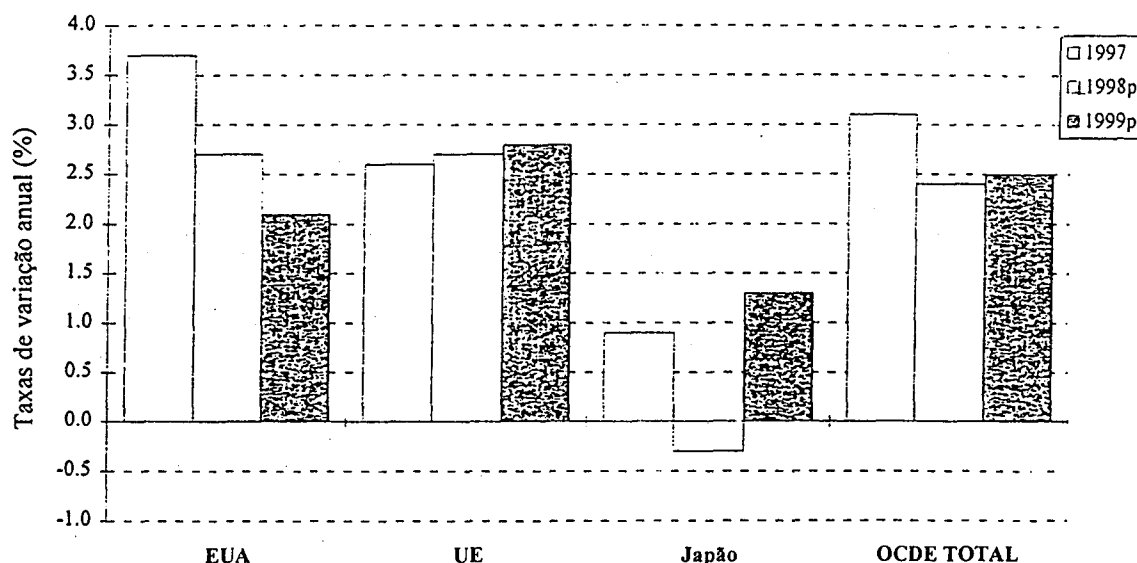
A instabilidade no mercado cambial permaneceu bastante elevada no primeiro semestre de 1998, com o movimento da depreciação do iene em relação ao dólar, que chegou a atingir 150 ienes por dólar em Junho de 1998. Em Agosto do ano corrente a crise financeira na Rússia fez acentuar as incertezas no mercado cambial, com a taxa central do rublo a desvalorizar 67 por cento contra o dólar, gerando novamente tensões sobre as economias emergentes da América Latina.

Segundo as previsões da OCDE de Junho de 1998, a actividade económica dos países-membros deverá apresentar um maior abrandamento na segunda metade do ano, devido principalmente ao crescimento negativo mais acentuado no Japão e a desaceleração da taxa de crescimento do PIB nos Estados Unidos. Em contraste, a União Europeia permanecerá no ciclo de expansão. A taxa de crescimento do conjunto dos países da OCDE deverá situar-se em 2,4 por cento em 1998, com ligeira aceleração em 1999 (+2,5%).

O desemprego nos países da OCDE deverá permanecer estável entre 1998 e 1999 (cerca de 7%). A expansão do emprego na União Europeia e nos Estados Unidos será significativa, o que em contraste com a subida do número de desempregados no Japão e na Coreia do Sul.

As pressões de aumento de preços permanecerão fracas em toda a área da OCDE, com taxas de inflação previstas de apenas 1,6 por cento em 1998 e 1,8 por cento em 1999.

Previsões de Crescimento Económico nos países da OCDE - PIB real -



Fonte: OCDE: <<Economic Outlook>>, Junho de 1998

Nos Estados Unidos, a actividade económica começou a revelar os primeiros sinais de abrandamento ao longo do primeiro semestre do ano corrente, tendo a taxa de crescimento real do PIB desacelerado de 5,5 por cento no primeiro trimestre para 1,6 por cento no segundo trimestre.

Segundo a OCDE o produto dos Estados Unidos deverá crescer 2,7 por cento em 1998 e 2,1 por cento em 1999. Apesar da expansão do consumo privado, impulsionado pela evolução mais favorável do emprego, a deterioração das exportações conjugada com a apreciação do dólar têm afectado negativamente, no corrente ano, a actividade produtiva nos EUA, prevendo-se a continuação desta tendência. Em 1998, o consumo privado deverá crescer, em termos reais 3,8 por cento e desacelerará para 3 por cento em 1999.

Na União Europeia, cujo crescimento do produto tem sido largamente suportado pelas exportações, será gradualmente substituído pela expansão da procura interna num ambiente de crescente confiança dos agentes económicos. O produto deverá acelerar para 2,7 por cento e 2,8 por cento em 1998 e 1999.

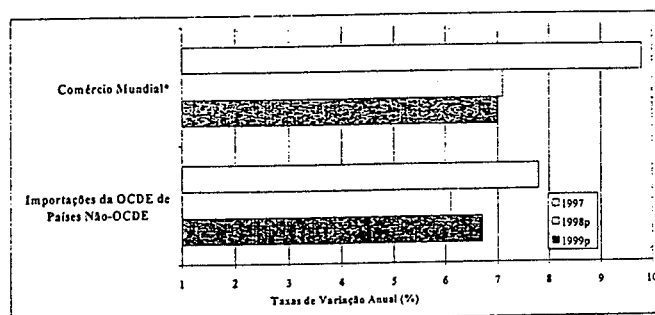
Importa sublinhar que, com o arranque do Euro a partir de 1999, um conjunto de factores vai ter implicações sobre o crescimento previsto na UE durante o período de transição, designadamente, a necessidade do Banco Central Europeu proceder a uma política monetária mais restritiva para garantir a estabilidade da moeda única europeia, a reestruturação do sistema financeiro e a maior flexibilidade estrutural requerida aos países participantes para se ajustarem ao novo enquadramento macroeconómico.

Em relação aos três principais mercados europeus de destino das exportações de Macau, a OCDE perspectiva uma consolidação gradual do crescimento na Alemanha e na França, com elevados investimentos impelidos pelo baixo nível das taxas de juro. As taxas de crescimento do PIB dos dois países deverão atingir respectivamente, 2,9 por cento e 2,8 por cento em 1999. No Reino Unido, influenciado pela forte libra e queda das exportações, espera-se um abrandamento do crescimento económico de 3,3 por cento em 1997 para cerca de 1,7 por cento em 1998 e 1999.

Para o Japão espera-se uma quebra do produto de 0,3 por cento em 1998. A crise económica e financeira em diversos países asiáticos e o acentuar dos problemas do sector financeiro japonês provocaram uma acentuada deterioração do clima de confiança das famílias e das empresas, com as consequentes repercussões negativas no consumo e no investimento do sector privado, que se espera diminuam 0,4 por cento e 2,3 por cento em 1998. As perspectivas para 1999 são de uma retoma do crescimento económico e o produto deverá crescer 1,3 por cento.

Na sequência da crise asiática, a acentuada contracção da procura na região está a afectar o comércio internacional de mercadorias que, de acordo com a OCDE, sofrerá uma significativa desaceleração nos anos de 1998 e 1999.

Previsões de Crescimento do Comércio Mundial e das Importações da OCDE - Em volume -



* Média aritmética das taxas de crescimento das exportações e importações mundiais.
Fonte: OCDE <<Economic Outlook>>, Junho de 1998

Importa referir no contexto de uma desaceleração antevista na economia mundial, que as perspectivas não se afiguram favoráveis às exportações de Macau. Em relação a 1998, as exportações nos primeiros seis meses sofreram quebra de 2,5 por cento em volume, influenciadas pelo decréscimo acentuado da exportação de produtos têxteis contingentados no mercado da União Europeia.

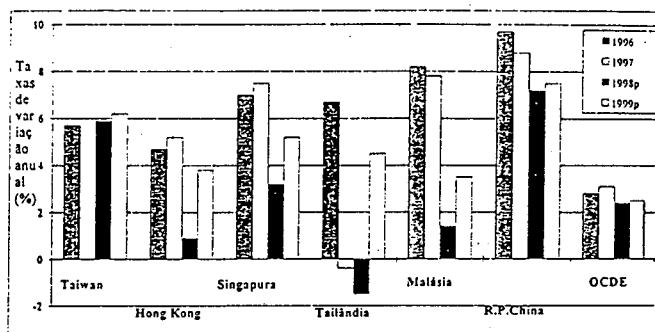
Apesar do bom comportamento dos produtos têxteis restringidos no mercado dos Estados Unidos na primeira metade do ano, em virtude da recuperação das vendas no segundo trimestre, é previsível que a exportação total do Território em 1998 sofra desaceleração em relação ao ano anterior.

A pressão dos concorrentes asiáticos que viram as suas moedas fortemente desvalorizadas já se fez sentir sobre o nível de preços de exportação, cuja quebra foi de 2,5 por cento, no primeiro semestre de 1998. Posteriormente, à medida que os países asiáticos afectados reorganizem a sua produção, é de esperar em futuro próximo maior pressão concorrencial sobre as exportações do Território.

1.2 As economias do leste asiático e da R.P.China

Em contraste com a expansão do produto nos países da OCDE, as economias do leste asiático (com excepção da R.P.China e Taiwan) estão a enfrentar uma travagem na sua trajectória de crescimento sustentado. As sucessivas repercussões da crise na Ásia, iniciada em meados de 1997, conduziram à contracção drástica da procura interna e da produção industrial nas economias da região incluindo a Tailândia, a Coreia do Sul, a Indonésia, a Malásia, Singapura, as Filipinas e Hong Kong. O crescimento do produto agregado das economias designadas as Dinâmicas Economias da Ásia¹ desacelerou para 4,9 por cento em 1997. Segundo previsões da OCDE as DEA's deverão apresentar uma estagnação do produto em 1998, com retoma prevista para 1999 (o produto agregado deverá crescer 4,2 por cento).

Crescimento Económico nas Economias do Leste Asiático versus Países da OCDE - PNB/PIB real -



Fonte: OCDE <<Economic Outlook>>, Junho de 1998

Nos países mais afectados pela crise (Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul), as fortes depreciações cambiais, conjugadas com graves problemas de solvabilidade nos sistemas financeiros, conduziram à retracção acentuada da actividade económica. As pressões inflacionistas também se manifestam significativas via aumento dos preços das importações e dos produtos alimentares.

Reflectindo a elevada integração dos países da região, nas outras economias, designadamente Japão, Singapura e Hong Kong, a actividade económica abrandou em função da queda do investimento provocada por uma deterioração de confiança e condições de crédito mais restritivas.

Em Hong Kong, a queda da bolsa em Outubro de 1997 e a descida de preços no mercado imobiliário de cerca de 40 por cento desde o último trimestre de 1997, estão a exercer um impacto negativo sobre a riqueza das famílias, provocando quebra no consumo privado. Por sua vez, reflectindo a contracção da procura da região e da apreciação relativa do dólar de Hong Kong, as exportações de mercadorias

¹ Inclui Tailândia, Malásia, Filipinas, Indonésia, Singapura, Hong Kong, Taiwan.

diminuíram, em linha com a queda do fluxo de turistas. O PIB decresceu 2,8 por cento no primeiro trimestre do ano corrente, estimando-se uma maior queda no segundo trimestre de 5 por cento.

A indexação do dólar de Hong Kong ao dólar americano tem estado sujeita a constantes ataques especulativos, ampliando a volatilidade no mercado financeiro e fazendo subir a taxa de juro. As dificuldades de acesso ao crédito também estão a condicionar a realização de investimento no sector privado.

A subida da taxa de câmbio real está a impor um ajustamento do nível geral de preços, com os salários a descer, devendo a taxa de inflação desacelerar para 3,5 por cento em 1998.

Num enquadramento desfavorável das perspectivas macroeconómicas, o Governo de Hong Kong reviu a sua previsão inicial de crescimento do produto para 1998, admitindo um crescimento negativo de 4 por cento, apresentando o aumento de desemprego, o decréscimo de 4,5 por cento quer no consumo privado quer no investimento e a contracção das exportações de 2 por cento como as principais causas.

Na R.P.China o produto cresceu apenas 7 por cento no primeiro semestre de 1998, crescimento abaixo do objectivo de 8 por cento definido pelo Governo. A desaceleração do crescimento das exportações, o aumento de desemprego resultante da reforma nas empresas públicas está a retrainar o consumo privado, conduzindo ao abrandamento da actividade económica, com fortes sinais de deflação.

As cheias ocorridas em meados do ano corrente, no centro e no norte da China estão a afectar seriamente a produção agrícola e industrial, implicando elevado prejuízo e reduzindo as possibilidades de atingir o nível de crescimento económico esperado.

Neste contexto, o Governo da R.P.China anunciou um conjunto de medidas para estimular a economia, através de programas de investimento em infra-estruturas, nomeadamente auto-estradas, caminhos-de-ferro e telecomunicações. Outras medidas como a maior facilidade de acesso ao crédito, a descida da taxa de juro e a reforma no sector da habitação estão já em curso para estimular a procura interna e o investimento. No entanto, os seus contributos só deverão produzir efeitos a partir de 1999. De acordo com as previsões da OCDE, a taxa de expansão real do PIB será de 7,2 por cento no corrente ano e de 7,5 por cento no próximo ano.

No entanto, os efeitos da crise na Ásia, além da perda de competitividade das exportações da R.P.China, resultam numa diminuição dos investimentos directos estrangeiros provenientes dos países da região, nomeadamente do Japão e da Coreia do Sul, diminuindo o excedente da balança corrente, isto apesar da balança comercial se apresentar largamente excedentária. As possibilidades de desvalorização da moeda chinesa permanecerão elevadas no ano de 1999.

1.3 Outras economias

Em 1997, o crescimento do produto nos países da América Latina acelerou para uma taxa média de 5 por cento, cerca de dois pontos percentuais acima da registada em 1996. Por sua vez a taxa de inflação da região baixou para 14 por cento. É de destacar o crescimento acentuado do PIB na Argentina, no Peru e no Chile. A actuação prudente das políticas destinadas a reduzir os défices fiscais, a combater a inflação e a liberalizar a economia, tanto em termos de privatizações como de trocas comerciais, favoreceu a maior captação de investimentos estrangeiros. Na Venezuela, com as privatizações a começar a produzir efeitos, a actividade económica voltou a apresentar um novo dinamismo em 1997, ultrapassando a recessão no ano anterior.

Em contraste, no Brasil, apesar da evolução macroeconómica favorável na primeira metade de 1997, a adopção de políticas monetárias mais restritivas e as reformas estruturais em curso, o aumento da taxa de juro em defesa da estabilidade da moeda, levou a economia a entrar em processo de ajustamento, com visíveis sinais de abrandamento da actividade produtiva e da procura interna no último trimestre de 1997, com a taxa de crescimento do produto a situar-se em 3 por cento em 1997.

Ensombreada pelos efeitos negativos da crise na Ásia e recentemente pela crise na Rússia, as perspectivas de evolução das economias emergentes da América Latina em 1998 afiguram-se pouco favoráveis, o abrandamento da actividade económica da região em 1998 será condicionada pelas repercussões da crise da Ásia sobre o sistema financeiro, com possibilidade do Brasil entrar em recessão.

Em 1997, as economias da Europa central e do leste prosseguiram de forma dessincronizada no processo de transição para a economia de mercado. Na República Checa o crescimento do produto abrandou, enquanto a Bulgária e a Roménia se encontram numa grave recessão. Por sua vez, a Polónia, os países bálticos e a Hungria permaneceram com forte crescimento da actividade económica. A Rússia também apresentou pela primeira vez, desde o colapso da Ex-URSS em 1991, um crescimento positivo de 0,4 por cento no ano passado.

No entanto, a degradação do défice público conjugada com o aumento do défice da balança corrente forçou a Rússia a entrar numa crise financeira em Agosto do ano corrente, o que mais tarde se transformou numa crise política. A evolução dos indicadores macroeconómicos, designadamente, a instabilidade cambial do rublo, a subida da inflação de 15 por cento no mês de Agosto e a quebra da produção industrial terão implicações desfavoráveis no crescimento da actividade económica. As perspectivas recentes da Consensus Forecasts apontam para uma queda do produto na Rússia de 0,6 por cento no ano de 1998, esperando-se, mesmo assim, a retoma em 1999 com o PIB a crescer 1,1 por cento.

Quadro I – 1

Previsões de crescimento real do PIB nos países da OCDE

(Variação percentual em relação ao período anterior) ^{a)}

	1996	1997	1º Sem. 97	Previsões		
				1º Sem. 98	1998	1999
E.U.A.	2,8	3,8	4,3	3,1	2,7	2,1
Japão	3,9	0,9	2,4	-0,3	-0,3	1,3
Alemanha	1,4	2,2	1,8	2,9	2,7	2,9
França	1,5	2,4	2,1	2,7	2,9	2,8
Itália	0,7	1,5	1,6	1,8	2,4	2,7
Reino Unido	2,2	3,3	3,7	1,5	1,7	1,8
Canadá	1,2	3,8	4,2	3,1	3,3	3,0
Total dos «Sete»	2,5	2,8	3,3	2,2	2,1	2,1
União Europeia	1,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,8
Total da OCDE	2,8	3,1	3,7	2,5	2,4	2,5

a) A taxas anualizadas, desazonalizadas.

Fonte: OCDE, "Economic Outlook", Junho de 1998.

Quadro I – 2

Taxas de Desemprego ^{a)} nos países da OCDE

(em percentagem)

	1996	1997	1º Sem. 97	Previsões		
				1º Sem. 98	1998	1999
E.U.A.	5,4	4,9	5,1	4,7	4,8	5,0
Japão	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,6
Alemanha	10,3	11,4	11,2	11,7	11,5	11,1
França	12,3	12,4	12,5	12,1	11,9	11,3
Itália	12,1	12,3	12,3	12,1	12,0	11,8
Reino Unido	8,0	6,9	7,2	6,6	6,8	7,2
Canadá	9,7	9,2	9,5	8,7	8,6	8,3
Total dos «Sete»	7,0	6,8	6,9	6,7	6,7	6,7
União Europeia	11,4	11,2	11,3	11,0	10,9	10,5
Total da OCDE	7,5	7,2	7,3	7,1	7,1	7,0

a) Em percentagem da população activa.

Fonte: OCDE, "Economic Outlook", Junho de 1998.

Quadro I-3

Taxas de Inflação ^{a)} nos países da OCDE

(Variação percentual em relação ao período anterior) ^{b)}

	1996	1997	1 ^a Sem. 97	Previsões		
				1 ^a Sem. 98	1998	1999
E.U.A.	2,4	2,0	2,1	0,7	1,0	1,7
Japão	0,1	1,6	1,7	-0,1	0,5	-0,1
Alemanha	2,0	1,9	1,9	1,6	1,7	1,7
França	1,8	1,2	1,3	1,0	1,0	1,3
Itália	4,4	2,4	2,3	2,3	2,3	2,0
Reino Unido	2,5	2,1	1,7	2,2	2,4	2,6
Canadá	1,5	1,8	1,9	1,4	1,3	1,6
Total dos «Sete»	2,0	1,9	1,9	0,9	1,2	1,4
União Europeia	2,6	2,0	1,9	1,8	1,9	1,9
Total da OCDE	4,4	4,1	3,8	3,2	3,3	3,1
OCDE menos países com elevada inflação ^{c)}	2,1	2,0	1,9	1,3	1,5	1,7

a) Utilizando o deflador do consumo privado.

b) A taxas anualizadas, desazonalizadas.

c) Exclui países com 10 por cento ou mais de inflação em média desde os anos 90 (inclui Rep. Checa, Grécia, Hungria, México, Polónia e Turquia).

Fonte: OCDE, "Economic Outlook", Junho de 1998

Quadro I-4

Evolução em volume do consumo privado e das importações de produtos manufacturados nos principais países da OCDE

(Taxas de crescimento anual)

	Consumo privado				Importações em volume			
	1996	1997	Previsões		1996	1997	Previsões	
			1998	1999			1998	1999
E.U.A.	2,6	3,3	3,3	3,0	9,9	15,0	13,6	9,7
Japão	2,9	1,1	-0,4	1,3	3,4	1,6	-1,1	3,1
Alemanha	1,4	0,2	1,4	2,5	2,2	9,2	7,8	7,1
França	2,1	0,9	2,5	2,7	2,5	6,7	8,0	6,6
Itália	0,8	2,4	2,2	2,5	0,0	9,6	11,2	7,3
Reino Unido	3,6	4,6	3,3	2,1	9,6	7,5	8,7	5,7
Canadá	2,4	3,9	3,3	2,8	5,6	17,9	10,2	7,8
Média *	2,0	2,3	2,7	2,3	6,5	10,3	9,4	7,0

* Ponderada pelo peso relativo das exportações domésticas de Macau para os respectivos mercados no 1^o Semestre de 1998.

Fonte: OCDE, "Economic Outlook", Junho de 1998.

Quadro I-5

Previsões económicas de curto prazo para as Economias do Leste Asiático e R.P. China

(Taxas de crescimento anual)

	PIB/PNB real				Inflação (IPC)			
	1996	1997	Previsões		1996	1997	Previsões	
			1998	1999			1998	1999
Taiwan	5,7	6,0	5,9	6,2	3,1	0,9	2,0	2,5
Hong Kong	4,7	5,2	0,9	3,8	6,0	5,9	4,3	3,5
Singapura	7,0	7,5	3,2	5,2	1,4	2,2	2,5	2,5
Tailândia	6,7	-0,4	-1,5	4,5	5,8	6,0	12,0	6,0
Malásia	8,2	7,3	1,4	3,5	3,6	2,7	7,5	3,8
Filipinas	5,5	5,1	1,3	4,0	8,5	5,0	10,2	6,0
Indonésia	n.d.	4,7	-8,5	2,0	n.d.	11,1	35,0	10,0
R.P. China	9,7	8,3	7,2	7,5	6,1	0,3	1,2	2,0

n.d. não disponível

Fonte: OCDE, "Economic Outlook", Junho de 1998.

Quadro I-6

Balança de Transacções Correntes nas Economias do Leste Asiático e R.P. China

	US\$ mil milhões			Em percentagem do PIB		
	1997	Previsões		1997	Previsões	
		1998	1999		1998	1999
Taiwan	7,4	9,2	9,7	2,6	3,5	3,5
Hong Kong	5,1	3,7	4,7	3,0	2,1	2,5
Singapura	14,6	14,1	16,1	14,9	15,4	16,6
Tailândia	-3,6	7,0	8,5	-2,2	5,2	5,7
Filipinas	-4,2	-0,4	1,1	-5,0	-0,7	1,4
Indonésia	-5,8	5,0	8,7	-2,8	6,5	9,9
R.P. China	22,8	11,9	6,0	2,5	1,2	0,6

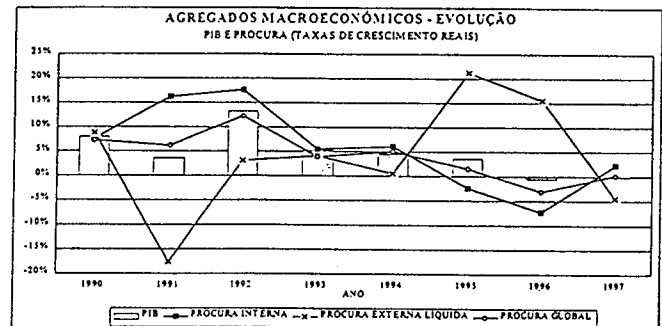
Fonte : OCDE, «Economic Outlook», Junho 1998.

II – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA CONJUNTURA

ECONÓMICA DE MACAU

II.1. – Evolução global

A economia de Macau, caracterizada por um forte dinamismo na primeira metade da década de 90, cresceu, durante este período, a um ritmo médio anual em torno dos +6%, em volume. Desde 1996, tem-se assistido a um movimento descendente das taxas de crescimento do PIB fundamentalmente explicado pela quebra registada na balança de serviços.



Influenciada directamente pela crise financeira asiática, a economia de Macau apresenta, em 1998, sinais evidentes de recessão, reflectindo os efeitos negativos da retracção constatada quer na procura externa de bens e serviços quer na procura interna.

Baseada na evolução desfavorável revelada nos primeiros seis meses de 1998 pelas principais componentes da procura interna, onde se destaca uma contracção significativa do consumo privado e do investimento, e pelas condições menos favoráveis de emprego e da progressão dos rendimentos do trabalho e das empresas, por um lado, e os decréscimos observados nas receitas do jogo, outras receitas turísticas e nas exportações de mercadorias, as quais contribuíram para a desaceleração no ritmo de crescimento da procura externa, por outro lado, prevê-se que o PIB venha a registar um crescimento real negativo, até ao final do corrente ano, na ordem de -3,3% (Quadro II-15).

II.2. - Consumo privado

Os indicadores do consumo privado têm revelado, no primeiro semestre do corrente ano, um comportamento negativo.

Com efeito, a evolução pouco favorável do rendimento disponível das famílias, justificada pelo agravamento da taxa de desemprego (4,2%), o andamento tendencialmente negativo dos salários, assim como o fraco crescimento populacional (1,5%), perspectiva uma desaceleração da taxa de crescimento do consumo privado em 1998 (Quadro II-1 e 2). De igual modo, os dados disponíveis sobre as importações de mercadorias por grupos de produto são concordantes com o perfil de andamento esperado até ao final do ano.

Por seu turno, no primeiro semestre de 1998, os preços no consumidor continuaram a evoluir no sentido descendente. A taxa de inflação medida pela variação semestral do Índice de Preços no Consumidor (calculado com base na estrutura de consumo referente ao Inquérito às Despesas Familiares 93/94), prosseguiu o seu movimento de desaceleração, registando um aumento de 1,7% (Quadro II-3), o mais baixo dos últimos 11 anos.

Em termos de evolução real, prevê-se que em 1998 o consumo privado venha a registar um abrandamento no seu ritmo de crescimento podendo fixar-se em torno dos +0,7%. Por outro lado, calcula-se que, neste ano, o consumo privado per capita

deverá apresentar uma inflexão no seu movimento devendo registar um crescimento negativo estimado de -0,8%.

II.3. — Consumo público

O consumo colectivo, com um peso na estrutura real do PIB de cerca de 9,4%, deverá registar um crescimento real de 3,0% em 1998, em consequência dos contributos menos favoráveis das rubricas despesas com o pessoal e aquisições de bens e serviços as quais deverão apresentar taxas de crescimento anual, em volume, na ordem de +3,4% e +1,8%, respectivamente.

Este cenário é globalmente explicado pela não actualização dos vencimentos dos funcionários da administração pública e pelas orientações prosseguidas a nível da redução ocorrida em algumas despesas públicas correntes.

II.4. — Formação bruta de capital fixo

Durante o primeiro semestre do corrente ano, o investimento no sector privado evidenciou um significativo recuo em relação ao observado no ano transacto em resultado da retração do investimento na construção e às importantes quebras observadas a nível da aquisição de material de transporte e de bens de equipamento.

De facto, no sector privado, a construção de edifícios e outras obras, incluindo os grandes empreendimentos, apresentando, em 1997, uma redução em termos reais, na ordem de 22,0%, veio a manter esta tendência negativa durante o primeiro semestre de 1998, apesar do aumento constatado nas áreas brutas concluídas (Quadro II-7). Este comportamento globalmente desfavorável, poderá prosseguir ao longo do corrente ano, não só devido às diminuições registadas na importação de materiais de construção (Quadro II-5) e no consumo aparente de cimento (Quadro II-6), mas também em resultado da evolução pouco satisfatória do mercado imobiliário.

Neste contexto, o número de fracções autónomas transaccionadas, um dos indicadores utilizados na estimativa das margens dos operadores sobre imóveis, diminuiu de 6,3%, entre Janeiro e Junho de 1998 (Quadro II-8), contrastando com o substancial aumento de 22,9% observado em igual período do ano anterior.

Durante a primeira metade deste ano, a única componente que tem revelado uma evolução positiva respeita ao investimento público em construção. Neste quadro, deverão destacar-se, pela importância que revestem, as seguintes acções: Centro Cultural de Macau, as obras de aterros e infra-estruturas nas Ilhas da Taipa e Coloane e a construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

No que respeita ao investimento em maquinaria e equipamento, prevê-se uma diminuição significativa no corrente ano, tendo em conta a evolução das importações de bens de capital durante o primeiro semestre de 1998 (-17,9%). De igual modo, dada a quebra das importações de material de transporte, principalmente as destinadas à indústria (-28%), constatadas no primeiro semestre de 1998, a perspetivação de uma inversão da tendência até ao final de 1998 será de difícil concretização.

Em termos globais, os elementos actualmente disponíveis nesta área referentes aos sectores público e privado, parecem apontar para uma retração do investimento em 1998, prevendo-se um crescimento real negativo na ordem de -6,3%.

II.5. — Balança de bens e serviços com o exterior

As exportações de mercadorias, com um aumento, em termos nominais, de 7,7% em 1997, manifestaram no primeiro semestre de 1998, de algum modo sob a influência da recessão económica observada na generalidade das economias asiáticas, uma inflexão no seu andamento, registando uma diminuição de 3,5% (Quadro II-14). Por outro lado, acompanhando a desaceleração da procura interna, o valor nominal das compras do Território ao exterior caíram 8,1% no primeiro semestre de 1998. Este crescimento negativo das importações foi observado em todas as categorias económicas, nomeadamente na aquisição de bens de capital (-17,9%), combustíveis e lubrificantes (-10,0%), bens de consumo (-6,8%) e matérias-primas e produtos semi-transformados (-6,6%), sendo pouco provável uma mudança de sentido até ao final do corrente ano.

No que respeita às exportações de serviços, constataram-se, no primeiro semestre de 1998, comportamentos bastante desfavoráveis das componentes relativas ao jogo (-6,2%), e ao número de visitantes entrados no território o qual registou, nos primeiros seis meses de 1998, uma diminuição de 9,5%, em termos de variação homóloga (Quadro II-9).

Relativamente às despesas per capita dos visitantes pela via marítima e terrestre, foi observado um crescimento no 1º semestre de 1998 quando comparado com igual período do ano transacto (Quadro II-10). Contudo, o seu impacto em termos de balança de serviços revela-se pouco significativo face aos mais elevados níveis atingidos em anos anteriores.

No que se refere aos indicadores relativos ao sector hoteleiro, continua a detectar-se um movimento desfavorável traduzido fundamentalmente pela diminuição do número de hóspedes (-18,7% em 1997 e -12% nos primeiros seis meses de 1998) e, conseqüentemente, da taxa de ocupação hoteleira (50,6%).

Quanto às importações de serviços, depois de um ritmo de crescimento de forte amplitude estimado para 1997 (+17,9% em termos reais) por efeito dos pagamentos em "leasing" dos aviões adquiridos pela transportadora aérea de Macau, prevê-se, para 1998, uma desaceleração no nível de despesas, em volume, basicamente suportada pelo aumento previsto das "despesas dos residentes no exterior" e da importação de "serviços não industriais".

Assim, para o ano de 1998, tendo por base os elementos actualmente disponíveis, projecta-se uma quebra significativa da procura externa líquida (-7,4%).

Neste enquadramento global desfavorável, potencialmente agravado pela debilidade das economias asiáticas, prevê-se, para 1998, uma quebra das exportações de bens e serviços na ordem dos -3,8%, em volume, e uma diminuição de cerca de -1,5% das importações de bens e serviços.

II.6. Emprego e salários

Em 31 de Dezembro de 1997 a população residente era de 422 mil indivíduos (Quadro II - 1), tendo assumido a meio do ano de 1998 o valor de 425,1 mil indivíduos, apresentando, relativamente ao mesmo período do ano anterior, uma taxa de crescimento de +1,5%.

No ano de 1997 a população activa rondou em média os 207,1 mil indivíduos, tendo-se observado uma taxa de actividade de 65,8% (Quadro II-2), correspondendo a uma quebra de 0,9 pontos percentuais face ao ano de 1996.

Os valores disponíveis para o 2º trimestre de 1998 mostram que a taxa de actividade se situou nos 65,4%, ou seja, -0,3 pontos percentuais quando comparada com a registada no mesmo período do ano anterior.

A população empregada em 1997 foi de cerca de 200,6 mil indivíduos, sendo que para o 2º trimestre de 1998 se estimam como empregados cerca de 200,8 mil indivíduos, traduzindo um acréscimo de 1,2% face ao trimestre homólogo de 1997. Contudo este crescimento parece não ser suficiente para diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho, resultando na inviabilidade de inverter a tendência crescente da taxa de desemprego que atingiu os 4,2% no final do período de Abril a Junho de 1998, contra os 3,7% observados no mesmo período do ano anterior (Quadro II-2).

Dados mais recentes disponíveis para o período de Maio a Julho de 1998 confirmam esta tendência crescente situando a taxa de desemprego em 4,7%.

A estrutura da população empregada por escalões etários (Quadro II-17.1) não tem sofrido alterações apreciáveis, embora se venha observando desde 1994 um ligeiro decréscimo do peso relativo do grupo situado no escalão de 14 a 24 anos e simultaneamente um acréscimo do peso do grupo com 45 ou mais anos de idade.

Analisando os dados apurados para o período de Abril a Junho de 1998 e comparando-os com os do mesmo período de 1997, constata-se a existência de uma situação análoga.

Relativamente à população desempregada (Quadro II-17.2), que em Junho de 1998 se estimava em 8,9 mil indivíduos, 55% apresentava idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. Este estrato da população desempregada parece apresentar uma tendência crescente devido essencialmente ao aumento dos desempregados à procura de novo emprego, já que os desempregados à procura do 1º emprego são maioritariamente jovens com idades entre os 14 e os 24 anos.

Esta situação parece reflectir a continuação das dificuldades sentidas por aquele segmento da população desempregada em arranjar colocação num mercado de trabalho cada vez mais exigente. Daí que o reforço da formação e orientação profissionais se apresente como factor essencial na presente conjuntura.

A repartição da população empregada por ramos de actividade económica (Quadro II-18.1) mostrou em 1997 que os sectores da “Construção e obras públicas” e do “Comércio, restaurantes e hotéis” observaram uma redução do seu peso na estrutura global, espelhando um nível de actividade negativo. Analisando os dados referenciados a Junho de 1998 para estes mesmos sectores constata-se que, face ao período homólogo do ano anterior, o peso da população empregada baixou, parecendo reduzidas as perspectivas de melhoria de actividade a curto prazo, embora o “Comércio” também tenha visto a sua contribuição para o desemprego largamente diminuída.

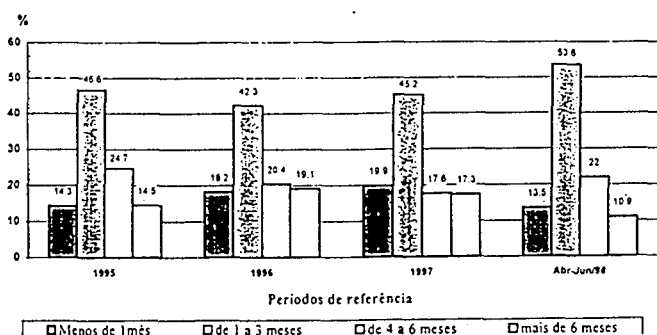
Os sectores dos “Transportes e comunicações”, “Bancos, seguros e operações sobre imóveis” e “Serviços sociais e pessoais” embora tenham apresentado, tanto em 1997 como no 2º trimestre deste ano, um comportamento favorável na estrutura do emprego, viram reforçada a sua contribuição para o desemprego, que assumiu valores relativamente elevados, principalmente no último daqueles sectores, tendo atingido os 28,1% para o período de Abril a Junho de 1998 (Quadro II-18.2).

As “Indústrias transformadoras”, que apresentaram em 1997 um crescimento do emprego da ordem de 2%, mostram, quando analisados os dados referenciados a Junho de 1998 e comparados com os do mesmo período do ano anterior, uma ligeira redução no seu peso estrutural, que se situa em 20,4%.

No tocante à população desempregada naquele sector, verifica-se no período de Abril a Junho de 1998, um decréscimo, que parece significativo, do seu peso na estrutura do total de desempregados por ramo de actividade económica anteriormente exercida.

Ainda no que se refere à população desempregada e apesar de se estar perante um crescimento acelerado da mesma, parece assistir-se à inversão da tendência de crescimento do grupo de “desempregados há mais de 6 meses”, havendo até a assinalar um decréscimo bastante significativo no período de Abril a Junho de 1998 quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Observa-se, contudo, que o grupo de “desempregados entre 1 a 3 meses” contribuiu no período mais recente com quase 54% para o total do desemprego (Quadro II-19).

Evolução da população desempregada por duração do desemprego



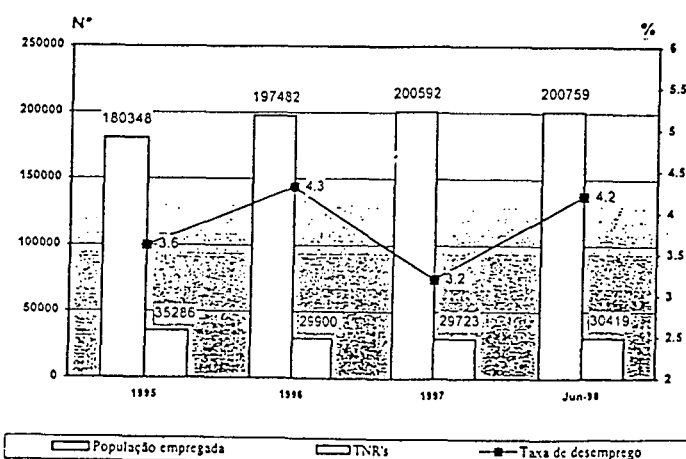
Fonte: DSEC - Inquérito ao emprego (cf. alterações metodológicas a partir de 1996)

Uma eventual confirmação desta tendência nos próximos períodos, poderá trazer perspectivas mais optimistas para a população desempregada, para a qual um dos aspectos preocupantes é o aumento da duração do período de desemprego.

Entre 1995 e 1997 o “despedimento” e o “fim do emprego temporário” seguiram trajetórias diferentes, tendo o primeiro vindo a contribuir com uma larga fatia para o total dos desempregados. No entanto para o período de Abril a Junho de 1998 parece terem-se invertido essas trajetórias, sendo que os pesos relativos destes motivos se encontram mais próximos do que no mesmo período de 1997.

O número de trabalhadores não-residentes (TNR's) existentes no Território, que em Dezembro de 1995 ultrapassou os 35 mil, decresceu cerca de 16% até Dezembro de 1997, reflectindo de certo modo os efeitos das restrições à importação de mão-de-obra não-residente impostas desde Julho de 1995.

Evolução do número de trabalhadores não-residentes e da taxa de desemprego



Fonte: DSEC - Inquérito ao emprego (cf. alterações metodológicas a partir de 1996)
FSM - Elementos estatísticos (valores no final do período).

Em 31/07/98 o número de TNR's correspondia a 30 542 indivíduos, deixando transparecer o aumento gradual destes trabalhadores desde o início do ano, associado à flexibilização proporcionada aos sectores dos “Textéis” e do “Vestuário” para contratação de mão-de-obra no exterior.

A taxa de desemprego e o número de trabalhadores não-residentes nem sempre têm assumido o mesmo tipo de comportamento. Assim, e utilizando como referência as “Indústrias transformadoras” onde o desemprego tem vindo a diminuir, parece confirmar-se a importância de prosseguir uma política flexível de importação de mão-de-obra, mas eficazmente controlada, que permita atender às necessidades de cada sector e simultaneamente proporcionar uma correcta utilização das potencialidades dos trabalhadores locais de modo a minimizar os efeitos sócioeconómicos do desemprego.

As estimativas das medianas das remunerações mensais, com significativa desaceleração iniciada em 1994, apresentaram em 1997 um crescimento acima dos 6% (Quadro II-20). Contudo, valores mais recentes mostram uma situação bastante menos favorável, tendo sido assinalado um decréscimo de 1,7% para o período de Abril a Junho de 1998 quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Consequentemente, e reflectindo a situação menos dinâmica que o Território atravessa, assiste-se a uma redução dos ganhos médios auferidos pelos trabalhadores em quase todos os sectores de actividade, afectando a procura de bens de consumo.

Quadro II – 1
População residente

		Em 31 de Dezembro			Em 30 de Junho	
		1995	1996	1997	1997 (*)	1998
População residente	10 ³	415,0	415,9	422,0	418,9	435,1
Taxa de crescimento efectivo	%	2,8	0,2	1,5	0,9	1,5
Homens	10 ³	199,4	200,1	202,9	201,5	203,8
Mulheres	10 ³	215,6	215,7	219,1	217,4	221,3
Estrutura etária						
Até 14 anos	%	25,2	25,3	24,9	25,1	24,4
de 15 a 64 anos	%	67,6	67,2	67,5	67,4	67,9
Com 65 e mais anos	%	7,2	7,5	7,6	7,5	7,7

Nota: (*) Dados ajustados

FONTE: Estatísticas Demográficas.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 5
Importação de materiais de construção

	1997 10 ³ MOP	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1995	1996	1997	1º Sem.97	1º Sem.98
Cimentos	126.600	-30,3	27,7	-26,0	-33,5	-51,7
Clinker	125.560	-30,4	27,9	-26,4	-34,2	-51,1
Outros	1.040	18,8	-19,7	118,0	254,0	-96,2
Barras e perfis de ferro macio ou aço	83.024	-56,0	-18,3	-8,0	-0,6	-28,3
Tijolos	1.311	32,4	-76,6	137,1	175,5	-26,4
Azulejos e ladrilhos	38.199	31,7	-34,3	-26,3	-17,7	-29,8
Artigos sanitários	12.021	-8,4	15,9	-10,6	29,9	-52,5

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 2

Taxas de actividade, desemprego e subemprego

Taxas	1995	1996	1997	Abr. - Jun.	
				1997	1998
Taxa de actividade	65,3	66,7	65,8	65,7	65,4
Homens	78,3	79,4	78,3	78,3	77,6
Mulheres	53,7	55,4	54,8	54,6	54,7
Taxa de desemprego	3,6	4,3	3,2	3,7	4,2
Taxa de subemprego	2,6	1,2	0,8	0,9	1,6

FONTE: Inquérito ao Emprego.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 6

Consumo aparente de cimento

	1995	1996	1997	1º Sem.97	1º Sem.98
Toneladas	311.007	238.778	196.145	101.999	65.458
Variação homóloga (%)	-31,8	-23,2	-17,9	-19,3	-35,8

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 3

Índice de preços no consumidor geral
(Variação homóloga)

Secções de bens e serviços	Ponderação (a)	1995	1996	1997	1º Sem. 97	1º Sem. 98
Índice global (b)	75,5	8,6	4,8	3,5	3,9	1,7
Produtos alimentares e bebidas (não alcoólicas)	31,3	8,1	4,5	3,6	3,7	2,6
Vestuário e calçado	5,7	12,5	6,2	1,6	2,7	1,6
Manutenção e despesas de habitação	5,8	6,5	5,5	6,9	7,0	3,0
Bebidas alcoólicas e tabaco	1,4	2,8	5,0	0,4	0,4	3,1
Conforto da habitação	4,1	7,1	2,4	0,9	1,1	0,8
Saúde	1,8	16,9	5,9	2,5	3,1	1,9
Transportes e comunicações	10,1	6,7	1,4	1,5	2,3	-2,7
Ensino, cultura e lazer	9,2	10,0	7,7	6,5	7,6	4,3
Outros bens e serviços	6,0	8,2	5,9	1,8	2,5	-2,3

(a) Estrutura do Inquérito Despesas Família (IDF) 93/94

(b) Excluído rendas.

FONTE: Índice de preços no consumidor. Base 1992/96.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 4

Automóveis ligeiros de passageiros matriculados para uso particular

	1995	1996	1997	1º Sem. 97	1º Sem. 98
Número	3.647	5.310	4.378	2.170	1.995
Variação homóloga (%)	-30,7	45,6	-17,6	-15,1	-8,1

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 7

Edifícios concluídos e iniciados segundo a finalidade

	1997	Variação em relação ao período homólogo (%)			
		1996	1997	1º Sem.97	1º Sem.98
Total de A.B. iniciados por finalidade (M ²)	853.251	-52,0	12,5	9,6	19,6
Habitação	701.467	-9,1	6,8	2,0	34,8
Comércio e escritórios	53.310	-90,8	-27,1	-16,3	-33,8
Indústria e outros fins	98.475	-54,5	241,3	605,1	-26,2
Total de F.A. iniciadas por finalidade (N.º)	7.684	-34,4	-6,9	-15,8	-10,9
Habitação	7.358	2,4	-3,5	-11,8	-6,9
Comércio e escritórios	314	-88,0	-49,9	-45,4	-58,1
Indústria e outros fins	12	-9,1	20,0	133,3	-14,3
Total de A.B. concluídos por finalidade (M ²)	1.149.961	56,3	-39,7	-57,8	62,6
Habitação	757.379	146,5	-53,5	-77,0	199,1
Comércio e escritórios	339.956	-52,7	45,6	33,4	-62,2
Indústria e outros fins	52.626	-32,3	18,2	24,5	35,6
Total de F.A. concluídas por finalidade (N.º)	9.096	78,8	-46,1	-67,9	104,7
Habitação	6.622	158,6	-57,7	-83,3	291,6
Comércio e escritórios	2.459	-64,5	108,0	92,5	-63,5
Indústria e outros fins	15	-66,7	7,1	-18,2	-33,3

A.B. - Área bruta dos pisos.

F.A. - Frações autónomas.

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 8

Fracções autónomas transaccionadas por finalidade segundo o imposto de SISA

	1997	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1995	1996	1997	1º Sem. 97	1º Sem. 98
Valor das fracções autónomas transaccionadas (10 ³ MOP)						
Total	7.510.694	-8,8	13,0	3,9	0,5	-11,1
Construção moderna	5.113.762	-19,1	43,7	7,9	4,4	-12,8
Habituação	4.050.225	-30,1	61,8	24,4	10,6	-7,0
Comércio	938.930	7,4	10,5	-29,6	-17,0	-34,7
Fracções autónomas transaccionadas (N.º)						
Total	14.304	0,2	-19,8	24,9	22,9	-6,3
Construção moderna	9.514	-11,4	-8,4	36,4	39,3	-14,0
Habituação	8.780	-22,6	2,3	55,6	53,5	-12,4
Comércio	636	41,6	-33,3	-46,4	-40,2	-33,3

FONTE: Estatísticas da Construção.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 9

Entrada de visitantes pela via marítima, via terrestre e via aérea, por nacionalidade

	1997 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1995	1996	1997	1º Sem. 97	1º Sem. 98
Nº total de visitantes	7.000.370	-1,0	5,1	-14,1	-4,7	-9,5
1. Nº de visitantes (via marítima)	4.838.576	-1,1	0,9	-19,9	-9,6	-11,3
1.1 Hong Kong	3.398.535	-4,2	-6,8	-17,0	-15,6	6,2
1.2 Japão	258.305	10,0	24,0	-45,6	-18,4	-64,9
1.3 Taiwan (Formosa)	155.400	11,6	20,8	-30,9	20,0	-70,7
1.4 China	385.142	20,8	48,0	-9,1	40,9	-12,9
1.5 Outros	641.194	2,6	10,9	-22,0	-1,7	-45,8
2. Nº de visitantes (via terrestre)	1.624.585	-1,5	-1,7	-4,5	-2,8	-2,0
2.1 Hong Kong	972.454	-18,8	-10,5	-10,3	-10,3	0,0
2.2 Japão	25.053	7,2	-3,3	-19,6	-14,8	-23,8
2.3 Taiwan (Formosa)	344.277	9,7	190,0	40,7	73,7	-6,5
2.4 China	129.331	3.208,2	-32,0	-25,6	-40,4	40,2
2.5 Outros	153.470	-2,3	13,9	-8,2	7,3	-31,3
3. Nº de visitantes (via aérea)	537.209	77,9	1.151,9	31,4	75,3	-15,0
3.1 Helicóptero	23.977	-2,3	13,2	18,1	39,1	-11,9
3.2 Aeroporto	513.232	-	2.539,7	32,0	77,3	-15,1

* A partir de 1994, o número de visitantes pela via marítima incluindo o Porto Exterior e a ponte N.º 14.
FONTE: Estatísticas do Turismo.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 10

Despesas per capita dos visitantes pela via marítima e via terrestre

	1997 (MOP)	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1995	1996	1997	1º Sem. 97	1º Sem. 98
Visitantes pela via marítima						
1. Total das despesas per capita dos visitantes	980,3	20,4	16,4	-23,0	-35,8	8,2
1.1 - Despesas (excluindo compras)	793,9	4,8	26,0	-18,4	-31,8	10,2
- Alojamento	227,7	12,1	29,7	-30,8	-37,6	18,0
- Alimentação e bebidas	326,6	0,8	28,0	-16,7	-31,9	-2,3
- Transportes, divertimentos e outras	239,6	2,6	18,7	-5,1	-24,8	20,6
1.2 Despesas em compras	186,4	87,8	-6,7	-37,9	-49,0	-0,8
Visitantes pela via terrestre						
2. Total das despesas per capita dos visitantes	2.373,8	-	-22,4	31,4	-13,7	30,5
2.1 - Despesas (excluindo compras)	1.098,9	-	-10,4	64,0	54,2	-4,7
- Alojamento	504,0	-	3,9	861,5*	810,0*	-20,3
- Alimentação e bebidas	496,9	-	-8,2	-2,0	-6,0	3,2
- Transportes, divertimentos e outras	98,0	-	-24,8	-6,1	-26,7	40,2
2.2 Despesas em compras	1.274,9	-	-28,1	12,2	-45,6	77,5

* De acordo com a sugestão de "World Tourism Organization" em "Recommendations on Tourism Statistics" sobre as despesas dos visitantes, as despesas de alojamento do IDV (via terrestre) incluem pagamentos anteriormente efectuados (pre-payment) na R.P.China a partir de Jan.97.
(a) Valores provisórios.
FONTE: Inquérito às despesas dos visitantes (IDV).
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 11

Indicadores do sector hoteleiro

	1995	1996	1997	1º Sem. 1997	1º Sem. 1998
Taxas de ocupação (%)					
Total geral	57,0	60,8	50,2	55,2	50,6
Hotéis - Total	60,1	64,1	52,1	57,4	52,4
- 5* e 4*	63,5	68,7	52,1	58,1	53,6
- 3*	63,8	67,8	63,3	67,8	61,7
Variação do N.º de hóspedes (%)	11,4	8,8	-18,7	-5,6	-11,6
Residentes de Hong Kong	3,1	-1,2	-32,9	-28,3	3,3
Duração de estadia (Noites)	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4
Residentes de Hong Kong (Noites)	1,2	1,2	1,3	1,3	1,4

FONTE: Estatísticas do Turismo.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 12

Rácio hóspedes/visitantes por via marítima e via aérea

	1995	1996	1997	1º Sem. 1997	1º Sem. 1998
Hong Kong	26,5	28,2	21,4	23,1	22,7
Japão	21,1	22,2	28,2	27,2	24,2
Taiwan	38,8	33,8	31,8	33,5	28,6
Coreia do Sul	23,6	43,3	55,5	60,7	26,5
Sudeste Asiático (1)	23,0	25,1	25,2	25,8	17,0
Europa	14,4	17,6	18,5	15,2	21,4
EU/A/Canadá	12,0	14,5	15,0	14,0	14,4
Austrália/N. Zelândia	16,9	19,2	16,9	16,6	13,6

(1) Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia.
FONTE: Estatísticas do Turismo.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 13

Capacidade hoteleira instalada (*)

	1997 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1995	1996	1997	1º Sem. 97	1º Sem. 98
Quartos						
Total	9.051	2,8	-1,3	6,7	4,5	-0,6
Hotéis	8.324	2,7	-1,5	7,8	5,4	-0,2
Hotéis 5* e 4*	5.046	5,1	-2,5	21,5	16,6	1,8
Hotéis 3*	2.185	-0,2	1,4	-11,3	-11,3	-4,6
Pessoal ao serviço						
Total	7.323	-0,2	0,1	-0,7	0,2	-3,8
Hotéis	7.143	3,0	0,0	-0,5	0,3	-3,6
Hotéis 5* e 4*	4.916	5,7	0,0	8,3	9,6	-2,3
Hotéis 3*	1.803	-0,6	1,0	-18,1	-18,0	-6,7

(*) Baseada nas informações obtidas no fim do período.
FONTE: Estatísticas do Turismo.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 14

Balança de bens e serviços

	1995	1996	1997	1.º Sem. 97	1.º Sem. 98 (%)
Exportação de bens, FOB	15.915.329	15.898.466	17.129.171	7.791.637	7.521.583
Importação de bens, CIF	18.229.332	17.298.023	17.969.482	8.972.517	8.555.129
Balança comercial	-2.314.003	-1.399.557	-840.311	-1.180.880	-1.033.546
Exportação de serviços	25.095.622	25.802.092	24.985.366	12.318.899	11.482.947
Importação de serviços	2.391.237	2.633.200	3.254.017	1.580.925	1.706.802
Balança de serviços	22.704.385	23.168.892	21.731.349	10.737.974	9.776.146
Balança de bens e serviços	20.390.382	21.769.335	20.891.038	9.557.094	8.742.599

Notas: As discrepâncias relativamente aos valores constantes das Estatísticas de Comércio Externo correspondem a ajustamentos necessários para suprir o subregisto dos fluxos de mercadorias.

Estes valores foram estimados através de análise de equilíbrio de recursos e empregos.

(*) Estimativas com base nos elementos disponíveis em 31 Agosto 1998.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto 1982-1997.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 15

Produto Interno Bruto

Taxas de crescimento real

Principais componentes da despesa	1995	1996	1997	1998(p)
Consumo privado	3,2	4,1	3,1	0,7
Consumo público	6,6	4,0	3,0	3,0
Formação bruta de capital fixo	-9,0	-25,3	1,7	-6,3
Exportação de bens e serviços	5,1	0,5	-1,4	-3,8
Importação de bens e serviços	-2,1	-7,8	0,8	-1,5
P.I.B.	3,6	-0,5	-0,1	-3,3
Procura interna	-2,4	-7,3	2,2	-1,3
Procura externa líquida (*)	21,3	15,6	-4,6	-7,4
Procura global	1,5	-3,1	0,2	-2,7

(p) Previsões com as informações em 31 Agosto 1998.

Nota: (*) Exportação - Importação de bens e serviços.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto 1982-1997.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 16

Produto Interno Bruto

Estrutura da despesa a preços constantes

Principais componentes da despesa	1995	1996	1997	1998(p)
Consumo privado	32,9	34,4	35,6	37,0
Consumo público	8,2	8,6	8,9	9,4
Formação bruta de capital fixo	28,1	21,1	21,5	20,8
Exportação de bens e serviços	84,1	84,9	83,9	83,4
Importação de bens e serviços	54,2	50,2	50,7	51,6
P.I.B.	100,0	100,0	100,0	100,0
Procura interna	70,1	65,3	66,8	68,2
Procura externa líquida (*)	29,9	34,7	33,2	31,8
Procura global	154,2	150,2	150,7	151,6

(p) Previsões com as informações em 31 Agosto 1998.

Nota: (*) Exportação - Importação de bens e serviços.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto 1982-1997.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 17

Estrutura da população empregada e desempregada por escalões etários

17.1 População empregada

Escalões etários	1995	1996	1997	Abr-Jun/97	Abr-Jun/98
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
de 14 a 24 anos	14,5	13,1	11,5	11,7	11,2
de 25 a 44 anos	63,9	65,0	65,1	65,1	64,2
de 45 a 64 anos	19,9	20,1	21,8	21,6	22,7
mais de 65 anos	1,7	1,8	1,6	1,6	1,9

17.2 População desempregada

População desempregada	1995	1996	1997	Abr-Jun/97	Abr-Jun/98
População desempregada total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 a 24 anos	24,6	21,8	29,4	28,7	21,9
25 a 44 anos	58,3	59,3	50,3	51,7	55,0
45 e mais anos	17,2	18,9	20,3	19,7	23,1
Pop. desempregada à procura do 1.º emprego	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 a 24 anos	100,0	74,9	94,3	84,7	77,0
25 a 44 anos	0,0	23,2	5,7	15,3	23,0
45 e mais anos	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0
Pop. desempregada à procura de novo emprego	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 a 24 anos	20,5	17,6	23,0	26,2	19,2
25 a 44 anos	61,4	62,1	54,7	53,2	56,5
45 e mais anos	18,1	20,3	22,3	20,6	24,3

Fonte: Inquérito ao Emprego (DSEC) - cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

Quadro II – 18

Estrutura da população empregada e desempregada por ramos de actividade

18.1 População empregada

Ramos de actividade (CAM a 1 dígito)	1995	1996	1997	Abr-Jun/97	Abr-Jun/98
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3. Indústrias Transformadoras	21,8	20,6	20,7	20,6	20,4
4. Electricidade, Gás e Água	0,8	0,7	0,8	0,8	0,6
5. Construção e Obras Públicas	9,5	7,5	7,2	7,5	5,9
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	25,6	27,5	26,5	27,1	26,9
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	5,8	6,3	6,7	6,6	7,3
8. Bancos, Seguros e Operações s/imóveis	6,1	6,6	6,8	6,6	7,0
9. Serviços à colect., serv. soc. e pessoais	30,0	30,6	31,1	30,4	31,7
Outras Actividades	0,4	0,3	0,2	0,4	0,2

18.2 População desempregada, à procura de novo emprego, por ramo de actividade anterior

Ramos de actividade (CAM a 1 dígito)	1995	1996	1997	Abr-Jun/97	Abr-Jun/98
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3. Indústrias Transformadoras	36,5	25,0	21,6	24,9	18,3
5. Construção e Obras Públicas	21,8	15,1	12,0	10,1	12,2
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,7	28,2	35,4	36,3	31,2
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	0,6	4,3	6,3	6,0	7,2
8. Bancos, Seguros e operações s/imóveis	4,1	5,2	5,4	2,5	3,0
9. Serviços à colect., serv. soc. e pessoais	18,4	21,9	19,0	20,2	28,1
Outras Actividades	0,9	0,0	0,3	0,0	0,0

Fonte: Inquérito ao Emprego (DSEC) - cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

Quadro II – 19

Evolução da estrutura da população desempregada por motivos e duração do desemprego

População desempregada	1995	1996	1997	Abr-Jun/97	Abr-Jun/98
Pop. Desempregada por motivos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despedimento	14,8	22,2	31,8	41,7	30,3
Condições insatisfatórias	20,7	15,0	17,2	13,7	18,0
Fim de emprego temporário	32,4	28,2	16,4	14,3	24,7
Razões pessoais ou familiares	15,3	18,4	17,2	17,2	9,3
Outras	16,8	16,2	17,4	13,1	17,7
Pop. desempregada por duração	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
menos de 1 mês	14,3	18,2	19,9	18,1	13,5
1 a 3 meses	46,6	42,3	45,2	45,7	53,6
4 a 6 meses	24,7	20,4	17,6	17,0	22,0
mais de 6 meses	14,5	19,1	17,3	19,2	10,9

Fonte: Inquérito ao Emprego (DSEC) - cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

Quadro II – 20

Remunerações e ganhos médios nominais

Mediana da remuneração mensal (todos os sectores) ⁽¹⁾	1996	1997	Abr-Jun/97	Abr-Jun/98*
	4º T/96	4º T/97	1º T/97	1º T/98
Ganhos médios ⁽²⁾				
TÊXTEIS				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	4.603	4.482	4.012	3.929
Residentes (TRR)	5.830	6.557	5.924	5.618
Não Residentes (TNR)	3.220	3.167	2.770	2.890
VESTUÁRIO				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	4.367	4.582	4.320	4.026
Residentes (TRR)	4.803	5.127	4.945	4.501
Não Residentes (TNR)	3.673	3.731	3.327	3.266
BRINQUEDOS				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	3.055	3.398	3.096	3.752
Residentes (TRR)	5.199	6.967	6.114	7.251
Não Residentes (TNR)	2.532	2.382	2.399	2.647
HOTELARIA				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	6.938	6.975	7.621	6.253
Residentes (TRR)	7.657	7.733	8.458	7.063
Não Residentes (TNR)	5.460	5.348	5.982	4.742
Construção e Obras Públicas ⁽³⁾				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	268	270	268	265
Especializados	291	292	291	286
Indiferenciados	178	177	181	181

*Valores provisórios

Fonte: DSEC (1) Inquérito ao Emprego - cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

(2) Inquérito às Necessidades de mão-de-obra e às Remunerações.

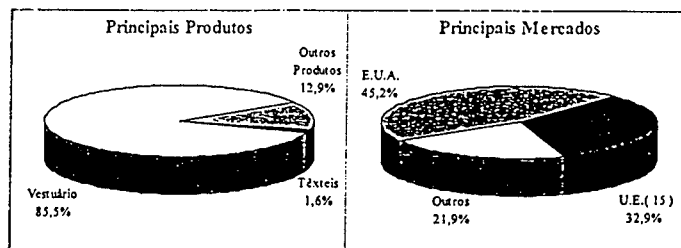
(3) Para o sector da construção e obras públicas trata-se de «salários médios, diários e nominais».

Nota: A partir do 1º trimestre de 1997, não foram considerados os estabelecimentos com menos de 20 trabalhadores ao serviço nas Indústrias Transformadoras, no âmbito do Inquérito às Necessidades de mão-de-obra e às Remunerações.

O desigual comportamento da procura externa nos principais mercados do Território, tem implicado a perda de peso da U.E. (32%), como também o mercado dos E.U.A. continua ainda a ser o principal mercado de Macau (44%).

Exportação doméstica

No período de Janeiro a Junho de 1998



FONTE: Direcção dos Serviços de Economia - Gabinete Estudos, com base nas Estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

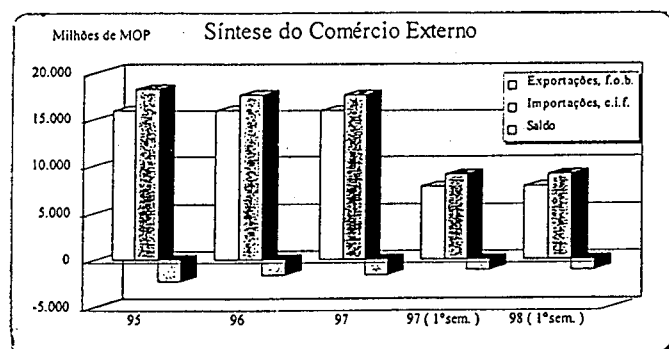
De acordo com as indicações disponíveis na D.S.Economia sobre a evolução das exportações de têxteis e de vestuário para os dois principais mercados contingentados, no primeiro semestre de 1998, apontam para um menor ritmo de crescimento da procura externa proveniente dos E.U.A., em relação ao elevadíssimo ritmo verificado no período de Janeiro a Junho de 1997. Pelo contrário, e no mesmo período, verifica-se em relação ao mercado da U.E. um comportamento negativo da procura, a contrastar com o forte crescimento no período homólogo do ano anterior.

III – COMÉRCIO EXTERNO DE MERCADORIAS

III.1. – Evolução Global

No primeiro semestre de 1998, o comércio externo de mercadorias do Território caracterizou-se pela evolução desfavorável das exportações (-3,5%)⁽¹⁾, quebra ainda assim inferior à verificada nas importações totais (-4,7%). Em resultado, o impacto no saldo da balança comercial foi francamente positivo, tendo-se registado uma diminuição do deficit da balança comercial (de 1.181 para 1.033 milhões de patacas), e a taxa de cobertura aumentou ligeiramente um por cento (87 para 88 por cento), em relação ao período homólogo do ano anterior.

As exportações de têxteis e vestuário corresponderam a 83 por cento das exportações totais de Macau. Relativamente ao total das exportações domésticas, o peso daquele sector na exportação eleva-se para 87 por cento.



FONTE: Direcção dos Serviços de Economia - Gabinete Estudos, com base nas Estimativas do PIB da DSEC.

(1) A análise global do comércio externo de mercadorias está elaborada de acordo com os dados ajustados das exportações e importações para efeitos das Estimativas do PIB da DSEC.

As taxas de crescimento referidas no texto, e salvo indicação em contrário, correspondem a variações percentuais entre valores nominais de períodos homólogos.

III.2. – Evolução das exportações domésticas

A exportação doméstica diminuiu 4,1 por cento no período de Janeiro a Junho de 1998, essencialmente devido à quebra nos fluxos de exportação de produtos "têxteis e vestuário" para a U.E. (-17,1%), não totalmente coberta pelo crescimento de vendas para os E.U.A. (4,9%).

De facto, o primeiro grande factor explicativo da quebra da exportação doméstica no primeiro semestre de 1998 reside nos elevados níveis de crescimento atingidos no período homólogo do ano anterior, e contra o qual são estabelecidas as comparações. Mais concretamente, as exportações de produtos têxteis contingentados cresceram 20 por cento para os E.U.A. e 37 por cento para a U.E., em volume, no primeiro semestre de 1997.

Exportações Doméstica de Têxteis e Vestuário

No período de Janeiro a Junho de 1998

	Mercados Restringidos				Mercados não Restringidos	TOTAL
	E.U.A.	U.E.(15)	Outros	Total		
Valores a preços correntes (milhões de MOP)						
Têxteis e Vestuário	3.104,0	2.135,4	163,6	5.402,9	232,4	5.635,3
Restringidos	2.447,4	1.968,4	133,1	4.548,9	--	4.548,9
Não restringidos	656,6	166,9	30,5	854,0	232,4	1.086,4
Variação percentual em relação ao período homólogo do ano anterior						
Têxteis e Vestuário	6,3	-17,2	16,3	-4,2	-32,2	-5,8
Restringidos	4,3	-18,4	7,5	-6,9	--	-6,9
Não restringidos	14,4	0,1	81,3	12,7	-32,2	-1,3

FONTE: Estatísticas do Comércio Externo da (DSEC); Gabinete Estudos da DSE.

De acordo com os resultados do Inquérito de Conjuntura ao sector Industrial Exportador no 2º trimestre de 1998, a maioria (63%) das empresas inquiridas antecipam um ligeiro aumento de exportações de vestuário de Macau para os próximos seis meses e 3% prevêem um forte crescimento. Por outro lado, a tendência mais favorável da Carteira de Encomendas era observada em relação aos mercados dos E.U.A. e da U.E.

A cobertura na 2ª fase de liberalização do sector têxtil da U.E. (1998 – 2001) vai liberalizar as importações dos produtos de 23 categorias, das quais 9 categorias registaram ligeiras exportações no período de Janeiro a Agosto do corrente ano, representando, no conjunto, cerca de 1% do volume das exportações totais têxteis de Macau para a U.E., e apenas uma categoria contingentada, a cat.19 (lenços). Entretanto, sabe-se deste já que a liberalização desta categoria terá efeitos praticamente nulos para o comércio têxtil entre a U.E. e Macau, não havendo exportação desta categoria em 1997 e no período de Janeiro a Agosto do corrente ano.

Como também, nesta fase, os E.U.A. contemplam apenas uma categoria contingentada de Macau (cat.459 – outro vestuário de lã), de valor exportado diminuto.

As novas regras de origem vão ser aprovadas pelos todos os membros no âmbito do “Comité Técnico sobre Regras de Origem”. Contudo, devido à diferença existente nas regras de origem sobre os têxteis e vestuário dos E.U.A. e da U.E., caso as regras de origem sejam unificadas, que serão diferentes às dos E.U.A. e da U.E., afectando, naturalmente, os produtores locais com produtos exportados para os E.U.A. ou a U.E., por terem dificuldades para se adaptarem à mudança dos processos produtivos, prejudicando assim o desenvolvimento normal do sector de têxteis e vestuário do Território, sendo, eventualmente, um grande problema que os produtores locais irão enfrentar.

É de referir que as economias dos países do sudeste asiático, que têm sofrido muito na sequência da crise financeira iniciada em meados do ano passado, estão actualmente a recuperar, cujo baixo nível de preços de têxteis e vestuário irá favorecer o desenvolvimento de exportações. Porém, devido às preocupações existentes nos dois maiores mercados de importação em relação à conjuntura política, situação económica, qualidade de produtos e data de entrega destes países, os seus volumes de exportação ainda não registaram um aumento significativo. Quando as economias destes países mostrarem a tendência para a estabilidade e os importadores voltarem a ter confiança nos seus produtos, é certo que o sector de têxteis e vestuário de Macau irá sentir uma grande pressão.

Quanto aos produtos não restringidos de vestuário, também registaram quebra de 1,3 por cento, taxa nominal, no primeiro semestre de 1998.

O declínio dos brinquedos e da electrónica está patente no peso de 1,1 por cento detido actualmente pelo conjunto destes dois sectores na estrutura da exportação doméstica. É de salientar o decréscimo da exportação da electrónica, da ordem dos -42 por cento, em relação ao período homólogo do ano anterior.

O calçado pesa actualmente apenas 2,8 por cento na estrutura exportadora de Macau. Quase desaparecido do mercado norte-americano, registou neste período um acréscimo positivo de 14 por cento no mercado da U.E., o qual absorve cerca de 80 por cento do total das vendas.

III.3. – Evolução das reexportações

As reexportações pesam apenas 14 por cento nas exportações totais do Território no primeiro semestre de 1998 e registou-se um crescimento ligeiro (0,2 %). No entanto, os dois grandes mercados de Macau tiveram comportamento desigual: enquanto o fluxo reexportador dirigido à R.P.China decresceu 6,4 por cento, registou-se um acréscimo de 1,8 por cento para Hong Kong.

O crescimento ligeiro das reexportações em relação ao período homólogo do ano anterior, deveu-se, essencialmente, ao acréscimo da intensidade da procura proveniente do mercado de Vietname. Como também, relativamente a este mercado, o forte crescimento das reexportações de bens alimentares, bebidas e tabaco conseguiu suprir o decréscimo na reexportação de outras categorias de produtos.

III.4. – Evolução das importações

No primeiro semestre de 1998, o valor das importações do Território ao exterior declinou (-4,7%) em relação ao semestre homólogo do ano anterior. Pelo contrário, no período homólogo de 1997, as importações haviam registado um aumento nominal (6,3%).

O decréscimo das importações foi generalizado a quase todas as categorias de bens económicos: matérias-primas e produtos semi-transformados (-3%), outros bens de consumo (-5%), bens de capital (-18%), e bens combustíveis e lubrificantes (-10%). Registe-se apenas o acréscimo na importação de bens alimentares, bebidas e tabaco de 4 por cento, sendo, no entanto, uma parte destinada à reexportação.

Por mercados fornecedores, e em consequência do andamento negativo das importações de matérias-primas e produtos semitransformados e dos bens de capital, no primeiro semestre de 1998 assistiu-se à quebra pronunciada nas aquisições de bens nos mercados dos E.U.A. (-17%), U.E. (-19%), Hong Kong (-17%) e do Japão (-22%). Pelo contrário, as compras à R.P.China aumentaram 4 por cento em termos nominais, resultante do acréscimo de importação de matérias têxteis, enquanto, as compras a Taiwan também registaram um crescimento de 5 por cento.

Quadro III – 1

Evolução do Comércio Externo de Macau Quadro Síntese

	1995	1996	1997	(Milhões de Patacas)	
				1997 1º Sem.	1998 1º Sem.
Exportações, FOB	15.915,3	15.898,5	17.129,2	7.791,6	7.521,6
Importações, CIF	18.237,2	17.526,7	17.969,5	8.972,5	8.555,1
Balança Comercial	-2.321,9	-1.628,2	-840,3	-1.180,9	-1.033,5
Balança Comercial / PIB (%)	-3,9	-2,7	-1,4	n.d.	n.d.
Coefficiente de cobertura (%)	87,3	90,7	95,3	86,8	87,9
Taxa de Variação em volume (%)					
Exportações	3,0	-0,1	3,8	n.d.	n.d.
Importações	-2,3	-5,1	-0,7	n.d.	n.d.

n.d.: Não disponível

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, de acordo com dados ajustados do Comércio Externo para efeitos de Estimativas do PIB (série revista e rebasada a 1989).

Quadro III – 2

Exportações totais de Macau para os principais mercados

	Valor (10 ⁶ MOP)	Estrutura (%)	Taxa média de crescimento (em %)	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
				1995	1996	1997	1997 1º Sem.	1998 1º Sem.
América do Norte	8.026,3	46,9	2,2	21,1	-4,3	21,0	17,6	5,3
E.U.A.	7.747,3	45,2	2,2	21,2	-4,2	20,8	17,8	4,6
Canadá	279,0	1,6	0,6	16,8	-6,1	24,2	34,8	20,8
U.E. (15)	5.632,0	32,9	1,7	5,3	5,0	5,2	26,1	-13,8
Ásia e Pacífico da qual:	3.210,8	18,7	5,4	-7,5	-8,6	-12,7	-10,3	-3,7
Hong Kong	1.315,3	7,7	-1,3	-8,6	1,6	-21,9	-11,8	-6,6
R.P.China	1.111,1	6,5	34,3	-12,7	-25,7	-12,3	-13,2	-7,7
Japão	187,1	1,1	-19,4	3,3	4,5	-14,9	-14,4	-28,7
Taiwan	246,1	1,4	59,5	6,5	1,4	32,5	29,6	3,6
Outros	260,1	1,5	-1,1	-21,6	15,0	14,1	16,7	2,7
TOTAL	17.129,2	100,0	2,8	7,1	-2,2	7,7	13,1	-3,5

NOTA: 1995 e anos anteriores - Exportação definitiva + Reexportação.
desde 1996 - Exportação definitiva + Reexportação.

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia - Gabinete Estudos, com base nas Estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 3

Exportação doméstica e sectoriais por mercados de destino
(no período do 1º semestre de 1998)

(milhões de Patacas)							
	E.U.A.	U.E. (15)	H.K.	R.P.China	Outros	TOTAL	Estrutura (%)
Produtos:							
Têxteis e Vestuário	3.028,4	2.129,5	113,0	17,3	346,9	5.635,3	87,2
Têxteis	16,5	0,6	64,0	13,4	11,4	105,8	1,6
Vestuário	3.012,1	2.128,9	49,1	4,0	335,5	5.529,5	85,5
Não - Têxteis	227,0	278,3	130,3	20,9	172,4	828,9	12,8
Brinquedos	13,9	19,4	1,2	0,0	6,9	41,5	0,6
Electrónica	4,7	8,4	12,2	1,5	7,6	34,4	0,5
Calçado	4,5	145,7	2,1	0,0	31,2	183,5	2,8
Outros	203,8	104,8	114,8	19,3	126,7	569,5	8,8
TOTAL	3.255,6	2.407,8	243,4	38,2	519,2	6.464,2	100,0
ESTRUTURA (%)	50,4	37,2	3,8	0,6	8,0	100,0	
<i>Varição percentual em relação ao período homólogo do ano anterior</i>							
Produtos:							
Têxteis e Vestuário	4,9	-17,1	-16,9	-51,2	-2,5	-5,8	
Têxteis	3.151,2	43,6	-19,9	-43,1	-53,1	-17,6	
Vestuário	4,3	-17,1	-12,7	-67,0	1,2	-5,6	
Não - Têxteis	1,1	20,1	-18,8	57,2	39,6	10,0	
Brinquedos	-33,7	16,7	63,0	-85,3	6,1	-7,7	
Electrónica	51,1	-69,6	-21,8	n.d.	-42,3	-42,3	
Calçado	-13,8	13,9	-44,4	n.d.	50,5	16,5	
Outros	4,4	75,7	-18,1	45,8	52,6	15,9	
TOTAL	4,6	-14,0	-18,0	-21,7	8,3	-4,1	

n.d.: Não disponível

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia - Gabinete Estudos, com base nas Estatísticas do Comércio Externo da (DSEC).

Quadro III - 4

Reexportação por categorias económicas segundo mercados de destino

(no período do 1º semestre de 1998)

(milhões de Patacas)					
	H.K.	R.P.China	Outros	TOTAL	Estrutura (%)
Alimentares, bebidas e tabaco	22,2	17,0	43,6	82,8	7,8
Outros bens de consumo	24,4	51,8	21,5	97,7	9,2
Matérias-Primas e prod. semi-trans.	380,9	311,9	57,3	750,1	70,9
Matérias de construção	2,0	2,8	0,1	4,8	0,5
Matérias Têxteis	346,3	212,5	7,3	566,1	53,5
Outros Produtos	32,6	96,6	50,0	179,2	16,9
Combustíveis e lubrificantes	0,1	0,0	25,3	25,4	2,4
Bens de Capital	67,5	27,8	6,1	101,4	9,6
TOTAL	495,1	408,4	153,7	1.057,4	100,0
ESTRUTURA (%)	46,8	38,6	14,5	100,0	
<i>Varição percentual em relação ao período homólogo do ano anterior</i>					
Alimentares, bebidas e tabaco	-26,4	-3,8	4.156,6	69,3	
Outros bens de consumo	-1,1	12,1	-38,1	-7,5	
Matérias-Primas e prod. semi-trans.	1,9	0,6	22,6	2,7	
Matérias de construção	-33,2	-38,1	349,9	-35,3	
Matérias Têxteis	23,1	-16,3	-33,9	3,9	
Outros Produtos	-63,7	87,6	34,4	0,4	
Combustíveis e lubrificantes	-74,5	-100,0	-31,4	-31,9	
Bens de Capital	-32,1	1,1	-2,1	-33,9	
TOTAL	-6,4	1,8	22,5	0,2	

FONTE: Estatísticas do Comércio Externo da (DSEC).

Quadro III - 5

Evolução das Importações de Macau

	Valor (10 ⁶ MOP)	Estrutura (%)	Varição em relação ao período homólogo (em %)				
			1997				
			1995	1996	1997	1997 1º Sem.	1998 1º Sem.
Importações Totais	17.969,5	100,0	-1,9	-5,1	3,9	4,3	-4,7
Bens de consumo	5.150,9	28,7	-4,1	-3,2	1,8	1,4	-1,3
Alimentares, bebidas e tabaco	2.242,8	12,5	5,0	4,9	3,2	6,1	3,7
Outros bens de consumo	2.908,1	16,2	-9,2	-8,6	0,7	-1,7	-5,3
Matérias-Primas e prod. semi-trans.	9.867,1	54,9	-2,1	-3,0	2,9	6,0	-3,4
Combustíveis e lubrificantes	1.070,4	6,0	5,1	21,9	5,3	10,0	-10,0
Bens de Capital	1.861,1	10,5	1,8	-28,6	15,4	22,2	-17,9

NOTA: Taxas de crescimento nominais.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, de acordo com dados ajustados do Comércio Externo para efeitos de Estimativas do PIB (série revista e rebasada a 1989).

Quadro III - 6

Importação de Macau por mercados

	Estrutura (%)	Varição em relação ao período homólogo (em %)				
		1997				
		1995	1996	1997	1997 1º Sem.	1998 1º Sem.
R.P.China	28,6	11,1	7,9	24,2	30,5	3,9
Hong Kong	25,2	-8,5	-1,5	-9,7	0,1	-16,8
U.E. (15)	12,4	-8,4	-9,0	-6,0	3,6	-19,0
Taiwan	9,3	2,4	19,2	9,6	16,6	5,1
Japão	8,5	-20,9	-16,4	-0,9	3,1	-21,8
E.U.A.	6,3	4,3	-22,1	11,0	-9,0	-18,6
Coreia do Sul	2,6	-7,7	9,7	0,9	-9,9	5,1
Singapura	1,2	55,1	-4,6	41,9	59,6	86,1
Outros países	6,1	0,3	-3,7	4,7	2,6	-16,0
TOTAL	100,0	-3,9	-2,1	4,2	9,0	-8,1

NOTA: 1995 e anos anteriores - Importação definitiva, desde 1996 - Importação total.

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia - Gabinete Estudos, com base nas Estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

IV - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

IV.1. - Evolução global

A evolução dos indicadores monetários de Macau durante o primeiro semestre de 1998 foi decisivamente influenciada pelos efeitos da crise asiática, transmitidos, sobretudo, através da volatilidade e pressão altista das taxas de juro do dólar de Hong Kong, face à persistência de ataques especulativos.

As paridades da pataca e do dólar de Hong Kong relativamente ao dólar americano mantiveram-se firmes, pelo que, a evolução em termos de taxa de câmbio efectiva foi uma ligeira valorização de 1,6%, decorrente do fortalecimento da moeda americana.

A evolução dos agregados monetários tem sido, em grande parte, também condicionada pela crise vivida nos mercados asiáticos. Os meios de pagamento imediatos (M₁) desde Setembro de 1997 que registam taxas de crescimento homólogo negativas face ao aumento das taxas de juro, que torna maior o custo de oportunidade de deter meios líquidos não remunerados. Por outro lado, o agregado de liquidez mais abrangente (M₂) desde o início de 1997 regista taxas de crescimento anual inferiores a 10%, em virtude da desaceleração na acumulação de disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLXs) e do abrandamento do ritmo de crescimento do crédito interno. Relativamente à repartição cambial do M₂, a pataca tem mantido desde Fevereiro do ano corrente a sua quota em torno dos 30,6%, após a ligeira perda registada no final de 1997.

E, embora no primeiro semestre do ano corrente o total das DLXs do sistema financeiro tenha registado uma clara recuperação (+2,7 biliões de patacas), a Reserva Cambial do Território estagnou em torno dos 19,6 biliões de patacas, reflectindo o menor ingresso líquido de meios externos e a preocupação dos bancos em manter saldos de liquidez em HKD mais confortáveis.

O crédito a empresas e particulares registou, no mesmo período, uma expansão de apenas 923 milhões, sendo a taxa homóloga de variação, somente de 3,8%, a mais baixa desde que há memória. Tendo-se verificado, inclusivamente, nalguns sectores, uma quebra no montante do saldo do crédito concedido relativamente à situação verificada há um ano atrás. Entre esses sectores destacam-se os "transportes, armazenagem e comunicações" (-417 milhões), a "electricidade, gás e água" (-64 milhões) e a "construção e obras públicas" (-48 milhões). Inversamente, os sectores onde se verificou um maior acréscimo de financiamento bancário foram os do "comércio" (+372 milhões) e o dos "particulares, para a compra de habitação" (+196 milhões).

O aparente arrefecimento da conjuntura económica a partir de meados de 1997, terá prejudicado a evolução do volume da actividade bancária, que, desde então, em termos globais, diminuiu 1,8%. No entanto, os efeitos sobre a rentabilidade do sector ficar-se-iam somente por uma desaceleração no ritmo de formação de resultados, havendo mesmo indícios de progressos a nível de uma melhoria da produtividade.

A nível das posições em patacas evidenciadas no relacionamento entre as entidades monetárias do Território, verificou-se, no período anual terminado no final do primeiro semestre de 1998, uma diminuição das aplicações em bilhetes monetários (-539 milhões). Tal, deveu-se, provavelmente, a um maior aumento do crédito a empresas e particulares em patacas (+1,8 biliões) do que dos depósitos nessa moeda (+631 milhões). Para além disso, os bancos comerciais passaram a privilegiar nas operações SWAP contra patacas feitas com a AMCM, o dólar norte-americano, em vez do dólar de Hong Kong como era habitual.

IV.2.- Evolução das taxas de juro e de câmbio

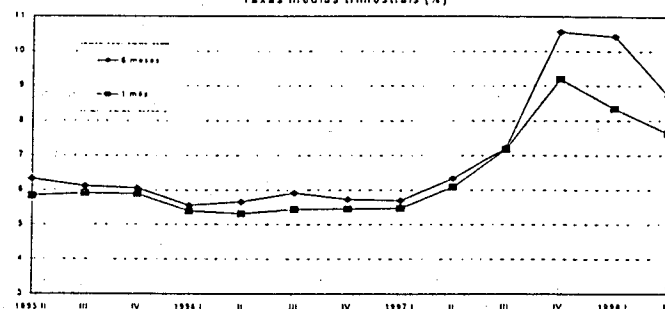
O sistema monetário-cambial de Macau está estritamente condicionado pelo regime cambial em vigor desde 1983, altura em que se estabeleceu uma paridade fixa da pataca face ao dólar de Hong Kong (MOP1=HKD0,97), após o pegging desta moeda ao dólar norte-americano, em torno da paridade central USD1=HKD7,8.

É a intransigente defesa da estabilidade da taxa de câmbio entre a pataca e o dólar de Hong Kong que constitui o factor fundamental do regime monetário-cambial do Território, fazendo com que as taxas de juro da pataca sigam de perto as oscilações das taxas do dólar de Hong Kong. Até porque, note-se, a integração do dólar de Hong Kong no sistema monetário de Macau é assaz elevada, pois que a moeda da RAE vizinha tem plena aceitação em termos comerciais em Macau, sendo mesmo a sua parcela na massa monetária (52,4%) nitidamente superior à da pataca (30,6%).

Até à propagação da crise financeira asiática que eclodiu com a depreciação do baht tailandês em 2 de Julho de 1997, as taxas de juro da pataca e do dólar de Hong Kong aproximavam-se, de facto, das taxas norte-americanas. Mas, com a turbulência que passou a afectar a generalidade das moedas da região, começaram a verificar-se, por vezes, ataques especulativos contra o dólar de Hong Kong, acabando por elevar o prémio de risco incorporado nas suas taxas de juro relativamente às congéneres do dólar norte-americano.

Neste contexto, as taxas de juro da pataca chegaram a atingir valores bastante elevados (entre 20 a 50%) em momentos críticos de especulação e, mesmo em termos médios, passou a registar-se um significativo aumento. Por exemplo, a taxa de juro média no mercado interbancário (MAIBOR) para o prazo de um mês, que tinha sido de 5,8% no primeiro semestre de 1997, na segunda metade do ano elevar-se-ia a 8,2%, mantendo-se depois no primeiro semestre de 1998 ainda em cerca de 8%.

Taxas do Mercado Interbancário da Pataca - MAIBOR
Taxas médias trimestrais (%)



FONTE: AMCM Boletim Mensal das Estatísticas Monetárias e Cambiais.

Todavia, esta subida das taxas de juro do mercado interbancário não seria repercutida de forma tão dramática sobre o sector não financeiro, designadamente, nas taxas dos depósitos e crédito.

Relativamente às taxas passivas, aferindo as alterações nas taxas indicativas aprovadas pela "Associação de Bancos de Macau" - taxas para os depósitos de

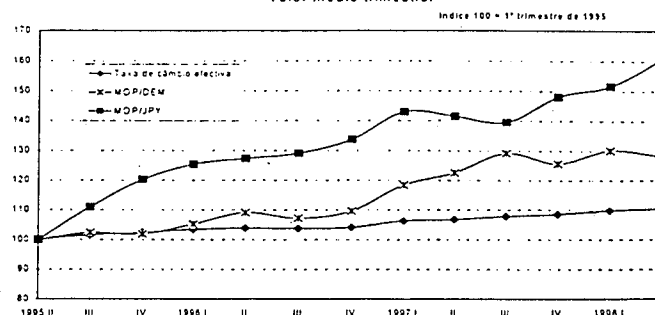
poupança e c/pré-aviso de 7 dias -, verificamos que após o aumento de 0,25 pontos percentuais em Abril de 1997, devido a um aumento da mesma magnitude na "federal fund's rate" americana, houve depois dois outros aumentos de 0,75 pontos percentuais, um no final de Outubro desse ano e outro já em Janeiro de 1998. Contudo, no final Março, devido ao aliviar da pressão sobre o dólar de Hong Kong, essas taxas seriam reduzidas em 0,25 pontos percentuais, sendo no final do primeiro semestre do ano corrente a taxa dos depósitos de poupança de 5% e a das depósitos c/pré-aviso de 7 dias de 5,75%.

A nível das taxas activas houve também um aumento, sobretudo visível a partir de Novembro de 1997. No fim desse ano, a prime rate das letras descontadas era de cerca de 10,5%, contendo um acréscimo de 0,75 pontos percentuais relativamente a Junho, enquanto as taxas do crédito hipotecário, à volta de 11%, registavam um aumento de cerca de 0,5 pontos percentuais. Posteriormente, após terem atingido os valores mais altos em Março, voltaram a descer um pouco, sendo no final de Junho passado de cerca de 11% nas letras descontadas e de 11,4% no crédito hipotecário.

Embora com o custo da manutenção de taxas de juro um pouco mais elevadas relativamente à situação anterior à crise asiática, a ligação do dólar de Hong Kong ao dólar americano pôde subsistir, tendo, por conseguinte, essa moeda e a pataca continuado a registar uma evolução cambial de acordo com a evolução da paridade do dólar americano relativamente às restantes divisas.

Acontece que a fase de apreciação do dólar americano evidenciada, em termos gerais, no segundo semestre de 1995, permaneceu ainda activa durante a primeira metade do ano corrente. Desta forma, após a pataca ter ganho ao marco alemão 8,1% em 1996 e 14,9% em 1997, apreciar-se-ia até Junho de 1998 mais 1%, fazendo com que o ganho acumulado desde Julho de 1995 se elevasse a 30,6%. A evolução relativamente às outras moedas do sistema monetário europeu foi semelhante. Relativamente ao iene japonês a pataca ganhou 3,7% em 1995, 12,3% em 1996, 11,7% em 1997 e mais 8,4% até final de Junho de 1998, sendo a apreciação acumulada desde Junho de 1995 de 59,1%.

EVOLUÇÃO CAMBIAL DA PATACA
Valor médio trimestral



NOTA: um aumento (decréscimo) nos índices significa uma apreciação (depreciação) da pataca.
FONTE: AMCM Boletim Mensal das Estatísticas Monetárias e Cambiais.

Face às moedas da região sudeste asiática, visto que estas conseguiam manter sem grandes desvios o curso do dólar americano, a apreciação da pataca foi, sobretudo, notória a partir do colapso cambial do baht tailandês, a 2 de Julho, imediatamente propagado às demais moedas. Em 30 de Junho do ano corrente, relativamente aos valores do final de 1996, a pataca tinha-se apreciado 533% contra a rupia Indonésia, 65% face ao ringgit da Malásia, 64% relativamente baht tailandês, 62% contra o won da Coreia, 60% face ao peso filipino, 26% relativamente ao dólar de Taiwan e 22% na paridade com o dólar de Singapura. Face ao yuan da R.P.C., a variação da pataca no período considerado (-0,4%), limitou-se às ligeiras oscilações decorrentes das sessões diárias de "fixing" cambial pelas autoridades chinesas.

Em resultado das variações cambiais referidas, desde Dezembro de 1996 até 30 de Junho de 1998, a taxa de câmbio efectiva da pataca, indicador que pondera as taxas de câmbio nominais pelo peso dos fluxos comerciais com os respectivos países, elevou-se 6,5%, o que constituiu uma variação muito significativa, tendo em conta a estabilidade cambial contra as moedas dos principais parceiros comerciais - Hong Kong, RPC e EUA.

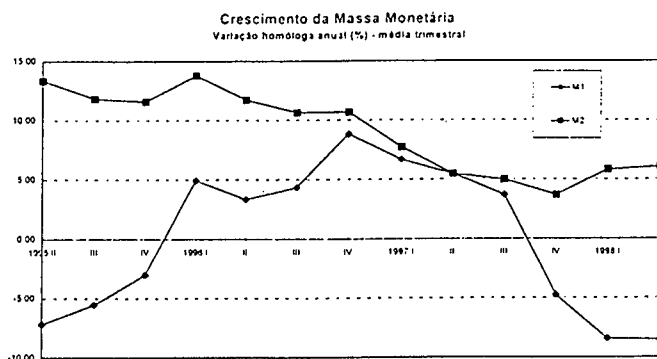
IV. 3. — Massa monetária

Pela observação da evolução recente dos agregados monetários, verifica-se ter o indicador de liquidez em sentido estrito M_1^1 vindo a registar taxas de crescimento anuais negativas desde Setembro de 1997, enquanto o M_2^2 , embora mantendo sempre taxas de variação homólogas positivas, tivesse já encetado a partir de Dezembro de 1996 um período em que as suas taxas de crescimento passaram a ser de um dígito, por oposição a níveis superiores a 10% antes dessa data.

O abrandamento do M_2 reflectiu necessariamente a evolução conjugada das suas contrapartidas³, donde se destaca a variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLXs), que em última análise traduz a captação pela economia do Território de fluxos financeiros do exterior em termos líquidos. Acontece que durante o ano de 1997 não houve crescimento das DLXs, tendo-se mesmo registado uma diminuição de 0,9% relativamente a Dezembro de 1996, o que apesar da aceleração do crédito interno para 6,2%, acabaria por limitar as taxas de crescimento anuais do M_2 durante esse período.

Nos primeiros seis meses de 1998, as DLXs cresceram de forma notória a uma taxa homóloga de 12,2% (essencialmente por uma maior quebra nos gastos com importações do que nas receitas das exportações) mas, o crédito interno⁴ desacelerou, devido, quer a um menor crescimento do crédito a empresas e particulares (3,8%), quer por um aumento notório dos depósitos do sector público (30,2%). Em consequência, a taxa de crescimento anual do M_2 apenas logrou aumentar de 4,8% em Dezembro de 1997, para 5,7% no final de Junho último.

A evolução do M_1 reflectiu de forma mais vincada os efeitos da crise asiática e, designadamente, o aumento das taxas de juro face à pressão existente sobre o dólar de Hong Kong, acentuada por ataques especulativos ocasionais. A este respeito, refira-se que desde Dezembro de 1995 até Agosto de 1997, o M_1 registou sempre taxas de crescimento homólogo positivas mas, depois dessa data, encetaria um período ininterrupto de taxas negativas, tendo perdido nos doze meses após Junho de 1997 mais de 12% em termos acumulados. E esta diminuição, é consistente com o maior custo de oportunidade de detenção de meios líquidos não remunerados decorrente de aumentos das taxas de juro.



FONTE: AMCN Boletim Mensal das Estatísticas Monetárias e Cambiais.

Em termos da composição cambial da massa monetária, verificamos que o reforço da quota da pataca no M_2 foi interrompido neste período, pois que, de 31,4% em Junho de 1997, o peso da pataca seria ligeiramente diminuído para 30,6% até Junho do ano corrente. Evolução semelhante registou também a parcela relativa ao dólar de Hong Kong, que no mesmo período passou de 52,6% a 52,4%, tendo apenas aumentado o peso da parte residual em "outras moedas", subindo de 16% para 17%.

IV.4.- Crédito interno

O crédito interno, variável monetária que engloba o crédito líquido ao sector público e o crédito a empresas e particulares residentes, era no final de Junho passado

¹ M_1 =circulação monetária+depósitos à ordem+depósitos de poupança

² M_2 = M_1 +depósitos c/ pré aviso+depósitos a prazo

³ $\Delta M_2 = \Delta \text{ disp. líquidas s/ exterior} + \Delta \text{ crédito interno} + \Delta \text{ div. líquidos}$

⁴ Crédito interno = (crédito ao sector público - depósitos do sector público) + crédito às empresas e particulares

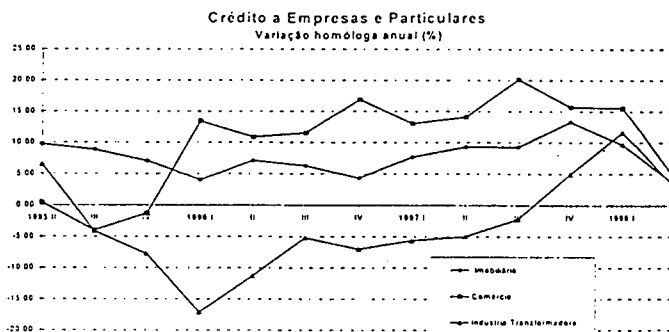
de 42,9 biliões de patacas, valor que traduziu um crescimento homólogo de somente 0,5%. Este reduzido aumento em termos anuais foi igual ao registado no mês anterior, e apenas 0,2 pontos percentuais superior ao de Abril, que tinha estabelecido um valor mínimo de crescimento para esta variável.

Na base da desaceleração esteve, em primeiro lugar, o grande aumento dos depósitos do sector público, cuja taxa homóloga de crescimento foi de 32% em termos médios no segundo trimestre e, em segundo lugar, uma diminuição no ritmo de crescimento do crédito a empresas e particulares. Os valores do crédito ao sector público continuaram a ser praticamente nulos.

A notória elevação dos depósitos do sector público no período anual terminado em Junho de 1998 (+1,6 biliões de patacas), resultou do facto de terem registado uma descida acentuada no início de 1997, que seria invertida por completo após a revisão do contrato do exclusivo da exploração dos jogos de fortuna e azar, a que se acresceu o atraso no efectivar da transferência relativa ao início de actividade da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau. A par destes factores, há ainda a pôr em evidência o facto do orçamento do Território ter registado um superavit de cerca de 600 milhões de patacas no primeiro semestre de 1998, o que, naturalmente, também se repercutiu positivamente sobre o nível de depósitos do sector público.

A evolução do crédito ao sector privado residente, cuja variação foi em Junho de apenas 3,8% em termos homólogos, deverá enquadrar-se nas condições de arrefecimento económico que se parecem fazer de novo sentir.

Os sectores económicos onde mais se fez notar a falta de dinamismo em termos de expansão do crédito outorgado foram os dos "transportes, armazenagem e comunicações", onde o saldo do crédito concedido foi inferior em 417 milhões de patacas (-40,5%) relativamente à situação de há um ano atrás, da "electricidade, gás e água" com menos 64 milhões (-5,1%) e da "construção e obras públicas" com um decréscimo de 48 milhões (-0,5%).



FONTE: AMCN Boletim Mensal das Estatísticas Monetárias e Cambiais.

De forma inversa, os sectores onde se verificou um maior acréscimo no saldo do crédito concedido foram os do "comércio", onde o aumento anual em termos absolutos foi de 372 milhões de patacas (+4,9%) e o dos "particulares para a compra de habitação" com mais 798 milhões (7,1%), para o que terá contribuído, neste último segmento, o sistema de bonificação da taxa de juro instituído pelo governo do Território.

Evoluções mais moderadas registaram-se nos sectores da "indústria transformadora" (+3,4%) e dos "restaurantes, hotéis e similares" (+1,4%), tendo-se destacado dentro da indústria os segmentos da "alimentação e bebidas" (+25%), "papel e artes gráficas" (18,5%), "vestuário e confecções" (+14,4%) e "máquinas, material eléctrico e electrónico" (+11,2%).

Contudo, as alterações verificadas na estrutura do crédito concedido não foram substanciais, continuando o maior peso a pertencer aos "particulares para a compra de habitação" com 24,3%, logo seguido da "construção e obras públicas" com 18,3%, "comércio" com 14,1%, "indústria transformadora" com 8,4% e dos "particulares para outros fins" com 7,4%.

Relativamente às moedas de denominação do crédito verificou-se no período anual terminado em Junho aumentos das parcelas representadas em patacas, para 27,2% (+2,8 pontos percentuais) e em “outras moedas”, para 8,4% (+1,5 p.p.), tendo descido o peso do dólar de Hong Kong para 64,4% (-4,2 p.p.).

IV.5. — Relações financeiras com o exterior

O crescimento das DLXs tem vindo a desacelerar desde 1995, tendo-se registado em 1997 mesmo uma redução anual de 387 milhões de patacas. Contudo, durante os primeiros seis meses do ano corrente, verificou-se uma recuperação assinalável, pois que, a taxa homóloga média de crescimento foi de 11,8%, tendo, em termos absolutos, as DLXs aumentado 2,7 biliões de patacas, para atingir 45,5 biliões.

A componente das DLXs que mais influenciou o comportamento enunciado, foram as DLXs na posse dos bancos comerciais, que evidenciaram um decréscimo de 5,9% em 1997 e, um aumento médio em termos homólogos de 19,7% no primeiro semestre de 1998.

As DLXs na posse da AMCM, embora ainda na fase de crescimento mais lento iniciada em meados de 1995, têm registado sempre taxas de variação anual positivas, não obstante a média do primeiro semestre de 1998 não tenha ido além dos 3%, após um crescimento de 5,3% em 1997. Desta forma, no final do primeiro semestre do ano em curso, o valor total das DLXs a cargo da AMCM, vulgarmente identificado como Reserva Cambial, era de 19,6 biliões, ou seja, 43,1% do total das DLXs do sistema.

Durante 1997, e também no primeiro semestre do ano corrente, houve uma melhoria do saldo da balança comercial mas, simultaneamente, uma deterioração da balança de serviços, pelo que, no conjunto da balança de bens e serviços se verificou uma diminuição no superavit de 4% em 1997 (-878 milhões) e de 11,3% (-814 milhões) nos primeiros seis meses de 1998. Por conseguinte, o aumento das DLXs no período de 1997-98, deverá ter sido determinado pela evolução do valor do défice da balança de transferências, rendimentos e capitais, que se agravou 19,4% (+3,5 biliões de patacas) em 1997 e reduziu 50,3% (-6,1 biliões) nos primeiros seis meses de 1998.

IV.6. - Actividade das OIMs

a) Evolução da actividade do sector bancário

O volume de actividade das instituições de crédito a operar no Território, medido pelo valor do activo deduzido das contas internas e de regularização, registou, no período anual terminado em Junho do ano corrente, um decréscimo de 1,8%, o que se enquadra nas condições de enfraquecimento da conjuntura económica actual.

Os factores que mais contribuíram para esta evolução foram o decréscimo em 3,5% das disponibilidades sobre o exterior, que representam 54% das aplicações, e a desaceleração no crescimento do crédito a empresas e particulares que aumentou apenas 3,8% em termos anuais, representando esta rubrica 33,4% do volume de actividade.

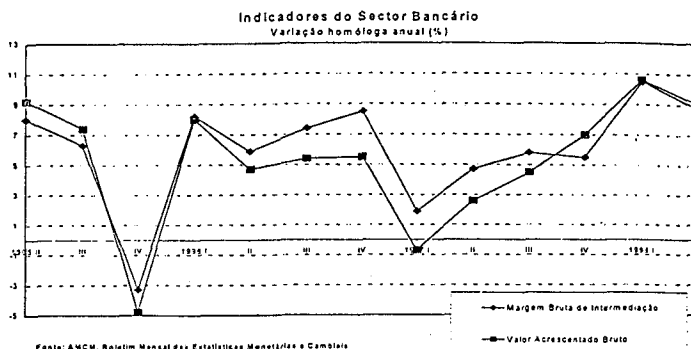
De entre as aplicações no exterior, verificaram-se decréscimos em termos homólogos nas disponibilidades sobre bancos (-4,2%) e nas aplicações financeiras (-9,3%), que só numa pequena parte foram compensadas pelo aumento de 6,2% do crédito ao exterior.

De entre a evolução no último ano das restantes rubricas do activo, é de assinalar uma diminuição das aplicações em bilhetes monetários (-4,6%), indiciando uma ligeira redução da liquidez em patacas, e um aumento de 14,6% do imobilizado dos bancos, o que, apesar da conjuntura actual, atesta a continuação do interesse em realizar mais investimentos no sector.

Do lado dos recursos, embora se tivessem registado aumentos de 4,1 biliões de patacas nos depósitos do sector privado residente (+5,5%) e de 789 milhões nos depósitos do sector público (+41,7%), que conjuntamente representam 55% do total, e ainda um crescimento de 485 milhões (+8,7%) na rubrica dos recursos próprios e resultados, ocorreu, simultaneamente, uma diminuição de 7,5 biliões (-12,2%) nas

responsabilidades para com o exterior, principalmente nas bancárias (-13,7%), o que permitiu fazer o ajustamento face ao menor volume de aplicações.

O valor da margem de juros, medido pela diferença entre os proveitos das operações de crédito e os juros relativos à remuneração dos recursos alheios, evoluiu, em termos homólogos, 10,9% até meados do ano corrente, o que representou a mais baixa taxa de crescimento deste indicador em quatro anos. Tal, deverá ter resultado da desaceleração da actividade creditícia e, simultaneamente, da incompleta repercussão sobre as taxas de juro activas dos aumentos registados nas taxas do mercado interbancário.



Por outro lado, o valor da margem bruta de intermediação, que para além da margem de juros abrange também os resultados obtidos com serviços bancários, operações cambiais, aplicações em títulos, entre outros, aumentou 8,8%, pelo que, mais do que tinha aumentado um ano antes (4,7%), o que revelou as capacidades de adaptação e geração de lucros das instituições de crédito face a alterações desfavoráveis da conjuntura económica.

Por último, é de referir que o VAB gerado pelo sector apresentou um crescimento homólogo de 9,1% no final de Junho passado, o que permitiu verificar a continuação da fase de maior crescimento desta variável registada a partir de Março de 1997, e, donde se infere ter aumentado a produtividade do sector, pois que, a taxa de crescimento do emprego, estima-se, não deverá ter ido além dos 5,5%.

b) Mercado interbancário

A actuação dos bancos a operar em Macau no mercado interbancário local no primeiro semestre de 1998, comparativamente ao primeiro semestre de 1997, foi de modo a evidenciar um menor montante de fundos envolvidos nas transacções inter-bancos e, também, uma ligeira redução dos montantes aplicados em bilhetes monetários junto da AMCM. Em contrapartida, registou-se um aumento pronunciado nos valores envolvidos em operações SWAP de moedas com a AMCM, através das quais os bancos cederam divisas à AMCM de forma a aumentar os seus meios líquidos em patacas.

O valor em final de período das aplicações/recursos realizadas entre os bancos comerciais diminuiu 27,2% no último período anual até Junho de 1998. Esta quebra foi, em termos percentuais, a maior de entre todos os tipos de aplicações, embora o montante em causa seja tradicionalmente reduzido (0,7% do activo em Junho de 1998).

No tocante aos bilhetes monetários embora o saldo médio no primeiro semestre de 1998 tenha caído 4,6% relativamente a igual período do ano anterior, ainda assim, o valor verificado de 1,1 biliões de patacas (7,6% do activo) é bem expressivo do interesse que este instrumento de absorção de liquidez em patacas continuou a despertar. Até porque, o crédito a empresas e particulares em patacas aumentou 15,5% (1,8 biliões de patacas) e o total dos depósitos nesta moeda apenas se expandiu 3% (681 milhões), fazendo com que se invertesse a tendência de geração de excedentes de liquidez em patacas.

E, terá sido a menor disponibilidade em patacas que levou os bancos a uma maior utilização dos SWAPs, sobretudo visível nos montantes envolvidos, pois que, se o número de operações apenas aumentou de 42 para 46, o saldo final médio mensal do semestre foi superior em 551 milhões de patacas (+746%), tendo também o prazo médio passado de 18,6 para 32,2 dias. É ainda de destacar que a partir de meados de 1997, as operações SWAP foram na maior parte feitas a partir de dólares americanos para patacas, quando anteriormente eram quase exclusivamente realizadas de dólares de Hong Kong para patacas.

Quadro IV - 1

TAXAS DE JURO

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores em fim de período)

	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
(% ao ano)					
"Prime rate" para empréstimos em HKD	9,00	8,50	9,50	8,75	10,00
Taxa de depósitos de poupança em MOP (%)	3,75	3,50	4,50	3,75	5,00

Fontes: Datastream on line information services e
Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM)

Nota: (*) Taxa indicativa aprovada pela Associação de Bancos de Macau

Quadro IV - 2

TAXAS DE CÂMBIO DA PATACA

1995 - 1º Semestre de 1998
(Câmbios em fim de período)

	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
(Patacas por 100 unidades de moeda externa)					
Escudos portugueses	5,1	5,1	4,4	4,5	4,3
Dólares dos EUA	796,5	796,8	798,2	798,2	798,0
Marcos alemães	553,9	512,6	446,0	459,0	441,5
Ienes japoneses	7,7	6,9	6,1	7,0	5,7
Libras esterlinas	1.234,9	1.347,6	1.323,0	1.328,7	1.330,9
Franco franceses	162,3	152,0	133,3	136,0	131,7
Dólares de Singapura	583,1	569,2	476,1	558,4	467,0
Dólares de Taiwan (a)	29,2	29,0	24,5	28,7	23,1
Yuans da RPC	95,8	96,0	96,4	96,3	96,4
Wons da Coreia do Sul	1,0	0,9	0,5	0,9	0,6

Fonte: AMCM

Nota: (a) Moeda não cotada oficialmente.

Quadro IV - 3

ÍNDICES DE TAXA DE CÂMBIO EFECTIVA DA PATACA
E DO DÓLAR DE HONG KONG

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores médios mensais do último mês do período)

	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
(Índices Base = 100 em 24-28. Out. 1983)					
Pataca					
Índice global (Imp. + Exp.)	106,0	107,7	112,9	109,9	114,6
Índice - importações	120,6	123,3	130,2	124,3	133,7
Índice - exportações	95,3	96,3	100,3	99,2	101,0
Dólar de Hong Kong					
Índice global	122,5	125,0	136,6	121,4	138,6

Fonte: AMCM

Nota: Aumento (diminuição) do valor dos índices significa apreciação (depreciação) da moeda.

Quadro IV - 4

SÍNTESE DA SITUAÇÃO MONETÁRIA

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
(Valores em milhões de patacas)					
Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	39.256,6	43.206,7	42.820,1	40.527,1	45.474,8
Tx. variaç. homóloga anual(%)	20,5	10,1	-0,9	-0,2	12,2
Disponibilid. sobre o Exterior	66.241,6	105.626,3	105.998,5	102.283,6	99.705,7
Responsab. perante o Exterior	32.685,4	62.419,6	63.178,4	61.756,4	54.230,9
Crédito Interno	37.241,0	39.003,3	41.437,8	42.683,1	42.885,4
Tx. variaç. homóloga anual(%)	7,9	4,7	6,2	6,9	6,9
Crédit. Líquid. ao Sect. Público	-4.407,4	-5.408,1	-7.371,8	-5.233,6	-6.847,3
Créd. a Empresas e Particulares	41.648,4	44.411,4	48.809,6	47.916,7	49.732,7
Tx. variaç. homóloga anual(%)	4,9	6,6	9,9	8,9	3,8
Massa Monetária M2	69.284,4	74.744,3	78.353,8	76.194,6	80.574,9
Tx. variaç. homóloga anual(%)	13,5	7,9	4,8	4,7	5,7
Massa Monetária M1	19.010,5	20.438,3	18.953,1	20.398,5	17.941,1
Tx. variaç. homóloga anual(%)	1,1	7,5	7,3	6,2	-12,0
Circulação	1.280,3	1.426,7	1.518,3	1.512,1	1.521,2
Depósitos à Vista	17.730,2	19.011,5	17.434,8	18.886,3	16.419,9
Responsab. Quase Monetárias	50.273,9	54.306,0	59.400,7	55.796,1	62.633,7
Diversos Líquidos	7.213,2	7.465,8	5.904,1	7.015,6	7.785,3

Fonte: AMCM

Notas: Valores absolutos em final de período.
Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior (em %).

Quadro IV - 5

MASSA MONETÁRIA

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
(Taxas de variação homólogas anuais %)					
Agregado Monetário M1	1,1	7,5	-7,3	6,2	-12,0
Circulação Monetária	6,9	11,4	6,4	14,0	0,6
Depósitos à Ordem	8,7	12,5	-15,6	4,0	-17,4
Depósitos de Poupança	-1,6	5,6	-5,9	6,1	-11,8
Respons. Quase Monetárias	19,1	8,0	9,4	4,1	12,3
Depósitos a Prazo	19,0	7,9	9,3	4,1	11,9
Depósitos c/Pré-Aviso	28,8	23,4	21,0	8,2	51,3
Agregado Monetário M2	13,5	7,9	4,8	4,7	5,7

Fonte: AMCM

Quadro IV - 6

ESTRUTURA DA MASSA MONETÁRIA
POR MOEDAS DE DENOMINAÇÃO

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
(%)					
Agregado Monetário M1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	38,5	42,5	43,7	42,5	45,3
Dólares de Hong Kong (HKD)	51,3	47,6	45,3	46,3	43,9
Outras Moedas Externas (OME)	10,2	9,9	11,1	11,2	10,8
Agregado Monetário M2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	29,0	30,5	30,9	31,4	30,6
Dólares de Hong Kong (HKD)	56,3	54,9	53,1	52,6	52,4
Outras Moedas Externas (OME)	14,7	14,5	16,1	16,0	17,0

Fonte: AMCM

Quadro IV - 7

ESTRUTURA DOS DEPÓSITOS DE RESIDENTES
POR TIPOS DE DEPÓSITO1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1ºS/97	1ºS/98
Depósitos totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Depósitos à Ordem	6,3	5,9	4,9	5,7	4,2
Depósitos de Poupança	19,9	19,6	17,6	19,8	16,5
Depósitos com Pré-Aviso	0,7	0,8	0,9	0,7	1,0
Depósitos a Prazo	73,1	73,7	76,6	73,9	78,3

Fonte: AMCM

Quadro IV - 8

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A EMPRESAS E
PARTICULARES CONCEDIDOS PELO SISTEMA BANCÁRIO1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1ºS/96	1ºS/98
Empréstimos e Adiantamentos	4,7	12,2	9,9	11,3	3,6
Overdrafts	4,8	1,2	3,5	-1,2	0,3
Outros empréstimos e adiantamentos	4,7	13,8	10,7	13,0	4,0
Até 3 meses	13,4	77,5	-0,2	69,8	23,2
De 3 a 6 meses	-9,8	67,9	45,7	6,6	-6,0
De 6 a 12 meses	41,3	-66,6	47,8	25,6	-7,7
De 1 a 2 anos	-8,8	46,0	-7,4	-14,8	-19,1
A mais de 2 anos	0,2	2,9	12,9	-0,1	3,9

Fonte: AMCM

Quadro IV - 9

CRÉDITO A EMPRESAS E PARTICULARES
POR MOEDAS DE DENOMINAÇÃO1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1ºS/97	1ºS/98
Crédito a empresas e particulares	4,9	6,6	9,9	8,9	3,8
Patacas (MOP)	22,9	11,8	9,5	9,0	15,5
Dólares de Hong Kong (HKD)	2,3	9,0	11,0	11,7	-2,6
Outras Moedas Externas (OME)	-12,0	20,9	1,9	-12,9	25,9
Empréstimos e adiantamentos	4,7	12,2	9,9	8,7	3,6
Patacas (MOP)	23,8	11,8	9,7	9,0	15,3
Dólares de Hong Kong (HKD)	2,4	12,9	10,6	11,6	-2,9
Outras Moedas Externas (OME)	-22,3	6,7	3,1	-16,8	30,2
Letras descontadas e outros efeitos	9,4	-73,2	13,9	21,7	8,7
Patacas (MOP)	-71,4	1.325,0	-36,8	1.183,3	16,9
Dólares de Hong Kong (HKD)	1,4	-74,2	41,6	19,5	19,2
Outras Moedas Externas (OME)	17,0	-72,8	6,9	21,6	0,8
Aplicações financeiras	-12,8	6,8	-0,4	3,9	29,8
Patacas (MOP)	-12,3	6,8	-0,4	6,1	29,9
Dólares de Hong Kong (HKD)	-84,6	6,8	0,0	0,0	0,0
Outras Moedas Externas (OME)	-	-	-	-100,0	-

Fonte: AMCM

Quadro IV - 10

ESTRUTURA DA DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1ºS/97	1ºS/98
Agricultura e pescas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias extractivas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias transformadoras	9,7	8,5	8,1	8,4	8,4
Alimentação e bebidas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Vestuário e confecções	3,7	3,4	3,2	3,2	3,5
Outros produtos têxteis	0,8	1,0	0,9	1,1	0,7
Obras de couro	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Madeira e mobiliário	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Cerâmica	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Papel, artes gráficas e editoriais	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Brinquedos	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
Máquinas, mat. eléctrico e electrónico	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
Flores artificiais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias diversas não especificadas	3,5	2,6	2,6	2,7	2,8
Electricidade, gás e água	3,3	3,1	2,6	2,6	2,4
Construção e obras públicas	19,8	17,3	18,5	19,0	18,3
Comércio	14,5	15,9	16,7	15,9	16,1
Restaurantes, hotéis e similares	4,0	4,2	3,9	3,8	3,8
Transportes, armazenagem e comunicações	2,2	2,4	1,8	2,2	1,2
Instituições financeiras não monetárias	0,5	0,1	0,0	0,1	0,0
Outros créditos	46,0	48,5	48,4	47,9	49,8
A particulares, para habitação	22,9	24,5	24,6	23,5	24,3
A particulares, para outros fins	8,0	7,8	7,4	7,2	7,4
Outros	15,1	16,2	16,4	17,1	18,1
Crédito total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CRÉDITO TOTAL (em milhões de patacas)	41.472,3	44.223,4	48.622,4	47.729,3	49.489,4

Fonte: AMCM

Quadro IV - 11

ESTIMATIVA DA BALANÇA DE OPERAÇÕES NÃO
MONETÁRIAS1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1ºS/97	1ºS/98
1. Exportação de mercadorias (fob)	15.915	15.898	17.129	7.792	7.522
2. Importação de mercadorias (cif)	18.229	17.298	17.969	8.973	8.555
3. Balança comercial (1 - 2) (1)	-2.314	-1.400	-840	-1.181	-1.034
4. Exportações de serviços	25.096	25.802	24.985	12.319	11.483
5. Importações de serviços	2.391	2.633	3.254	1.581	1.707
6. Balança de serviços (4 - 5) (1)	22.704	23.169	21.731	10.738	9.776
7. Balança de bens e serviços (3 + 6)	20.390	21.769	20.891	9.557	8.743
8. Balança de transf., rendim. e capitais (2)	-13.717	-17.819	-21.278	-12.237	-6.088
9. Balança de operaç. não monetárias (7 + 8)	6.673	3.950	-387	-2.680	2.655
10. Variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior durante o período	6.673	3.950	-387	-2.680	2.655

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos; AMCM

Notas: (1) De acordo com as estimativas do Produto Interno Bruto (DSEC).
(2) Inclui erros, omissões e operações em desentontro.

Quadro IV - 12

NOVOS INSTRUMENTOS MONETÁRIOS
BILHETES MONETÁRIOS E "SWAPS"1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	1995	1996	1997	1ºS/97	1ºS/98
Bilhetes monetários					
Confirmações de vendas - número	4.865,0	5.107,0	4.921,0	2.234,0	2.234,0
Montante emitido (turnover)	198.612,5	165.405,5	174.859,5	74.817,5	74.817,5
Saldo em fim de período	11.252,0	11.207,0	10.942,5	11.964,5	11.964,5
Swaps					
Número de operações	118,0	102,0	94,0	42,0	46,0
Turnover	2.101,3	1.539,9	2.782,4	710,9	2.560,0
Saldo em fim de período	35,0	55,9	621,0	27,0	567,0

Fonte: AMCM

Quadro IV - 13

INDICADORES DO SISTEMA BANCÁRIO

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	(Taxas de variação homólogas anuais %)				
	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
Volume de actividade	12,0	29,5	4,1	31,2	-1,8
Margem de juros	58,1	15,3	14,7	26,7	10,9
Aplicações bancárias	19,1	39,4	5,9	37,6	-1,0
Recursos alheios	11,8	30,7	3,7	32,9	-2,4
Margem bruta de intermediação	-3,3	8,5	5,5	4,7	8,8
Valor acrescentado bruto	-4,8	5,5	7,0	2,6	9,1

Fonte: AMCM

Quadro IV - 14

MERCADO INTERBANCÁRIO - BANCOS COMERCIAIS

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	(Valores em milhões de patacas)				
	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98
Responsabilidades para com					
Outras Instituições Monetárias	3.545,8	1.271,1	1.237,4	1.400,8	1.019,6
Em Patacas	1.177,0	368,1	280,5	446,6	342,0
Em Dólares de Hong Kong	1.057,0	648,9	701,9	728,4	415,7
Noutras moedas externas	1.311,7	254,0	255,0	225,8	261,9
Responsabilidades para com					
Outras Instituições Monetárias	3.545,8	1.271,1	1.237,4	1.400,8	1.019,6
Até 7 dias	630,8	391,0	483,0	552,8	383,7
De 8 dias a 1 mês	719,9	94,6	94,3	220,5	126,1
De 1 a 3 meses	1.185,1	336,9	269,8	204,4	108,5
Mais de 3 meses	1.010,0	448,6	390,3	423,3	401,2

Fonte: AMCM

Quadro IV - 15

ACTIVIDADE BANCÁRIA EM MACAU - PESO DO "OFF-SHORE"

1995 - 1º Semestre de 1998
(Valores no final de cada período)

	(Valores em milhões de patacas)				
	1995	1996	1997	1º S/96	1º S/98
Actividade "off-shore" (a)	31.478,8	61.258,4	60.557,5	28.209,8	52.915,0
Recursos totais	109.908,0	147.073,6	153.615,0	108.985,0	147.030,3
Peso do "off-shore" (%) (b)	28,6	41,7	39,4	25,9	36,0

Fonte: AMCM

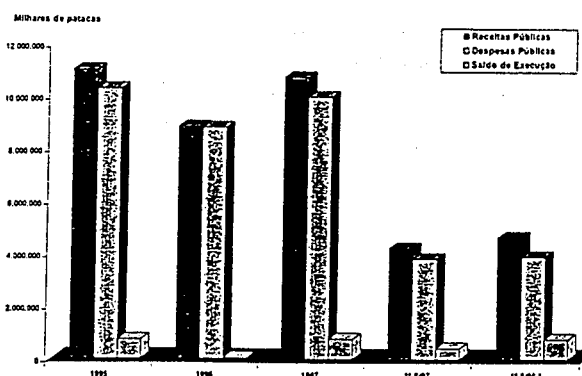
Notas: (a) Actividade "off-shore" = $\sum \text{MIN}(Dx, Rx)$
 Dx = Disponibilidades sobre o Exterior
 Rx = Responsabilidades perante o Exterior
 (b) Peso (%) = Actividade "off-shore" / Recursos totais

V - FINANÇAS PÚBLICAS E PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

V.1. - Evolução das Contas Públicas do Território

A. Introdução

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
1995 - 1º semestre de 1998



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Analisando os dados das contas públicas (Administração Central) constantes de quadro V-1, referentes ao período compreendido entre 1995 e o 1º semestre de 1998, verifica-se que as "receitas públicas" excederam o total das "despesas públicas", sendo particularmente significativos os saldos dos anos de 1995 e 1997 (anos já encerrados), onde aparece reflectida a contabilização de disponibilidades de anos económicos anteriores. Também em relação ao período em análise, as "receitas correntes" ultrapassaram as "despesas correntes" e, no ano de 1997 e 1º semestre de 1998, o total das "receitas correntes" excedeu mesmo o total das "despesas públicas".

De 1996 para 1997, particularmente por influência da revisão orçamental aprovada pelo Decreto-Lei n.º 31/97/M, de 4 de Agosto, que resultou, conforme se retira do preâmbulo daquele diploma, "da alteração e aditamento ao contrato de concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna e azar e da alteração ao contrato de concessão do exclusivo da exploração de corridas de cavalos a galope" e da "necessidade de reflectir o desenvolvimento financeiro dos avals prestados pelo território de Macau, com referência aos créditos contraídos pela CAM-Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L.", observou-se uma variação significativa dos agregados "receitas correntes" e "despesas correntes".

Em relação aos dados do 1º semestre de 1998, por confronto com os valores de igual período de 1997, verifica-se que o saldo orçamental no final dos primeiros seis meses, considerando a inclusão das "contas de ordem", era de \$748.975 milhares de patacas, o que traduz um acréscimo de 86,4% em relação ao valor gerado no mesmo período do ano transacto. Quanto às "receitas correntes" as mesmas excediam as "despesas correntes" em \$1.069.081 milhares de patacas, sendo o "saldo corrente" 46,4% superior ao apurado no período homólogo do ano anterior. Tal situação deveu-se ao facto de se ter registado um crescimento das receitas correntes de 6,7%, enquanto as despesas correntes baixaram 2% por comparação com os valores de igual período do ano transacto.

O "saldo após investimentos", registou igualmente um montante acima do verificado até ao final do 1º semestre de 1997, influenciado pelas variações acima descritas, ainda que esbatido pelo aumento das despesas realizadas em investimentos do PIDDA, os quais, no período considerado, totalizaram \$296.771 milhares de patacas, valor superior em 75,6% ao despendido até ao final do 1º semestre de 1997.

As "outras origens de recursos", evidenciaram um acréscimo global que se situou na ordem dos 104,3%, com o maior aumento em valor absoluto, \$166.994 milhares de patacas, na rubrica de "transferências".

No que diz respeito às “outras aplicações de recursos”, estas registaram um acréscimo na ordem dos 6,4%, justificado essencialmente pela variação na rubrica de “imobilizações financeiras”, ainda que balanceado pela redução de “outras transferências” e “amortizações da dívida pública”.

Não considerando a inclusão dos valores das “contas de ordem” e em resultado do crescimento das “receitas públicas” e do aumento menos que proporcional das “despesas públicas” nos primeiros seis meses de 1998, apurou-se um “saldo de exercício” superior em 100,6% ao gerado no mesmo período do ano transacto, situando-se em \$729.202 milhares de patacas.

Refere-se que em resultado da particular conjuntura económica da região Ásia-Pacífico, em que Macau se insere, houve a opção política de promover, em relação ao 2º semestre, a cortes orçamentais no OGT/98, num total de 131.630 milhares de patacas, correspondente a cerca de 1,2% dos valores do orçamento corrigido para o corrente ano.

B. Receitas Públicas

Tomando agora por base os valores constantes dos quadros V-2 a V-7, refere-se que no período em análise não se verificaram grandes oscilações na distribuição relativa dos principais componentes das “receitas públicas”, continuando as “receitas correntes” a agregar a parcela mais significativa das “receitas” do território e a renda do “exclusivo dos jogos de fortuna e azar” a manter o maior peso contributivo no conjunto daqueles valores.

Em relação aos valores do triénio 1995-1997, a oscilação das “receitas correntes” de 1996 para 1997 reflecte o efeito da revisão orçamental introduzida pelo DL 31/97/M, de 4 de Agosto, a que já se fez referência.

Nas “receitas correntes” observou-se de 1996 para 1997 uma quebra significativa da componente de “receitas de propriedade”, particularmente justificada pela baixa nas receitas dos “prémios de concessão de terrenos”. Ainda em relação aos “prémios de concessão de terrenos” refere-se que, de acordo com dados sistematizados, encontravam-se por cobrar, no final de Julho de 1998, um total de 2.584.971 milhares de patacas referentes ao período de 1983 a 1998, correspondente a cerca de 17,1% do valor a cobrar naquele período. Do total não recebido, cerca de 74,3% respeitava a valores por cobrar de 1996 a Julho de 1998.

Quanto ao agregado das “receitas de capital”, refere-se o acréscimo de 1995 para 1996, explicado essencialmente pela variação da rubrica “outras receitas de capital”. A inscrição em 1995 do valor de \$2.081.640 milhares de patacas resultou do reforço orçamental aprovado pelo Decreto-Lei nº 27/95/M, de 26 de Junho, tendo por base as disponibilidades dos “salDOS de anos económicos anteriores”. De 1996 para 1997, a variação resultou de reforço orçamental, também por recurso a “salDOS de anos económicos anteriores”, aprovado pelo Decreto-Lei nº 31/97/M, de 4 de Agosto.

Em relação aos dados do quadro V-7, “outras receitas”, refere-se que a baixa de 1996 para 1997 na rubrica “imposto de consumo” é particularmente explicada pela autonomização do “imposto sobre veículos automóveis motorizados”, agregado a “outras receitas diversas”.

Quanto aos dados do 1º semestre de 1998, por comparação com os valores de igual período de 1997, verifica-se que nos primeiros seis meses de 1998, as “receitas públicas” sem consideração das “contas de ordem”, atingiram um montante total de \$4.538.728 milhares de patacas, ou seja 41,8% do valor inscrito no OGT/98, das quais 95,8% foram provenientes das “receitas correntes” e as restantes da responsabilidade das “receitas de capital”. Considerando as “contas de ordem” as receitas totalizaram \$4.653.266.

Em termos relativos, de entre os dois grandes agregados das “receitas públicas” acima referidos, foram as “receitas de capital” que registaram a maior variação, 757,6%, face ao valor dos primeiros seis meses de 1997, facto que tem a ver fundamentalmente com a comparticipação da STDM nas despesas de construção do futuro Centro Cultural de Macau.

No que se refere às “receitas correntes”, as variações mais relevantes em termos absolutos ocorreram nas rubricas de “rendimentos da propriedade” e “transferências”, as quais registaram variações positivas respectivamente de \$139.927 e \$136.976 milhares de patacas, em relação ao período homólogo do ano anterior. Quanto às variações negativas, os valores mais significativos respeitaram ao agregado “venda de serviços e bens não duradouros” com menos \$9.047 milhares de patacas e a “taxas, multas e outra penalidades” com menos \$8.353 milhares de patacas.

Os maiores acréscimos em termos percentuais verificaram-se nas rubricas de “transferências” e “rendimentos de propriedade”, com variações de 169,8% e 30,3%. Quanto às variações negativas merece referência a variação da rubrica de “venda de serviços e bens não duradouros”, com menos 39,9%.

Quanto às “receitas de capital” o maior acréscimo foi sentido na parcela proveniente de “transferências”, com \$166.994 milhares de patacas, associados à já referida comparticipação da STDM no projecto do Centro Cultural.

As “reposições não abatidas nos pagamentos” evidenciaram um decréscimo na ordem de 21,6%, relativamente ao 1º semestre de 1997.

As receitas consignadas às diversas “entidades autónomas” e que a partir do ano de 1995 passaram a ser incluídas nas “contas de ordem”, tiveram uma quebra de 9,9% relativamente ao 1º semestre de 1997.

Analisando agora os principais agregados das “receitas públicas” constantes do quadro V-3, verifica-se que as receitas provenientes da “concessão de exclusivos” subiu 6,8% relativamente aos primeiros seis meses de 1997, mantendo a sua importância na estrutura das “receitas” e contribuindo com 64,6% para a totalidade dos valores arrecadados (excluindo “contas de ordem”), seguindo-se as “outras receitas”, os “rendimentos de propriedade e outros activos” e os “impostos directos” que foram responsáveis por 13,3%, 13,2% e 8,9% respectivamente, desse mesmo total. A taxa de execução orçamental da “receita de exclusivos”, quadro V-8, foi de 46,8%.

Os quadros V-4, V-5, V-6, e V-7 têm em vista facultar uma informação mais detalhada sobre a composição e evolução de cada um dos agregados das “receitas públicas” constantes do quadro V-3.

Conforme se constata no quadro V-4, o “rendimento exclusivo dos jogos de fortuna ou azar”, a componente principal das receitas cobradas a título de “concessão de exclusivos”, correspondia no final de Junho de 1998 a 96,3% do seu total e a 62,2% do total das “receitas públicas” (excluindo “contas de ordem”).

No âmbito dos “rendimentos de propriedade e outros activos”, quadro V-5, o valor mais significativo foi o dos “prémios de concessões de terrenos”, que registou no 1º semestre de 1998, um total de \$297.595 milhares de patacas, traduzindo um crescimento na ordem dos 7,4% face aos valores de igual período do ano antecedente e com um peso relativo de 49,5%. Em segundo lugar, surgem as receitas derivadas dos “outros rendimentos” onde se incluem os rendimentos provenientes da comparticipação nos resultados da AMCM, contribuindo em 40,5% para o seu total e evidenciando um acréscimo de 109,4% por comparação com valores dos seis primeiros meses de 1997. A execução orçamental do agregado “rendimentos de propriedade e outros activos” foi de 36,7%, quadro V-8.

Em termos dos “impostos directos” quadro V-6, o “imposto profissional” foi o que assumiu maior relevo, contribuindo em 37,1% para o total destas receitas, logo seguido pelo “imposto de sisa” que representou 33,4% dos “impostos directos” arrecadados.

Face aos seis primeiros meses de 1997 e em termos de valores absolutos, o “imposto de sisa” sofreu o maior decréscimo, na ordem dos \$38.295 milhares de patacas, facto a que poderá não ser alheia a situação vivida no sector imobiliário.

Quanto à execução orçamental dos “impostos directos”, quadro V-8, a taxa de realização em Junho de 1998 era de 27,9%, o que pode ser explicado pelo facto do período normal de cobrança de alguns dos principais impostos, como é o caso do “imposto complementar”, ocorrer apenas no 2º semestre do ano.

Ainda em relação ao “imposto complementar”, o aumento do 1º semestre de 1998, por comparação com o valor de igual período de 1997, terá a ver com valores derivados de processos de revisão daquele imposto e com liquidações por cessação de actividade.

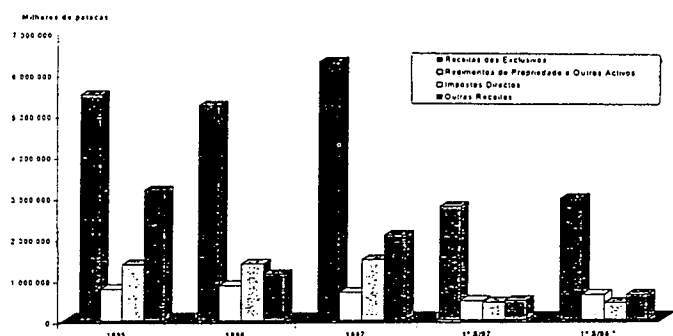
No que concerne às principais componentes de “outras receitas” quadro V-7, relevou o valor de “outras receitas diversas” com um peso relativo de 45,1%, seguindo-se os referentes a “taxas, multas e outras penalidades” e ao “imposto de selo”, os quais contribuíram em 23,4% e 18,8%, respectivamente, para o seu total.

Comparativamente aos valores contabilizados nos seis primeiros meses de 1997, o agregado “outras receitas diversas” registou um crescimento na ordem dos 117,0%, particularmente por efeito da rubrica “nova fundação (receitas consignadas)”, associada à “Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau”, formalmente criada pelo DL n.º 18/98/M, de 11 de Maio.

A rubrica “reposições não abatidas nos pagamentos” sofreu um decréscimo de 21,6% em relação a igual período de 1997.

Em termos globais o nível de execução orçamental das “outras receitas” foi de 39,8%, quadro V-8.

ESTRUTURA DAS RECEITAS PÚBLICAS



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

C. Despesas Públicas

C.1. Análise das despesas por classificação económica

Passando agora à análise da evolução das “despesas públicas” e tomando por referência os valores constantes dos quadros V-10 a V-12, verifica-se que o grupo das “despesas correntes” representou ao longo de todo o período de 1995 até ao final do 1º semestre de 1998, o agregado mais importante das despesas, sendo particularmente relevantes, no computo das “despesas correntes”, os encargos com “pessoal” e as “transferências correntes” que, no seu conjunto, corresponderam a cerca de 90% do total dos gastos.

No ano de 1997, por comparação com o ano de 1996, registou-se uma variação significativa das “despesas correntes”, mais 18,4%, explicada fundamentalmente pelo aumento do valor das “transferências correntes” em 27% e dos “encargos de pessoal” em 9,2%.

Nas “transferências correntes” destacam-se como principais destinatários as instituições agregadas ao “sector público”, com um peso relativo de 85,3%, enquanto que o aumento dos “encargos com pessoal” resultou fundamentalmente das componentes “pessoal dos quadros” e “remunerações de pessoal diverso”.

Em relação às “despesas de capital” importa salientar o decréscimo observado de 1995 para 1996, explicado fundamentalmente pela rubrica “operações financeiras”. O valor contabilizado no final de 1995, \$2.362.664 milhares de patacas foi no essencial destinado às participações do território no capital de sociedades privadas no âmbito do projecto do Aeroporto Internacional de Macau, num total de \$2.231.864 milhares de patacas. No período de 1995 a 1997 e ainda em 1998, mantém-se a regularização pelo Território das prestações relativas aos empréstimos concedidos à CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL e avalizados pelo Território.

Comparando os dados da “despesa pública” nos seis primeiros meses de 1998 e de 1997, quer quanto à evolução, quer quanto à execução orçamental, quadros V-10 a V-12 já referenciados e quadro V-15, observa-se que a “despesa pública” total nos seis primeiros meses de 1998, (sem a inclusão dos valores das “contas de ordem”), foi de \$3.809.526 milhares de patacas, superior em 2% ao valor despendido no período homólogo do ano anterior, a que correspondeu um grau de execução orçamental de 34,2%. Daquele total, 86,1% foi aplicado em “despesas correntes” e 13,9% em “despesas de capital”. Considerando o valor das “contas de ordem” o total da despesa no 1º semestre de 1998 foi de \$3.904.291 milhares de patacas.

No agregado das “despesas correntes” as “transferências correntes” e as “despesas com o pessoal” representaram respectivamente 46,6% e 44,7% do total, reflectindo execuções orçamentais de 38,9% e 46,1%.

Por referência aos valores dos seis primeiros meses de 1997, a rubrica “transferências correntes” registou um decréscimo na ordem dos 11,7%, representando a componente do “sector público” cerca de 79,1% do total das transferências, e as restantes rubricas, incluindo “instituições particulares”, 20,9%.

A rubrica “Fundo do Governo da Região Administrativa de Macau”, englobada no “sector público”, registou no 1º semestre de 1998 um valor de 175.518 milhares de patacas, inferior em 8,1% ao registado em igual período de 1997.

Ainda face aos valores registados no 1º semestre de 1997, as “despesas com o pessoal” e os “bens e serviços” evidenciam um acréscimo de 9,5% e 8,5%.

No que se refere às “despesas de capital”, estas registaram um aumento de 36,3% em relação ao período homólogo de 1997, justificado particularmente pelo acréscimo da rubrica de “outros investimentos” onde se registou um aumento de 74,2%.

As “operações financeiras”, onde estão incluídos os montantes destinados a satisfazer as amortizações dos empréstimos concedidos à Administração do Território e dos empréstimos avalizados pelo Território, como é o caso dos empréstimos à “CAM”, observaram uma taxa de realização orçamental relativamente elevada, 45%.

C.2. Análise das despesas por classificação orgânica

No quadro V-13 que apresenta a decomposição orgânica das “despesas públicas”, verifica-se que as “despesas por áreas administrativas” em 1997 registaram um acréscimo de 18,8% em relação a 1996. Em todo o período de 1995 a 1997, o conjunto dos “encargos gerais”, “Serviços de Educação” e “Serviços das Forças de Segurança”, representam cerca de 75% do total.

Quanto ao agregado dos encargos “gerais a toda a administração”, nota-se de 1995 para 1996 uma diminuição significativa de 36,74%, menos \$2.014.382 milhares de patacas, explicada fundamentalmente pela redução da rubrica de “despesas comuns”, onde, em 1995, haviam sido contabilizadas as participações de capital feitas em relação ao projecto da “CAM”, no valor de \$2.231.846 milhares de patacas, a que já anteriormente se havia feito referência e ainda o subsídio de exploração para aquela mesma companhia.

Tomando os valores dos primeiros semestres de 1997 e de 1998, verifica-se que o total das “despesas por áreas administrativas”, foi de \$2.396.071 milhares de patacas, montante que traduz um decréscimo de 6,9% face aos seis primeiros meses do ano anterior.

No computo das “despesas por áreas administrativas”, os “Encargos Gerais”, os “Serviços de Educação” e os “Serviços das Forças de Segurança de Macau” continuaram a ser as três parcelas mais importantes, contribuindo, respectivamente, em 27,1 %, 19,7% e 24,4% para o seu total.

Relativamente aos seis primeiros meses de 1997, o maior crescimento, 23,2%, ocorreu na rubrica dos “Serviços de Educação” enquanto nos “encargos gerais” se verificou o maior decréscimo, 36,9%.

As despesas “gerais a toda a administração” atingiram os \$1.413.455 milhares de patacas, valor superior em 21,7% ao contabilizado no mesmo período do ano anterior.

As “despesas comuns” contribuíram com 62,6% para o total das despesas “gerais a toda a administração”, tendo registado um acréscimo na ordem de 18,9% face a período homólogo do ano transacto.

Os “Investimentos do Plano” representaram 21,0% da totalidade das despesas “gerais a toda a administração”, tendo nos seis primeiros meses do ano em curso registado um aumento de 75,6% face aos valores contabilizados no período homólogo do ano anterior e uma taxa de execução que se situou na ordem dos 15,1%. De acordo com a tendência dos anos anteriores, o ritmo de realização destas despesas aumenta no 2º semestre de cada ano.

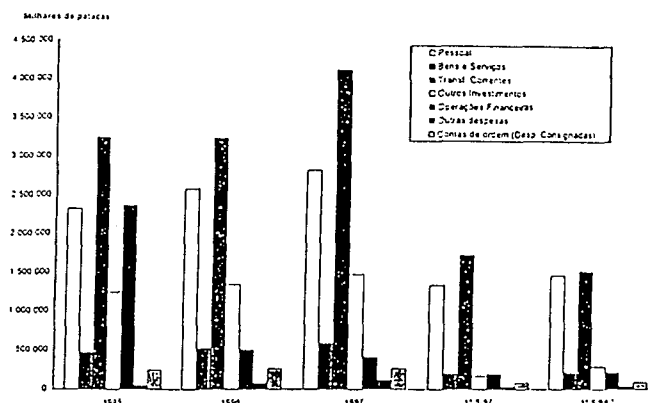
C.3. Análise das despesas por classificação funcional

No que diz respeito às “despesas públicas” por funções, quadro V-14 (incorporando já o valor das “contas de ordem”), verifica-se que a variação mais significativa ocorreu de 1995 para 1996 no agregado “outras funções”, com uma quebra de \$1.905.929 milhares de patacas, equivalente a menos 49,5%, situação

explicada fundamentalmente pela redução da rubrica de despesas “diversas não especificadas”. Também de referir a variação de 1996 para 1997 na área da saúde, onde se observou uma variação de mais 45,6%.

Comparando os valores registados até ao final de Junho de 1998 com os do mesmo período do ano anterior, relevaram o sector denominado de “outras funções” e o sector dos “serviços gerais da administração pública”, representando respectivamente, 20,2% e 23,1% do valor total, tendo o sector de “habitação” registado o crescimento percentual mais acentuado, na ordem dos 79,5%. Em termos de valores absolutos, o maior aumento foi registado no sector de “serviços gerais da Administração Pública”, \$155.193 milhares de patacas, enquanto que o sector de “Saúde” registou o maior decréscimo quer em termos absolutos, com menos \$227.188 milhares de patacas, quer em termos relativos com menos 40,1%.

ESTRUTURA DAS DESPESAS PÚBLICAS



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V – 1

Evolução das contas públicas (Administração Central)

DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1º 3/97	1º 3/98 *	VARIACÃO %
1 Receitas correntes	8.556.189	8.448.794	10.035.133	4.075.777	4.348.080	6,7%
2 Despesas correntes	6.102.804	6.618.219	7.715.311	3.345.413	3.276.999	-2,0%
3 Saldo corrente (1-2)	2.455.385	1.828.575	2.319.821	730.364	1.069.081	46,4%
4 Investimentos do PIDDA	1.237.087	1.326.889	1.460.707	169.041	296.771	75,6%
5 Saldo após investimentos (3-4)	1.218.298	601.686	859.114	561.323	772.310	37,6%
6 Outras origens de recursos:	384.871	389.713	304.993	149.414	305.186	104,3%
6.1 Activos financeiros	0	0	0	0	0	-
6.2 Recurso à dívida pública	0	0	0	0	0	-
6.3 Venda de bens de investimento	77.943	61.789	16.324	2.523	8.204	225,1%
6.4 Transferências	0	41.828	0	0	166.984	166984,0%
6.5 Reposição abet.nos pagamentos	35.204	19.193	21.100	19.707	15.451	-21,6%
6.6 Contas de ordem **	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%
7 = 5 + 6	1.583.169	991.399	1.164.107	710.737	1.077.496	51,6%
8 Outras aplicações de recursos:	2.942.192	961.433	804.210	308.831	328.821	6,4%
8.1 Outros investimentos	6.964	15.783	12.863	2.117	1.356	-36,0%
8.2 Amortização da dívida pública	130.618	491.656	411.180	205.547	198.247	-3,6%
8.3 Imobilizações financeiras	2.231.846	15.900	0	0	23.097	23097,0%
8.4 Outras transferências	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10,8%
8.5 Contas de ordem **	251.253	267.203	267.369	88.777	94.765	6,7%
9 = 7 - 8	(1.359.022)	29.967	359.897	401.906	748.975	86,4%
10 Saldos de anos económicos anteriores	2.051.840	0	400.000	0	0	-
11 SALDO DO EXERCÍCIO (9+ 10)	722.618	29.967	759.897	401.906	748.975	86,4%

NOTA : * Valores provisórios

** Foram consideradas as receitas e despesas consignadas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V – 2

Receitas Públicas

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
1. RECEITAS CORRENTES	8.558.189	8.446.794	10.035.133	4.075.777	4.348.080	6,7%
1.1 Impostos Directos	6.716.014	6.426.614	7.890.616	3.092.198	3.088.220	-0,1%
1.2 Impostos Indirectos	669.076	609.609	662.977	239.687	262.439	6,4%
1.3 Taxas, Multas e Outras Penalidades	345.666	328.808	390.977	149.660	141.197	-6,6%
1.4 Rendimentos da Propriedade	769.299	860.929	673.861	461.120	601.047	30,3%
1.5 Transferências	126.727	130.112	828.886	80.682	217.669	169,8%
1.6 Venda de Bens Duradouros	867	2.608	872	696	142	-79,6%
1.7 Venda de Serviços e Bens Não Duradouros	46.448	46.744	39.440	22.691	13.634	-39,9%
1.8 Outras Receitas Correntes	6.102	64.470	47.706	29.362	33.742	16,0%
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.194.787	122.510	437.623	22.230	190.648	757,6%
2.1 Venda de Bens de Investimento	77.943	61.789	16.824	2.623	8.204	226,1%
2.2 Transferências	0	41.628	0	0	166.994	166994,0%
2.3 Activos Financeiros	0	0	0	0	0	-
2.4 Passivos Financeiros	0	0	0	0	0	-
2.5 Outras Receitas de Capital	2.081.640	0	400.000	0	0	-
2.6 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	36.204	19.193	21.100	19.707	16.451	-21,6%
3. SUBTOTAL (1+ 2)	10.752.976	8.569.304	10.472.756	4.098.007	4.538.728	10,8%
4. CONTAS DE ORDEM **	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%
5. RECEITAS TOTAIS (3+ 4)	11.004.700	8.836.507	10.740.126	4.225.190	4.653.266	10,1%

NOTA : * Valores provisórios

** Foram consideradas as receitas consignadas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V – 3

Principais componentes das receitas públicas

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
TOTAL DE RECEITAS PÚBLICAS	11.004.700	8.836.507	10.740.126	4.225.190	4.653.266	10,1%
RECEITAS TOTAIS (EXCLUINDO CONTAS DE ORDEM)	10.752.976	8.569.304	10.472.756	4.098.007	4.538.728	10,8%
Receitas dos Exclusivos	5.481.839	5.219.271	6.279.563	2.746.051	2.931.915	6,8%
Rendimentos de Propriedade e Outros Activos	769.299	860.929	673.861	461.120	601.047	30,3%
Impostos Directos	1.358.761	1.374.369	1.463.091	422.557	403.000	-4,6%
Outras Receitas	3.153.076	1.124.734	2.056.241	468.278	602.766	28,7%
Contas de Ordem **	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%

NOTA : * Valores provisórios

** Foram consideradas as receitas consignadas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V – 4

Receitas da concessão de exclusivos

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIACÃO %
Rend.exclusivo dos jogos de fortuna ou azar	5.348.671	6.081.541	6.125.264	2.664.476	2.823.316	6,0%
Renda	6.221.678	4.910.881	6.999.960	2.689.478	2.679.723	-0,4%
Compensação	4.392	4.832	8.316	0	0	-
Prémio	121.700	121.700	149.000	74.000	74.000	0,0%
Fundo de carácter social e assistencial	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	0,0%
Comparticipações correntes	0	1.600	0	0	1.600	1600,0%
Comparticipações de capital	0	41.828	0	0	166.894	16689,4%
Rend.exclusivo de lotarias C.P.S.	2.296	2.105	1.601	804	882	9,7%
Renda	2.296	2.105	1.601	804	882	9,7%
Rend.exclusivo das corridas de galgos	40.419	35.734	21.760	17.120	4.115	-76,0%
Renda	36.198	33.870	20.690	16.198	3.818	-76,4%
Prémio	2.000	0	0	0	0	-
Cláusula 8ª	2.223	2.863	1.070	823	298	-67,9%
Rend.exclusivo das corridas de cavalos	0	0	14.448	0	34.780	34780,0%
Renda	0	0	13.760	0	31.373	31373,0%
Compensação	0	0	0	0	0	-
Prémio	0	0	0	0	0	-
Percentagem sobre o montante das apostas	0	0	888	0	1.655	1655,0%
Percentagem sobre o montante das lotarias	0	0	0	0	0	-
Fundo Jockey Clube de Macau	0	0	0	0	1.752	1752,0%
Rend.exclusivo das lotarias instantâneas	0	10	10	10	10	0,0%
Compensação	0	10	10	10	10	0,0%
Rend. exclusivos de "Slot-Machines"	586	0	0	0	0	-
Remunerações aos delegados do Governo	1.635	1.936	1.978	1.368	1.340	-2,0%
Outras receitas consignadas prov.dos exclusivos	252	262	161	132	9	-93,3%
Receita consignada ao Montepio de Macau	252	262	161	132	9	-93,3%
Rend.excl. de Telecomunicações	69.106	78.444	90.262	44.557	45.483	2,1%
Rend.excl. do serviço de Abastecimento de Água	3.206	3.476	3.613	3.613	3.747	3,7%
Rend.excl. da Energia Eléctrica	11.105	12.416	13.970	13.970	15.378	10,1%
Rend.excl.concedido à S.T.C.M.	0	0	0	0	0	-
Rend.excl.concedido à TRANSMAC	952	0	0	0	0	-
Rend.excl. da actividade de radiodifusão	0	0	0	0	0	-
Rend.excl.concedido à Cia. Parques Macau	3.611	3.347	6.497	0	2.854	2854,0%
RECEITAS TOTAIS DE EXCLUSIVOS	5.481.839	5.219.271	6.279.563	2.746.051	2.931.915	6,8%

NOTA : * Valores Provisórios

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V – 5

Receitas provenientes de rendimentos de propriedade e outros activos

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIACÃO %
Juros - Outros Sectores	770	772	770	388	388	0,0%
Dividendos - Outros Sectores	12.117	28.947	28.050	11.444	11.444	0,0%
Rendas de Terrenos - Foros	164	146	155	144	184	27,8%
Rendas de Concessões de Terrenos	48.737	50.752	59.228	55.748	48.105	-13,7%
Prémios de Concessões de Terrenos	697.510	577.550	404.440	277.179	297.695	7,4%
Outros Rendimentos	0	192.762	181.217	116.217	243.330	109,4%
TOTAL REND. DE PROPRIEDADE	759.299	850.929	673.861	461.120	601.047	30,3%

NOTA : * Valores Provisórios

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 6

Receitas provenientes de impostos directos

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
Contribuição Industrial	27.127	27.180	27.155	26.044	25.509	-2,1%
Imposto Profissional	258.358	292.157	308.566	158.519	149.495	-5,7%
Contribuição Predial Urbana	134.268	162.904	199.033	36.077	44.357	23,0%
Imposto Complementar	595.098	655.500	669.648	26.439	46.554	76,1%
Imposto sobre Sucessões/Doações	19.392	10.931	7.443	2.771	2.672	-3,6%
Sisa	324.519	325.697	344.245	172.708	134.413	-22,2%
Compart. ao imposto de circulação	0	0	7.000	0	0	-
TOTAL DE IMPOSTOS DIRECTOS	1.358.761	1.374.369	1.463.091	422.557	403.000	-4,6%

NOTA : * Valores provisórios

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 7

Principais componentes provenientes de outras receitas

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
Imposto de Selo	202.664	227.889	213.788	108.481	113.973	4,3%
Imposto de Consumo	342.893	371.778	172.616	85.219	61.816	-8,4%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	348.666	328.808	300.877	149.660	141.197	-6,6%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	348.666	328.808	300.877	149.660	141.197	-6,6%
Activos Financeiros	0	0	0	0	0	-
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0	-
Saldos de anos económicos anteriores	2.081.648	0	400.000	0	0	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	36.204	19.193	21.100	19.787	16.481	-21,6%
Outras Receitas Diversas	148.119	177.299	947.892	126.362	272.031	117,8%
Nova Fundação (receitas consignadas)	0	0	670.400	0	136.623	136623,0%
Emolumentos pela emissão de certific. de origem	8.086	7.238	8.003	3.699	3.337	-7,3%
Custas das Execuções Fiscais	1.901	0	166	0	0	-
Emolumentos pela emissão de Licenças de Trânsito	817	0	0	0	0	-
Imposto sobre veículos motorizados	0	0	166.467	60.980	73.674	20,9%
Encargos da República relativamente ao Território	2.776	6.660	8.326	6.660	2.776	-60,0%
Venda de Bens Duradouros	987	2.608	872	896	142	-79,6%
Venda de Serviços e Bens não Duradouros	46.449	46.744	39.440	22.681	13.634	-39,9%
Outras Receitas Correntes	6.102	64.470	47.706	29.382	33.742	16,0%
Venda de Bens de Investimento	77.943	61.789	16.624	2.623	8.264	226,1%
Transferências - Autoridade Monetária e Cambial de Macau	0	0	0	0	0	-
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	3.153.076	1.124.734	2.056.241	468.278	602.766	28,7%

NOTA : * Valores provisórios

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 8

Execução orçamental das receitas públicas

Janeiro e Junho de 1998

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	OGT/98	OGT/98 (CORRIGIDO)	** REC. COBRADA	* % DE EXECUÇÃO
Concessão de exclusivos	6.269.947	6.269.947	2.931.915	46,8%
Impostos directos	1.445.500	1.445.500	403.000	27,9%
Impostos indirectos	549.620	549.620	251.099	45,7%
Taxas, multas e outras penalidades	326.131	326.131	141.197	43,3%
Rendimentos da propriedade e out. activos	1.635.920	1.635.920	601.047	36,7%
Transferências correntes	5.550	78.124	139.298	178,3%
Venda de bens duradouros	1.000	1.000	142	14,2%
Venda de serv. e bens não duradouros	49.695	49.695	13.634	27,4%
Outras receitas correntes	15.280	15.280	33.742	220,8%
Venda de bens de investimento	70.000	70.000	8.204	11,7%
Transferências	0	0	0	-
Activos financeiros	4.400	4.400	0	0,0%
Passivos financeiros	0	0	0	-
Outras receitas de capital	400.000	400.000	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	20.000	20.000	15.451	77,3%
Contas de Ordem ***	266.929	266.929	114.538	42,9%
RECEITAS TOTAIS	11.059.973	11.132.547	4.653.266	41,8%

NOTA : * A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT corrigido.

** Valores provisórios

*** Foram consideradas as receitas consignadas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 9

Contas de Ordem — Receitas Consignadas

(Milhares de patacas)

ENTIDADES AUTÓNOMAS	1995	1996	1997	1.º/97	1.º/98	VARIAÇÃO %
CÂMARA MUNICIPAL DAS ILHAS	15.842	16.696	17.598	7.270	7.634	5,0%
Prémio casino da Taipa	2.489	2.676	2.876	0	0	-
Contrib. para o desenvolvimento das ilhas	13.353	14.021	14.722	7.270	7.634	5,0%
FUNDO DESENV. IND. E DE COMERCIALIZAÇÃO	27.140	28.948	35.998	16.196	13.349	-17,6%
Participação nos emul. certificados de origem	27.140	28.948	35.998	16.196	13.349	-17,6%
FUNDO DE TURISMO	103.623	112.855	101.516	55.051	49.076	-10,9%
Imposto de Turismo	103.264	112.806	101.516	55.051	49.076	-10,9%
Percent. Bilhetes entrada no recinto (corridas cavalos)	359	55	0	0	0	-
INSTITUTO DE ACÇÃO DE MACAU	1.987	3.595	4.350	1.712	2.497	45,9%
50% sobre as fracções sobranes dos prémios	498	1.826	2.298	819	1.379	66,6%
Prod. de bilhetes prem. e não reclamados (corridas cavalos)	1.487	1.770	1.727	894	987	10,4%
Adicional de 1% sobre a renda do contr. concessão (corridas cavalos)	0	0	325	0	131	131,0%
COFRE DE JUSTIÇA E DOS REGISTOS E NOTARIADO	38.099	62.365	63.958	28.546	23.957	-16,1%
Compart. nas taxas dos serviços de registo e notariado	38.099	62.365	63.958	28.546	23.957	-16,1%
INSTITUTO PROM. COMÉRCIO E INVEST. EM MACAU	45.234	36.185	35.998	16.196	16.687	3,0%
Participação nos emul. certificados de origem	45.234	36.185	35.998	16.196	16.687	3,0%
FUNDAÇÃO MACAU	19.645	6.409	7.887	2.158	1.290	-40,2%
Prémio casino da Taipa	2.489	2.676	2.876	0	0	-
Rend. Exclusivo das lotarias instantâneas	3.696	1.126	1.626	1.042	683	-44,8%
Adicional sobre a renda das lotarias chinesas	116	105	80	49	44	9,7%
Compart. Nos emul. Certificados de origem, guias e licenças	9.847	0	0	0	0	-
Taxa a cobrar pela emissão de licença de obras	3.932	987	2.341	937	194	-78,8%
Taxa a cobrar pela realização de vistorias	1.493	1.647	966	240	468	96,3%
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	153	151	65	54	49	-8,5%
Rec. consign. ao F. Desenv. Desportivo (corridas galgos)	153	151	65	54	49	-8,5%
TOTAL DE CONSIGNAÇÕES	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%

NOTA : Não foram consideradas as receitas e despesas próprias das Entidades Autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 10

Despesas Públicas

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
1. DESPESAS CORRENTES	6.102.804	6.518.219	7.715.311	3.345.413	3.278.999	-2,0%
1.1 Pessoal	2.324.036	2.578.909	2.815.384	1.337.844	1.464.342	9,5%
1.2 Bens e Serviços	468.367	525.876	591.010	199.208	216.062	8,5%
1.3 Juros	17.559	96.357	73.908	39.774	28.491	-28,4%
1.4 Transferências Correntes	3.243.386	3.237.782	4.112.576	1.729.185	1.526.328	-11,7%
1.5 Outras Despesas Correntes	49.455	79.295	122.434	39.402	43.776	11,1%
2. DESPESAS DE CAPITAL	3.928.025	2.021.117	1.997.548	389.094	530.527	36,3%
2.1 Outros Investimentos	1.244.052	1.342.672	1.473.570	171.157	298.126	74,2%
2.2 Transferências de Capital	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10,8%
2.3 Operações Financeiras	2.362.664	506.556	411.180	205.547	221.344	7,7%
2.4 Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	-
3. SUBTOTAL (1+ 2)	10.030.829	8.539.337	9.712.860	3.734.507	3.809.526	2,0%
4. CONTAS DE ORDEM **	251.253	267.203	267.369	88.777	94.765	6,7%
5. DESPESAS TOTAIS (3+ 4)	10.282.083	8.806.540	9.980.229	3.823.284	3.904.291	2,1%

NOTA : * Valores provisórios

** Foram consideradas as despesas consignadas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 11

Principais componentes das despesas correntes

(Milhares de Patacas)

DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
1- DESPESAS COM PESSOAL	2.324.036	2.578.909	2.815.384	1.337.844	1.464.342	9,5%
Remunerações certas e permanentes	2.072.717	2.304.415	2.527.592	1.207.752	1.319.626	9,3%
Pessoal dos quadros	1.047.633	1.179.396	1.269.211	606.899	690.062	13,7%
Pessoal além do quadro	347.587	333.184	344.001	166.412	180.922	8,7%
Salários do pessoal dos quadros	37.041	33.752	33.290	16.343	16.478	0,8%
Salários do pessoal eventual	231.829	230.815	238.604	122.052	111.993	-8,2%
Gratificações certas e permanentes	107.110	120.446	135.749	60.509	66.986	10,7%
Outras despesas	301.517	406.822	506.737	235.737	253.185	7,4%
Remunerações acessórias	185.622	201.012	214.661	100.899	107.654	6,7%
Horas extraordinárias	30.400	34.677	39.947	17.269	19.050	10,3%
Subsídio de residência	86.203	90.959	96.848	47.719	49.399	3,5%
Outras despesas	69.020	75.376	77.865	35.911	39.204	9,2%
Abonos em espécie	12.048	11.881	10.920	1.908	3.288	72,5%
Classes inactivas	2.496	9.223	4.010	1.949	4.219	116,4%
Pensões de aposentação e reforma	0	0	0	0	0	-
Pensões de sobrevivência	0	0	0	0	0	-
Outras despesas	2.496	9.223	4.010	1.949	4.219	116,4%
Previdência social	38.271	39.293	42.297	20.540	22.083	7,4%
Compensação de encargos	12.882	13.086	15.903	4.798	7.494	56,2%
Deslocações	9.970	9.131	12.025	4.268	6.732	57,8%
Outras despesas	2.911	3.955	3.878	531	762	43,3%
2- DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS	468.367	525.876	591.010	199.208	216.062	8,5%
Bens duradouros	28.622	33.896	30.782	7.899	7.684	-2,7%
Bens não duradouros	58.841	65.222	65.062	20.567	24.515	19,2%
Aquisição de serviços	380.905	426.757	495.166	170.742	183.862	7,7%
3- JUROS	17.559	96.357	73.908	39.774	28.491	-28,4%
4- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.243.386	3.237.782	4.112.576	1.729.185	1.526.328	-11,7%
Sector público	2.778.343	2.747.038	3.510.585	1.502.095	1.207.892	-19,6%
Instituições particulares	174.567	273.263	376.569	108.153	202.662	87,4%
Particulares	193.149	157.709	143.268	94.438	81.238	-14,0%
Exterior	97.327	59.773	82.152	24.500	34.536	41,0%
5- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.455	79.295	122.434	39.402	43.776	11,1%
Restituições	31.667	44.200	64.936	16.897	24.538	45,2%
Outras despesas	17.789	35.095	57.498	22.505	19.238	-14,5%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	6.102.804	6.518.219	7.715.311	3.345.413	3.278.999	-2,0%

NOTA : * Valores provisórios

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 12

Principais componentes das despesas de capital

(Milhares de Patacas)						
DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
1- OUTROS INVESTIMENTOS	1.244.052	1.342.672	1.473.570	171.157	298.126	74,2%
Terrenos	2.394	0	0	0	0	-
Habitacões	13.717	14.514	12.182	341	417	22,1%
Edifícios	333.664	523.561	599.749	30.199	86.132	185,2%
Estradas e pontes	156.062	86.277	89.282	1.116	13.493	1109,4%
Portos	1.449	2.036	10.023	0	0	-
Construções diversas	426.254	372.898	346.243	49.132	114.268	132,8%
Melhoramentos fundiários	0	0	0	0	0	-
Material de transporte	2.434	13.653	7.988	1.624	513	-68,4%
Maquinaria e equipamento	162.941	161.031	231.699	37.719	11.901	-68,4%
Outros investimentos	145.136	168.702	176.404	51.026	71.403	39,9%
2- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10,8%
Instituições particulares	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10,8%
3- OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.362.664	506.556	411.180	205.547	221.344	7,7%
Títulos de participação	2.231.846	15.000	0	0	0	-
Empréstimos a médio e longo prazos	130.818	491.556	411.180	205.547	221.344	7,7%
4- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0	0	0	-
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	3.928.025	2.021.117	1.997.548	389.094	530.527	36,3%

NOTA : * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 13

Despesas públicas por códigos orgânicos

(Milhares de Patacas)						
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
1- POR ÁREAS ADMINISTRATIVAS	4.547.707	6.070.597	6.024.568	2.573.404	2.396.071	-6,9%
01 - Encargos Gerais	1.782.436	1.888.630	2.617.673	1.630.948	660.133	-38,8%
03 - Serv. de Administração e Função Pública	114.861	116.268	112.372	41.777	47.233	13,1%
04 - Serviços dos Assuntos Chineses	0	0	0	0	0	-
06 - Serviços de Educação e Juventude	668.736	746.447	866.710	383.834	472.861	23,2%
07 - Serv. de Estatística e Censos	73.893	78.171	81.698	37.816	37.898	-0,3%
08 - Serviços de Finanças	96.339	160.866	113.572	47.884	64.697	13,6%
13 - Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	0	0	0	0	676	676,0%
18 - Serviços de Identificação de Macau	26.346	39.848	32.869	13.728	16.131	16,2%
19 - Serviços de Economia	71.834	77.421	81.787	37.716	39.687	5,3%
22 - Serv. Meteorológicos e Geofísicos	21.816	28.978	28.474	12.288	14.172	16,3%
23 - Serviços de Turismo	64.890	66.658	69.823	37.696	31.666	-12,6%
24 - Gabinete de Comunicação Social	31.118	34.669	39.162	17.312	19.231	11,1%
26 - Dir. de Inspeção e Coordenação de Jogos	36.378	42.984	47.416	21.688	24.147	12,6%
27 - Serviços de Marinha	87.044	83.824	89.673	44.691	48.141	7,7%
28 - Serv. das Forças de Segurança de Macau	967.168	1.016.368	1.131.463	627.779	664.719	16,8%
29 - Serviços de Trabalho e Emprego	47.424	66.173	63.678	26.689	29.661	10,6%
31 - Serviços Cartografia e Cadastro	39.111	32.662	34.279	16.684	17.309	7,6%
32 - Direcção da Polícia Judiciária	79.761	81.884	83.120	41.196	46.480	12,6%
33 - Centro Atend. e Informação ao Público	0	0	0	0	0	-
34 - Direcção dos Serviços de Justiça	298.788	222.349	283.717	116.886	131.448	13,6%
35 - Serv. de Solos, Obras Públicas e Transportes	98.867	197.726	119.786	60.694	49.763	-16,6%
36 - Gabinete para a Tradução Jurídica	28.768	30.373	34.382	16.847	17.831	12,4%
37 - Instituto dos Desportos de Macau	28.997	31.393	33.916	16.793	16.122	-3,8%
38 - Instituto Cultural de Macau	67.430	81.731	86.386	41.486	43.889	6,8%
39 - Gab. p/Prev. e Tratam. da Toxicodependência	6.896	11.124	11.862	6.328	6.766	8,6%
2- GERAIS A TODA A ADMINISTRAÇÃO	5.483.122	3.468.740	3.688.292	1.161.103	1.413.455	21,7%
10 - Encargos da Dívida Pública	148.377	587.913	486.987	246.321	228.738	-7,6%
11 - Pensões e Reformas	2.486	9.323	4.278	2.618	4.628	124,7%
12 - Despesas Comuns	4.086.161	1.644.616	1.738.219	744.727	885.419	18,9%
40 - Investimentos do Plano	1.237.987	1.326.889	1.460.767	169.841	296.771	76,6%
3-SUBTOTAL (1+ 2)	10.030.829	8.639.337	9.712.860	3.734.607	3.809.626	2,0%
4-CONTAS DE ORDEM **	261.263	267.263	267.269	88.777	84.766	-6,7%
5-DESPESAS PÚBLICAS TOTAIS (3+ 4)	10.282.083	8.806.540	9.980.229	3.823.284	3.904.291	2,1%

NOTA : * Valores provisórios.

** Foram consideradas as despesas consignadas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 14

Despesas públicas por funções

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	1995	1996	1997	1º S/97	1º S/98 *	VARIAÇÃO %
1 - SERV. GERAIS DE ADMINISTR. PÚBLICA	1.645.562	1.786.258	1.960.072	746.837	902.030	20,8%
1-01 Administração geral	1.396.813	1.499.828	1.698.951	610.108	741.926	21,6%
1-02 Justiça, ordem, segurança	248.649	286.430	261.121	136.729	160.104	17,1%
2 - SEGURANÇA PÚBLICA	1.001.077	1.108.892	1.200.465	528.152	593.830	12,4%
2-01 Comando	816.866	1.034.973	1.138.286	627.734	684.679	10,6%
2-02 Polícia	29.181	41.269	67.889	0	9.822	8022,0%
2-03 Bombeiros	66.819	31.440	7.477	418	129	-49,3%
2-04 Protecção civil	32	1.219	23	0	0	-
3 - EDUCAÇÃO	707.561	822.426	968.549	415.490	467.842	12,6%
3-01 Administração, regulamentação, investigação	334.429	372.333	489.848	190.904	202.642	6,1%
3-02 Ensino	363.116	416.828	626.824	193.619	284.823	36,7%
3-03 Formação profissional	10.016	33.265	42.877	31.076	870	-98,1%
4 - SAÚDE	836.306	969.209	1.411.144	566.817	339.629	-40,1%
4-01 Administração, regulamentação, investigação	816.809	824.899	1.281.664	664.167	332.699	-49,8%
4-02 Medicina	18.889	26.484	83.464	2.213	1.076	-41,4%
4-03 Higiene e saúde pública	11.297	19.168	46.228	10.438	6.853	-42,0%
5 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	252.440	305.638	348.738	149.960	117.154	-21,9%
5-01 Administração e regulamentação	6.699	6.699	9.932	4.893	3.899	-14,3%
5-02 Acção Social	244.444	289.818	339.428	143.882	109.127	-24,1%
5-03 Pensões e reformas	2.498	8.323	4.278	2.016	4.228	124,7%
6 - HABITAÇÃO	65.484	69.669	60.965	23.378	41.963	79,5%
6-01 Administração e regulamentação	29.441	30.768	28.864	14.328	30.810	188,6%
6-02 Habitação social	26.943	29.902	32.081	9.051	8.343	-41,0%
7 - OUTROS SERV. COLECTIVOS E SOCIAIS	600.926	750.703	759.844	220.541	266.636	20,9%
7-01 Cultura	218.629	366.146	434.486	91.623	124.868	36,4%
7-02 Desporto e Recreio	189.179	177.832	126.369	46.696	46.610	8,3%
7-03 Cultos	10.210	10.781	11.848	4.889	8.913	2,3%
7-04 Meteorológico e Geofísica	89.769	48.989	32.966	12.322	14.172	16,0%
7-06 Cartografia	31.401	33.866	36.944	16.682	17.299	7,6%
7-06 Comunicação Social	47.869	66.167	86.660	26.430	27.378	7,7%
7-07 Assuntos de Trabalho	47.879	68.683	63.672	26.087	28.006	16,6%
8 - SERVIÇOS ECONÓMICOS	1.332.157	1.059.105	1.072.238	271.217	386.295	42,4%
8-01 Administração, regulamentação e investigação	290.478	308.878	312.618	138.783	144.680	3,9%
8-03 Indústria	378	214	629	170	7	-98,7%
8-04 Infraestruturas	191.936	188.797	187.740	7.698	37.717	398,4%
8-06 Transportes	669.669	333.840	323.629	40.669	49.926	22,4%
8-06 Comunicações	47	81	48	17	17	0,6%
8-08 Turismo	193.371	73.412	78.202	28.443	31.994	8,7%
8-08 Ordenamento físico/Ambiente	267.252	328.102	249.677	66.168	123.488	122,9%
9 - OUTRAS FUNÇÕES	3.850.569	1.944.640	2.198.215	900.892	788.923	-12,4%
9-01 Operações de dívida pública	148.377	887.913	488.987	246.321	229.738	-7,6%
9-02 Transferências sector público	437.388	684.328	676.749	230.621	239.261	3,7%
9-03 Diversas não especificadas	3.264.803	802.400	1.137.358	424.950	322.923	-24,0%
DESPESAS PÚBLICAS TOTAIS	10.282.083	8.806.540	9.980.229	3.823.284	3.904.291	2,1%

NOTA : * Valores provisórios

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 15

Execução orçamental das despesas públicas

Janeiro a Junho de 1998

DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	OGT/98	OGT/98 Corrigido	* DESP. REALIZADA	** % DE EXECUÇÃO
Pessoal	3.174.750	3.178.520	1.464.342	46,1%
Bens e serviços	652.038	651.365	216.062	33,2%
Juros	60.000	60.000	28.491	47,5%
Transferências correntes	3.832.216	3.920.722	1.526.328	38,9%
Outras despesas correntes	638.453	551.177	43.776	7,9%
Outros investimentos	10.416	10.388	1.356	13,0%
Transferências de capital	33.170	33.170	11.057	33,3%
Operações financeiras	492.000	492.000	221.344	45,0%
Outras despesas de capital (a)	1.900.000	1.968.277	296.771	15,1%
Contas de Ordem ***	266.929	266.929	94.765	35,5%
DESPESAS TOTAIS	11.059.973	11.132.547	3.904.291	35,1%

NOTA : * Valores provisórios.

** A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT/98 corrigido.

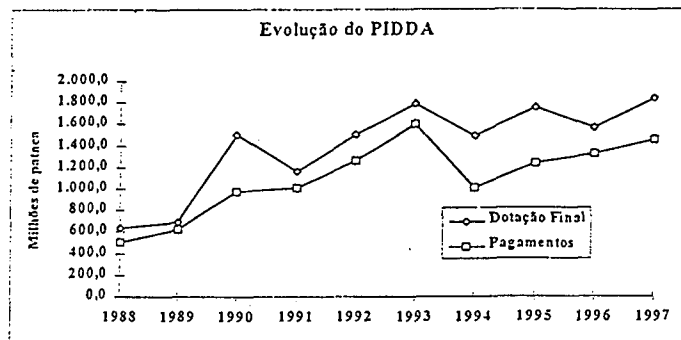
*** Foram consideradas as despesas consignadas.

(a) Valores das dotações concorrenciais/provisionais do Plano de Investimento.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

V.2. Evolução dos Investimentos Públicos

Conforme se pode constatar no Quadro I, o Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1997, foi, inicialmente, dotado com 1.500 milhões de patacas, representando um decréscimo de 6,2% relativamente ao ano anterior, enquanto que o valor das despesas públicas orçamentadas crescia 3,9%. Verificou-se assim uma diminuição do peso relativo do PIDDA no total do orçamento de 13,4% em 1996, para 12,1% em 1997.



Quadro I
Evolução das Despesas Orçamentadas no Início do Exercício

DESPESAS ORÇAMENTADAS (INÍCIO DO ANO)		Milhões de patacas				
		1993	1994	1995	1996	1997
Total do OGT	Valor	9.358,0	11.047,6	11.391,8	11.945,8	12.410,5
	Δ %	37,9	18,1	3,1	4,9	3,9
PIDDA	Valor	1.620,0	1.820,0	1.750,0	1.600,0	1.500,0
	Δ %	8,0	12,3	(3,8)	(8,6)	(6,2)
Peso relativo do PIDDA no OGT		17,3%	16,4%	15,4%	13,4%	12,1%

Ao analisarmos o Plano pela óptica da execução, verifica-se que o abrandamento do investimento é apenas aparente, uma vez que os pagamentos atingiram no final do exercício 1.460,8 milhões de patacas, valor superior ao do ano anterior em cerca de 133,8 milhões de patacas.

A taxa de realização do PIDDA alcançou, no final do exercício de 1997, 79%, o que representa uma ligeira descida relativamente ao exercício de 1996, que se quedou pelos 84,5%.

Quadro II
Evolução das Despesas Orçamentadas e Realizadas no Final do Exercício

		Milhões de patacas				
PIDDA		1993	1994	1995	1996	1997
Dotação final		1.786,3	1.500,0	1.755,5	1.570,7	1.848,9
	Δ %	19,0	(16,0)	17,0	(10,5)	17,8
Pagamentos		1.606,8	1.010,9	1.238,0	1.327,0	1.460,8
	Δ %	27,3	(37,1)	22,5	7,2	10,1
Taxa de realização		90,0	67,4	70,7	84,5	79,0

O Quadro III, por sua vez, reflecte a estrutura dos investimentos quanto à natureza e revela que o subconjunto «OBRAS» concentrou, em 1997, 68,7% da dotação global. Esta natureza integrava, nesse ano, 185 acções de investimento de que se destacavam o “Centro Cultural de Macau” (com 306,2 milhões de patacas), o “Silo Automóvel Sub-Estação CEM Junto ETAR Macau” (que absorveu 71,2 milhões de patacas), e o “Museu de Macau” (55,5 milhões de patacas).

A natureza «EQUIPAMENTO», registou um ligeiro aumento da dotação atribuída e do seu peso relativo no total dos investimentos relativamente ao ano de 1996. Em 1997, contribuiu com 13,6% do total dos investimentos, contra 13% no ano anterior.

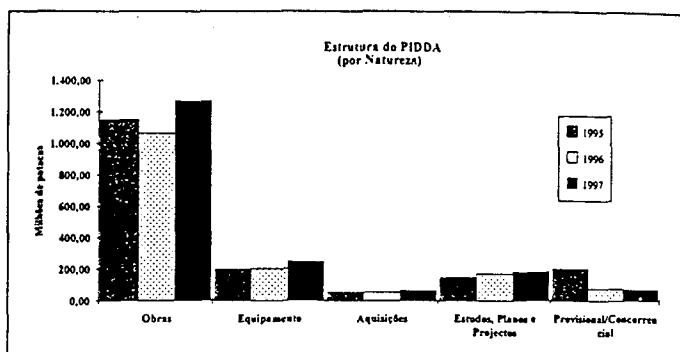
Nesta rubrica, merece destaque, pelo seu peso relativo, o “Apetreçamento do Complexo Hospitalar”, que absorveu 52,2 milhões de patacas.

Por outro lado, o agrupamento das «AQUISIÇÕES» tem pouco significado no total dos investimentos, contando, em 1997, com apenas 3,6% do PIDDA.

Sob esta epígrafe destaca-se a aquisição de instalações por parte da DSF, que ascendeu em 1997, a 55,4 milhões de patacas, de que se destaca a aquisição do prédio destinado a instalações dos Serviços de Saúde de Macau, no valor de 48,5 milhões de patacas.

Quadro III
Investimentos Públicos, Segundo a Natureza das Despesas

NATUREZA	Milhões de Patacas							
	1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obras	1.000,3	66,7	1.150,1	65,5	1.064,4	67,8	1.270,2	68,7
Δ %	(28,0)		15,0		(7,5)		19,3	
Equipamento	198,9	13,2	199,2	11,3	204,6	13,0	250,3	13,6
Δ %	(3,6)		0,2		2,7		22,3	
Aquisições	2,5	0,2	54,4	3,1	54,2	3,5	67,0	3,6
Δ %	31,6		2176,0		(0,4)		23,4	
Estudos, Planos e Projectos	144,3	9,6	148,4	8,5	170,9	10,9	187,3	10,1
Δ %	(4,4)		2,8		15,2		9,5	
Provisional/Concorrencial	154,0	10,3	203,4	11,6	76,6	4,8	74,1	4,0
TOTAL	1.500,0	100,0	1.755,5	100,0	1.570,7	100,0	1.848,9	100,0

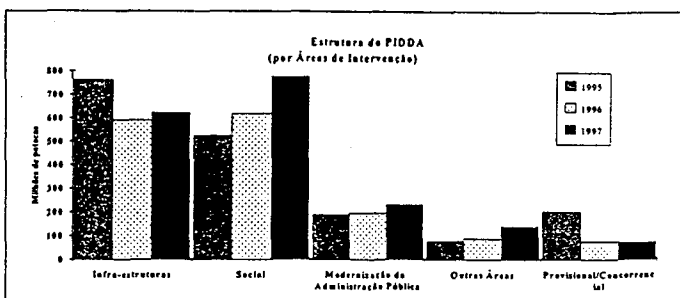


Finalmente, a natureza «ESTUDOS, PLANOS E PROJECTOS» atinge um peso relativo superior em cerca de 10,1 pontos percentuais, comparativamente com o ano anterior contando, em 1997, com 10,9% das verbas atribuídas ao Plano, a traduzir 187,3 milhões de patacas, isto é, mais 16,4 milhões de patacas do que no ano anterior. Nesta rubrica destacam-se os investimentos efectuados no plano de “Remoção, Recolha e Limpeza de Resíduos Sólidos” e da “Central de Incineração”, os quais atingiram níveis de execução de 100% e de 99,9%, respectivamente.

Deslocando a análise, para uma perspectiva de “áreas de intervenção”, verifica-se que a área das «INFRAESTRUTURAS» reflectiu um ligeiro acréscimo do montante da dotação do Plano ocorrido durante o ano, ao passar de 591,3 milhões de patacas em 1996 para 623,2 milhões de patacas no ano de 1997, correspondentes a apenas 33,7% do total dos investimentos contra os 37,7% registados no ano anterior. (Quadro IV)

Quadro IV
Investimentos Públicos, Segundo as Áreas de Intervenção

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Milhões de Patacas							
	1994		1995		1996		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Infra-estruturas	811,1	54,1	761,5	43,4	591,3	37,7	623,2	33,7
Δ %	(31,6)		6,1		(22,4)		5,4	
Social	347,2	23,1	524,9	29,9	619,1	39,4	777,3	42,0
Δ %	3,1		51,2		17,9		25,6	
Modernização da Administração Pública	141,0	9,4	188,0	10,7	195,4	12,4	232,7	12,6
Δ %	(17,3)		33,3		3,9		19	
Outras Áreas	46,7	3,1	77,7	4,4	88,3	5,6	141,6	7,7
Δ %	(15,0)		66,4		13,6		60,4	
Provisional/Concorrencial	154,0	10,3	203,4	11,6	76,6	4,9	74,1	4,0
TOTAL	1.500,0	100,0	1.755,5	100,0	1.570,7	100,0	1.848,9	100,0



A área «SOCIAL» surge como a grande aposta no ano de 1997, quando passa a deter 42% dos investimentos.

Esta rubrica era então constituída por 131 acções, merecendo realce o "Centro Cultural de Macau" e o "Apetreçamento do Complexo Hospitalar".

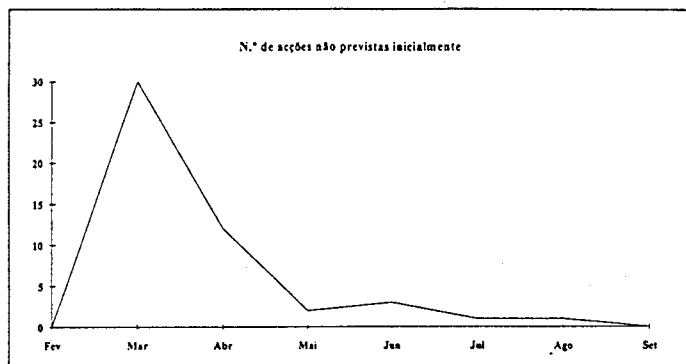
Por ordem de importância, vem a seguir a área «MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA», com 12,6% do total da dotação corrigida de 1997. Nesta rubrica, destaca-se, pela sua importância, a "Aquisição de Instalações para Serviços Públicos de Macau".

Por fim, a rubrica «OUTRAS ÁREAS», embora mantendo um peso relativo muito reduzido no total dos investimentos, registou um significativo incremento de 60,4%, em valor, relativamente ao ano anterior. Sob esta designação, são congregados os projectos ligados ao turismo, dos quais se destaca o "Museu de Macau".

V.3. Execução Financeira do PIDDA - 1998

O Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1998, foi dotado inicialmente com 1.900,0 milhões de patacas, representando 13,6% do total das despesas previstas no Orçamento Geral do Território para o corrente ano. Comparativamente com a situação inicial do exercício de 1997, verifica-se um acréscimo nominal de 26,7%.

Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA - 1998, 51,9 milhões de patacas destinaram-se à constituição de uma dotação provisional, 50,0 milhões visavam cobrir, concorrencialmente, um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e os restantes 1.798,1 milhões foram afectos às 229 acções de investimento previstas inicialmente.



Repartindo a dotação inicial por áreas de responsabilidade, constata-se que as entidades tuteladas pelo Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas absorveram cerca de 79,1% do total donde merece realce a fatia atribuída à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, 626,2 milhões de patacas e ao próprio Gabinete, 841,2 milhões de patacas.

Do conjunto de empreendimentos inscritos no corrente ano, merecem realce, pelo montante de verbas envolvidas, os seguintes:

Designação	Proponente	Dot. Inicial	Dot. Actual
CENTRO CULTURAL DE MACAU (*)	S.A.T.O.P.	432.041.965,0	466.597.746,1
ATERROS E INFRAESTRUTURAS TAIPA-COLOANE	S.A.T.O.P.	161.778.000,0	196.535.187,0
REMOÇÃO RECOLHA LIMPEZA RESÍDUOS SÓLIDOS	S.A.T.O.P.	101.132.200,0	101.133.200,0
ALTERAÇÃO FÍSICA DE ARRUAIMENTOS	D.S.S.O.P.T.	40.148.423,0	60.380.259,5
ESTRADAS DA PENÍNSULA DE MACAU	D.S.S.O.P.T.	44.156.217,6	52.280.331,3
CENTRAL INCINERAÇÃO	S.A.T.O.P.	47.944.962,0	47.944.962,0
ETAR DE COLOANE	S.A.T.O.P.	40.950.000,0	40.950.000,0

(*) Actualmente esta acção é da responsabilidade do Gabinete do Centro Cultural de Macau, integrado no orçamento do PIDDA do Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas.

Durante os três primeiros trimestres do ano foram inscritas 55 novas acções, representando um acréscimo de 24,0% em relação à situação inicial.

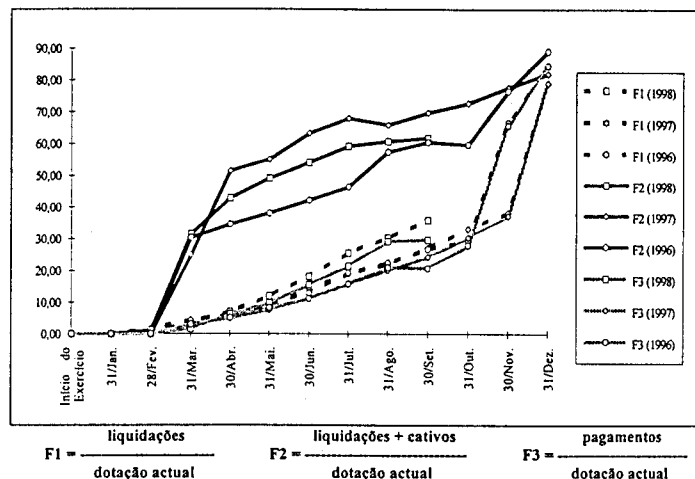
As verbas cativas totalizaram, no mesmo período, 1.241,0 milhões de patacas (62,1% da dotação total do Plano) das quais, 734,5 milhões (cerca de 59,2%) se concretizaram em termos de liquidação.

Como já foi referido, as liquidações atingiram, em 30 de Setembro, 734,5 milhões de patacas, o que se traduz numa taxa de execução efectiva de 36,7% (Quadro V)

Quadro V
Execução financeira dos investimentos públicos

Designação	30 de Setembro de 1997		30 de Setembro de 1998	
	Valor	%	Valor	%
Liquidações	501,9	27,1	734,5	36,7
Verbas Cativas	788,1	42,6	506,5	25,3
Saldos	559,1	30,3	759,1	38,0
Dotação Actual	1.849,1	100,0	2.000,1	100,0

Evolução da execução do PIDDA, 1996-98



Comparativamente com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do desempenho da execução efectiva do Plano no corrente ano, demonstrado pelos indicadores de execução que apresentam, em geral, valores superiores para o corrente ano, embora o valor da dotação actual do PIDDA/98, que serve de base ao cálculo dos referidos indicadores, seja bastante superior à do ano transacto. Se tomarmos em conta a taxa de execução conseguida no final do ano anterior, conjugada com a expectativa de execução dos projectos de maior porte, em curso no corrente ano, poderemos projectar um valor na ordem dos 70% para a execução final efectiva do PIDDA/98 a que corresponderão cerca de 1.400 milhões de patacas.

Na estrutura, por natureza, destaca-se a rubrica «OBRAS» que após ter beneficiado de um reforço de 55,7 milhões de patacas durante os três primeiros trimestres do exercício, passou a absorver, actualmente, 73,9% da dotação do Plano correspondentes a 1.477,6 milhões de patacas. Esta rubrica regista uma taxa de execução efectiva na ordem dos 37,2%. (Quadros VI e VII)

Quadro VI
Estrutura do Plano por Natureza

Natureza	Dotação Inicial	Dotação Actual	Milhões de Patacas	
			Cativo	Liquidado
Obras	1.421,9	1.477,6	422,5	548,9
Aquisições	0,0	69,4	11,3	25,7
Equipamentos	172,2	159,2	30,3	41,1
Est., Plan. e Projectos	204,0	217,0	42,4	118,8
Subtotal	1.798,1	1.959,2	506,5	734,5
Dot. Provisional	51,9	27,6	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	50,0	13,3	0,0	0,0
Total	1.900,0	2.000,1	506,5	734,5

Por ordem de importância segue-se-lhe a rubrica dos «ESTUDOS» que, por sua vez, apresenta uma taxa de execução de 54,7%, valor que deixa antever uma boa taxa de execução final, face às características dos projectos que nela se inserem.

Quadro VII
Indicadores de Execução por Natureza

Natureza	Estrutura	F1	F2
Obras	73,87	0,372	0,657
Aquisições	3,47	0,370	0,533
Equipamentos	9,76	0,211	0,366
Est., Planos e Projectos	10,85	0,547	0,743
Subtotal	97,95	0,375	0,633
Dot. Provisional	1,38	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	0,67	0,000	0,000
Total	100,00	0,367	0,621

A rubrica «ESTUDOS, PLANOS E PROJECTOS», que apresenta a taxa de execução mais elevada do Plano (54,7%), viu a sua dotação aumentada em cerca de 13,0 milhões de patacas, desde o início do ano. Por fim, a rubrica «AQUISIÇÕES», regista uma taxa de realização efectiva na ordem dos 37%.

Quadro VIII

Estrutura do Plano por Áreas de Intervenção

Milhões de Patacas

Áreas de Intervenção	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
Social	858,1	890,4	191,5	320,5
Infraestruturas	677,2	759,5	249,6	326,8
Mod. Adm. Pública	184,7	247,1	51,3	69,6
Outras Áreas	78,1	62,2	14,1	17,6
Subtotal	1.798,1	1.959,2	506,5	734,5
Dot. Provisional	51,9	27,6	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	50,0	13,3	0,0	0,0
Total	1.900,0	2.000,1	506,5	734,5

Por áreas de intervenção, merece realce a rubrica «SOCIAL» que concentra 44,5% das disponibilidades de investimento, correspondentes a 890,4 milhões de patacas. Esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 36,0%, cerca de 1,5 pontos percentuais abaixo da média das quatro rubricas. Segue-se-lhe a área «INFRAESTRUTURAS» que detém 38,0% do total das verbas atribuídas ao Plano, ou seja, 759,5 milhões de patacas e que apresenta uma taxa de realização efectiva de 43,0%, cerca de 5,5 pontos percentuais acima da média das quatro rubricas. (Quadros VIII e IX)

Quadro IX

Indicadores de Execução por Áreas de Intervenção

Áreas de Intervenção	Estrutura	F1	F2
Social	44,52	0,360	0,575
Infraestruturas	37,97	0,430	0,759
Mod. Adm. Pública	12,35	0,282	0,490
Outras Áreas	3,11	0,283	0,509
Subtotal	97,95	0,375	0,633
Dot. Provisional	1,38	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	0,67	0,000	0,000
Total	100,00	0,367	0,621

A rubrica «MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA» conta com 12,4% do PIDDA, a que correspondem, em valor absoluto, 247,1 milhões de patacas, dos quais 62,4 milhões reforçados já no decurso do exercício. A realização financeira desta rubrica, nos três primeiros trimestres do ano, encontra-se 9,3 pontos percentuais abaixo da média do Plano.

Finalmente, com uma importância relativa mais reduzida no total do Plano, surge a rubrica «OUTRAS ÁREAS» que, com 62,2 milhões de patacas, apresenta uma taxa de execução de 28,3% no final do período em referência.

Cerca de 40,1% das disponibilidades de investimento estão atribuídas à função «SERVIÇOS ECONÓMICOS», que inclui os projectos de infraestruturas ligados aos transportes, saneamento básico e aterros. Esta rubrica detinha, no final de Setembro, uma dotação de 801,7 milhões de patacas e registou uma taxa de realização efectiva de 41,8%, portanto, bastante acima da média do Plano. (Quadros X e XI)

Quadro X
Estrutura do Plano por Funções

Milhões de Patacas

Funções	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
Serviços Gerais	181,6	230,9	49,2	66,2
Segurança Pública	51,4	51,1	10,3	24,6
Educação	33,3	45,8	8,8	22,7
Saúde	156,9	156,9	44,9	8,2
Previdência Social	26,2	25,6	7,8	9,3
Habitação	13,5	33,2	8,6	20,2
Outros Serviços	606,3	614,0	114,6	248,6
Serviços Económicos	728,9	801,7	262,3	334,7
Subtotal	1.798,1	1.959,2	506,5	734,5
Dot. Provisional	51,9	27,6	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	50,0	13,3	0,0	0,0
Total	1.900,0	2.000,1	506,5	734,5

Quadro XI

Indicadores de Execução por Funções

Funções	Estrutura	F1	F2
Serviços Gerais	11,54	0,287	0,500
Segurança Pública	2,55	0,482	0,683
Educação	2,29	0,496	0,687
Saúde	7,84	0,052	0,338
Previdência Social	1,28	0,363	0,668
Habitação	1,65	0,610	0,870
Outros Serviços	30,70	0,405	0,592
Serviços Económicos	40,1	0,418	0,745
Subtotal	97,95	0,375	0,633
Dot. Provisional	1,38	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	0,67	0,000	0,000
Total	100,00	0,367	0,621

Com o segundo maior peso na estrutura do Plano figura a rubrica «OUTROS SERVIÇOS COLECTIVOS E SOCIAIS» que conta, actualmente, com 614,0 milhões de patacas. Na óptica da execução financeira, esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 40,5%, enquanto os compromissos assumidos atingem os 363,2 milhões de patacas, correspondentes a 59,1% do total. Os «SERVIÇOS GERAIS» absorvem 230,9 milhões de patacas, o equivalente a 11,5% do total das verbas do PIDDA sendo que 28,7% desse valor foi já realizado. As rubricas «SEGURANÇA PÚBLICA», «SAÚDE», «HABITAÇÃO», «PREVIDÊNCIA SOCIAL» e «EDUCAÇÃO» representam, respectivamente, 2,6%, 7,8%, 1,7%, 1,3% e 2,3% do total dos investimentos.

Nos escalões de dotação, destaque para as acções acima dos 20 milhões de patacas, que absorvem 64,1% das verbas afectas aos investimentos do Plano e equivalem a 1.281,5 milhões de patacas, após o reforço de que beneficiaram de cerca de 23,9% relativamente à verba que lhe havia sido atribuída inicialmente. De referir ainda que são estes projectos os que revelaram maior dinâmica na execução ao longo dos primeiros três trimestres do ano, a avaliar pela taxa de realização efectiva apresentada (40,9%). (Quadros XII e XIII)

Quadro XII

Estrutura do Plano por Escalões de Dotação

Milhões de Patacas

Escalões de Dotação	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
E<1 Milhão	180,1	41,2	8,6	8,9
1 Milhão<E<5 Milhões	223,0	209,0	43,3	53,9
5 Milhões<E<10 Milhões	170,9	176,7	38,6	60,9
10 Milhões<E<20 Milhões	189,4	250,8	43,3	86,8
20 Milhões<E	1.034,7	1.281,5	372,7	524,3
Subtotal	1.798,1	1.959,2	506,5	734,5
Dot. Provisional	51,9	27,6	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	50,0	13,3	0,0	0,0
Total	1.900,0	2.000,1	506,5	734,5

Quadro XIII

Indicadores de Execução por Escalões de Dotação

Escalões de Dotação	Estrutura	F1	F2
E<1 Milhão	2,06	0,217	0,427
1 Milhão<E<5 Milhões	10,45	0,258	0,465
5 Milhões<E<10 Milhões	8,83	0,343	0,561
10 Milhões<E<20 Milhões	12,54	0,346	0,519
20 Milhões<E	64,07	0,409	0,700
Subtotal	97,95	0,375	0,633
Dot. Provisional	1,38	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	0,67	0,000	0,000
Total	100,00	0,367	0,621

澳門政府

法律 第10/98/M號

十二月三十一日

一九九九年收支許可

在閱覽一九九八年澳門經濟及財政狀況分析報告後：

鑑於總督之建議及經遵守《澳門組織章程》第四十八條第二款 a 項所規定之程序：

立法會根據《澳門組織章程》第三十條第一款 f 項及 g 項之規定，制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

第一條

(收入之徵收及開支之支付)

一、許可總督於一九九九年內依據適用之法律規定，徵收本地區稅捐、稅項及其他收益，獲得對財政管理所不可缺少之其他資源，以及許可總督使用有關所得，以支付登錄或將登錄在一九九九年本地區總預算（OGT/99）內之運作及投資之公共開支。

二、依法定方式獲許可之收入，方得徵收；所有該等收入，不論其性質及來源或有否特別用途，除法律另有明文規定外，均在規定期間內交予本地區庫房，最後，將之載於有關年度之帳目內。

第二條

(本身預算)

一、受並無載於一九九九年本地區總預算內之預算所規範之公共實體，在其預算經訓令核准後，亦獲許可運用本身收入以支付有關開支。

二、上款所指之實體在管理其撥款時，必須遵守本法律所定之原則及專門對其適用之財政制度。

第三條

(施政方針之主要目標)

一九九九年施政方針（LAG）主要之優先工作，係在近年所定目標之範圍內，實現為完全履行因一九八七年

Quadro XIV

Estrutura do Plano por Classificação Económica

Classificação Económica	Dotação Inicial	Dotação Actual	Milhões de Patacas	
			Cativo	Liquidado
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0
Habituação	16,1	41,3	7,2	21,2
Edifícios	847,4	895,0	206,8	330,7
Estradas e Pontes	144,4	173,6	47,4	54,9
Portos	0,0	0,3	0,0	0,3
Construções Diversas	416,0	435,9	171,7	168,1
Melhor. Fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0
Mat. de Transporte	0,0	0,8	0,6	0,0
Maquinaria e Equip.	169,2	193,2	29,4	40,3
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	205,0	219,1	43,4	118,9
Subtotal	1.798,1	1.959,2	506,5	734,5
Dot. Provisional	51,9	27,6	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	50,0	13,3	0,0	0,0
Total	1.900,0	2.000,1	506,5	734,5

Quadro XV

Indicadores de Execução por Classificação Económica

Classificação Económica	Estrutura	F1	F2
Terrenos	0,00	0,000	0,000
Habituação	2,10	0,512	0,687
Edifícios	44,74	0,370	0,601
Estradas e Pontes	8,67	0,316	0,589
Portos	0,01	1,000	1,000
Construções Diversas	21,79	0,386	0,780
Material Transporte	0,04	0,023	0,669
Maquinaria e Equip.	9,65	0,209	0,361
Outros Investimentos	10,95	0,543	0,741
Subtotal	97,95	0,375	0,633
Dot. Provisional	1,38	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	0,67	0,000	0,000
Total	100,00	0,367	0,621

《中葡聯合聲明》而產生之承諾所需之工作，以確保澳門行政當局從葡萄牙過渡至中華人民共和國之歷史進程，上述目標為：

- a) 在貫徹減輕區域性危機對澳門經濟帶來之影響之措施的同時，積極以現代化、加強競爭力及向第三產業發展為基礎，創造條件以復甦經濟活動；
- b) 完善符合澳門實際情況之勞動法律框架，並開展旨在降低失業率及提高人力資源素質之舉措，尤其加強職業培訓及有助職業轉型之工作；
- c) 完成人員之本地化程序，並落實能向新領導人員提供所需技術輔助之措施，使行政當局能有效運作；
- d) 透過落實為過渡期而定之顧及所有教育層次之龐大建校計劃，加強教育改革及鞏固澳門本身之教育制度，以及拓展學校網並使之現代化；
- e) 提倡青年之結社精神及推動青年參予建設澳門之未來；
- f) 跟進各市政機關之活動，並關注該等機關所推動之工作與其他公共機構所推動之工作之適當配合，以改善居民之生活質素；
- g) 透過傳播媒介，宣傳並使人意識到澳門在區際關係中擔當之獨有角色，突顯澳門之過渡進程之獨特性、在經濟、政治及社會方面所享有之高度自治、跨文化之遺產、所承襲之原則、價值及規則，以及一系列現代化基礎設施；
- h) 發揮澳門作為獨立及最終目的地之潛力，並以客觀、具競爭力及與所有有關方面合作之政策為基礎，對澳門國際機場之推廣、培訓、提供優質服務、旅遊產品之質素及多樣化等各方面作出投資；
- i) 推動研究及調查工作，並繼續採取能確保維護澳門之社會文化、人文及建築等方面之財產及特色之措施，事實上，澳門係一個在世界上具獨有特點之社會，見證了雖以不同文化為起點卻使其更致力於維護昔日財產之演變；
- j) 在立法及機構層面上，鞏固及完善衛生體系，尤其加強關注由使用者分擔衛生護理服務開支之社會公平原則，以及繼續在有關基礎設施之現代化及發展方面作出投資；
- k) 貫徹立法政策及繼續向社會上之非政府組織給予技術及財政輔助，目的係不斷改善市民之生活質素，尤其關注社會上較脆弱之一群，例如兒童、老人、傷殘及弱智人士，以及吸毒者；
- m) 完成稅務改革，並繼續以預算執行之平衡管理作為優先考慮，目的係保持本地區不負公債之狀況；
- n) 完善保護環境及保護消費者政策之法律及機構框架，由環境委員會及消費者委員會積極參與有關之制定及執行工作；
- o) 通過《司法體系組織架構》及《法院司法官及檢察院司法官通則》後，設立終審法院、中級法院、新司法委員會及審計署；
- p) 透過“重大法典”之公布、完成翻譯未有中文本之法規之計劃、繼續培訓司法官及司法體系運作所需之其他人員、在司法範疇普及中文之使用、以本地區兩種官方語言推廣法律等方式，繼續進行鞏固建立雙語法律體系之基礎之計劃；
- q) 依本地區特有之法律，繼續致力於維持治安，同時亦加強澳門保安部隊之培訓工作，尤其是高層人員之特別培訓，使澳門保安部隊能承擔因本地化及過渡至未來澳門特別行政區而日益增加之責任；
- r) 完成用以確立澳門之獨特性及自治之重大基礎設施之興建計劃，尤其完成立法會大樓、中級法院及終審法院大樓、澳門文化中心及蓮花大橋之興建，以及完成都市重整之重點工作及有助提高市民之生活質素之其他工程；
- s) 跟進對本地區之發展及自治具重大策略意義之澳門國際機場之業務，以及跟進澳門航空此一空運機構之業務；
- t) 貫徹社會房屋政策，以便創造條件，使經濟能力較差之居民能取得具備基本條件之房屋；
- u) 考慮到一九九九年的政權移交，將積極在人力資源和在財力資源方面，作出妥善的安排，以完成移交大典的各項工作。

第四條

(原則及標準)

一、一九九九年本地區總預算係按照關於預算及公共帳目之法例而組織，並已顧及各自治實體及市政廳財政制度之專有情況。

二、一九九九年本地區總預算之制定及執行工作之目標，係為貫徹附於本法律公布之一九九九年施政方針及行政當局投資與發展開支計劃，並根據下列原則為之：

- a) 控制各機關之運作開支之增長，使之配合公共收入之演變情況；
- b) 按照對復甦經濟及保障就業之社會經濟性質之優先考慮，完成在一九九八年獲許可或將在一九九九年開展之公共投資之計劃，以改善有關之社會條件及加強澳門之基礎設施，從而鞏固本地區在發達社會中所佔之地位。

第五條 (各項措施)

一、總督得採取平衡公共帳目及使司庫部獲正常補充所需之措施，為此，得使資源配合需要。

二、如出現確實使公共帳目陷於不平衡之異常情況，總督得限制、縮減甚至中止非由法律或先前已訂立之合同之效力所定之開支，以及給予任何機關、組織或實體之津貼。

三、具指定用途收入之相應款項，僅在進行有關徵收後，並在遵守適用之法律規定下，方許可轉移。

四、考慮到已獲許可之收入之徵收進展情況，並考慮到使本地區財政資源獲得最佳之利用，得接受最初預算撥款之追加或修改，以及提前調動可動用之資源，以實現各優先目標及開展列於施政方針內之工作。

第六條 (開始生效)

本法律自一九九九年一月一日開始生效。

一九九八年十二月四日通過。

立法會主席
林綺濤

一九九八年十二月二十一日頒布。
命令公布。

總督
韋奇立

附件I 一九九九年度施政方針

1. 經濟、就業及社會保障等政策

國際經濟不利的形勢，凸顯在亞洲的經濟衰退、匯率不穩以及資金市場極度混亂的不景氣中，一九九八年的經濟活動指數顯示在短期內未有復甦的跡象。

本地區經濟的演變難免要承受東亞及東南亞衰退氣候的影響，儘管近年因架構和機構的調整而有所進展，尤其在運輸和通訊基建的現代化、國際對澳門的肯定、輔助科學和科技革新的機制、鼓勵個人創作、保障接受教育和獲得醫療的機會、民間團體參與社會協調機制和參與制定經濟政策以及加強金融體系和匯率的穩定等方面。

在本地區經濟中佔有重要地位的外部需求方面，旅客人數因傳統上有大量旅客來源的國家其經濟的富裕水平下降和處於危機的狀況而一直在減少。同時，出口亦有所放緩，主要因為出售到歐洲聯盟的貨品減少，澳門的產品因澳門幣的相對升值而在歐盟明顯失去競爭力；而所錄得的入口數字亦有所下降，貿易呈現順差，與前數年呈現的逆差剛好相反。

本年經濟活動水平的降低對就業造成影響，逆轉了一九九七年的向好趨勢，導致內部需求極度疲弱，同時亦因高企的利率而受到損害，對投資帶來不利的影響。在這形勢下，預計本年的本地生產總值（PIB）會有負面的發展。

經濟及就業政策方面，力求達到一直在爭取的長遠目標，促進本地區經濟組織現代化及多元化以及協助提高生產力。一九九九年經濟及就業政策的首要目標是：創造良好條件以便在國際形勢好轉時恢復經濟增長，並且以連貫的方式採取適當措施，以減低自一九九七年年中出現的並一直影響亞洲經濟的危機所帶來的負面影響。

關注本地區經濟形勢的演變，促使在一九九八年逐步採取一系列振興經濟的措施，力求減低亞洲區域危機的負面影響以及保證本地區經濟及金融的穩定。

由於高利率的持續，因此，對財務優惠制度作出修訂，對某些界別的企業採取了新的利息信貸優惠制度，以此作為鼓勵投資、促進經濟活動多元化和現代化以及推動企業的科技革新和轉型的辦法。此外，亦保留現行的、在過往兩年一直取得良好成果的購置房屋信貸優惠制度。

基此，執行權於一九九八年下半年推出了新一代企業家資助試驗計劃，旨在支援具創新性的計劃，向具有實力的年青企業家提供專業培訓及輔助資金性質的基金，並為企業的策劃誕生提供空間。

在提高澳門經濟的競爭力方面，進行了一些結構性的改善，如採用了“快速回應”及“電子數據交換”等系統，同時，亦簡化了發出准照的行政程序；在外貿法制方面作出改善；減低配額貨物出口的有關手續費。

同時，為加強澳門國際機場的競爭力亦採取了一些措施，如降低晚間使用機場的費用；對在本地區逗留少於24小時的旅客免收離境稅以刺激旅客入境人數的增長。

在一九九八年度失業率再呈上升趨勢達到近年新高，為因應此嚴峻形勢，將切實貫徹「就業政策和勞工權益綱要法」，尤其是要確保公共服務及公共工程必須優先聘用本地勞工。

至於打擊失業方面，不論在轉職及培訓還是在增加勞動市場的透明度及創立一些新職位方面，亦一直推行了一些措施。

為協助本地有特別困難的失業人士，已制訂了一項輔助及鼓勵計劃，當中包括向失業人士提供職業培訓，使其重新融入勞動市場；培訓導師；向那些因年齡問題、缺乏專業資格又或不符合勞工資格要求而難以融入勞動市場的失業人士發放使其融入勞工界的津貼；鼓勵傷殘人士融入勞動社會；此外，還透過發放初次任職津貼以協助招聘首次求職的青少年。

將加強過往數年一直在經濟及就業政策領域內備受重視的專業培訓工作，因為面對經濟發展所需的高新科技，必須培養新的才幹和才能，面對現時的失業境況，此舉則更形重要。

值得強調的是，澳門經濟、金融結構的多元化繼續是政府致力為不同領域的服務業發展離岸活動而創造條件的目的。因此對外將繼續努力加強澳門該方面的競爭優勢，發展輔助離岸活動的立法及稅制的框架，該領域現正進行的工作以及即將頒佈規範這些活動的新法規，應有助澳門經濟模式多元化的發展。

同時，從長遠觀察，預期將簽署有關投資的相互保障協議和關於雙重稅收的協議，因為這正是吸引外來投資及發展服務業，尤其是發展離岸服務業的正面因素。

1.1. 經濟活動領域

隨著消除官僚主義的工作小組的設立，將會貫徹一些新法規以規範發出某類經濟活動的行政執照和工業執照。同時亦將實施《對外貿易法》，使其切合實際和更趨靈活，因法規本身就是澳門外貿自由制度的重要基石。這些新規定將使消除官僚主義的步伐向前邁進一大步。

最近推行的電子數據交換(EDI)，旨在為本地企業創造一些良好的競爭條件，所以將會重組外貿行政程序的內部流程。

消費稅的修改現已進入最後階段，此舉將可以把有關現行法律中與整體法律體系不銜接的情況修正、填補明顯的漏洞，以及免除對某些產品的不合理稅項、調整適用的費用，並履行澳門作為世界貿易組織成員所應承擔的義務。

近年來澳門政府力求以各種舉措，更有效地保護工業產權及知識產權，包括使澳門的商標註冊自主化，以及與葡萄牙簽署多項議定書。一九九九年將會完成知識產權的立法程序並使之與世界貿易組織《關於貿易知識產權狀況協議》相接軌。尤其將會修訂有關商標的法例，並把約束工業設計和專利權的法例自主化。

隨著一九九八年在立法方面已展開的工作，亦將透過對該方面工作具權限的實體，即經濟司和水警稽查隊，加強保護著作權的監督機制。

在促進本澳投資方面，澳門政府於九十年代初期設立了一個在該方面擁有特殊權限的自治實體(澳門貿易投資促進局 — IPIM)，亦曾進行過重組該機構的工作，使其在肩負推動對外貿易責任的同時，亦負責施行一九九五年設立的旨在吸引投資者以及專業領導及技術人才居留的制度。一九九九年將會修訂《澳門貿易投資促進局組織章程》，務求貫徹“一條龍服務”的職能，並引領該機構推動離岸服務行業的發展。

澳門貿易投資促進局一九九九年的工作，在促進貿易及投資策略方面將繼續緊靠中國市場，中國在亞洲金融危機中仍一直顯現其巨大的金融穩定性和經濟增長。此外，還會開拓新的經濟空間。

因此，在商貿方面將會透過主辦一些不同的活動，加強協助澳門企業參加在中國內地舉行的國際性洽談會。這

些活動包括舉辦展覽會，不但展示澳門的產品，還將展示經澳門打入中國市場的其他產品。在促進投資方面，擬加強本澳與中國各區域和城市業已展開的接觸，引起一些主要企業對澳門投資條件的關注，並將會利用本地區與歐盟及美國等重要市場的關係。

在加強與其他經濟空間的關係方面，要強調的是第三屆葡語國家貿易大會、第四屆澳門國際工展會以及巴西被選為優先國家的南部市場組織。為此，預計組織一個商業/企業代表團出訪巴西，旨在發展澳門與該國商業貿易的雙邊關係，為將來建立企業之間的夥伴關係奠定基礎，並鞏固業已發展的工作。

澳門貿易投資促進局透過制定市場研究及推廣，以及透過貿易資訊服務，確保隨時為澳門出口商提供新的及具有實效的市場資訊。

此外，要加強與外國工、商業公會及本地企業社團以及向經適當選擇且總部設於鄰近國家和地區的企業之間已開展的工作，還將會支持擬與台灣加強商貿關係的企業社團。

跟進與海外華人企業家的接觸，以求引起他們關注本地區可為他們提供的投資契機，並將加強與土生葡人社群的接觸尤其是定居於美國、加拿大及巴西等國家的土生葡人社群。

將特別關注第四屆澳門國際工展會，旨在吸引仍未發展的國家派出代表參展商，並加強完善澳門貿易及投資環境的活動。

最後，吸引在本地區投資的宣傳策略主要集中在加強吸引包括輔助服務行業(“back offices”，“call centres”)和金融業等離岸服務，此外還吸引投資在廣泛的服務行業上。

因此，將會公佈規範離岸活動的一般制度和稅務制度；規範動產和不動產投資基金的成立和運作；以及規範投資、資產基金和退休基金管理公司等數個法規。

澳門生產力暨科技轉移中心(CPTTM)一直協助澳門的企業發展技術及提升人力資源，一九九九年仍會繼續發展提高質量的工作：包括現時與環境有關的ISO品質標準(ISO 14000)；尤其推廣透過快速回應科(QRU)的新管理技術，以及推廣技術資訊和職業技術培訓，並為在澳門從

事生產的行業舉辦研討會和課程。此外，澳門生產力暨科技轉移中心在顧問及技術支援方面將參與電子數據交換(EDI)的計劃。

為了發展澳門與其他國家，尤其是與葡萄牙和中國在科技、科學及企業等方面的合作，澳門生產力暨科技轉移中心設立了一個國際合作單位。該單位除了要延續已訂定的協議外，還力求在一九九九年擴大接觸範圍，並為本地企業家與外地組織在交流資訊及探索具有共同利益的新計劃中擔當橋樑的角色。

為了向國際推廣本地成衣業以及鼓勵成衣創作和設計，澳門生產力暨科技轉移中心將會舉辦時裝表演，展出該中心時裝設計課程的學員和本澳企業製造的時裝，同時他們亦將參加國際比賽。

一九九九年將會完成聯生工業邨的最新形貌的工作，該工業邨對本地區工業結構的科技的多元化和現代化極有幫助，目前正籌備有關擴展方面的事宜。此外，期望聯生工業邨的發展能催生一個策劃各種企業的單位，並與其他尤其是中華人民共和國工業邨開展合作。

政府將制定扶持中小型企業政策，協助中小型企業渡過難關，增強競爭能力。

現正在澳門世界貿易中心設立關於中國資訊的“中國之窗”，一九九九年將投入運作，屆時將配合歐洲資訊中心的運作。這兩個中心是推動貿易活動的工具，目的是充份利用澳門作為與中國經濟交流的台階的潛力。

在國際上確立本地區的自主形象是過渡期施政工作的重點之一。這體現於加入各種國際性組織，尤其是世界貿易組織(WTO)、世界海關組織(WCO)、國際紡織及成衣局(ITCB)以及聯合國亞太經濟及社會委員會(ESCAP)。澳門積極加入這些國際組織和機構並成為成員，必然要跟進和履行所許下的承諾。加入這些國際組織和機構將繼續作為首要項目，同時會特別集中於區域性合作方面。

此外，將繼續開展於一九九二年與歐盟簽訂的貿易和合作協定範圍內的計劃，其中對一些具即時效益的領域將予以優先，諸如歐洲的經驗和合作，尤其是促進經濟交流、行政現代化和專業培訓等領域。

1.2. 金融制度、貨幣和匯兌領域

隨著澳門發行機構的撤消，澳門貨幣暨匯兌監理署於一九八九年成立。自此澳門貨幣暨匯兌監理署一直具備發展銀行業及保險業的法律框架，並執行監督實體的任務，致力於銀行業及保險業的穩健發展。澳門貨幣暨匯兌監理署的章程曾於一九九六年修改。在近年推行的眾多計劃中，最突出的是一九九三年核准的《金融體系法律制度》以及於一九九七開始推行的《保險業的取得及營運》新法律制度。

澳門的金融制度對一九九七至一九九八年間亞洲區內局勢惡化並向外蔓延的情況作出了頑強抗禦，使執行權銳意在合理發展的前提下促進穩定金融經濟及全面對外開放的政策。亞洲危機導致外匯儲備輕微下降，但未幾便告停止。

在本施政方針中，以鞏固和加強澳門金融制度為本，一九九九年亦將繼續以貫徹這項制度為基礎，而這些基礎體現在澳門本身的貨幣——澳門幣以及澳門幣兌港元的固定平價之上，澳門幣和這種平價因“通貨委員會”現行的貨幣發行制度而變得完全可靠；另外，這些基礎體現在由澳門貨幣暨匯兌監理署負責的逐步加強外匯儲備之上。

在這前提下，貨幣政策將繼續集中在加強對外結算的儲備上。自一九九六年出現的外部收入放緩的情況，預期會體現在流通貨幣額的溫和增長上。

澳門幣將繼續穩定，在過去三年所取得的進展的基礎上，力求強化澳門幣作為繳付工具的角色，就是以澳門幣清繳預算交易並鼓勵公眾藉使用澳門幣來體現澳門的自主。同時亦繼續推廣以澳門幣作為儲蓄工具，澳門幣在財政運用中將繼續獲得具吸引力的回報，並鼓勵金融制度提供更多以本地貨幣結算的工具。

對澳門幣的信心以及對澳門的無限制對外支付制度的支持力，將繼續取決於外匯儲備能否保證其穩健的兌換能力。一九九八年六月，澳門的財政儲備相當於一九九七年11.3個月的財貨和服務入口值。為了這個目的，執行權將繼續關注儲備的演變，以及注意預算政策對流動資金的衝擊，同時亦會跟進有權運用土地基金的實體將遵循的政策對貨幣流通額所帶來的衝擊。

由於對澳門幣採用聯繫匯率制度，最近香港特別行政區所出現的利率浮動及其所承受的巨大壓力，在澳門亦引起了反響，執行權亦一直予以關注，力求減少本地金融制度和此生產界別所承受的不穩定效應。儘管沿用現行的匯兌制度意味著不存在透過操縱利率來影響經濟條件的情況，但將會繼續推行購買樓宇的信貸優惠及有關一些經濟活動信貸優惠的緊縮制度和選擇性制度，透過一貫執行的計劃，成功將是可期的。

至於澳門銀行業方面，將貫徹完善該界別並使之現代化的目標。為此，要繼續訂定適時和有涵蓋性的規章，並緊密監督其執行。面對本區域銀行制度的一些例子，一九九九年將繼續加倍注意澳門銀行業存在的風險，正確評估信用抵押品和嚴格執行有關償還能力的規定。除要繼續遵守這些規定外，還會參考巴塞爾銀行監督委員會的意見。

一九九九年將展開明確界定金融業從業員性質的工作，並推行健康的活動以預防出現偏離和模糊的情況，因為這些情況會導致出現某些在法律上屬保留的行業但未經准許便運作的情況。將採取立法措施，以確保對澳門的外匯投資公司實行發牌監管制度。

全面跟進銀行業的技術革新是保持本地區銀行制度競爭力的不可或缺的條件。為此，將繼續完善票據交換制度基礎結構的下層基建，縮短程序時間，並利用金融資訊系統與外地尤其是香港特別行政區聯系。

保險業方面，必須扭轉一九九七年至一九九八年保險業業績顯著下滑的傾向，以便在本地市場規模收縮的情況下仍能維持吸引數目可觀的保險公司留在澳門，因為他們有助保險業現代化和提高保險業的競爭力。為了扭轉下滑的形勢，執行權將會關注保險業運作的條件，例如向保險公司提供指引和合法的途徑，以便指引保險公司防止因汽車保險方面的欺詐行為所引致的顯著的災難性損失。

關於信用發行方面，澳門貨幣暨匯兌監理署會繼續協調和保證本地區兩間發鈔銀行的發鈔工作，並確保鑄造流通硬幣和發行紀念一九九九年澳門管治過渡這一歷史時刻的紀念幣。

將澳門與國際貨幣基金經濟諮詢的程序接軌，有助於執行權繼續努力在國際上宣傳澳門的經濟情況，完善執行權所負責的經濟政策。

近年來，在施政方針範圍內，一直都開展與銀行監督實體和機構合作的各種工作，現正籌備加入亞太銀行監察組織和離岸銀行業務監察組織的程序。

為了符合七月三十日第6/97/M號法律和七月一日第24/98/M號法令所定的目標，一向都有跟進監控“洗錢”活動的在國際上蔓延，特別是跟進有亞太清洗黑錢集團參與的“洗錢”活動。

為紀念澳門管治權的轉移以及使澳門能立足於外地，澳門貨幣暨匯兌監理署提出在澳門舉辦一個以“中央銀行”為主題的研討會，主要研究亞洲區域如何渡過危機，預計將有中央貨幣機構高層次的代表和該等範疇的專業人士參加。

1.3. 勞動、就業和職業培訓領域

在社會勞動方面，近年執行權一直致力改善勞資關係、勞動衛生和安全、就業和職業培訓以及社會協調。一些有關勞動權利的重大原則，例如不受歧視原則、保護婦孺勞動原則、解僱、工作時間、年假、週假、公眾假期以及合理回報的權利等原則都載入一九八九年修訂的勞動法內。自始，先後公布新的勞動環境規範性法規，主要是關於勞動衛生和安全方面。這些規範性法規隨著一職業衛生部門以及衛生和安全實驗室的設立而得以完善。

為了完善勞動市場的運作，設立了就業部門並規範私人職業介紹所的活動。

職業培訓曾於一九九六年重新籌劃，並對職業培訓、專業證明和學徒制度進行了立法工作。其後更設立了新的培訓中心，包括一所學徒培訓中心，同時擴闊職業培訓的領域，包括成人培訓、學徒培訓、進修和轉業培訓。

一九八七年創設了社會協調的條件，此舉使社會夥伴能透過社會協調常設委員會和職業培訓協調委員會參與訂定並執行社會政策。

一九九九年，政府在勞動、就業和職業培訓方面的工作應繼續與社會夥伴對話，以訂定切合本地區特殊情況的社會和經濟發展模式，好讓勞動市場能良好地運作和改善工人的條件。

希望能更好地協調就業供求，使在就業和職業培訓方面所採取的措施更見效益。為此將繼續協助那些已在就業輔導組登記的人士，使他們走上工作崗位。此外，力求時

刻跟進勞動市場的情況。勞工暨就業司將在互聯網內設立一個網址以方便工人，例如年青人，使他們了解現時提供就業的情況。

將繼續研究失業的成因及其影響，同時尋求一些能解決失業情況的方法，例如透過就業輔導組的工作或職業培訓等方法。

在職業培訓方面，將繼續舉辦的課程有提高質素、進修、更新知識和轉業方面的，同時要延續各領域的學徒培訓工作。此外，將為難於安置的失業工人推行邊工作邊培訓的計劃，使他們能進入一些公司工作。將開展一項面向失業工人和尋求首份工作的年青人的計劃，使他們走上工作崗位。

除了現有的學徒制度外，亦考慮到本地區的特點，將研究推行學徒前制度的可能性，期能對那些在學業上有困難的青少年予以培訓以便他們將來能有一技之長。

另一個要確定的目標是關於對招聘外地勞工所採取和應用的措施，其間並不會忽視保障本地居民就業和無損他們的報酬的原則。考慮到澳門勞動社會的實況，將完善輸入非本地勞工申請程序的管理，同時確保將要公布規範非本地勞工的新法例的執行。

將會加大力度監管所有經濟從業員是否嚴格遵守勞動法例，重預防而輕懲治。為此，將繼續確保和監督勞動法法律規定的適用，並會加強資訊和技術諮詢，以便有效地執行適用的規定。

將會修改工作稽查規章，使其配合新的法律框架，旨在賦予稽查員快捷而有效的工作機制，並將為稽查隊伍提供法律技術輔助。

將會修改規範中止工作制度的八月二十一日第43/95/M號法令，以便配合社會經濟條件的新格局。

在保障工人健康及工作安全方面，將加強預防職業危險的措施，發展喚起注意工作場所安全的工作，旨在改善工作衛生及安全條件，防止工作意外及職業病。

預防措施還包括各項宣傳及儆醒活動，當中計有座談會、展覽、研討會及舉辦建築安全週和澳門工業安全節。為了同一目的，亦將研究引致各界別工作意外的原因。

此外，還會修訂《工業場所內衛生與工作安全總章程》。因為該項由十月二十二日第57/82/M號法令核准的

章程，不但不敷應付目前的需求，亦與有關範疇的技術發展脫節。

1.4. 社會保障領域

社會保障基金成立於一九八九年底。這是澳門首次對為他人工作的工人設立的強制性社會保障。該基金將繼續執行由十月十八日第58/93/M號法令核准並經七月六日第29/98/M號法令修改的社會保障制度。該制度的目的是通過發放金錢的給付，保障該制度的受益人能應付法律預見的各種社會危機。

自設立社會保障制度後，該制度一直都在擴展。一九九三年延伸至散工，一九九六年延伸至公職的散位人員，一九九八年則擴展至一些獨立工作的工人組別。此外，基金亦加設了新的津貼，特別是九四年設立的喪葬津貼及九七年設立的結婚及出生津貼。

在明年預算約為一億六千萬元澳門幣的給付中，不能不提的是那些為補償喪失工作收益而設的給付，如養老金、殘廢金、救濟金、疾病津貼以及失業津貼。所有給付在經濟和社會危機中均起著重要的作用。對於目前許多未能工作的人士而言，這些給付可維持基本生計。

失業方面，第54/GM/98號批示所規定的各種援助和鼓勵具有特殊的意義，其中包括培訓工作和為失業者安排工作，這兩項工作的範圍，在一九九九年隨著參與該計劃的失業者、從事經濟活動的人士、社會夥伴及公私實體等的數目日增而隨之擴大。為了令該批示的涵蓋面更廣和發揮更大的作用，允許提前修訂上述批示。

隨著七月六日第29/98/M號法令核准對社會保障制度引入修改之後，將研究並建議制定把該制度擴展至自負盈虧工人組別的規章。

為使工人擁有更廣泛和更具效力的社會保障，將擴展及加強與勞工事務稽查廳的連繫，以杜絕仍未在社會保障基金登記的勞工不登記及不供款的情況，特別是留意那些從事難以監管的行業的人士，如建築業的散工。

將貫徹第7/98/M號法令。該法令把社會保障制度延伸至仍未受任何強制性社會保障制度保障的所有公共行政工作人員，基於，他們將需要在社會保障基金登記。

在社會保障基金內部，隨著設立有關人員編制後，將展開其人員過渡至公職一般制度的程序。

1.5. 統計工作領域

在過渡期，更好地了解澳門本地區的現狀對經濟和社會政策上的決策非常重要。於是，統計暨普查司多年來一直都備妥統計資料的新數據並開展新的方案。該司應用新技術使公布方式同樣得以改善。為使處理統計資料的方式符合現今國際上使用的方法和方式，為了促進統計知識的交流，統計暨普查司一直都在建立合作機制，並積極參與各個國際組織。

這些方針將延伸至一九九九年，目標是以最新的方法及應用新的資訊技術來完備基本的統計數據，而這些資料將是定期產生、容易取用及更為精確。

在經濟統計工作方面，將完備家庭收支結構的新指數以及有關的消費標準，這是以“九八/九九年家庭預算問卷調查”的結果為基礎。為整理“旅遊價格指數”而進行收集資料工作，並以旅客所取得的財貨及服務的資料作參考。與此同時，將展開兩項新的問卷調查工作，其一是“外地對本地區的直接投資的問卷調查”，目的是收集工業及服務業的有關企業所作的直接投資的詳盡統計資料；另外是進行“工業形勢問卷調查”，以取得該界別準確的每季數據。

在人口、社會及就業統計方面，將以一九九一年及一九九六年在進行同類工作時所取得的經驗為基礎，繼續進行“2001年人口普查”（人口及住所普查）的初步研究和籌備工作。將“勞工需求及報酬問卷調查”範圍擴大至各行業，目標是盡可能擴大該調查的範圍。同時，透過各種方式、各個不同類型的統計單位收集資料，以豐富職業培訓方面的統計制作。

在統計的協調和一體化的工作方面，由一九九九年一起，將根據澳門經濟行業分類的第一次修訂，以生產的角度來整理本地生產總值的估算。同樣，以支出角度得出每季本地生產總值估算的研究預期亦將繼續進行，並將發展經濟分類一體化系統。在該項工作上，預計可完成財貨及服務的分類。另一方面，將制作澳門對外貿易貨物分類表/協調制度(NCEM/SH)，澳門經濟行業分類(CAM-Rev.1)及財貨及服務分類間的對應/關聯表。最後，統計方案將採納澳門經濟行業分類(CAM-Rev.1)。

透過強化統計諮詢委員會、其附屬委員會及工作小組的功能，統計的協調工作將進一步加強，以進行特別項目

的研究，以及為統計暨普查司及其他實體的人員舉辦有關統計及資訊管理的培訓工作。

1.6. 電力及自來水供應領域

1.6.1. 發電及配電方面

為了確保完全滿足未來中期的耗電量，澳門電力公司建議將於一九九九年推出新一輪的發電工具投資。另一方面，輸電範疇的項目將步入一個全新的階段。鑑於目前的經濟形勢，為改善吸引到本地區投資的基本條件，將致力尋求該專營機構的合作，調低收費。

在發電方面，專營公司的投資計劃包括在一九九九年七月判給路環發電廠新發電機組的建設，將於二零零一年五月作首階段投產。

在該計劃中亦包括簽訂評估路環發電廠對環境影響的研究的合同，其中包括提出減少大氣污染的建議。預期該項研究可與地球物理暨氣象台及環境技術辦公室共同開展。

另一方面，預計發電調度項目亦將進行判給。該計劃將於二零零零年完成，旨在設立結合（現有的）運輸調度和（將設立的）發電/輸入調度的調度系統。借助將資訊器材運作的新的綜合監督及指揮系統列入改善服務素質的策略目標內，可確保所提供的服務更可靠和成本更低，並在電力供應出現故障時能更好地協調有關的工作。

在輸送和配電網方面，專營公司投資計劃包括於一九九九年興建一座新的聯生工業邨分站。該分站預計於二零零零年的第一季度投入運作，並將應付路環和聯生工業邨新增加的耗電量。

除此之外，亦包括擴大氹仔新分站，該項目已於一九九八年判給，預計將於九九年底竣工。這是一項擴大110KV系統的計劃，其目的是使系統能在有保證及安全的情況下，應付因發電及輸送增長而出現的需求。

預期於一九九九年初把指揮中心判給，以便能利用資訊器材以遙控方式監管及執行配電網的操作。該項目分三年推行以期改善服務素質，並縮短因配電網出現故障而引起斷電的時間。

最後，為了改善接待用戶的服務，專營公司有意設立自動接聽電話服務中心並改善資訊系統。

1.6.2. 自來水處理及供應方面

專營公司——澳門自來水有限公司所遵循的活動計劃旨在繼續發展向本地區供水的優質公共服務，確保供水具有正常水壓水平及不斷供，以及無論在細菌或化學物質的含量方面水質都符合國際標準。

澳門自來水有限公司的投資計劃，一九九九年約為六千九百萬元澳門幣，主要目的是提高蓄水能力及分配經處理用水的能力。將進行的最大型投資還包括完成第三條原水總管道的興建工程，保養本地區現存的水庫以及在氹仔興建水庫。

另一方面，鑑於目前的經濟形勢，為改善吸引到本地區投資的基本條件，將致力尋求該專營機構的合作，調低收費。

2. 行政、教育、青年及體育政策

一九九九年將是完成為過渡期制訂的行政、教育、青年及體育政策的重大方針的一年，其中包括完成公務員本地化、公共行政和教育方面的法例載體以及鞏固澳門的教育制度等工作。

從已取得的成果中顯示出，應繼續遵循為後過渡期訂定的策略目標，但對各種方法和程序應因時制宜地作出調整，其間要意識到為行政現代化作出的努力將是長期的。因為，行政現代化必須跟進技術革新；關注無法避免的社會政治轉變；面對成本、社會經濟和財政的演變等問題，以及與日俱進地加強體認公民的權利和義務等方面的問題。

盡可能在無負面的社會衝擊且充滿祥和的氣氛中結束過渡期以及為完滿建設未來特別行政區創造條件是長期關注的焦點。這種關注可從為澳門的未來而仍在進行的工程和計劃中體現出來。要完滿實現這些計劃，將繼續有賴那些願意積極肩負起責任戰勝此階段內經常出現的重大挑戰的人士（其中有越來越多的本地化人員）的關注、熱誠及決心。所付出的一切努力和與之密不可分的使命感必將遺澤澳門後世。

公務員本地化程序已在完成階段，目前的重要工作是：因應環境的瞬息萬變，按《基本法》及《中葡聯合聲明》的規定，採取一些能使顧問及專業技術人員參與未來特別行政區工作的可行措施。

2.1. 行政和公職領域

行政當局的人力資源政策繼續以完成公務員本地化程序為優先工作，以期所有的領導和主管職位均能由具備資格且以確保行政當局在一九九九年十二月十九日後得以延續。

進行本地化程序，行政當局一向都堅持以確保各部門的平穩及有效率為前提，現正按之前所訂下目標將之完成。

將進行新的統一招聘工作。此舉為了確保機會均等、客觀甄選、適當培養專業技術員以及選出最符合資格的人材。凡被納入招聘後備隊伍的人士，隨時都可被因材安置到有需要的部門。

通過改善工作人員的技術才能和跟進新技術來評估及提升人力資源的素質，使他們能應付轉變和科技現代化所帶來的挑戰。因此，將以近年在各領域進行的密集而深層的工作為基礎，進一步進行多方面的專業技術培訓，使評估及提升人力資源素質有所保證。

將會特別注重培訓公共行政的管理和培訓人員，為此，將利用現有的本地資源，並透過與外地實體的合作來進行這類培訓。

將繼續發展在各部門普遍推行的雙語制，無論在行政當局的內部運作或在行政當局與公眾的聯繫方面，將繼續致力深化和擴大澳門官方語言的使用，特別著重深化及擴大中文的使用，在翻譯和傳譯方面也力求不斷完善。

在專業和語言的培訓工作方面，將繼續出版新的課本和視聽教材。

將完成一些法規草案，以完善行政當局的法律制度、使行政系統現代化以及使納入澳門行政法的法律全面本地化，並將之作適當的宣傳。

與此同時，將進一步倡導公職人員樹立為公共利益服務的意識及奉公守法、廉潔勤勉精神。

在資訊科技方面，將促進完善現有的系統、充分利用資源和資料庫，以及繼續發展電訊通訊服務，此舉旨在能及時並有效地綜合管理資訊，加強部門間以及部門與市民間的通訊。

將運用改善及跟進各種程序和文件的流程系統，而雙語資訊系統的使用亦將得到推廣和完善。

將繼續銳意研究有關公元二千年的資訊問題，採用解決預見問題的適當措施。

至於除按時重組外的行政改革方面，將會繼續簡化工作程序和合理安排官僚的流程，為遵守行政程序法典的規定，保障受管治者的權利，在公共行政公務員中進行推廣法典的培訓和宣傳工作，以使公共機構和部門降低成本，提高效率和效益以及增加透明度。凡此種種都是為了縮短回應時間、保障合法行為以及妥善回應市民的請求，促進行政當局和市民的關係。

將在各公共機關推廣自我評估程序，並進行審查，作為提高資源運用效率及減少資源浪費之參考，並著重檢討各公共機關對私人提供服務之承諾回應期限的遵守。

為向市民提供完善的服務和協助，以保障他們的權利和對其請求的解釋及時回應，將促進開展研究並發展ISO品質標準的組織系統和文件資料庫，以便能把ISO品質標準（國際標準化組織）協調地運用於公共行政。

關於公共行政工作人員及其家屬的補充福利方面，將確保既定的文化、體育、康樂等活動方面的福利和社會經濟性質的福利。對退休的工作人員和青年的援助則列為優先。

市政機關和部門將繼續為市民謀求福祉的工作，配合市民的興趣加強活動，並與其他公共部門的活動相配合。

將按規定全面完成納編及有關人員進入葡萄牙共和國人員編制的程序，這些人員的空缺只得由本地公務員填補。

繼續與國際、區域和外地的組織發展內部合作和技術關係，同時亦發展與代表澳門公共行政工作人員的社團的關係。

2.2. 教育領域

2.2.1. 高等教育方面

一九九九年，將延續高等教育的發展程序，其中將對加強各教育機構的功能以及提升約有9100位學生修讀的高等教育的素質予以特別關注。

近年力求讓資深教師擔任澳門地區公共高等教育機構中的職務，這計劃將發展下去，以確保他們能留任以及素質不斷提高，同時還將招聘有志從事教育工作的優秀學生擔任教師之職。

將致力推動澳門大學和澳門理工學院在區域和國際上的發展，因此，本地區公共高等教育機構參加國際性組織和工作的熱忱將受到支持和鼓勵。這類活動將有助宣傳澳門作為學術、科學和技術思想中心的形象，因此，對各知識領域的學術和科技研究應予以更大的鼓勵。

在這方面，繼續爭取使澳門大學（有28項學士課程及5項專科學位課程）和澳門理工學院（有4項學士課程及12項專科學位課程）得到外地認可。凡有條例規定國家間和地區間相互認可所設課程和所授文憑的國際公約，本地區都力爭加入。現時，與本地區高等教育機構發展學術交流及科技合作計劃的海外教育機構超過60個。

除了推動學術和科技研究外，為了使其趨向制度化並得到宣傳，必須繼續鼓勵公共高等教育出版刊物的工作，這亦是一種更進一步的鼓勵方式，使本地區的公共高等教育機構更接近那些有意透過互相參與和相互合作的方式來不斷提高專業和技術素質且不斷豐富文化的團體。

各高等教育機構和這些團體的緊密聯繫將繼續保持下去，為此，將推行一些值得鼓勵的舉措和一系列計劃，這些舉措和計劃將增強高等教育感應勞動市場實況的觸覺，使其能在本身的權限內有效地回應技術和文化發展的需求。

將繼續鼓勵推展高層次的學習、技術和科學的研究，發放助學金和提供其他適當的援助，這是表彰澳門和其社會作為文化和高素質技術中心的必要條件。

無論在透過貫徹碩士和博士計劃對教學人員進行學位後的培訓方面，抑或對發展特別科學知識的觀點方面，籌辦研究和發展（I&D）的活動，都將是優先的策略性項目，而所指的特別的科學知識就是與發展澳門的科技、工業、環境、經濟、社會工作和衛生密切相關的知識。

為使本地區公共高等教育機構能貫徹最高層次的目標，將確立始自一九九八年在這些機構推行的自我評核和外部評核，務求有效率、有成果和有素質地達到因時而訂的目標。

活到老，學到老。教育和培訓是生活在資訊社會的現代人的基石，而澳門正朝向這種社會發展。基此，對持續培訓和大學延展課程培訓的需求本身就是一九九九年另一項優先策略項目。此外，在公共行政各部門的合作下，

將特別注重為公共行政當局推行多項課程和專業培訓計劃，以維持本地區公務員的高素質水平。

凡在高水平培訓中佔重要地位的私營高等教育機構將繼續得到援助，並使之與公共教育機構的活動發揮互補作用，有助將人力資源提升及將澳門文化的身份地位鞏固。

繼續按照所訂協議通過澳門基金會向聯合國大學國際軟件技術研究所提供所需的援助。澳門基金會繼續貫徹助學金政策，特別是針對修讀學位後課程及發展學術和科學的研究。在基金會的責任範圍內，將完成澳門大學的硬件建設，並啓用行政大樓、新的圖書館和新的學術部門。

繼續鼓勵學生結社，增加學生積極參與的活動。

2.2.2. 非高等教育方面

由八月二十九日第11/91/M號法律為澳門確定的教育制度在一些重大的原則及目標中得以體現。法例文件經已完成，逐步推行的十年免費教育將惠及在一九九八/九九學年報讀學生人數的83%以上，包括不同教育和教學模式的學校網絡擴大計劃一直進展良好，新建學校二十六所，從而使每班整體平均人數居於合理水平。因此，在後過渡期內，政府在非高等教育範疇內的工作將朝著提高素質和鞏固澳門本身教育制度的方向邁進，教育委員會在訂定和關注本地區教育政策的重大方針方面，將繼續擔當對話的重要角色。

在這前提下，討論試行多年的課程大綱以及制定規範評核制度的規則顯得特別重要。

自特別為職業及技術教育而設的一些新的教育單位投入運作後，該類教育迅速發展。考慮到生產組織轉型的需要，透過提供該類多元化教育，有利提高教育制度素質。值得一提的是，有兩所職業及技術學校已納入第二期學校網絡擴大計劃。這兩所為職業及技術培訓而設的學校在上一學年已開始運作，可容納2120名學生。

提升人力資源素質繼續是特別受關注的環節。對旨在促進教育管理現代化、改革教育機構和有助提高其素質的不論個人或集體的舉措均予以鼓勵。在提升和完善教師和其他教學人員的素質方面，將加強有關的培訓計劃，其中以有利個人和社會發展方面的工作以及與教學職務和學校管理有關的工作為優先。在師資培訓方面，將特別重視

從事特殊教育、成人教育的師資培訓，例如：回歸教育和專業培訓方面。

在特殊教育方面，按照七月一日第33/96/M號法令的規定，將繼續確保向有需要的人士提供特殊教育援助；注重與有關的家庭和教育社團配合，共同努力，使需要特殊教育的青年人得享機會均等的權利並使他們有條件融入社會。

人人接受教育和終身接受教育均是經濟和社會發展所需的條件。在教育政策方面，將加強旨在公民整體培訓的延續教育和回歸教育的工作，並透過公民活動和社會文化活動推行這些工作。透過家團各成員參與這些活動，有利於善用餘暇並藉此獲得培育的效果。對這政策仍要提及的是，將會加大力度推行雙語政策，以期本地區兩種官方語言的影響能逐漸擴大。

為了達到增強市民的政治意識和公民意識的目標，將會延續一些有針對性的計劃和工作，以啓發公民對權利和責任的意識，尤其對本地區的政治和行政體制的理解，對倫理道德的思考以及對常用法律的認知。

至於入學和完成學業方面，除了多增設學位和遵循“人人機會均等”的原則外，將繼續推行發放直接的經濟援助、助學金及其他補充性援助和津貼的政策。值得一提的是，在援助社會教育、資助學生接受高等教育方面的投資，使本地區擁有合資格的人力資源。這些投資在九八／九九學年將惠及約三千名學生，整項投資超過六千萬圓澳門幣，僅在一九九八年就為高等教育發放超七百五十項新設助學金。

繼續推行發放資助的政策以援助推展成人教育、特殊教育及專業培訓的實體。

將改良和製作新的教具，鼓勵合理利用適用於教育的新科技，使不同教育水平的青年均可有使用多媒體工具的體驗。在這方面，要強調的是確認加強學校督導工作的重要性，因為這項工作是整體評估教育制度的重要一環。

將透過設立和發展新的教育基建，繼續向擴大教育網的龐大計劃投資，並重新規劃現有的教育基建，力求使有關的空間在量或質上均能符合就讀人口對教育的各種水平、種類、項目及教學的實際需求。

更多、更好的學校以及不斷增加受教育的機會均是行政當局在有關高等教育及非高等教育的政策內訂定的一

些宏大的目標。鑑於該領域的工作對建設澳門的未來在策略上極具重要性，行政當局固然會予以極大的關注。

2.3. 青年事務領域

在肯定文化和公民培訓等工作對青年人全面發展的重要性後，過往一直顯現出正確性的一些活動和措施將繼續得到加強，為青年人積極廣泛地參與社會創造有利條件，因為青年是轉變和進步的動力。

在這前提下，要肯定青年社團本身的社會夥伴的地位，因而要繼續確保向其提供適當的資源（財力、技術和空間），使其能更有效地參與社會，同時將會加強與其他國家和地區相類社團的交流和合作，有助相互了解和世界和平。

在學校體育方面，特別重視為體育訓練設立新的場地和創造新的條件。藉著鼓勵學校的班社以達到推廣基本和長期的體育訓練的目標。

為回應青年的各種需求，將透過創造新的以及利用現有的空間開設新的青年中心和新的教育工作中心，又會配合一系列能促進善用餘暇的活動。凡有助藝術、文化、公民和環境教育的工作均列為優先。最近設立的澳門教育、科學及文化組織將會貫徹該方面的工作。

在打擊青少年犯罪和藥物倚賴方面，將要貫徹的政策是推行與各類公共、私人機構及家庭相協調的策略及工作，旨在協助該等青年重新適應社會，投身勞動市場，以及使誤入歧途的青年人重歸正道。

將會加強對有入場年齡限制的娛樂場所的監察工作；大力推行監管非法售賣色情物品及藥物的工作；防止有組織的犯罪團夥滲入學校及青年團體。這方面的儆醒工作將在青年中心、學校及社團組織內進行。

鑑於要使誤入歧途的青年人重回正道，負責執行青少年事務政策的公共部門在與私人組織合作及在社工的協助下，將開展工作力求使青年人遠離罪惡，尤其針對邊緣少年經常聚集的地區。

為力求對青年人加強道德倫理教育，尤其關注預防藥物依賴和其他反叛行為，將設立家庭、學校和社區教育的協調機制，並採取預防措施力求剷除那些可以影響青少年，尤其是影響學生的社會負面因素。

將加強現有的青年輔導及心理輔助的工作。這些工作針對學業無成的青年人，以幫助他們完全融入家庭和學校。同時，鑑於要促進為第一次就業創造條件和建立機制，將會加強社會夥伴之間的協調。

在民間社會具有廣泛代表性的青年委員會，在制定青少年政策的重大方針方面，將繼續作為行政當局的重要夥伴。

2.4. 體育領域

體育在現代社會中是民生福祉和公民參與的表現，其重要性促使要銳意貫徹向社會廣泛推行的體育目標。

可以肯定的是體育可提供社交和諒解的空間，從而孕育公民和民主價值，有助消除影響價值觀的危機以及難以融入社會和被社會排斥等情況。因此，將會在“大家齊來運動”的前提下，加強組織體育活動的方法，此外加強工人、殘疾人士、社團、學校和大學等的體育活動。

將透過培訓體育人員來擴大大力資源的培養，為此將與體育團體合作，加強與國際、區域和本地有關組織的接觸。

鼓勵澳門代表隊參加國際體育比賽，亦會在本地舉辦一些高層次的體育競賽表演，使從事體育活動的人士無論在競賽還是在籌組環節的管理方面均獲得具有重大價值的收益。

為運動員提供更便利和更廣泛的醫療援助，亦透過體育醫療服務對培養屬本地區體育隊伍的運動員提供協助。

將繼續推展在學校暫停活動期間為青少年提供體育活動的計劃，加強各體育機構，尤其與教育暨青年司、市政廳、社團組織及教育機構之間的互動機制。

鞏固康體活動和以工人為對象的體育措施，支持負責體育職能的各機構的工作，尤其對推廣“大家齊來運動”有特定職責的兩個市政廳，務求使其工作能惠及整個澳門社會。

推行現有基礎建設現代化，在質和量上改善用作開展體育運動的空間，發展過往數年已落實的建造新體育設施的龐大計劃。

將繼續協助澳門奧林匹克委員會在本地舉辦活動，協助其參與各種國際賽事，並確保其特殊地位，使澳門能獨立地立足國際體育界。

3. 傳播、旅遊及文化政策

在舉世矚目的大前提下，一九九九年對澳門的現在和未來具有重大和深遠的意義。隨著香港主權移交程序的完成，澳門受矚目的程度便越發顯著，而且會因本地區漸趨國際化以及因葡萄牙把澳門主權移交予中華人民共和國這一特定程序，可以肯定地說，澳門受關注的程度將達至頂峰。

澳門，一個結合東西文化、融匯各民族文化、擁有各種價值、規則和原則的地方，亦是通向未來的一個台階。澳門本身的獨特性中就蘊藏著這些重要原素。保存這些要素事實上與未來在澳門實施的“一國兩制”的概念息息相關。

澳門的特徵表現在使各種價值融合、各種關係平衡及各種文化共存的智慧上，這正是澳門四百多年來的使命，亦是未來依循的路向。

權力的轉移並無損對此等優越特徵的肯定。葡萄牙管治的結束，雖然象徵著澳門的一個重要歷史時期的完結，但不應將其視為終結的徵兆，反之，應將其視為開創一個維持和鞏固承托澳門自主和特徵的支柱的新紀元。

有關一九九九年政府在傳播、旅遊及文化領域的工作將在此前提下展開。近年來導引這些政策的哲學使一套遠大的計劃得以實現，不僅發揮了交匯點和溝通台階的傳統條件，亦發揮了多元化旅遊地的天賦，並全面肯定澳門成為文化之都。

鞏固了這些基礎後，澳門應以肯定自己的特徵、富有效益和區域互補功能的線條去描繪未來。但亦不應忽略發掘一些新潛能，確保將一個在區域上自由、開放並相互依存的地區因其本身條件可能引致的影響減至最少。

在傳播、旅遊及文化方面，人力資源的管理向來都以注重合理分配、符合行政當局訂定的有關公務員本地化進程的目標作為指引和規範，而主管人員本地化已達百分之九十以上。

3.1. 傳播領域

在正如澳門目前所處的劇變情勢下，新聞司在提供消息以及在各權力實體、社群和輿論的相互對話中擔當著一個不可取代的角色。

資訊的多元化和多樣化是澳門文化的主要標誌，未來或許會成為最重要的遺產之一。

言論自由和出版自由受法律所保障，亦是澳門未來特別行政區“第二制”的支柱之一。

作為澳門的特徵，傳媒的多樣化一直有賴私人實體的積極推動，同時，亦有賴一套開放及時刻對新聞司予以各種支持和鼓勵的政策。

近年來，在行政當局為推廣本地社會傳媒而開展的工作中，最凸出的是訂定了一套法律框架以保障取得資訊及行使言論和出版自由的權利；對澳門新聞從業員進行培訓和專業進修的工作，進行科技轉型和接觸新傳媒的工作。

在經濟危機造成的惡劣社會氣氛所籠罩的區域裏，當務之急是加強和鞏固符合澳門實況的現代化和自主的正面形象。因此，有需要減低及舒緩本地近期發生的事故對國際公眾造成的負面影響，凸顯澳門不同族群相互包容、和平共處和熱情好客的優點，這亦正是澳門的待客之道。

同時，本地區必須憑藉史無前例的過渡程序以及能使政治、司法、經濟、社會和文化等制度的獨特性永存的價值、規則和原則等遺產肯定在國際關係上的獨特功能。

此項工作包括訂定一些方式和設立一些架構，以回應世界各地社會傳媒對澳門有關資料需求的增加。對此，政府應以多元化的資訊產品作出回應。

此外，亦將致力延續傳播政策中有關加強對話的工作，從而增進政府各機關和社會各界間的了解和信任。在充當這類對話的橋樑時，社會傳媒擔當著一個十分重要的角色。

在此前提下，行政當局在負責與社會各界對話的同時，應負責繼續推行援助社會傳媒的開放政策，並具體體現在改善有關規範新聞工作的法律制度上和協助科技轉型上及在繼續致力專業培訓活動上。

行政當局將利用新科技繼續致力發展在時間、距離及環境上發揮作用的通訊渠道。有需要在新“資訊社會”的趨勢下，繼續發展“公眾服務”的概念。

將設立發展衛星和收費電視廣播的機制，對前者已有監管的法例。此外，創造一些條件鼓勵提供新的科技產品，使葡語資訊在澳門得以延續。

為葡語的文字傳播和視聽傳播的途徑得以繼續存在建立所需條件。這不僅是澳門行政當局的素願，亦是葡萄牙和中華人民共和國兩國政府的共同意願。未來，超過四個世紀的文化共融的獨特遺產藉此將得以保留。

基此，在傳播方面要推行的工作計有：

- 調查、構思和落實有關管治權移交事務方面的方法、步驟和資訊結構；
- 設立能即時回應世界任何地方所提出的資訊要求的機制，為此，要借助嶄新科技所提供的最快捷和最有效的渠道；
- 以不同語種制作一些有關澳門歷史和政治狀況以及中葡關係的特別刊物、印刷品和視聽產品，並向外宣傳；
- 增加提供有關澳門的通訊產品、專題產品以及基本和一般的資訊產品；
- 策劃一些特別為新聞界而設且能廣泛推介和展示澳門地區各種風貌的會議、座談會、訪問和展覽會；
- 確保關注和協助前來本地區採訪的社會傳播機構；
- 加強和完善通訊渠道，在與新聞界對話的同時，增進行政當局與社會各界之間的了解，確保對有關諮詢性質的請求作出即時回應。此外，定期與新聞界舉行一些有關行政領域的專題聚會，尤其是舉辦定期新聞發佈例會；
- 增強對傳播資訊和圖片資料範疇的協助。為此，將高速數碼路線伸延至本地區所有社會傳媒，俾能直接進入將設立於新聞司的資料庫內；
- 整理和組織現存的有關社會傳播文字和視聽的資料；
- 繼續與新聞界的組織合作，實施培訓新聞從業員的計劃，尤其是使用新科技方面的培訓；
- 以視聽載體錄製有關澳門土生葡人移居外地的生活和實況，並以印刷載體將澳門土生社群第三次聚會以及過往兩次聚會中的講話有系統地進行編輯；
- 對新聞司的文件、檔案、圖片和視聽等部門進行科技轉型，以便對資料進行數碼處理並儲存於資料庫內，使外界可透過（為本地社會傳播機構而設的）專用線路及（為一般公眾而設的）互聯網來取閱。

3.2. 旅遊領域

旅遊是以一個涵蓋極廣的形象出現在當代社會。它是一項有力的溝通原素，是社會經濟變化和發展的動力，是共同生活的人民和文化之間相互交流和接納的首要工具。

旅遊業對旅遊點立足於區域和國際具有重要意義。旅遊是世界上最大的工業之一，也是金融流通最有力的推動者之一。

澳門處於旅遊事業過去幾十年持續高速發展的區域。在其使命的推動下，澳門成爲一個開放的城市，是有利於遊客和文化相接觸的地方。這點正印證了在旅遊業中可找出澳門的特點。

在服務業的經濟方針中，旅遊業扮演著一個先驅的角色，爲提高居民生活素質作出了重要的貢獻。

亞洲經濟危機導致經濟增長放緩，通脹加劇，失業增加，此現象亦影響到澳門的各行各業，致使出現經濟萎縮的局面。

旅遊業亦受到影響，旅客人數下降，消費減少，這種情況更因旅遊業以外的因素而轉趨惡化，尤其國際傳媒界對本地治安問題的反應。

然而，所有指數顯示，未來十年旅遊業將繼續對創造就業條件和創造財富發揮肯定的作用，是澳門具策略意義的一種行業。

鑑於旅遊業的重要性、亞洲的局勢和一九九九年具重大歷史意義的時刻，亦鑑於這歷史時刻將會令本地區舉世矚目，並獲國際傳媒的極度關注，因此，爲旅遊業制訂策略和方針時必須要考慮現時我們所處時期的獨特性，並要把延續中必然有變這一概念加強並推廣。

面對這界別愈趨強大的競爭力和活力，保存澳門的特徵有助於保持一個具有印記的形象，以區別於本區域的其他地方。同時，澳門要在區域內和在國際上立足，首先必須肯定要有高標準的服務品質並積極參與國際旅遊的主要論壇和國際旅遊組織。

近年來，一直全力發掘澳門旅遊業的潛力，爲發展和改良產品創造條件，挖掘市場的特殊性並時刻完善促進旅遊業發展所需的建設。

這些工作都是爲了增加旅客量（不僅注重量而主要重質），因此，過去一直把市場分類，以便客觀地從中確定對象客源，然後，在供給方面力求多元化，並向確定的對象加以推廣。近年在香港這個優先市場所做的一切便是遵循這一路向。

基此，將加強向對澳門來說屬優先的、且受亞洲危機影響較小的市場如香港、台灣和中國推廣澳門。同時，對受亞洲危機影響較深的市場，如日本、韓國、泰國、馬來西亞和菲律賓亦多下工夫以保持他們對澳門的興趣。

將會特別在本區域市場鞏固澳門作爲獨特、獨立和最後旅遊地的地位，對於遠程市場，推廣工作除將集中於大型會議和促進旅遊的活動上，也集中於澳門作爲進入本區域的門戶這方面的宣傳上，此外，也努力宣傳本地區的特點及與別不同的地方，並充分利用一九九九年這個歷史時刻。

暢通的交通是旅遊業的先決條件。因此，將努力推廣與澳門已有聯繫的空中航線，繼續與負責澳門國際機場的實體發展一系列的工作以便開通新航線，並與澳門航空公司和其他公司開展一系列工作繼續向大陸市場推廣目標對象。

駐外地的旅遊代辦處的結構將按新的實況和推廣的需求加以調整。

向新資訊和科技推廣投資將是優先項目，以適應旅遊業的迅速發展、愈趨顯著的全球化以及消費者的互動和需求。

滿足複雜的需求要擁有完整、多元、嶄新和具素質的旅遊產品，行政當局近年充分利用和盡量豐富具多樣表現的文化和歷史基礎，並取得了積極的成果，由此顯示出必須繼續這項工作。

設立文化和康樂設施，與此同時完善已有的建設，這也是一貫優先的工作，而且成績有目共睹。修復 仔海邊馬路區將可活躍離島具較高歷史和財產價值的區域。正進行的新項目——文化中心、海洋世界、觀光塔和觀音世界佛教中心——將有助豐富旅遊產品並使之多元化。

媽祖神像和觀音神像的開光以及觀音世界佛教中心的啓用，將有助加強宗教旅遊這一特別市場的供應。

安排在一年內舉行的娛樂、遊戲性質的活動和特別盛事，是旅遊產品及向國際宣傳的海報的重要題材，這些節目亦贏得國際上的聲譽，例如大賽車、澳門高爾夫球公開賽、國際煙花匯演、龍舟賽、國際音樂節和澳門藝術節。

舉辦會議和促進旅遊活動的重要性近年漸趨強烈，其發展前景不僅體現在舉辦大型活動的次數上，而且因澳門能藉這些節目提高知名度和重要性，同時再配合各類基建和提供方便的潛力，尤其是旅遊活動中心的潛力，以及其他正處於完工階段的建設，如文化中心。凡此種種都顯示出要努力推廣並加強舉辦會議和促進旅遊活動等方面的工作。

一九九九年的總體目標是增加旅客量、努力吸引高素質和具影響力的旅客、增加酒店的留宿人數、延長平均逗留時間和提高人均消費、推動舉辦大型會議和促進旅遊的活動、提高向顧客提供的服務素質、發展和改良旅遊產品以及參加國際組織，因此，將要推行下列有關旅遊的工作：

- 提高澳門作為獨立和最後旅遊地的形象，其中強調文化基礎和所處的歷史時刻，在注重經驗交流和交際氣氛的同時，凸顯澳門的特徵和與別不同之處；
- 推展針對及因應亞洲危機局勢的推廣政策和已設立的空中航線，同時力求充分利用管治權移轉這一歷史盛事；
- 按照一九九三年開始生效的珠江三角洲協議，貫徹並加強與廣州和香港實體的區域旅遊合作計劃；
- 繼續促進澳門積極參與國際旅遊機構，以樹立本地區作為國際夥伴的形象，以及充分利用這範圍內所衍生的推廣機會；
- 繼續旅客輔助辦公室的工作，以期在保護旅客利益方面增強旅客的信心；
- 繼續發展多元化及具素質的旅遊產品，其中特別重視澳門的文化和歷史基礎、習俗傳統和特徵，開辟能充分利用歷史景點的觀光徑並安設照明系統、售賣點及其他設施；
- 修復和活躍 仔海邊馬路區，以建立一個具有旅遊和康樂潛力的財產和歷史中心；
- 改善賽車博物館和葡萄酒博物館並增加其展品；
- 拓展與旅遊業經濟從業員的合作渠道和互動關係，豐富旅遊產品，推動宣傳工作，設立具吸引力和競爭力的旅遊套餐和培訓計劃；
- 在完善適宜且實用的旅遊指示系統方面提供合作。

在培訓旅遊業人力資源計劃方面，旅遊學院一貫致力於改善教育素質和邁向國際化的工作，並一貫重視策略性的工作。一九九八年參加了亞太旅遊教育及培訓院校網絡的執行委員會；在亞太經濟及社會事務委員會（聯合國）範圍內的教科文組織的贊助下舉辦暑期課程；在學院內設立澳門——歐洲旅遊高等研究中心，其間更有歐盟的參與。

在質量肯定方面一直跟進國際的要求，修讀高等專科和學士課程的條件愈趨嚴格，此外，也通過不斷培訓教師來改善教育素質。

沿著這一路向，在提高旅遊業人力資源素質的同時，與旅遊業合作繼續不斷推行培訓人材的計劃。

基此，在旅遊培訓範圍內要達到的目的為：

- 加強與歐洲學校及全球其他區域的學校的學術交流；
- 增加旅業酒店業的人手，擴大在外地為旅遊學院招收學生的其他組織；
- 在澳門舉辦由亞太經濟及社會事務委員會贊助、世界旅遊組織協辦的有關亞太旅遊教育及培訓院校網絡的首次全體大會，這是“旅遊周”活動之一；
- 正式啓用澳門——歐洲旅遊高等研究中心，此舉有助該中心在本澳或本區域內的宣傳，使其廣為人知；
- 開展中心的活動及推廣該中心的工作，使該中心能獲本區域及國際組織的認可；並在中心開展一些研究、培訓、資訊及文件的計劃。

3.3. 文化領域

賦予澳門特色的社會及文化動力是留給未來的遺產。因此，展現及肯定本地區歷史及文化獨特性的各種價值是重要的。

無疑這項遺產是長久作為民族融合之地的澳門的發展動力的成果，也是在都市發展中不忘保護歷史遺產的建設性工作的成果，過去在發展都市之餘亦顧及景點與有關的文化根源的關聯性。

近年行政當局一直施行的政策——無疑將延伸至未來——是創造和利用各種條件確保澳門的建築、城市建設及文化遺產得到保護；在繼續尊重相互間所存分歧的前提下為各社群間的了解和對話創設條件；使人們易於接觸關於澳門、葡國及中國三地文化資料的作品。

澳門行政當局將繼續努力，促使澳門正式被聯合國教科文組織承認為世界歷史遺產。這個在中葡聯合聯絡小組中曾多次提及的問題，對將歷史反映在未來的文化特徵景象上是實質性的一步。

這些目的是為了保存澳門及澳門人的特徵，為此訂定一些原則及規則以確保本地區歷史及文化遺產的繼續存在、供人欣賞及廣為人知，也不忘保留標誌著葡萄牙人存在的多種印記，以及維持澳門與東方的葡人社群的聯繫。

紀念葡萄牙發現事業澳門地區委員會，一如既往，於九九年將繼續在加強澳門與葡國之間，特別是學界的文化聯繫這項工作上擔當重要的角色。

透過加強在太平洋及印度洋區域維護、發揚及推廣葡萄牙語文及文化的廣泛計劃，繼續協助葡國參與文化交流。

著重深化及延續澳門、葡國、中國以及其他國家之間的文化關係，並促進相互了解。

於一九九八年揭幕的澳門博物館，是活現各種文明交匯和相互包容的場景。正因如此，該博物館在已接待過的數以千計的參觀者中贏得極佳的口碑，咸認博物館是參觀者的共有財產。

於一九九九年開幕的澳門文化中心將為本地區文化生活揭開歷史的重要篇章。澳門文化中心是全澳獨特的文化設施，專責文物收藏及表演方面的事宜，將會是表現澳門文化特徵及聯系本地與外地文化活動的元素，因為任何一種文化都不能超越自我地存在及發展。

澳門文化中心還將有助於賈梅士博物館的成立及對外開放，舉行本地區既定的主要文化活動，並制定政策加強與其他致力弘揚本地區文化的公共和私人機構的合作，以及為該中心塑造本身的形象特徵制定計劃。這些規劃使該中心得以在本地確立地位並使其蜚聲國際。

這些都屬於廣泛工作中的環節——也一直是政府近年工作的特色——旨在凸顯對本地區科學、藝術及文學方面的價值的肯定以及推動塑造各群體特徵的多種表現。

為了達至這些目標以及鑑於文化環節在澳門的特徵中所擔當的角色，故將開展以下的工作：

- 繼續推行津貼文化社團和其他文化界人士的政策，他們的活動有助肯定澳門的文化特徵；

- 舉辦澳門藝術家個人或集體作品展，包括在其他國家，特別是葡國及中華人民共和國；
- 維持中樂團和澳門室樂團的運作，為它們制訂定期的演出計劃，尤其是為學界舉行音樂會，以及透過出版數碼影音鐳射唱片擴大推廣活動；
- 舉辦第十七屆澳門青年音樂比賽，並協助其中一些優勝者參加第十三屆葡國廣播電台青年音樂比賽；
- 有條件時組織戲劇及粵劇的工作坊，特別是在一些大型節目，如澳門藝術節及澳門國際音樂節期間；
- 舉辦第十屆澳門藝術節(與市政廳聯合舉辦)、第四屆澳門藝術雙年展、第八屆澳門國際音樂節以及優秀電影週；
- 舉行澳門土生社群第三次聚會；
- 保護澳門及離島的建築、城市建設以及文化文物，主要是通過加強保護文物，修復、修葺及完善具文物性質的不動產，並向市民及海外進行推廣；
- 根據既定的優先發展目標，鼓勵、推動及協助研究，特別是透過推行研究計劃、發放研究獎學金及津貼、出版研究著作以及收集和出版澳門及外地現存的原版文獻；
- 推動、促進、組織及協助本澳舉行以科學、歷史、藝術、文學、文物收藏和文化為主題的大會、研討會、座談會、會議及其他交流活動；
- 加強以弘揚文化為宗旨的本地各機構間的合作，目的使為文化生產工作及有關的推廣工作付出的資源和努力能取得最大的成效；
- 宣傳本地區作家，協助中文文學作品的翻譯工作，繼續出版《葡國作家圖書集》及推行葡國主要文學作品的中文翻譯工作；
- 宣傳本地區的書刊及讀物，參與里斯本及北京的書展，並在澳門舉辦同類型的活動；
- 以中、葡、英三種語文出版文化雜誌，盡力促進中文世界及葡文世界認識漢學的研究；
- 對檔案、圖書及非圖書類的文件進行技術處理並使其資訊化，因為有需要建立系統化的微型菲林庫及設立“安全檔案室”，而該方面的工作將交由澳門歷史檔案室負責；
- 為澳門演藝學院的各間學校增加物料裝備，如加設圖書館、播音室、影視室及增加其他教學輔助服務。此外，推廣課程教授及其他音樂、舞蹈及戲劇課程；
- 豐富澳門博物館的書籍、肖像及收藏品的藏量，並舉辦推廣、宣傳及利用博物館空間的活動。

4. 社會事務暨預算政策

社會和預算政策是管理公共資產所需的嚴格尺度，社會政策應考慮和回應不斷增加的需求，如市民生活的素質和福祉。這兩方面都需要巨額的投資。至於預算政策，將堅持平衡預算的法定原則，以確保發展經濟及市民福祉之所需資源；基於歷年滾存乃全社會之財富積累，將以對全體市民負責的態度妥善管理。

嚴格遵守這兩項原則在過去和現在都是政府工作的中心目標。因此，澳門今天已具備可供整體市民享用的現代化的衛生結構以及達到發達國家水平的社會設備和社會援助設施，而在執行預算方面並未出現赤字或借助公債以確保各項政策的執行。

因此，可為後代留下一個無財政赤字、無貧窮壓力或社會排斥現象的澳門。如此，澳門在社會方面會顯得較為公平，在人道方面會顯得較為寬厚。

為遵守預算的精準原則，一九九九年在本範圍內的各政策表述如下。

4.1. 衛生領域

衛生政策將繼續恪守使本地居民在衛生服務方面享有機會均等的原則，並保證維持現有的素質水平。

因此，較為重要的措施及工作如下：

4.1.1. 法例本地化方面

將編制在法律上完善衛生系統結構的重要法規，並在需要時呈交立法會通過，其中較為重要的有：

- 《精神衛生綱要法》，旨在訂定精神病治療的應遵規範；
- 生命科學倫理委員會組織法規，在制定生物倫理法例政策時必須聽取該機構的意見；
- 藥物登記法律制度及旨在有效監督國際受管制藥物的規範。

4.1.2. 衛生基本建設方面

澳門現有的衛生系統的工程及裝備計劃將會完成。該計劃隨著一九八七年興建仁伯爵綜合醫院而開展，並隨著建立衛生中心網絡及優質基本建設而延續，基本護理公共網絡在亞太地區中幾乎是唯一的典範。此外，還將開展下列工作：

- 透過簽訂計劃合同與非政府民間組織建立衛生系統聯繫，以完善仁伯爵綜合醫院與鏡湖醫院慈善會、澳門紅十字會、母親會、同善堂慈善會、工會聯合總會間的互補關係；
- 為完全確認多元的衛生文化而興建中醫學中心，並將之納入基本衛生護理公共網絡；
- 增建兩所衛生中心並將之納入基本衛生護理公共網絡，其中一所位於筷子基——取代現有的筷子基及沙梨頭衛生中心；另一所位於氹仔——海洋花園衛生中心，該中心設有急診部以應付離島的緊急情況及交通隔絕時出現的情況；
- 興建捐血中心的新設施；
- 完成仁伯爵綜合醫院擴建工程計劃。該計劃的目的是在有需要時增設一百二十個床位，並對五百個床位加強醫院服務。這種架構的規模在各種衛生護理方面均被視為最理想的；
- 將在仁伯爵綜合醫院附近興建澳門衛生司新大樓；
- 在仁伯爵綜合醫院設立傳染病及腫瘤病住院部；
- 把遙控醫學引入仁伯爵綜合醫院的醫療及診斷科技中；
- 完成離島綜合醫院的建築草圖。

4.1.3. 其他措施

- 核准及貫徹維持仁伯爵綜合醫院、塔石衛生中心及各衛生中心現有的——葡國及西方的——衛生文化不可或缺的措施，加強與葡國衛生架構、中國衛生架構及世界衛生組織（OMS）在衛生系統的素質和國際化方面的合作；
- 為澳門主持世界衛生組織（OMS）西太平洋地區委員會會議作準備，該會議將於一九九九年九月十三日至十七日在澳門召開，以評估澳門衛生系統和有關指數；
- 把根除一些屬緊急性或在亞太區和澳門屬復發性的疾病列為優先項目，特別重視控制和消滅結核病的計劃；
- 援助興建鏡湖醫院新大樓，其可增加五百張病床；
- 援助興建老人診所、老人日間中心及澳門紅十字會人道主義法中心；
- 援助興建母親會長期臥床者院舍，該院舍將包括對高齡病人提供綜合護理的項目。

4.2. 社會工作領域

社會政策將繼續集中於優先提高貧困居民的生活素質和水平上，特別關懷社會上較易受到傷害的人士，如兒

童、老人、殘疾人及精神病患者。因此，較為重要的工作如下：

4.2.1. 法例本地化方面

- 核准《復康綱要法》並制定有關規章，設立輔助殘疾人的機關架構；
- 就有關老人院舍、日間中心、耆康中心的九月二十七日第90/88/M號法令制定規章；

4.2.2. 社會互助的基本建設方面

按照社會政策既定的先後次序，繼續興建社會設備，並交由非政府民間組織營運，其中會設立六項新的社會設備，即三間托兒所、一所社區中心、一所為老人提供特別護理的中心及一所耆康中心；

在藥物依賴方面，把預防及治療藥物依賴辦公室納入澳門社會工作司後，繼續將重點放在預防和打擊吸毒的策略上；在這方面，將強調公共架構與參與藥物依賴者的預防、治療和社會重返工作的非政府組織之間的合作，並將增設一所原則上擬設於氹仔的青年社區中心。

4.2.3. 其他措施

眾所周知，聯合國大會透過一九九二年十月十六日第4715號決議，將一九九九年訂為國際老人年。

一九九八年十月一日——世界老人日——聯合國亞洲及太平洋經濟及社會委員會通過一份澳門宣言，其中包括亞太區老齡問題行動計劃。這份宣言是回應以居民老化現象為課題的國家計劃中的首次地區性計劃。

為推行這計劃，將會編制計劃的基礎研究書，作為澳門在未來十年前期推行的高齡人士綜合政策的藍本。

4.3. 退休及撫恤制度領域

澳門退休基金會於一九九九年將繼續推行既定目標：執行退休及撫恤制度以及調動和管理得以自給的財政資源。

在第一種情況中，澳門退休基金會（FPM）將繼續作為退休及撫恤制度中指定權利的管理人的工作，而在補充工作方面，充當居於澳門的前受益人與退休事務管理局（CGA）之間的行政聯繫的橋樑。

因此，首要工作是按十月十四日第357/93號法令及二月二十三日第14/94/M號法令的規定完成把退休金及撫

恤金支付負擔的責任轉至葡萄牙共和國的工作，並把利害關係人的個人卷宗送到退休事務管理局（CGA）。

關於可動用的財務的管理方面，貫徹在運用各種財政時減低風險的政策，統一登記以利於明確且嚴謹的轉移工作。

4.4. 環境和保護消費者領域

4.4.1. 環境方面

環境政策繼續被視為發展程序的其中一環來執行，並納入澳門公共行政當局及兩個市政廳的多方面計劃及管理的機制中。

因此，將按照六月一日第2/98/M號法律核准的架構加強環境委員會的結構。該架構具有糅合了公共機關與社會夥伴的特色，由民間社會所管理，並具有非集中於公共行政當局的權限，特別是專責環境事務的權限。

環境委員會將加強與負責環境政策的公共機構及市政廳的聯繫，以便把環境事務逐步納入各項有關的政策內，按照六月一日第2/98/M號法律的規定將編制第一份關於澳門環境狀況的年度報告。

在與教育系統合作的情況下，深化環境教育政策，尤其在準備專業資料及制作教育用途的視聽器材目的是同心協力培養學生的環境意識。

設立環境資料系統，該系統成為輔助公共行政及兩個市政廳在發展和監督環境政策的工作方面不可或缺的工具。

4.4.2. 保護消費者方面

保護消費者政策將優先集中在消費者委員會——公共及民間社會——的架構工作上，專責消費、消費者教育和資訊以及仲裁經濟從業員與消費者之間的爭議事項。

在這前提下，提供輔助，逐步建立“消費者爭議自願仲裁中心”的信譽。該中心成立於一九九八年，設在消費者委員會內，是亞太地區協定管轄消費爭議問題的模範。

隨著聽取消費者委員會的意見，將促進消費產品安全法律的本地化工作。消費者委員會履行六月一日第1/98/M號法律規定將擬定第一份關於澳門消費情況的報告書。

4.5. 預算及財產領域

4.5.1. 稅務方面

課稅政策將繼續完善管理工具，旨在使稅制現代化並與社會和經濟實況相配合。這是基於澳門稅務的傳統原則，如：對納稅人的低稅收、沒有其他稅務體系的某些課稅項目。

隨著《課稅程序法典》的核准，課稅制度的法律本地化工作將完成，這是規範稅制的其中一項法規，並取代《稅務施行法典》（一九五零年十二月十二日第38.088號命令）及其他生效的程序法例。

同樣，將進入立法程序的法律提案包括《物業轉移、繼承和贈與稅法典》及《印花稅規章及總表》。

在所得補充稅方面，將提交修訂草案，旨在簡化課徵對象制度，以及修改關於可徵稅對象及科罰的各種規定。

最後，為避免在澳門的葡國企業或居民、或在葡國的澳門企業或居民所得稅重疊的情況，將完成商討一項旨在避免雙重課稅及預防在所得稅方面逃稅情況的協議。

4.5.2. 預算方面

在預算方面，優先策略是繼續嚴格控制支出以求達致預算平衡。這是考慮到在亞太地區經濟危機的背景下游因某些收入項目的消失而預計收入的增長將會放緩。

本地區間接公債的撤銷程序及對澳門國際機場專營公司（CAM）的擔保將結束。因此，澳門特別行政區將沒有任何對內或對外的債息負擔，這種情況在現行的金融體系幾乎是唯一的。

消除澳門的間接債項及消除對澳門國際機場專營公司（CAM）的擔保責任是對預算工作作出極大努力的成果，由本地區擔保的貸款攤還期已減至最短。

4.5.3. 財產方面

將開設新一輪公共行政當局本地公務員住房分配競投，這是本地區社會政策、公務員本地化政策及房屋管理政策的重要手段。

將完成檢討法律和管理機制的程序，旨在改善及簡化對以本地區作為簽署人的不動產租賃合同的監督。

澳門特別行政區因此將有一項利於優先推行預算平衡策略的財稅制度及財政儲備。財政儲備——土地基金——透

過一九八七年中葡聯合聲明而設立，金額約為八十億澳門幣。該筆款項是葡方交付並使其資本化的結果。這種情況與不存在對外或對內、直接或間接的公共債務相配合，正面地反映出現代世界金融體系的一種例外情況。

5. 司法政策

一九九八年的施政方針展望了直至澳門管治權移交給中華人民共和國這段期間，在司法領域的活動安排。作出這展望自然是意識到，面對葡萄牙管治澳門地區的最後兩年，對於確保平穩過渡屬必需的工作，倘若仍未實行，就必須在一九九八年內著手進行。事實上，一九九九年應留作為完成一些在執行上需時較長的計劃，以及對上一年已開始運作或正在運作中的系統作更完善的管理之用。

我們發現上述安排一直能在符合準則下實行，這使我們可以推斷，法律及司法方面的過渡工作將可適當及如期得到履行。

因此，在司法領域內，將維持下列各大目標：

- 將法例本地化及現代化；
- 將予以保留的現行法例翻譯成中文；
- 參與國際法律秩序；
- 人員本地化及管理資源。

5.1. 法例本地化及現代化方面

對於在這方面較為重要的措施及工作，須強調的包括：

5.1.1. “重大法典”的本地化方面

在法律本地化及現代化方面各項工作中，行政當局把制訂各大法典作為最優先進行的工作。這些經配合本地特定情況的法典將包含著規範本地區法律活動方面的主要規則。

今天，基本上已克服了這項挑戰。全賴一群高質素的居澳法律專家的努力、專心致志及才幹，以及立法會的跟進及積極參與，在一九九八年間已制訂了《民法典》、《商法典》及《民事訴訟法典》條文的中葡文本。

為通過及公布該三大法典，現僅欠缺在聯合聯絡小組完成磋商的程序。預計該磋商將於一九九九年首數星期內完成。

5.1.2. 司法體系的現代化和本地化方面

過渡期內在施政方面其中一項主要的優先工作是鞏固一個獨立的司法體系，它代表著一項對確保澳門居民的權利及自由備受尊重屬必不可少的保障。

故此，有關未來澳門司法體系的兩項組織法規——《司法體系組織架構》及《法院法官及檢察院法官通則》，在一九九八年上半年已制訂並已送交聯合聯絡小組磋商。

澳門新司法體系的鞏固取決於該兩項法規草案在聯合聯絡小組磋商程序的進展。倘若該程序出現遲延，相信各個新司法機構，諸如終審法院、中級法院及新司法委員會將不可能在一九九九年十二月二十日正常運作；這種情況無助於司法體系的平穩過渡。

有關旨在設立取代現時審計法院的審計署，並為其運作制訂規章的工作已接近完成。

5.1.3. 司法領域內其餘法律規範秩序的現代化和本地化方面

在《聯合聲明》明文規定的原則指引下，行政當局一直以來為確保澳門現行法律體制延續而創造一切條件，並建立一個在本地區通過且切合本地實況的法律制度。

為完備澳門的法律架構，尚需通過若干法規。當中部分法規，諸如就民事登記、物業登記、商業登記、公證及在法院的訴訟費用作出規範的法規，由於取決於上述三大法典的規定，故儘管已完成制訂工作，仍須等待該等法典的通過，以便在引入所需的修改後，予以通過及公布。

以下法規的制訂工作亦已接近完成階段：

- 規範海上貿易的法規；
- 規範行政訴訟程序的法規；
- 為未成年人司法管轄範圍的教育及社會保障制度制定規章。

5.2. 現行法例翻譯方面

近年來，行政當局已能使澳門具備一個以中葡文制訂，因而有條件在澳門特別行政區保持下去的本身法律體系。

在一九九八年，已差不多完成一九七六年以來，由本地區本身管理機關通過且仍生效的所有規範性行為的翻譯工作。

餘下的規範性行為，以及為數不多、屬一九七六年以前且須翻譯的規範性行為，將於一九九九年翻譯。

5.3. 參與國際法律秩序

希望透過這項目，使澳門地區在國際法律秩序中的伙伴地位得以鞏固。

因此，在一九九八年內有可能核准一項關於移交逃犯的協定範本，以及在聯合聯絡小組，就一百多項涉及社會和政治等多個領域的國際公約能延伸至澳門生效的磋商，取得圓滿成果。

另一方面，需預備兩份有關《經濟、社會與文化權利的國際公約》及《公民權利和政治權利國際公約》在澳門適用的第二次報告書，以便於一九九九年提交及討論。

此外，亦希望於一九九九年在聯合聯絡小組完成關於其他國際公約延伸適用於澳門的磋商。

5.4. 人員本地化及管理司法資源方面

在人力資源及設備方面作最佳的投資，是改善各部門運作的基本條件。因此，預期在一九九九年內將繼續進行多項關於人員、設備、電腦化、設施及程序的工作。

故此，預期進行下列基本工作：

5.4.1. 人員本地化及人力資源方面

- 除已培訓的二十四名本地司法官外，完成新一批見習司法官的培訓工作，其實習將於一九九九年五月完成；
- 除現正進行的入職實習及兩項助理書記及法院書記培訓課程外，開辦另一晉升至法院書記的培訓課程及一項法院書記長培訓課程；
- 完成兩項現正進行的進入登記局局長及公證員職程的實習；
- 除已委任者外，將委任本地化的登記局局長及公證員在出生登記局及在登記暨公證指引與查核部門工作；
- 除現正進行的入職實習及一等助理員培訓課程外，開辦另一項為晉升至登記局及公證署人員職程二等助理員的培訓課程；
- 為確保司法體系保持效率及質素，創造條件鼓勵高質素及對澳門法律具豐富經驗的人員，尤其是司法官及司法人員留在本地區；
- 繼續培訓在法院專門從事同聲傳譯專業工作的翻譯員；

- 繼續培訓獄警以便有效執行特別保安措施；
- 完成司法領域內各部門領導人員的本地化；
- 繼續為編制內的人員舉辦語言及技術的培訓活動，尤其在使用電腦及兩種官方語言的文書處理方面。

5.4.2. 設備及電腦化方面

- 繼續在法院及檢察院的辦事處以及在登記局及公證署進行電腦化；
- 為少年感化院主樓暨培訓大樓，以及路環監獄男女囚犯區域及行政區域改善在運作上必需的設備，尤其在加強保安條件方面；
- 為澳門身份證明司購置簽發澳門特別行政區身份證明文件及旅行證件所需的電腦系統及印件；
- 為司法警察司，尤其是司法鑑定化驗所，購置新設備，以改善打擊各種犯罪，特別是打擊有組織犯罪的條件；
- 繼續在各部門的行政管理，以及在刑事資料及身份證明文件和旅行證件領域內加強電腦的應用。

5.4.3. 設施方面

- 進行將中級法院及終審法院設置於為此而新建的樓宇內的工作；
- 繼續在“法院合署”進行適當的工程及重整使用空間，使其更具莊嚴，並使在其內工作的人員有更佳的工作環境；
- 完成將海島市公證署設置於新樓宇的工作；
- 繼續改善路環監獄及少年感化院的居住、培訓及行政區域的設施；
- 除在氹仔已派駐一支司法警察司分隊外，在黑沙環區派駐一支司法警察司分隊；
- 將司法事務司、第二公證署、出生登記局、婚姻及死亡登記局、物業登記局、商業及汽車登記局以及法律翻譯辦公室，重新設置於能提供更佳工作條件及接待公眾條件的新樓宇內。

5.4.4. 程序方面

- 向已設立的自願仲裁機構在運作上提供協助，並鼓勵設立其他自願仲裁機構，尤其是有關鄰居之間及都市性不動產租賃方面的輕微糾紛的自願仲裁機構；
- 繼續對登記及公證部門，以及私人公證員進行定期查核工作；
- 維持及發展旨在扶助成年及未成年的不法分子重返社會的工作，尤其是透過司法領域的部門與其他部門及機構（例如：教育暨青年司、衛生司、澳門

社會工作司、勞工暨就業司、澳門房屋司、母親會及明愛）之合作進行此項工作；

- 隨著一項在技術員安排下，使在獄中服刑之父母與子女定期會面，以加強他們間之關係的計劃在路環監獄實行後，完成與明愛合作開展暫時收容中心的準備工作，該中心旨在向正受刑事追訴的人或正受司法管轄的未成年人在獲釋期間提供協助；
- 在教育暨青年司協助下，將路環監獄及少年感化院內進行的教育活動擴展至中學教育；
- 保持各個刑事警察機關、司法當局與大眾市民之間的經常合作；
- 在設立民事及刑事身份資料綜合系統後，跟進其運作以堵塞或有的漏洞；
- 設立法律及司法見解資料庫並提供查閱；
- 透過互聯網供人查閱一九九六年以前《政府公報》（第一組）的內容；
- 繼續及發展以中文提供法律資訊與推廣法律的項目，並繼續協助刊登及出版有關澳門法律的著作及雜誌；
- 出版中文版澳門《法律辭典》；
- 深化與中華人民共和國及葡萄牙的學術機構、大專院校及司法機構的合作，加強對澳門法律的推廣及認識；
- 完成在司法領域，尤其在司法行為、登記行為及公證行為方面普及使用兩種官方語言的工作。

5.5 預防、偵查、打擊及遏止犯罪活動方面：

各刑事警察部門及司法當局將繼續通力合作，預防、打擊和遏止犯罪活動。針對目前的治安刑勢，將加強打擊有組織犯罪活動，加強情報搜集和偵緝工作，提高各類刑事案件偵破率，保障澳門社會的安定。

6. 保安政策

澳門葡萄牙政府最後一年在保安方面的施政方針由雙向目標所組成。一方面，維持及努力改善本地區安全環境的日常工作；另一方面，從兩種任務的相互聯繫上看，唯一的目標就是完成澳門保安部隊整體廣泛的培訓工作，以便在九九九年十二月十九日其高級人員面對主權移交，可完全肩負起《中葡聯合聲明》及《澳門特別行政區基本法》委以的責任。

因此，一九九九年將加強過渡期一直開展的工作；完成另一些處於落實階段的工作；執行目前因時制宜的其他

工作以及實行一些必須按照其性質、連續無間地繼續發展的計劃。

正如歷年的政府施政方針一樣，我們有系統地把工作分為四大組別：組織性質、行動執行、基本建設與配備以及人力資源。

為此，有需要對近數年已開展的工作作出總結，以已達到的目標為出發點，展望這特殊的一九九九年的工作，致力實現上指的雙向目標。

組織方面：澳門保安部隊已有一系列的法例、規定、規章、計劃和指引，使各部隊具備條件履行依法布署的任務。通過設立一些架構，無論是為了更有效地打擊犯罪活動，還是為了民防，使澳門保安部隊與本地區行政當局的其他實體得以互相協調並共同努力工作。

行動執行方面：不斷策劃、執行、分析、糾正及重新調配有關資料搜集和在一切情況下須以行動作出回應的工作。在繼續與廣東省公安廳和香港警務處的長期合作方面，最近數月與廣東省公安廳就打擊有組織的跨境犯罪，確實加強了較緊密、有效及準備妥當的區域合作方式。

基本建設與配備方面，落實了一項龐大的發展及現代化計劃，此計劃為澳門保安部隊各部隊及機關提供了必需的物力資源，就這些資源的規模而言，值得提出的是：（保安樓的）澳門警察指揮部暨警務廳、（外港區的）出入境事務處、（氹仔的）海島市警務廳等新設施；（關閘區的）特警、（內港加路士船塢區的）海上巡邏廳、（青洲的）水警稽查隊資源管理廳等新總部以及氹仔和黑沙灣的消防隊新總部。

至於配備方面：在大型裝備及現代化計劃內，要提及的是以五艘Macau級的中型船隻和三艘Bravo級船隻來擴充水警稽查隊的船隊實力；以汽車及摩托車來增強治安警察廳現役人員的機動性；為消防隊取得特種車輛及現代科技的配備，此外，尚包括更新澳門保安部隊的電話網絡和無線電網絡、一項大型資訊化計劃以及特別在沿海安裝CCTV監察系統。

人力資源方面：近十年來，澳門保安部隊現役人員幾乎增加了一倍（1988年為2623人；1998年6月為4807人），而且一直在施行一項包括基礎培訓和專業技術培訓的廣泛培訓計劃。值得提及的是澳門保安部隊高等學校的工作，自一九八九年起，該校開辦了三項進修課程及四項警

官培訓課程（後者為期四年並授予學士學位）。通過這些課程，為治安警察廳、水警稽查隊及消防隊共培訓了198名高級職程的警官。現時，有19名學員正修讀重要的指揮及領導課程，由此將為澳門保安部隊的5個部隊及機關培訓出10名未來的領導。

澳門保安部隊高等學校正進行（屬治安警察廳）第五屆警官培訓課程，13名學員中的其中一名隸屬廣東省公安廳，這恰好體現出澳門保安部隊與廣東省公安廳之間的良好關係，亦顯示出鄰近地區的治安部門對澳門保安部隊高等學校課程的高度重視。

如上所述，為著加強、完成及繼續貫徹澳門保安部隊長期目標中的任務，一九九九年將開展的工作如下：

6.1. 組織領域

- 無論屬澳門保安部隊的內部計劃，還是與行政當局其他機關的合作方面，繼續並改善與各部門及機構間的緊密而持續的合作；
- 為行政程序的靈活化繼續努力，以使行政程序更為簡捷。在文件和接待公眾方面推行雙語制；
- 為跨部隊與部門（保安協調辦公室、行動協調中心及聯合行動指揮部）的人員本地化的指揮及控制架構作準備；
- 一九九九年年初，計劃將治安警察廳負責的緊急醫療服務轉交給消防隊，使在氹仔和路環一向由消防隊負責的這項服務，擴展覆蓋至本地區整個區域。

6.2. 行動執行領域

- 對犯案率較高的犯罪活動的方式、地點及時段維持恆久的關注，以便作出適當的安排及按既定步驟採取行動打擊這些犯罪活動；
- 不論在本地區內陸還是在沿海區和海岸線，加強對非法入境的阻截措施，並在這方面準備、策劃以及與廣東省公安廳海上部隊進行聯合演習和聯合行動；
- 加強監控人口和物料的流動及出入境的工作，尤其是在關閘海關，從而防止犯罪分子、槍械和爆炸品流入本地區；
- 加強與廣東省公安廳和香港警務處的聯繫及接觸，務使能以較佳的協調方式打擊犯罪活動，特別是有組織犯罪；
- 籌備、策劃及進行澳門保安部隊消防隊與珠海消防隊的聯合演習；

- 向市民、公司和各種場所宣傳公安民防的安全意識，設置公眾與澳門保安部隊間快捷而安全的通訊系統，以便在打擊犯罪及防止意外事件方面能得到市民的合作和協助；
- 結合各方面負責人、家庭、學校及社團組織、民間組織和宗教組織的合作，繼續推行預防及打擊青少年犯罪的工作；
- 保持和發展區域性及國際性的聯繫，以便將之臻善及進行知識交流，諸如在外貿方面與世界海關組織聯繫；而在民防方面，則與颱風委員會聯繫；
- 繼續民防方面的預防行動的籌劃及訓練工作，並在任何可能發生的嚴重意外事故或災難中，協調澳門保安部隊與其他實體的行動。

6.3. 基本建設與配備領域

- 加強關閘新特警總部的設施，改善現屬治安警察廳交通廳專用的舊總部的設施；
- 進行內港水警稽查隊海上巡邏廳總部的擴建及完善工程，以便把水警稽查隊指揮部由港務局大樓遷入該處；
- 研究及籌劃在內港區設立永久性的消防隊分站，而為著行動的必要性，在該區內暫時派駐消防員；
- 繼續致力更新和擴展資訊化計劃，以及繼續改善與行政當局其他部門的聯繫；
- 繼續進行沿岸區域的電子監察計劃，研究增強在本地區內陸的CCTV監察能力；
- 繼續令特別行動組、特警其他部門及澳門保安部隊有整體現代化的配備，從而使他們可抗擊裝備日漸先進的犯罪活動，以及使澳門保安部隊有能力承擔例如在主權移交大典期間保護重要人物及重要設施的任務。

6.4. 人力資源領域

- 協助已本地化的指揮及主管的工作，尤其是協助新任廳長及領導的初期工作；
- 在地區治安服務人員入伍課程的規模許可的情況下，培訓治安警察廳及水警稽查隊的現役人員，以便他們駐守路氹填海區與橫琴島之間新大橋的控制站；
- 繼續及加強消防隊人員的培訓工作，以便他們負起本地區整個區域的緊急醫療服務的專屬責任；
- 改善人員的一般培訓，特別在公民教育方面，以提高部門的辦事效率及改善與公眾的關係，並藉著採取嚴格執行紀律及表揚值得讚賞的行為的措施，改善人員的道德行為及服務精神；

- 繼續舉辦各項培訓課程以及繼續進行保護重要人物和重要設施方面的訓練工作，以便安排有能力的人員應付特別是在主權移交大典時的保安工作的需要；
- 繼續籌劃澳門保安部隊高等學校高等課程的工作，以便為水警稽查隊及消防隊高級職程的現役人員進行知識補充，以及計劃接受鄰近省份或中華人民共和國其他省份的學員就讀，一如現時（屬治安警察廳）第五屆警官培訓課程的情形。

7. 工務及運輸政策

在距離本地區治權移交尚餘一年多的時候，各項主要的大型公共工程基本上已經完成，實現了本地區政府為建設一個促進經濟發展及讓居民安居樂業尤其是與保護環境有關的基建系統的策略。

嚴謹地計劃和有效地執行，才可在可用時間內履行為後過渡期定下的基建計劃，該計劃耗資超過澳門幣一百七十億圓，是留給後代的非常有價值的有形資產。

為了這項必然產生效益及明顯體現在本地現有的現代化運輸基建的策略性儲備，現在就要確保：完全具備支持其興建決定的經濟條件；珠江三角洲各個地區之間的功能互補；以及實施有助該處每一地區盡量發揮其特性的政策。

為實現上述目標及肯定可以對本地區的整體發展及聯合聲明所載的澳門自主模式作出適當的配合，促使最近在氹仔和路環之間（路氹填海區城市）動工興建基建，其中包括將在一九九九年最後一季完成的蓮花大橋，該大橋將成為本地區通往中國內陸的新通道。

因此，在不影響一個較全面的和中長期堅守的計劃下，明年進行的具體工作主要是完成一些在計劃內的大型工程，並引入認為必要的調整，以提高現時運作中的系統的效率。

為一直以來所建立的系統在將來得到適當的管理以及維持本地區的發展步伐，公務員本地化是重要的保證，現時正按照既定的計劃進行，但這不表示拖慢了為增強知識和避免部門的運作中斷而進行的新公務員培訓、輔助和跟進工作。

另方面，處在由東南亞在過去和現在的經濟金融局勢引致的情況下，必須引領資金投入具有較大創富能力、能刺激本地經濟和滿足居民基本需要的行業。

在這情況下，一方面致力滿足居民對擁有適當居所的渴求，另一方面必須刺激地產和建築活動的社會房屋政策，將會在優先的工作中佔相當重要的位置。

擴建道路網及加以現代化；繼續完善交通監控和交通燈系統；改善對內公共交通工具的服務條件；以及改善與鄰近地區的通訊，都將佔上重要的位置。

在社會設施方面施行旨在提升居民生活質素的措施，同樣備受關注。

施政方針在本範疇中的另一點是，建築業技術法例的修改基本上已經完成，大部份與其有關的章程和規定經已公布，而有關的輔助手冊亦已出版。種種的工作，標誌著一個很大的努力，在此不可不提。而明年還將公布尚未公布的法規和舉辦新的培訓和推廣課程。

7.1. 大型基建計劃領域

主要措施和工作包括：

7.1.1. 澳門國際機場

澳門國際機場專營公司（CAM）及其他投資者負責在一九九九年實現的目標主要是，不論在成本或素質方面，優化與澳門國際機場營運有關的一切業務，並為所作投資的營運生利繼續進行推廣工作。

預料一九九九年完成的工程包括：通用航空飛機庫及客運大樓。

同時，預料澳門國際機場碼頭將告落成，該項基建並沒有按照一九九八年施政方針在該年內落實，是由於一九九七年八月所提交的批給合同草案未取得中葡聯合聯絡小組中方的同意。

7.1.2. “蓮花大橋”及路氹填海區邊境站

這項基建，將會是本地區陸路交通方面的一個重要的和新的接駁點。預計於一九九九年落成，屆時，客運和貨運將可以經過這個接駁點通達中國珠江三角洲西面道路網，對本地區的經濟發展明顯有利。

由於“蓮花大橋”的建造而出現的路氹填海區邊境站，可明顯地舒緩現時關閘的陸路邊境站的流量，因為該邊境站在設計上可容納很大的流量。而該邊境站將成為該區發展的軸心，且更會推動其他地區性利益的基建如澳門國際新港的發展。有關的建造工程經已展開，預計可於十月份完工。

7.1.3. 路氹連貫公路擴寬工程及“蓮花大橋”與路氹填海區邊境站的連接道

這套基建將會使本地區的道路網有足夠的能力確保從西面進出中國的運作功能，亦會成為路氹填海區、路環島及氹仔島未來的都市發展的交通樞紐。工程正在興建中，預料在一九九九年初將會完成路氹連貫公路的擴寬工程，而其他道路工程亦將在該年十月份完成。

7.1.4. 澳門文化中心

澳門文化中心是一項十分重要的建設，它能滿足澳門居民對各類文化活動發展的渴求。該中心計劃用作舉行大型文化活動，設有兩個會堂和一個博物館用場地。現時已在竣工階段，預計於一九九九年三月份啟用。

7.1.5. 私人大型投資計劃

座落南灣填海區的澳門觀光塔，建造計劃已得到支持並已進入施工階段，塔高338米，將是世界最高建築物之一。

路環島以南七公里的國際深水港的建造方案以及將來廣州—珠海—澳門鐵路澳珠段的建造和經營方案，均在審議階段。由於在經濟上有頗大的重要性，本地區行政當局將在政策上予以配合。

7.2. 公共工程領域

在行政當局的各個不同範圍內，將會計劃、開展或落成下列較主要的工程：

7.2.1. 政府建築物

a) 機關用建築物

在司法機構和政府機關建造適當設施方面：

- 第二審法院及終審法院新設施，工程預計於一月份完成；
- 立法會新設施；
- 動工興建立法會主席和終審法院院長官邸。

b) 衛生領域建築物

為了完成使澳門衛生系統具備足夠設施而以一九八七年動工興建仁伯爵醫院綜合體和衛生中心網絡為開始的計劃，還須：

- 完成筷子基衛生暨中醫中心工程；

- 興建在將來納入離島醫院的精神病科及老年病科大樓；
- 興建附設在仁伯爵醫院的衛生司新設施；
- 在外港新堆填區興建新的捐血中心；
- 進行氹仔嘉模老人院新大樓的開投及興建。

c) 文化領域建築物

在落實澳門建築物遺產的保存及維修政策方面，有必要指出的，是塔石舊衛生司大樓的維修工程，該處將用作澳門文化司署總辦事處。

d) 其他建築物

為全面完成使澳門保安部隊各部隊及其機關擁有現代化及有效的基礎建設的龐大計劃，預計將於一九九九年開展擴建水警稽查隊指揮部海上巡邏處的研究工作。

7.2.2. 道路、交通及公共運輸整治工程

澳門是世界上人口密度最高的地方及澳門居民的生活水平使他們喜歡購買私家車在短短的路程上代步，如此的具體條件和社會狀況，使到道路整治、車輛流通及泊車等問題倍受關注。

鑑於仍未有增建停車場和使其現代化的強制性措施，所以必須開展一些工作，以使現有的交通網絡能確保交通順暢和提供更多泊車位。所有這些措施會與其他措施配合，為每天使用公共交通工具的人士提供更舒適、安全和節約的條件。

這方面的工作主要包括：

a) 交通網絡及道路整治

- 完成南沙梨頭道路網工程；
- 延長何賢紳士大馬路，與北沙梨頭連接；
- 完成外港新堆填區東面新海邊馬路和行車天橋，接通友誼大馬路；
- 割狗環水塘附近的多項工程；
- 內港整治工程；
- 南灣及關閘整治工程。

b) 交通

- 繼續完善交通監控系統及中央交通燈系統。
- 完成近年來籌劃中的各項有關工作，包括採取適當措施減低各行車天橋兩旁住戶所受噪音干擾，以及設定永久性的電單車教車及考車場地的選址。

7.2.3. 本地區景觀的整治

本地區景觀整治計劃大部份已經完成，隨著黑沙環新填海區海邊馬路景色怡人的行人道、宋玉生圓形地及南灣人工湖的建成，預計加上以下的工作，該計劃便告完成：

- 氹仔北面市政公園、沙梨頭海傍區及澳門運動場周邊地方的景觀整治；
- 在南灣人工湖裝設音樂噴泉；
- 觀音菩薩像、其輔助設施及周邊美化工程；
- 外港新堆填區及外港堆填區水道封閉及景觀整治；

7.2.4. 基本衛生

有能力處理本地區所有污水的一系列基建已告完成，在環保政策方面將進行的計劃和工作主要有：

- 跟進澳門、氹仔及路環污水處理廠的運作；
- 跟進固體廢料搬運和清潔服務的承批公司和固體廢料焚化中心的運作；
- 計劃改建焚化中心，使可焚化特別廢物；
- 計劃擴建現有基建，以配合澳門人口的增長；
- 厚望聖母灣基建工程；
- 筷子基、青洲及氹仔北的衛生網。

7.2.5. 其他基建

由土地承批人負責，正處於研究或施工階段的各項基建工程有：

- 毗鄰澳門國際機場的新氹仔碼頭；
- 南灣海灣整治工程；
- 鄰近嘉樂庇將軍大橋，位於氹仔北面海灣的“海洋世界”公園；
- 前述的澳門觀光塔。

7.3. 社會及經濟房屋領域

一九九九年將繼續決心推行非正式建築物清拆計劃，該計劃在過去幾年已取得良好成績。在社會房屋政策方面開展的主要工作包括：

7.3.1. 研究及計劃

- 一九九九年至二〇〇一年的三年房屋計劃，並指出由清拆非正式建築物、現有屋邨過份擠迫以及人口增長所引致的房屋需求；
- 訂定對長者租住社會房屋給予援助的方式；
- 申請租住社會房屋及購買經濟房屋的管理工作；

- 就建築及房屋情況進行研究，並預測短期內的發展趨勢。

7.3.2. 立法措施

更新經濟房屋及社會房屋的法規，以切合情況的轉變，尤其關於按照房屋發展合同制度所興建的樓宇的取得、津貼及管理的法規。

7.3.3. 房屋的興建

- 在房屋發展合同範疇內，預計一九九九年有接近2100個單位落成；
- 跟進筷子基平民坊（734個單位）、馬場區HR/HS地段（900個單位）及“Panasonic”地段的計劃和建築工作，其牽涉合共1450個家團的重新安置。

7.3.4. 房屋司屋邨的修葺

- 繼續修葺屬房屋司財產的屋邨；
- 加強監督平民坊及經濟房屋公共地方的管理工作。

7.4. 土地批給領域

由於房地產業處於低潮以及來自土地批給的收益減少，因此，在無損本地區的利益下，將尋求盡可能減低投資者損失的解決辦法。

在土地批給的回報方面，將會優先處理經濟房屋的供應、擴大學校網及增加社會、體育及休憩設施。

7.5. 地圖繪製及地籍領域

本地區已擁有先進的基礎圖和系統化的土地地籍，將加強和更新的工作有：

- 更新和提供儲存在CD-ROM，比例為1/1,000、1/10,000和1/20,000的本地區基礎圖，並繪製專題地圖；
- 不斷更新本地區土地地籍的系統化工作、地籍資料庫以及有關的公佈工作；
- 在三維數碼模型基礎圖中改善及開發新的應用方式，以為本地區作出完整的土地分析；
- 改善全球定位系統(GPS)的應用技術，從而更快及更簡單地取得土地的動態資料。

7.6. 海事活動領域

為了貫徹過去數年所推行的施政方針，澳門港務局負責執行的海事活動的一般指引包括：

- 確保船舶的海上安全，包括搜索及拯救行動；
- 跟進水文繪製工作、航道和作業範圍濬深工程及與海上信號系統有關的工作；
- 保護海洋環境，加強環保及防污染措施，特別針對由碳氫化合物引致的污染；
- 跟進國際海洋組織，特別是澳門作為屬會成員的國際海事組織(IMO)的工作；
- 與珠江水力資源委員會(PRWRC)、澳門土木工程實驗室(LECM)和葡國國家土木工程實驗室(LNEC-PORTUGAL)共同參與澳門周邊海域的綜合規劃研究計劃；
- 透過在路環裝設一組通訊系統，利用無線電波和電話與外港碼頭控制塔聯繫，以擴大本地區甚高頻(VHF)的覆蓋範圍；
- 澳門航海學校的工作包括：無論專業、業餘愛好以至運動等方面的海事培訓；推廣海事活動；協助及推廣與海事活動有關的學習和研究；
- 澳門海事博物館在博物館學、研究和文化活動等方面開展的工作。

在海事活動及由政府船塢負責建造和維修船隻方面，一九九九年將進行的工作有：

- 為澳門旅遊娛樂有限公司建造一艘船隻；
- 在澳門港務局和水警稽查隊的船隻維修站進行保養和維修工作。

7.7. 民航活動領域

鑑於為民航系統各方面在質量和數量上所定的主要目標均已達到，現希望繼續在規範、商業和結構等方面做鞏固工作。

因此，計劃進行的工作主要有：

- 開展一個培訓和訓練制度，特別是關於在外培訓，從而對完成人力資源本地化進程作出決定性貢獻，以確保民航領域內的技術資格和管理均具有高水平；
- 將繼續進行監察、發准照、發證明書和記錄的工作，以保持澳門國際機場在高度安全下運作；
- 以本地區利益為前提及考慮到澳門國際機場和澳門航空的商業利益，繼續協商空運協議；
- 完成民航法律的整理工作以及完善適用於經營者活動的技術法規及手冊。

7.8. 氣象及地球物理領域

現時，本地區已擁有對氣象進行長期監測的先進和現代化系統及擁有空氣質素及地震活動的監測系統，地球物理暨氣象台為一般目的尤其是為保護航空和航海操作，在上述所指範圍內，將繼續不斷地緊隨有關科技的發展。

對作為聯合國組織機構的世界氣象組織訂定的一些計劃，特別是世界氣象監測、世界氣候規劃及全球觀察系統等計劃，提供協助。

較重要的工作有：

- 在數值模式方面繼續與中山大學合作；
- 應用MM5尺度模式及使用多普勒雷達預測氣象；
- 接收中國FY-2氣象衛星圖象；
- 繼續使空氣質素監測網絡自動化；
- 透過互聯網公布氣象及地球物理的訊息。

7.9. 郵政和電信領域

過去幾年，行政當局無論在作為郵政通訊服務提供者或在作為電訊監管機構方面所採取的政策，都有顯著的進展。

秉承過去的總方針，郵電司將開展的工作主要有：

7.9.1. 郵政方面：

- 通過開設新郵站，使銷售網配合人口和都市的發展；
- 發展傳統服務及引進新服務和新郵品；
- 發展集郵活動，當中著重推廣澳門的形象和文化；
- 改革郵政法例。

7.9.2. 電信當局的職能方面：

- 協助發展新的電信公共服務；
- 確保適當地管理無線電頻譜。
- 為營造電訊市場開放競爭的環境，將致力研究電訊市場內各種網絡及服務開放競爭的可行性，及時性及其所需之規範。

在電信公共服務專營公司所開展的工作中，緊隨科技發展的工作主要有：

- 採取措施連接SEA-ME-WE 3海底電纜；
- 擴大、更新和優化現有的系統；
- 擴大、更新和優化GSM數碼流動電話網絡；
- 調整網絡，透過互聯網提供商業服務。

7.10. 運輸領域

澳門運輸系統的設計是一個集基建、設施和服務於一體的系統，今天，它真正能夠使到客貨運配合到當今的發展程度。

所以，不容忽視對海陸空三方面運輸業者所提供的服務進行跟進和監察工作，以確保達至預期的素質水平。

行政當局將會繼續致力跟進和支持作為空運人的澳門航空公司的活動。

7.11. 立法、標準化和技術規範化領域

所有大型規章及規則基本上已完成，且大部份已公布，明年將繼續為完成目標而努力，以及進行所需的培訓工作。

亦將會公布建築業各個範疇的新的規範性輔助資料，如《鋼結構設計手冊》。

7.12. 輔助培訓和研究領域

除有關部門在澳門航海學校、地圖繪製暨地籍學校及地球物理暨氣象台開展的培訓活動外，在提昇本地人力資源政策範疇內，將與澳門土木工程實驗室合作，為土木工程師開辦培訓課程及宣傳新技術規章的課程。

按照已通過的新規章，將為水泥及混凝土產品發出證明書。

將會協助澳門土木工程實驗室設置計量實驗室以及建立有關的信譽。

在澳門土木工程實驗室、葡國國家土木工程實驗室及澳門大學三方所簽訂的協議內，繼續推行土木工程方面的應用研究計劃，當中包括對本地區和本區域均適用的多個計劃。

附件二 - 一九九九年度公共投資及發展開支計劃 (PIDDA/1999)

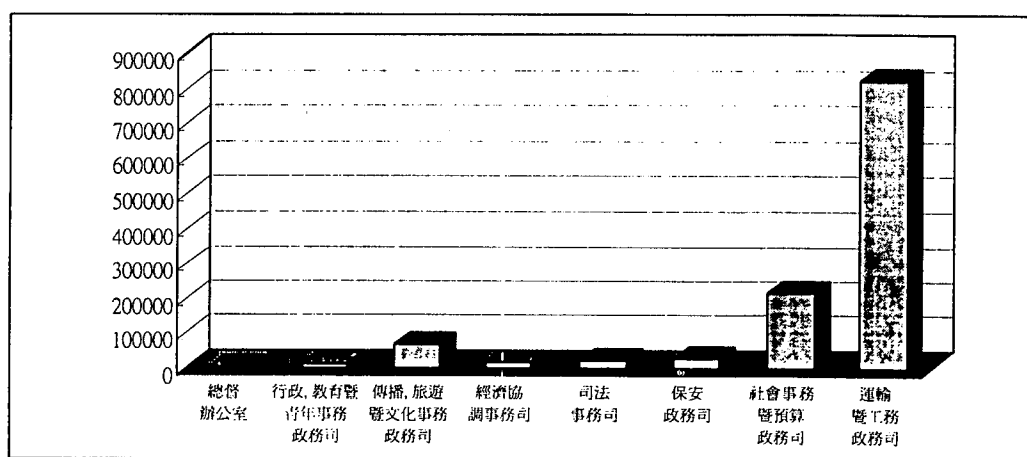
一九九九年之公共投資及發展開支計劃 (PIDDA)總額減少至澳門幣十二億元，佔該年度本地區總預算案(OGT)的預算開支預測的百分之九點七。與一九九八年財政年度期初數字比較有約百分之三十六點八的跌幅。

在 PIDDA/99的總預算額內，一億零一百萬元為備用撥款，另外有一千三百七十萬元是用以支付一系列由土地工務運輸司負責的計劃之同期開支，而其餘十億零八千五百三十萬元則分配於二百五十九項投資項目中。

表 I
PIDDA預算提案 - 1999
以性質及管轄範圍分類

分類	總督辦公室	行政, 教育 暨青年事務 政務司	傳播, 旅遊 暨文化事務 政務司	經濟協調事 務司	司法事務司	保安政務司	社會事務暨 預算政務司	運輸暨工務 政務司	總數
工程	1.825,0	8.300,0	47.570,0	950,0	8.900,0	4.000,0	80.041,0	600.509,1	752.095,1
購置	0,0	0,0	0,0	3.000,0	0,0	0,0	0,0	800,0	3.800,0
設備	325,0	6.800,0	3.760,0	8.080,0	8.130,0	23.825,0	32.825,5	27.386,2	111.131,7
研究及策劃	0,0	0,0	18.900,0	3.500,0	8.380,0	0,0	6.300,0	181.193,2	218.273,2
小結	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	119.166,5	809.888,5	1.085.300,0
備用撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	101.000,0	0,0	101.000,0
同期撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13.700,0	13.700,0
總數	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	220.166,5	823.588,5	1.200.000,0

預算投資開支分配，以管轄範圍分類



將總撥款以負責部門分類，可察覺由工務暨運輸政務司管轄的工程約吸納了 PIDDA/99內工程的百分之六十八點六。

而在餘下之各所屬範圍內，但不計備用撥款 -- 雖該備用撥款是由社會事務暨預算政務司負責的，但應視為整體計劃的備用款 -- 比重較突出的有上述政務司、傳播、旅遊暨文化政務司及保安政務司，分別佔百分之九點九、五點九及二點三。

受工務暨運輸政務司管轄的項目中，值得一提的有直接撥予該辦室的共十五項總值四億六千四百六十萬元的投資工程（佔PIDDA總數的百分之三十八點七），與及撥予土地工務運輸司總值三億三千五百四十萬元，共四十一項投資工程。

從投資性質分類作分析，察覺到“工程”一項約佔PIDDA/99內的百分之六十二點七（澳門幣七億五千二百一十萬元）。（表 I）

表 II
PIDDA預算提案 - 1999
以參與及管轄範圍分類

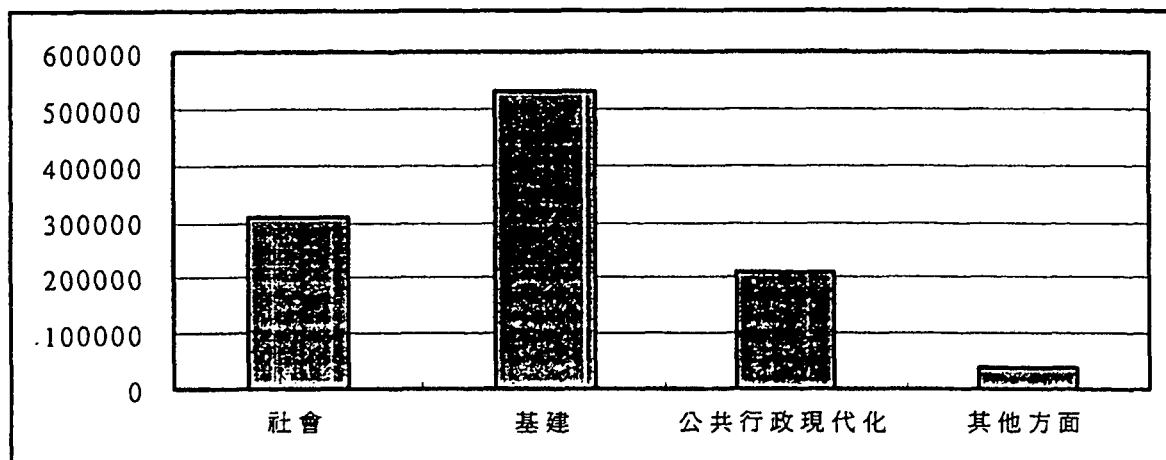
分類	總督辦公室	行政, 教育 暨青年事務 政務司	傳播, 旅遊 暨文化事務 政務司	經濟協調事 務司	司法事務司	保安政務司	社會事務暨 預算政務司	運輸暨工務 政務司	總數
社會	0,0	7.660,0	42.400,0	4.750,0	600,0	22.134,0	107.346,5	123.100,0	307.990,5
基建	0,0	0,0	0,0	4.450,0	0,0	0,0	0,0	525.133,6	529.583,6
公共行政現代化	2.150,0	7.440,0	4.030,0	6.330,0	24.810,0	5.691,0	10.470,0	149.724,9	210.645,9
其他方面	0,0	0,0	23.800,0	0,0	0,0	0,0	1.350,0	11.930,0	37.080,0
小結	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	119.166,5	809.888,5	1.085.300,0
備用撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	101.000,0	0,0	101.000,0
同期撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13.700,0	13.700,0
總數	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	220.166,5	823.588,5	1.200.000,0

以參與範圍分類，“基建”約佔澳門幣五億二千九百六十萬元，又或可說為總投資開支的百分之四十四點一，其中有百分之三十三點二（約一億七千六百萬元）為撥往有關“路有填海及基建工程”；

另外尚有撥給“固體廢料搬移，收集及清潔”工程的一億零四百三十萬元。“社會”一項佔三億零八百萬元，其中較為突出的工程項目為“澳門文化中心”（三千八百萬元）。

預算投資分配，以參與範圍分類

表 III



PIDDA預算提案 - 1999
以經濟及管轄範圍分類

分類	總督辦公室	行政, 教育 暨青年事務 政務司	傳播, 旅遊 暨文化事務 政務司	經濟協調事 務司	司法事務司	保安政務司	社會事務暨 預算政務司	運輸暨工務 政務司	總數
土地	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
住屋	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.600,0	27.856,9	31.456,9
樓宇	1.825,0	6.800,0	24.330,0	950,0	8.900,0	4.000,0	76.941,0	230.033,6	353.779,6
街道及橋樑	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61.517,9	61.517,9
港口	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,6	19,6
各類建設	0,0	1.500,0	8.860,0	0,0	0,0	0,0	0,0	281.131,1	291.491,1
土地改良	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
種植	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
運輸物料	0,0	0,0	0,0	0,0	600,0	0,0	0,0	0,0	600,0
機器及儀器	325,0	6.800,0	18.140,0	8.080,0	7.530,0	23.825,0	32.825,5	27.386,2	124.911,7
動物	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
其他投資	0,0	0,0	18.900,0	6.500,0	8.380,0	0,0	5.800,0	181.943,2	221.523,2
小結	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	119.166,5	809.888,5	1.085.300,0
備用撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	101.000,0	0,0	101.000,0
同期撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13.700,0	13.700,0
總數	2.150,0	15.100,0	70.230,0	15.530,0	25.410,0	27.825,0	220.166,5	823.588,5	1.200.000,0

投資以經濟類別分類，“樓宇”之比重佔總投資額約百分之二十九點五，即約三億五千三百八十萬元。在此帳目內的工程較重要的為“立法會大樓”，佔一億一千二百萬元。

按重要程度排列，“各類建設”一項為次位，約佔澳門幣二億九千一百五十萬元，在PIDDA/99中佔百分之二十四點三，以“路填海及基建工程”最為突出。

表 IV
PIDDA預算提案 -1999
以功能分類

功能分類	(一千澳門幣)	
	撥款	%
1 - 公共行政一般事務	195.631,3	16,3%
010-一般行政	165.355,3	13,8%
020-司法, 秩序及治安	30.276,0	2,5%
2 - 公共治安	22.184,0	1,8%
010-總部	10.658,0	0,9%
020-警察	9.886,0	0,8%
030-消防	540,0	0,0%
040-民防	1.100,0	0,1%
3 - 教育	13.380,0	1,1%
010-行政, 規章及調查	2.660,0	0,2%
020-教育	3.610,0	0,3%
030-職業培訓	7.110,0	0,6%
4 - 衛生	134.141,0	11,2%
010-行政, 規律及調查	34.000,0	2,8%
020-醫療	91.641,0	7,6%
030-衛生暨公共健康	8.500,0	0,7%
5 - 社會福利	41.855,5	3,5%
010-行政及規則	0,0	0,0%
020-社會工作	41.855,5	3,5%
030-撫卹金及退休金	0,0	0,0%
6 - 住屋	12.900,0	1,1%
010-行政及規則	4.400,0	0,4%
020-社會房屋	8.500,0	0,7%
7 - 其他整體及社會服務	87.028,6	7,3%
010-文化	81.674,6	6,8%
020-體育及休閒	2.000,0	0,2%
030-宗教	0,0	0,0%
040-天文及地球物理學	2.584,0	0,2%
050-製圖	570,0	0,0%
060-社會傳播	200,0	0,0%
070-勞工事務	0,0	0,0%
8 - 經濟服務	578.179,6	48,2%
010-行政, 規律及調查	20.350,0	1,7%
020-農業, 畜牧及漁業	0,0	0,0%
030-工業	700,0	0,1%
040-基建	88.672,3	7,4%
050-運輸	84.166,1	7,0%
060-通訊	0,0	0,0%
070-貿易	0,0	0,0%
080-旅遊	22.800,0	1,9%
090-土地整理及環境	361.491,2	30,1%
小結	1.085.300,0	90,4%
備用撥款	101.000,0	8,4%
同期撥款	13.700,0	1,1%
總數	1.200.000,0	100,0%

表 V
PIDDA預算提案 -1999
以機構分類

(一千澳門幣)

	1999 提案	
	撥款	%
40.03 - 行政暨公職司	2.600,0	0,2%
40.05 - 教育暨青年司	10.000,0	0,8%
40.07 - 統計暨普查司	3.130,0	0,3%
40.09 - 財政司	8.250,0	0,7%
40.15 - 澳門文化中心籌設委員會	15.780,0	1,3%
40.18 - 身份證明司	2.160,0	0,2%
40.19 - 經濟司	1.500,0	0,1%
40.22 - 地球物理暨氣象台	4.000,0	0,3%
40.23 - 旅遊司	20.500,0	1,7%
40.24 - 政府新聞司	200,0	0,0%
40.27 - 澳門港務局	8.000,0	0,7%
40.28 - 澳門保安司	27.500,0	2,3%
40.29 - 勞工暨就業司	5.000,0	0,4%
40.31 - 地圖繪製暨地籍司	570,0	0,0%
40.32 - 司法警察	3.750,0	0,3%
40.34 - 司法事務司	10.000,0	0,8%
40.34 - 立法事務辦公室	2.500,0	0,2%
40.35 - 土地工務運輸司	335.391,2	27,9%
40.36 - 法律翻譯辦公室	3.250,0	0,3%
40.37 - 澳門體育總署	2.000,0	0,2%
40.38 - 澳門文化司署	11.750,0	1,0%
40.39 - 預防及治療藥物依賴辦公室	8.450,0	0,7%
40.57 - 澳門社會工作司	33.905,5	2,8%
40.67 - 澳門政府船塢	1.500,0	0,1%
40.73 - 澳門房屋司	9.500,0	0,8%
40.76 - 澳門貿易及投資促進局	1.200,0	0,1%
40.78 - 澳門衛生司	62.641,0	5,2%
40.82 - 總督辦公室	2.150,0	0,2%
40.83 - 傳播, 旅遊暨文化事務政務司	19.000,0	1,6%
40.84 - 保安政務司	325,0	0,0%
40.85 - 社會事務暨預算政務司	4.300,0	0,4%
40.86 - 經濟協調政務司	4.700,0	0,4%
40.87 - 司法政務司	3.750,0	0,3%
40.88 - 行政, 教育暨青年事務政務司	500,0	0,0%
40.89 - 運輸暨工務政務司	464.627,3	38,7%
40.95 - 消費者委員會	270,0	0,0%
40.96 - 旅遊學院	3.000,0	0,3%
40.98 - 環境委員會	1.350,0	0,1%
小結	1.099.000,0	91,6%
備用撥款	101.000,0	8,4%
總數	1.200.000,0	100,0%

附件三 - 澳門經濟及金融展望分析

I - 世界經濟發展

1.1. - 經濟合作發展組織 (OCDE)

除亞洲地區外，經濟合作發展組織在一九九七年的經濟環境普遍良好。亞洲地區在下半年發生的經濟危機暫時並沒有對OCDE範圍內的經濟發展有顯著影響，內部生產總值合計在一九九七年增幅為百分之三點一（一九九六年增幅為百分之二點八），這是自九零年以來錄得的最大經濟增長。

美國的生產及就業持續有強勁增長，內部生產總值增幅由一九九六年的百分之二點八升至一九九七年的百分之三點八。在內部需求強勁增長（升百分之四點一）的帶動下，美國的資源達到極高使用水平，失業率正處於歷史低點（百分之四點九）。同時，由於美元的強勁支持，經濟增長並沒有為美國帶來通脹壓力。

與此情況相反，日本經濟自一九九六年的強勁增長後（升百分之三點九），經濟活動在一九九七年明顯放緩。生產總值增幅為百分之零點九，主要是受到財政緊縮政策，以及亞洲其他國家所發生的金融危機和國內金融體系危機所影響，使日本國內私人消費銳減。

歐盟經濟發展繼續處於擴展周期內，主要是受內部需求增加及對外貿易活躍所推動。內部生產總值由百分之一點七升至一九九七年的百分之二點六。歐盟內部所有成員國經濟活動步伐均明顯加快，其中較突出的包括有德國、法國及英國。

一九九七年強勁經濟增長只稍微改善OCDE組織內的勞務市場情況。總就業人口增長率由一九九六年百分之一點一升至一九九七年的百分之一點七。失業率微降至百分之七的水平，但成員國之間仍有一定的差別。歐盟的失業率（百分之十一點二）仍較美國（百分之四點九）高出一倍以上及日本（百分之三點四）兩倍以上。這反映出歐盟勞務市場缺乏靈活性。

在一九九七年內，能源價格顯著下滑結合原料價格增長緩和，使全球通脹維持在百分之四點五的低水平。

國際貿易，自一九九六年放緩後，商品貿易總額在一九九七年錄得極高增幅，達百分之九點八。拉丁美洲及東歐地區的貿易擴展特別強勁，足以彌補亞洲地區受金融危機影響下貿易的減少。此外，工業國之間特別是美國和歐盟之間亦增加了貿易往來。

隨著亞洲危機影響逐漸加深，工業國間經濟活動在一九九八年上半年出現放緩，日本經濟正步向衰退，同時美國經濟增長開始減慢。

隨著全球通脹率下降，OCDE組織內大部分成員國的利率在一九九七年內均出現下調。一九九八及一九九九年展望長期利率將維持下調趨勢。

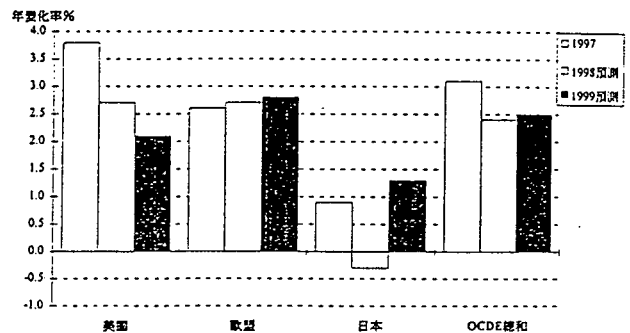
在一九九八年上半年，受到日元兌美元貶值影響，外匯市場極之不穩定，六月份日元兌美元達到一百五十日圓兌一美元。本年八月份發生的俄羅斯金融危機更加劇了外匯市場的波動，盧布兌美元中央兌換率貶值百分之六十七，這對拉美新興經濟造成壓力。

OCDE組織在六月時所作預測，組織內成員國經濟活動在本年下旬將會出現進一步放緩，主要受到日本經濟負增長日趨嚴重及美國內部生產總值增長放緩所影響。與之相反，歐盟維持其擴展周期。OCDE組織內經濟增長將達到百分之二點四，一九九九年將稍微提升至百分之二點五。

OCDE組織成員國失業率在一九九八及一九九九年將保持在百分之七的水平。歐盟及美國的就業人口將明顯增加。相反，日本及南韓失業人數持續上升。

OCDE組織內價格增長壓力維持平穩，預期通脹率在未來兩年內保持在百分之一點六和百分之一點八。

OCDE國家經濟增長預測
內部生產實際總值(PIB)



資料來源：OCDE：一九九八年六月《經濟展望》

在美國，經濟活動在本年上旬開始浮現放緩跡象，內部生產總值增長由第一季的百分之五點五下降至第二季的百分之一點六。

根據OCDE預測，美國生產總值在一九九八年將增長百分之二點七，在一九九九年預計增長為百分之二點一。雖然就業情況發展良好，私人消費有所增加，但產品出口量轉壞，加上美元強勁，在本年內，對美國生產活動將造成負面影響。預料這趨勢將持續。估計，私人消費在一九九八年增長達百分之三點八，而一九九九年增幅將放緩至百分之三。

歐盟生產的增長勢頭，主要依賴出口支持，但在經濟業內人士的信心加強下，將逐漸被內部需求增長所替代。其生產總值在一九九八及一九九九年將上升至百分之二點七和百分之二點八。

這裏值得強調，歐盟從一九九九年開始落實執行歐元(EURO)，其經濟增長將受一系列因素影響。其中，為了穩定歐洲統一貨幣，歐洲中央銀行需要實行較為緊縮的貨幣政策，重整金融體系，以及歐元的各成員國經濟結構，須要更大的靈活性去適應新的宏觀經濟環境。

至於澳門出口產品輸往歐洲的主要市場，OCDE組織預期德國和法國將逐步鞏固其經濟增長，在低利率刺激下，私人投資將保持在水準。兩國的內部生產總值增長在一九九九年將分別接近百分之二點九和百分之二點八。英國受其貨幣強勁及出口下降影響，預計經濟增長將從一九九七年百分之三點三放緩至一九九八及一九九九年的百分之一點七。

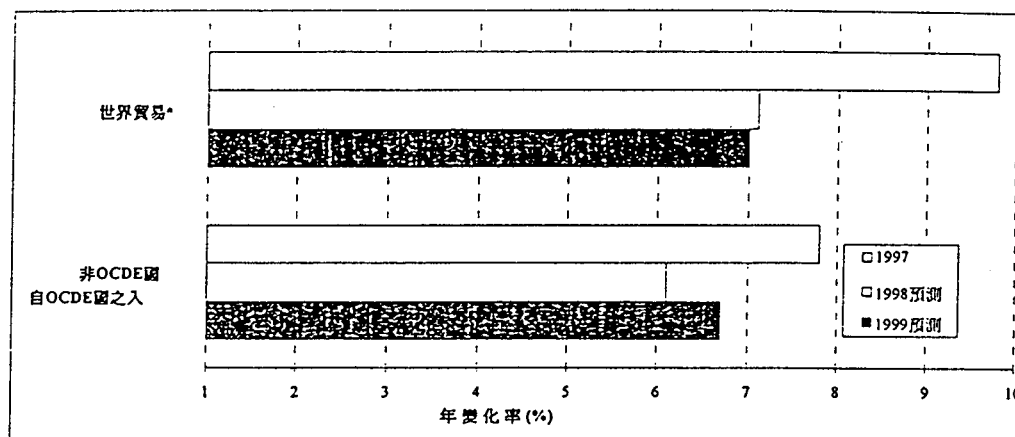
日本生產總值在一九九八年將縮減百分之零點三。金融及經濟危機對亞洲其他地區國家的影響以及國內金融體系問題惡化引至家庭及企業信心的轉壞，對私人消費及投

資意欲造成負面影響，在一九九八年將縮減百分之零點四和百分之二點三。展望一九九九年經濟將會復甦，生產總值增長為百分之一點三。

亞洲危機使區內需求顯著收縮，影響國際商品貿易往來，根據OCDE組織估計，在一九九八年及一九九九年國際商品貿易將明顯放緩。

國際貿易增長預測及OCDE國入口

- 在量方面 -



* 國際出口和入口貿易平均增長

資料來源：OCDE：一九九八年六月<經濟展望>

值得指出，預期世界經濟放緩的情況下，澳門產品出口展望存在不利因素。在一九九八年首六個月內，在輸往歐盟受配額限制紡織品銳減影響下，出口量下跌了百分之二點五。

雖然，輸往美國市場受配額限制紡織品在本年內第二季銷售理想，使上半年出口到該市場表現良好，但預測在九八年本澳產品總出口將較去年有所減少。

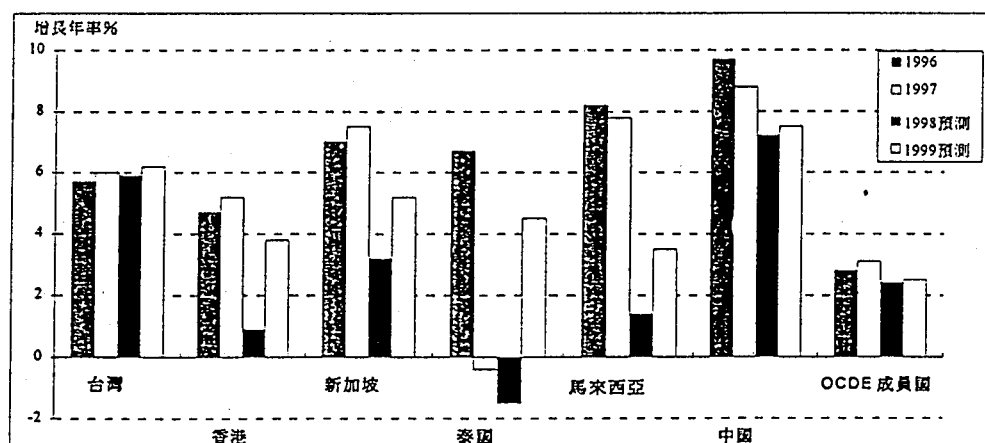
經過貨幣貶值風潮後，來自亞洲地區競爭者壓力已反映到本地出口價格水平上，導致一九九八年上半年出口價格下跌百分之二點五。在可見將來，當這些受影響亞洲國

家逐步恢復其生產時，預計本澳出口將面臨更大的競爭壓力。

I.2. - 東亞經濟及中國

與OCDE組織成員國生產擴展剛好相反，東亞經濟（中國及台灣除外）持續增長軌道正面對障礙。受到一九九七年中爆發的亞洲危機多次沖擊下，導至區內經濟包括泰國、南韓、印尼、馬來西亞、新加坡及香港的內部需求及工業生產急劇萎縮。亞洲活力經濟¹生產總值增長在一九九七年放緩至百分之四點九。根據OCDE預測，亞洲活力經濟在一九九八年生產增長將出現停滯，而一九九九年則預期經濟會復甦（生產總值增長百分之四點二）。

東亞經濟增長相對於 經濟發展合作組織(OCDE)的經濟增長 實際國內生產總值／內部生產總值



資料來源：OCDE <經濟展望> 一九九八年六月。

¹ 包括泰國、馬來西亞、菲律賓、印尼、新加坡、香港和台灣。

受亞洲危機影響較嚴重的國家（泰國、印尼和南韓），貨幣大幅貶值，加上金融體系壞賬問題嚴重，令經濟活動顯著萎縮。入口物品及食品價格上升使通脹壓力加劇。

亞洲國家之間高度經濟整合下，日本，新加坡及香港由於信貸緊縮及信心轉壞，導致投資下跌，經濟活動放緩。

香港在一九九七年十月的股市下挫及不動產市場價格下調（自一九九七年末季開始下調至今達百分之四十），對家庭財富造成負面影響，導致私人消費下降。此外，受到亞洲區內需求收縮以及港元強勢，商品出口和旅客均出現下跌。本年第一季內部生產總值下跌百分之二點八，估計第二季將進一步下跌百分之五。

港元與美元聯匯率繼續受到投機性沖擊，大大增加金融市場波動，導致利率上升。私人投資方面亦受到嚴格的信貸條件限制。

港元實質匯率上升引發通貨價格調整，薪金下調，預期通脹率在一九九八年將放緩至百分之三點五。

由於估計私人消費及投資均下跌百分之四點五，以及出口縮減百分之二，香港政府在宏觀經濟展望不利的情況下，對年初所作預測提出修定，預期一九九八年經濟增長將為負百分之四。

中國在一九九八年上半年生產總值增長為百分之七，略低於政府預期百分之八。由於受到出口增長放緩，以及公共企業改革所帶來的失業人數增加而使到私人消費有所縮減，導致通貨收縮跡象漸趨明顯及經濟活動放緩。

年中發生在中國北部及中部的水災，正嚴重影響農業及工業生產，造成巨大損失，減低了實現預期經濟增長的可能性。

在這情況下，中國政府實行一系列包括公路、鐵路和通信方面等基建項目投資措施來刺激經濟。此外還放寬銀行貸款，減低利率以及推行房屋改革去刺激內部需求和投資。但預期這些措施在一九九九年才會開始帶來效益。根據OCDE預測，中國內部生產總值在今年及明年的增長將為百分之七點二和百分之七點五。

然而，亞洲危機除了令中國出口競爭力下降，更導致來自區內的投資減少，尤其是日本和南韓，雖然對外貿易仍保持有強大盈餘，但經常賬目順差增長開始減緩，人民幣在一九九九年貶值的可能性甚高。

I.3. - 其他經濟

拉丁美洲國家平均經濟增長在一九九七年增加至百分之五，相對一九九六年上升約二個百分點。同時通脹率下降至百分之十四。阿根廷、秘魯及智利的內部生產總值增長尤為顯著。這些國家審慎執行政策去改善財政赤字，壓抑通脹和開放經濟，切實推行國營企業私有化及商貿自由化，吸引到更多的外來投資。在委內瑞拉，私有化推行開始收效，使低迷的經濟在一九九七年重新活躍起來。

相反，巴西的整體經濟雖然在一九九七年上半年表演良好，但在實行較為緊縮的貨幣政策加上正值經濟改革，以及為了保持其貨幣穩固而提高利率，導致經濟進入調整期。生產活動及內需放緩跡象明顯，生產總值增幅在一九九七年為百分之三。

受到亞洲危機負面作用以及最近爆發的俄羅斯危機影響，拉丁美洲新興經濟發展前景暗淡，亞洲危機對區內金融體系的影響在一九九八年將進一步約束區內的經濟活動，可能使巴西的經濟進入衰退。

在一九九七年，東歐和中歐經濟在過渡到市場經濟過程中發展並不一致。捷克的生產總值增長放緩，而保加利亞和羅馬尼亞則出現經濟衰退。另外，波蘭、波羅的海諸國及匈牙利的經濟活動則保持強勁增長勢頭。俄羅斯亦自一九九一年前蘇聯瓦解後首次出現百分之零點四正增長。

然而，由於俄羅斯財政赤字及經常賬目赤字上升，迫使俄羅斯在本年度陷入金融危機，後來更轉變成政治危機。

國內宏觀經濟指標進展情況，如盧布匯率的持續波動，通脹在本年八月份內上升百分之十五以及工業生產下跌將對經濟活動造成不良影響。根據經濟輿論預測，俄羅斯在一九九八年生產總值將下跌零點六，但預料一九九九年經濟將復甦，內部生產總值將增加百分之一點一。

表 I - 1

OCDE (經濟合作發展組織)
成員國經濟內部生產總值 (PIB)
之實質增長預測

				同期變化(a)		
	1996	1997	97/上半年	97/上半年	1998	1999
美國	2,8	3,8	4,3	3,1	2,7	2,1
日本	3,9	0,9	2,4	-0,3	-0,3	1,3
德國	1,4	2,2	1,8	2,9	2,7	2,9
法國	1,5	2,4	2,1	2,7	2,9	2,8
意大利	0,7	1,5	1,6	1,8	2,4	2,7
英國	2,2	3,3	3,7	1,5	1,7	1,8
加拿大	1,2	3,8	4,2	3,1	3,3	3,0
七國總和	2,5	2,8	3,3	2,2	2,1	2,1
歐洲聯盟	1,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,8
OCDE總和	2,8	3,1	3,7	2,5	2,4	2,5

(a) 經季節性調整後之年率。

資料來源：“OCDE經濟展望”，一九九八年六月。

表 I - 2

OCDE 國家之失業率 (a)

				(百分率)		
	1996	1997	97/上半年	97/上半年	1998	1999
美國	5,4	4,9	5,1	4,7	4,8	5,0
日本	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,6
德國	10,3	11,4	11,2	11,7	11,5	11,1
法國	12,3	12,4	12,5	12,1	11,9	11,3
意大利	12,1	12,3	12,3	12,1	12,0	11,8
英國	8,0	6,9	7,2	6,6	6,8	7,2
加拿大	9,7	9,2	9,5	8,7	8,6	8,3
七國總和	7,0	6,8	6,9	6,7	6,7	6,7
歐洲聯盟	11,4	11,2	11,3	11,0	10,9	10,5
OCDE總和	7,5	7,2	7,3	7,1	7,1	7,0

(a) 佔工作人口比率。

資料來源：“OCDE經濟展望”，一九九八年六月。

表 I - 3

OCDE 國家之通脹率 (a)

				預測		
	1996	1997	97上半年	97上半年	1998	1999
美國	2.4	2.0	2.1	0.7	1.0	1.7
日本	0.1	1.6	1.7	-0.1	0.5	-0.1
德國	2.0	1.9	1.9	1.6	1.7	1.7
法國	1.8	1.2	1.3	1.0	1.0	1.3
意大利	4.4	2.4	2.3	2.3	2.3	2.0
英國	2.5	2.1	1.7	2.2	2.4	2.6
加拿大	1.5	1.8	1.9	1.4	1.3	1.6
七國總和	2.0	1.9	1.9	0.9	1.2	1.4
歐洲聯盟	2.6	2.0	1.9	1.8	1.9	1.9
OCDE總和	4.4	4.1	3.8	3.2	3.3	3.1
OCDE少數高通脹國家(c)	2.1	2.0	1.9	1.3	1.5	1.7

(a) 根據私人消費指數計算。

(b) 經季節性調整後之年率。

(c) 不包括自九十年代起有零或低於10%通貨膨脹的國家(包括捷克、希臘、墨西哥、波蘭及土耳其)。

資料來源: "OCDE經濟展望", 一九九八年六月。

表 I - 4

OCDE 國家之私人消費及入口產品之發展

	私人消費				入口數量			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
美國	2.6	3.3	3.8	3.0	9.9	15.0	13.6	9.7
日本	2.9	1.1	-0.4	1.3	3.4	1.6	-1.1	3.1
德國	1.4	0.2	1.4	2.5	2.2	9.2	7.8	7.1
法國	2.1	0.9	2.5	2.7	2.5	6.7	8.0	6.6
意大利	0.8	2.4	2.2	2.5	0.0	9.6	11.2	7.3
英國	3.6	4.6	3.3	2.1	9.6	7.5	8.7	5.7
加拿大	2.4	3.9	3.3	2.8	5.6	17.9	10.2	7.8
平均值*	2.0	2.3	2.7	2.3	6.5	10.3	9.4	7.0

* 經澳門在1998年上半年本地出口往有關市場的相對比重調整。

資料來源: "OCDE經濟展望", 一九九八年六月。

表 I - 5

東亞經濟及中國短期經濟預測

	實質				通脹			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
台灣	5.7	6.0	5.9	6.2	3.1	0.9	2.0	2.5
香港	4.7	5.2	0.9	3.8	6.0	5.9	4.3	3.5
新加坡	7.0	7.5	3.2	5.2	1.4	2.2	2.5	2.5
泰國	6.7	-0.4	-1.5	4.5	5.8	6.0	12.0	6.0
馬來西亞	8.2	7.8	1.4	3.5	3.6	2.7	7.5	3.8
菲律賓	5.5	5.1	1.8	4.0	8.5	5.0	10.2	6.0
印尼	n.d.	4.7	-8.5	2.0	n.d.	11.1	35.0	10.0
中國	9.7	8.8	7.2	7.5	6.1	0.8	1.2	2.0

n.d. 代表無提供。

資料來源: "OCDE經濟展望", 一九九八年六月。

表 I - 6

東亞經濟及中國經常貿易平衡 (B.T.C.)

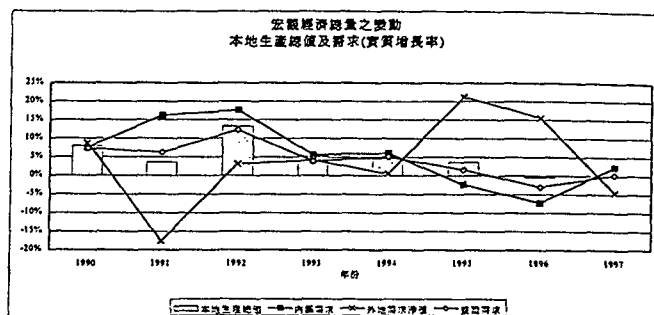
	十億美元			佔國內生產總值百分比		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
台灣	7.4	9.2	9.7	2.6	3.5	3.5
香港	5.1	3.7	4.7	3.0	2.1	2.5
新加坡	14.6	14.1	16.1	14.9	15.4	16.6
泰國	-3.6	7.0	8.5	-2.2	5.2	5.7
菲律賓	-4.2	-0.4	1.1	-5.0	-0.7	1.4
印尼	-5.8	5.0	8.7	-2.8	6.5	9.9
中國	22.8	11.9	6.0	2.5	1.2	0.6

資料來源: "OCDE經濟展望" 一九九八年六月。

II - 澳門整體經濟狀況

II.1 - 總體演變

澳門的經濟在九十年代前五十年有著強勁增長, 在此期間, 實質年平均增長為百分之六, 一九九六年起, 澳門本地生產總值出現負增長, 主要原因是由於錄得之進出口服務差額劇跌所致。



註釋: 外地需求淨值: 貨物及服務之出口-入口
資料來源: 一九八二至一九九七年本地生產總值之估計
統計暨普查局

受亞洲金融危機的直接影響, 一九九八年澳門經濟呈衰退跡象, 貨物及服務之外地需求及內部需求緊縮均反映此影響。

基於一九九八年首六個月內部需求之主要組成呈現不甚樂觀之情況。其中私人消費及投資的大幅萎縮, 此方面是受就業之不利條件以及工人及商號收益的情況所影響。另一方面博彩收益, 其他旅遊收益及貨物出口的減少, 形成外地需求增幅的放緩。故預測直至本年底, 本地生產總值之實質跌幅將為百分之三點三(表II-15)。

II.2 - 私人消費

今年上半年, 私人消費指標反映出表現差, 由於失業率的惡化(百分之四點二), 薪酬下調以及人口增長輕微(百分之一點五), 致使家庭可使用之收益有著非樂觀變動。預測私人消費增幅減弱(表II-1及2)。同樣, 依據產品種類之貨物入口之數據亦証實是年之情況。

然而, 九八年上半年, 消費物價持續下調, 消費物價指數計算之通脹率(基於九三/九四年家庭開支調查得出之消費結構)持續放緩, 錄得百分之一點七之升幅(表II-3), 為十一年來最低。

故預計一九九八年私人消費實質增長放緩至約百分之零點七。另一方面, 是年人均私人消費出現逆轉, 錄得之跌幅為百分之零點八。

II.3 - 公共消費

在一九九八年, 佔本地生產總值實質比重約百分之九點四之公共消費可能錄得百分之三之增長, 是由於人員費用及購入物品與勞務的消費項目不利因素所影響, 其實質年增長率按次序分別為百分之三點四及百分之一點八。

這現象可以整體解釋為公共行政部門之公務員的薪酬沒有改動, 而根據當局指引, 需要削減部分公共消費所致。

II.4 - 固定資產增減總額

今年上半年，鑒於建築方面投資的收縮，運輸工具及設備方面的入口劇跌，私人機構投資明顯地較往年低。

事實上，包括大型建設的樓宇及其他建築物方面的私人機構投資在一九九七年錄得百分之二十二實質跌幅。而在一九九八年的上半年依然維持該下降的趨勢儘管樓宇的建成面積有所增長（表II-7）。這個不利情況，整體上可能持續至年底，不僅是由於錄得的建築材料入口（表II-5）及水泥消耗（表II-6）減少，而地產市道的不景均導致整體表現差強人意。

如上文所述，作為測量不動產經營毛利指標之一的樓宇單位買賣數目在一九九八年的一月至六月間減少了百分之六點三（表II-8），與往年同期錄得百分之二十二點九的顯著增長相反。

唯一在上半年出現增長的部份是公共機構在建築方面的投資。其主要突出在以下方面：澳門文化中心，在離島軌與路環間的填海工程、基礎建設及污水處理廠之工程。

考慮到一九九八年上半年資本貨物入口的變動（負百分之十七點九），預測本年機械設備的投資方面有明顯的減少。同樣地，在一九九八年的上半年錄得的交通工具、主要是工業用的交通工具（負百分之二十八）的入口減少，顯現該趨勢直至一九九八年底將難以出現逆轉。

總體而言，有關公共及私人機構投資的數據顯示一九九八年的投資收縮，預測實質減少百分之六點三。

II.5 - 對外貨物及服務貿易差額

在一九九七年錄得有百分之七點七名義增長的貨物出口，由於總體亞洲經濟衰退的影響而明顯地放緩，一九九八年上半年錄得有百分之三點五名義跌幅（表II-14）。另一方面，隨著內部需求的放緩，以市場價格計算在一九九八年上半年本地向外地之購入下跌了百分之八點一。此等負增長可從所有入口貨物類別中觀察得到，例如購入資本貨物下跌（百分之十七點九）、燃料及潤滑油（下跌百分之十）、消費品（下跌百分之六點八）及原料及半製成品（下跌百分之六點六），亦相信這個情況持續到年末也不可能改變。

至於服務出口，由於一九九八年上半年的博彩收益下跌百分之六點二及入境旅客數目之表現都差強人意，旅客數目與去年同期比較下跌百分之九點五（表II-9）。

有關經水路及陸路入境旅客的人均消費，與去年同期比較，一九九八年上半年錄得升幅（表II-10）。然而，相對過往數年較高的消費水平，其對服務貿易結餘的影響並不明顯。

有關酒店業指標繼續顯示其表現並不樂觀，留宿旅客數目持續下降，一九九七年為負百分之十八點七及一九九八年首六個月為負百分之十二，亦引致入住率下降至百分之五十點六。

因此，在一九九八年根據現存數據，預測外地需求淨值會有負七點四之明顯跌幅。

整體不利之情況加劇是受到亞洲經濟衰弱的影響，預測一九九八年度之出口貨物及服務將會錄得百分之三點八的實質跌幅，而入口貨物及服務則約有百分之一點五的跌幅。

II.6 - 就業與薪酬

一九九七年十二月三十一日，常住人口為四十二萬二千人（表II-1），而一九九八年中數目為四十二萬五千一百人。對比去年同期增幅為百份之一點五。

一九九七年勞動人口約為二十萬七千一百人，錄得就業率為百分之六十五點八（表II-2），對比九六年，跌幅為零點九個百分點。

一九九八年第二季所提供的資料顯示，勞動力參與率為百分之六十五點四，較去年同期下降零點三個百分點。

一九九七年的就業人口約為二十萬零六百人。一九九八年第二季的就業人口約為二十萬零八百人，較九七年同期錄得百分之一點二的增幅。但此增幅未能舒緩勞動力市場的壓力，令失業率上升的趨勢未能逆轉。在一九九八年四月至六月期間的失業率高達百分之四點二，而去年同期錄得的失業率為百分之三點七。

按最近公佈的九八年五月至七月期間的失業率仍維持此趨勢，達百分之四點七。

按歲組分佈的就業人口結構（表II-17.1）並沒有重大的改變，但可觀察到自一九九四年起，在十四至二十四歲這一組的比重輕微減少，但同時在四十五歲及以上的組別比重則上升。

按一九九八年四月至六月期間的數據作出分析，與九七年同期比較，亦出現類似情況。

一九九八年六月所錄得的失業人口約為八千九百人（表II-17.2），其中百分之五十五的年齡界於二十五至四十四歲之間。此歲組的失業人口呈現上升趨勢，主要來自找尋新工作的失業人士。而找尋第一份工作的失業人口主要是界於十四至二十四歲的年青人。

上述情況反映出這部份的失業人口在勞動力市場找工作是越來越困難，因此，在此時加強職業培訓及指導就更為重要。

按行業分佈的就業人口顯示（表II-18.1），在一九九七年“建築及公共工程”、“銷售業、餐廳及酒店”佔總體的比重下降，反映行業的收縮。就一九九八年六月的資料分析，上述行業與去年同期比較，其比重亦下降，表示在短期內能改善的可能性減少，儘管“銷售業”佔失業人口的比重已大為減少。

“運輸及通訊”、“銀行、保險及地產”及“公眾服務、社會福利及私人服務”在一九九七年及一九九八年第二季，在就業結構中呈現出較有利的情況，但在失業人口中亦佔有較高的比重，尤其是上述最後一個行業，在一九九八年四月至六月，佔的比重高達百分之二十八點一（表II-18.2）。

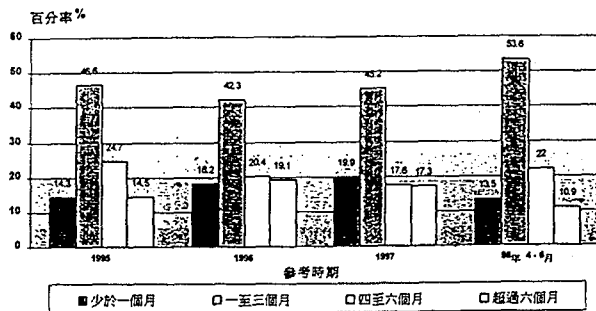
在一九九七年，“製造業”的就業人口增加百分之二，但分析一九九八年六月及去年同期，則錄得輕微跌幅，為百分之二十點四。

按失業人口過去從事的行業分析，這個行業的失業人口在一九九八年四月至六月期間，佔總失業人口的比重顯著減少。

儘管失業人口迅速增加，但“找尋工作時間長於六個月”的這組失業人口卻呈相反方向變化。在一九九八年四至

六月期間，明顯較去年同期減少。但“找尋工作時間在一至三月”的失業人口卻佔近期失業人口總數約百分之五十四（表II-19）。

按失業時期分類之失業人口之變動率



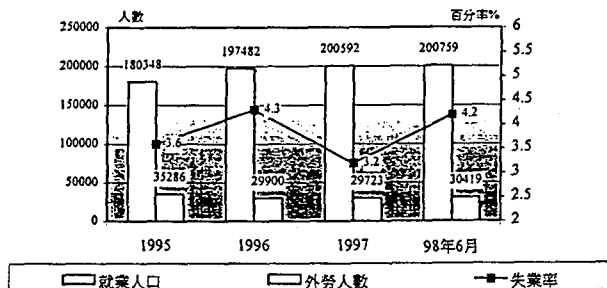
資料來源：就業調查 — 統計暨普查司（參閱始自1996年計算方法的改變）

近期所出現的趨勢，可反映令失業人士較樂觀的一面。因為若找尋工作的時間愈長，表示情況更令人憂慮。

在一九九五年至一九九七年間，“被解僱”及“暫時工作完結”呈不同的變化趨勢，前者佔失業人口的很大部份。但在一九九八年四月至六月期間，卻出現逆轉的趨勢，兩個失業原因合共所佔的比重與一九九七年同期相若。

本地區外地員工數目在一九九五年十二月曾超過三萬五千名，直至一九九七年十二月減少約百分之十六，在一定程度上反映出自一九九五年七月起限制輸入外地勞工的成效。

外勞人數和失業率之變動



資料來源：就業調查 — 統計暨普查司（參閱始自1996年計算方法的改變）
保安部隊 — 統計資料（期末數值）

在一九九八年七月三十一日，外地員工數目相等於三萬零五百四十二名，顯示自本年頭開始，這類員工逐步增加，原因是彈性放寬“紡織業”和“成衣業”可僱用外地員工。

失業率和外地員工數目之間不存有直接關係。正如以“製造業”為例，該行業的失業率已下降，証實彈性輸入勞工政策的重要，如果能有效地控制，可伸延到其他有需要的行業，同時，要正確地利用本地的潛在勞動力，以減少因失業而引起的社會經濟後果。

每月平均薪酬中位數的估計，自一九九四年開始，增長明顯減慢，在一九九七年增加約百分之六（表II-20）。但是，最近的數值顯示出一個不太理想的情況，一九九八年四月至六月的數值較去年同期減少百分之一點七。

概括而言，這正反映出本地正在經濟放緩期，幾乎各行業的員工收入均減少，影響到消費品的需求。

表 II - 1

居住人口

		在12月31日			在6月30日	
		1995	1996	1997	1997(*)	1998
居住人口	10³	415,0	415,9	422,0	418,9	425,1
實質增長	%	2,8	0,2	1,5	0,9	1,5
男性	10³	199,4	200,1	202,9	201,5	203,8
女性	10³	215,6	215,7	219,1	217,4	221,3
年齡分配結構						
少於14歲	%	25,2	25,3	24,9	25,1	24,4
由15歲至64歲	%	67,6	67,2	67,5	67,4	67,9
65歲或以上	%	7,2	7,5	7,6	7,5	7,7

註：(*)調整數值。
資料來源：人口統計 — 統計暨普查司。

表 II - 2

就業、失業及就業不足率

百分比類別	1995	1996	1997	四月至六月 (%)	
				1997	1998
就業率	65,3	66,7	65,8	65,7	65,4
男性	78,3	79,4	78,3	78,3	77,6
女性	53,7	55,4	54,8	54,6	54,7
失業率	3,6	4,3	3,2	3,7	4,2
就業不足率	2,6	1,2	0,8	0,9	1,6

資料來源：就業調查 — 統計暨普查司。

表 II - 3

消費物價總指數
(同期比較)

物品及服務組	權數 (a)	1995	1996	1997	1997 (%)	
					上半年	上半年
總指數 (b)	75,5	8,6	4,8	3,5	3,9	1,7
糧食及不含酒精飲品	31,3	8,1	4,5	3,6	3,7	2,6
衣服	5,7	12,5	6,2	1,6	2,7	1,6
維修及住屋開支	5,8	6,5	5,5	6,9	7,0	3,0
煙酒	1,4	2,8	5,0	0,4	0,4	3,1
住屋	4,1	7,1	2,4	0,9	1,1	0,8
醫療衛生	1,8	16,9	5,9	2,5	3,1	1,9
交通及通訊	10,1	6,7	1,4	1,5	2,3	-2,7
教育、文化及消閒	9,2	10,0	7,7	6,5	7,6	4,3
其他物品及服務	6,0	8,2	5,9	1,8	2,5	-2,3

(a) 93/94年家庭開支調查結果的權數。

(b) 租金除外。

資料來源：消費物價指數。以1995/96為基年。
統計暨普查司。

表 II - 4

私人用之輕型私家車

	1995	1996	1997	1997 (%)	1998
				上半年	上半年
數目	3,647	5,310	4,378	2,170	1,995
同期比較 (%)	-30,7	45,6	-17,6	-15,1	-8,1

資料來源：統計暨普查司。

表 II-5

建築材料入口

	1997 澳門幣千元計	與同期比較之變動(%)				
		1995	1996	1997 上半年	1997 上半年	1998 上半年
水泥	126.600	-30,3	27,7	-26,0	-33,5	-51,7
石灰	125.560	-30,4	27,9	-26,4	-34,2	-51,1
其他	1.040	18,8	-19,7	118,0	254,0	-96,2
鋼筋	83.024	-56,0	-18,3	-8,0	-0,6	-28,3
磚	1.311	32,4	-76,6	137,1	175,5	-26,4
瓷磚及瓦磚	38.199	31,7	-34,3	-26,3	-17,7	-29,8
浴室設備	12.021	-8,4	15,9	-10,6	29,9	-52,5

資料來源：建築業統計。
統計暨普查局。

表 II-6

本地水泥之消耗

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
噸	311.007	238.778	196.145	101.999	65.458
同期比較(%)	-31,8	-23,2	-17,9	-19,3	-35,8

資料來源：建築業統計。
統計暨普查局。

表 II-7

按用途分類之新動工樓宇和落成樓宇

	1997	與同期比較之變動(%)				
		1996	1997	1997 上半年	1998 上半年	
按用途分類之新動工樓宇建築總面積(平方米)	853.251	-52,0	12,5	9,6	19,6	
住宅	701.467	-9,1	6,8	2,0	34,8	
商業及寫字樓	53.310	-90,8	-27,1	-16,3	-33,8	
工業及其他用途	98.475	-54,5	241,3	605,1	-26,2	
按用途分類之新動工樓宇總數(單位)	7.684	-34,4	-6,9	-15,8	-10,9	
住宅	7.358	2,4	-3,5	-11,8	-6,9	
商業及寫字樓	314	-88,0	-49,9	-45,4	-58,1	
工業及其他用途	12	-9,1	20,0	133,3	-14,3	
按用途分類之落成樓宇建築總面積(平方米)	1.149.961	56,3	-39,7	-57,8	62,6	
住宅	757.379	146,5	-53,5	-77,0	199,1	
商業及寫字樓	339.956	-52,7	45,6	33,4	-62,2	
工業及其他用途	52.626	-32,3	18,2	24,5	35,6	
按用途分類之落成樓宇單位總數(單位)	9.096	78,8	-46,1	-67,9	104,7	
住宅	6.622	158,6	-57,7	-83,3	291,6	
商業及寫字樓	2.459	-64,5	108,0	92,5	-63,5	
工業及其他用途	15	-66,7	7,1	-18,2	-33,3	

資料來源：建築業統計。
統計暨普查局。

表 II-8

按物業轉移稅統計之樓宇分層單位買賣
(以用途分類)

	1997	與同期比較之變動(%)				
		1995	1996	1997 上半年	1997 上半年	1998 上半年
樓宇單位買賣價值(澳門幣千元計)						
總數	7.510.694	-8,8	13,0	3,9	0,5	-11,1
新樓	5.113.762	-19,1	43,7	7,9	4,4	-12,8
住宅	4.050.225	-30,1	61,8	24,4	10,6	-7,0
商業	938.930	7,4	10,5	-29,6	-17,0	-34,7
樓宇單位買賣(數目)						
總數	14.304	0,2	-19,8	24,9	21,9	-6,3
新樓	9.514	-11,4	-8,4	36,4	39,3	-14,0
住宅	8.780	-22,6	2,3	55,6	53,5	-12,4
商業	636	41,6	-33,3	-46,4	-40,2	-33,3

資料來源：建築業統計。
統計暨普查局。

表 II-9

按國籍統計經海路、陸路入境之旅客

	1997 人數	與同期比較之變動(%)				
		1995	1996	1997 上半年	1997 上半年	1998 上半年
旅客總數	7.000.370	-1,0	5,1	-14,1	-4,7	-9,5
1. 旅客人數(經海路)	4.838.576	-1,1	0,9	-19,9	-9,6	-11,3
1.1 香港	3.398.535	-4,2	-6,8	-17,0	-15,6	6,2
1.2 日本	258.305	10,0	24,0	-45,6	-18,4	-64,9
1.3 台灣	155.400	11,6	20,8	-30,9	20,0	-70,7
1.4 中國	385.142	20,8	48,0	-9,1	40,9	-12,9
1.5 其他	641.194	2,6	10,9	-22,0	-1,7	-45,8
2. 旅客人數(經陸路)	1.624.585	-1,5	-1,7	-4,5	-2,8	-2,0
2.1 香港	972.454	-18,8	-10,5	-10,3	-10,3	0,0
2.2 日本	25.053	7,2	-3,3	-19,6	-14,8	-23,8
2.3 台灣	344.277	9,7	190,0	40,7	73,7	-6,5
2.4 中國	129.331	3.208,2	-32,0	-25,6	-40,4	40,2
2.5 其他	153.470	-2,3	13,9	-8,2	7,3	-31,3
3. 旅客人數(經空路)	537.209	77,9	1.151,9	31,4	75,3	-15,0
3.1 直升機	23.977	-2,3	13,2	18,1	39,1	-11,9
3.2 機場	513.232	-	2.539,7	32,0	77,3	-15,1

* 自1994年開始，經海路入境之旅客包括外港和十四號碼頭。

資料來源：旅遊業統計。
統計暨普查局。

表 II-10

經海路和陸路入境旅客之人均消費

	1997 (澳門幣)	與同期比較之變動 (%)				
		1995	1996	1997 上半年	1997 上半年	1998 (a) 上半年
經海路旅客						
1. 旅客人均消費總數	980.3	20.4	16.4	-23.0	-35.8	8.2
1.1 - 消費 (不包括購物)	793.9	4.8	26.0	-18.4	-31.8	10.2
- 住宿	227.7	12.1	29.7	-30.8	-37.6	18.0
- 飲食	326.6	0.8	28.0	-16.7	-31.9	-2.3
- 交通、娛樂及其他	239.6	2.6	18.7	-5.1	-24.8	20.6
1.2 購物消費	186.4	87.8	-6.7	-37.9	-49.0	-0.8
經陸路旅客						
2. 旅客人均消費總數	2,373.8	-	-22.4	31.4	-13.7	30.5
2.1 - 消費 (不包括購物)	1,098.9	-	-10.4	64.0	54.2	-4.7
- 住宿	504.0	-	3.9	861.5*	810.0*	-20.3
- 飲食	496.9	-	-8.2	-2.0	-6.0	3.2
- 交通、娛樂及其他	98.0	-	-24.8	-6.1	-26.7	40.2
2.2 購物消費	1,274.9	-	-28.1	12.2	-45.6	77.5

* 自1997年一月份開始，按照世界旅遊協會在旅遊業統計中關於旅客消費的建議，經陸路入境旅客之住宿消費包括在中國預付的費用。

(a) 臨時數據

資料來源：旅客消費調查。
統計暨普查局。

表 II-11

酒店業指標

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
入住率 (%)					
總數	57.0	60.8	50.2	55.2	50.6
酒店 - 總數	60.1	64.1	52.1	57.4	52.4
- 五星和四星級酒店	63.5	68.7	52.1	58.1	53.6
- 三星級酒店	63.8	67.8	63.3	67.8	61.7
住客數目增長率 (%)	11.4	8.8	-18.7	-5.6	-11.6
香港居民	3.1	-1.2	-32.9	-28.3	3.3
留宿時期 (晚)					
香港居民 (晚)	1.3	1.3	1.3	1.3	1.4
香港居民 (晚)	1.2	1.2	1.3	1.3	1.4

資料來源：旅遊業統計。
統計暨普查局。

表 II-12

經海路和空路之住客及旅客比率

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
香港	26.5	28.2	22.4	23.1	22.7
日本	21.1	22.2	28.2	27.2	24.2
台灣	38.8	33.8	31.8	33.5	28.6
南韓	23.6	43.3	55.5	60.7	26.5
東南亞 (1)	23.0	25.1	25.2	25.8	17.0
歐洲	14.4	17.6	18.5	15.2	21.4
美國/加拿大	12.0	14.5	15.0	14.0	14.4
澳洲/新西蘭	16.9	19.2	16.9	16.6	13.6

(1) 菲律賓、印尼、馬來西亞、星加坡和泰國
資料來源：旅遊業統計。
統計暨普查局。

表 II-13

旅業設施 (*)

	1997 數目	與同期比較之變動 (%)				
		1995	1996	1997 上半年	1997 上半年	1998 上半年
房間						
總數	9,051	2.8	-1.3	6.7	4.5	-0.6
酒店	8,324	2.7	-1.5	7.8	5.4	-0.2
五星和四星級酒店	5,046	5.1	-2.5	21.5	16.6	1.8
三星級酒店	2,185	-0.2	1.4	-11.3	-11.3	-4.6
服務員工						
總數	7,323	-0.2	0.1	-0.7	0.2	-3.8
酒店	7,143	3.0	0.0	-0.5	0.3	-3.6
五星和四星級酒店	4,916	5.7	0.0	8.3	9.6	-2.3
三星級酒店	1,803	-0.6	1.0	-18.1	-18.0	-6.7

(*) 基於期末所搜集資料計算。
資料來源：旅遊業統計。
統計暨普查局。

表 II-14

貨物和服務出入口結餘

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 (*) 上半年
貨物出口, 離岸價	15,915,329	15,898,466	17,129,171	7,791,637	7,521,583
貨物入口, 到岸價	18,229,332	17,298,023	17,969,482	8,972,517	8,555,129
貿易結餘	-2,314,003	-1,399,557	-840,311	-1,180,880	-1,033,546
服務出口	25,095,622	25,802,092	24,985,366	12,318,899	11,482,947
服務入口	2,391,237	2,633,200	3,254,017	1,580,925	1,706,802
服務結餘	22,704,385	23,168,892	21,731,349	10,737,974	9,776,146
貨物和服務結餘	20,390,382	21,769,335	20,891,038	9,557,094	8,742,599

註：入口貨物之估價是經過轉入境而來登記的貨物作出調整，此等數值是按照來源及用途平衡之分析所計算的。

(*) 基於1998年8月31日可使用資料作出之估算。

資料來源：1982—1997年本地生產總值估算。
統計暨普查局。

表 II-15

本地生產總值
實質增長率

開支主要項目	1995	1996	1997	1998(p)
私人消費	3.2	4.1	3.1	0.7
公共消費	6.6	4.0	3.0	3.0
固定資產增減總額	-9.0	-25.3	1.7	-6.3
貨物及服務出口	5.1	0.5	-1.4	-3.8
貨物及服務入口	-2.1	-7.8	0.8	-1.5
本地生產總值	3.6	-0.5	-0.1	-3.3
內部需求	-2.4	-7.3	2.2	-1.3
外地需求淨值(*)	21.3	15.6	-4.6	-7.4
整體需求	1.5	-3.1	0.2	-2.7

(p) 以1998年8月31日的資料所作之預測。
 註：(*) 貨物及服務出口減貨物及服務入口。
 資料來源：1982—1997本地生產總值估算。
 統計暨普查局。

表 II-16

本地生產總值
不變價格計算的開支結構

開支主要項目	1995	1996	1997	1998(p)
私人消費	32.9	34.4	35.6	37.0
公共消費	8.2	8.6	8.9	9.4
固定資產增減總額	28.1	21.1	21.5	20.8
貨物及服務出口	84.1	84.9	83.9	83.4
貨物及服務入口	54.2	50.2	50.7	51.6
本地生產總值	100.0	100.0	100.0	100.0
內部需求	70.1	65.3	66.8	68.2
外地需求淨值(*)	29.9	34.7	33.2	31.8
整體需求	154.2	150.2	150.7	151.6

(p) 以1998年8月31日的資料所作之預測。
 註：(*) 貨物及服務出口減貨物及服務入口。
 資料來源：1982—1997本地生產總值估算。
 統計暨普查局。

表 II-17

按年齡組別分類之就業及失業人口結構

17.1 就業人口

年齡組別	1995	1996	1997	1997年4-6月	1998年4-6月
總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	14.5	13.1	11.5	11.7	11.2
二十五至四十四歲	63.9	65.0	65.1	65.1	64.2
四十五至六十四歲	19.9	20.1	21.8	21.6	22.7
超過六十五歲	1.7	1.8	1.6	1.6	1.9

17.2 失業人口

失業人口	1995	1996	1997	1997年4-6月	1998年4-6月
失業人口總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	24.6	21.8	29.4	28.7	21.9
二十五至四十四歲	58.3	59.3	50.3	51.7	55.0
四十五歲及以上	17.2	18.9	20.3	19.7	23.1
初次尋找工作之失業人口	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	100.0	74.9	94.3	84.7	77.0
二十五至四十四歲	0.0	23.2	5.7	15.3	23.0
四十五歲及以上	0.0	1.9	0.0	0.0	0.0
尋找工作之失業人口	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	20.5	17.6	23.0	26.2	19.2
二十五至四十四歲	61.4	62.1	54.7	53.2	56.5
四十五歲及以上	18.1	20.3	22.3	20.6	24.3

資料來源：統計暨普查局就業調查——參閱始自1996年計算方法之改變。

表 II-18

按行業分類之就業及失業人口結構

18.1 就業人口

行業分類 (一個位澳門行業分類)	1995	1996	1997	1997年4-6月	1998年4-6月
總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
3. 製造業	21.8	20.6	20.7	20.6	20.4
4. 電力、氣體及自來水	0.8	0.7	0.8	0.8	0.6
5. 建造及公共工程	9.5	7.5	7.2	7.5	5.9
6. 銷售業、餐廳及酒店	25.6	27.5	26.5	27.1	26.9
7. 交通、貨倉及通訊	5.8	6.3	6.7	6.6	7.3
8. 銀行、保險及地產	6.1	6.6	6.8	6.6	7.0
9. 公眾服務、社會及私人服務	30.0	30.6	31.1	30.4	31.7
其他行業	0.4	0.3	0.2	0.4	0.2

18.2 按失業前之行業分類之尋找新工作之失業人口

行業分類 (一個位澳門行業分類)	1995	1996	1997	1997年4-6月	1998年4-6月
總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
3. 製造業	36.5	25.0	21.6	24.9	18.3
5. 建造及公共工程	21.8	15.1	12.0	10.1	12.2
6. 銷售業、餐廳及酒店	17.7	28.2	35.4	36.3	31.2
7. 交通、貨倉及通訊	0.6	4.3	6.3	6.0	7.2
8. 銀行、保險及地產	4.1	5.2	5.4	2.5	3.0
9. 公眾服務、社會及私人服務	18.4	21.9	19.0	20.2	28.1
其他行業	0.9	0.0	0.3	0.0	0.0

資料來源：統計暨普查局就業調查——參閱始自1996年計算方法之改變。

表 II-19

按失業動機及時期分類之失業人口結構變化

失業人口	1995	1996	1997	1997年4-6月	1998年4-6月
按動機分類之失業人口	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
解僱	14.8	22.2	31.8	41.7	30.3
條件不滿意	20.7	15.0	17.2	13.7	18.0
臨時工作終止	32.4	28.2	16.4	14.3	24.7
私人或家庭理由	15.3	18.4	17.2	17.2	9.3
其他	16.8	16.2	17.4	13.1	17.7
按時期分類之失業人口	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
少於一個月	14.3	18.2	19.9	18.1	13.5
一至三個月	46.6	42.3	45.2	45.7	53.6
四至六個月	24.7	20.4	17.6	17.0	22.0
超過六個月	14.5	19.1	17.3	19.2	10.9

資料來源：統計暨普查局就業調查——參閱始自1996年計算方法之改變。

表 II-20

名義平均薪酬及收益

單位：澳門幣

月薪中位數 (所有行業) ⁽¹⁾	1996	1997	1997年4-6月*	1998年4-6月*
	4,925	5,240	5,286	5,196
平均收益 ⁽²⁾	96年第四季	97年第四季	97年第一季	98年第一季
紡織成衣業				
工作薪酬 — 總數	4,603	4,482	4,012	3,929
本地居民	5,830	6,557	5,924	5,618
非本地居民	3,220	3,167	2,770	2,890
製衣業				
工作薪酬 — 總數	4,367	4,582	4,320	4,026
本地居民	4,803	5,127	4,945	4,501
非本地居民	3,673	3,731	3,327	3,266
玩具業				
工作薪酬 — 總數	3,055	3,398	3,096	3,752
本地居民	5,199	6,967	6,114	7,251
非本地居民	2,532	2,382	2,399	2,647
酒店業				
工作薪酬 — 總數	6,938	6,975	7,621	6,253
本地居民	7,657	7,733	8,458	7,063
非本地居民	5,460	5,348	5,982	4,742
建築及公共工程 ⁽³⁾				
工作薪酬 — 總數	268	270	268	265
專業	291	292	291	286
沒有分類	178	177	181	181

*臨時數值

資料來源：統計暨普查司 — (1) 就業調查 — 參照自1996年計算方法的改變。

(2) 人力資源及薪酬調查。

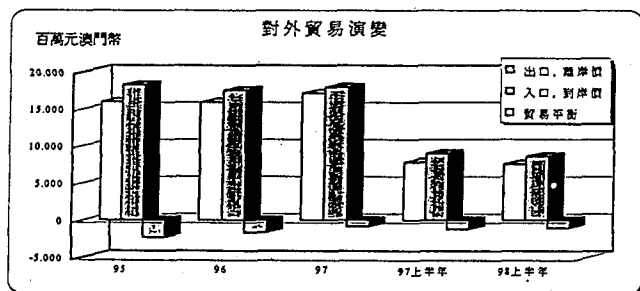
(3) 建築及公共工程行業中是指“平均、日計及名義工資”。

附註：自1997年第一季起，在人力資源及薪酬調查範疇內，製造業不包括少於20人之場所。

III - 對外商品貿易

III.1. - 總體演變

在一九九八年上半年，本地區對外商品貿易之特點是出口進展不理想（負百分之三點五）¹，但下跌仍低於入口之跌幅（負百分之四點七）。因而能對貿易結餘作出正面影響，同時錄得逆差數值減少（由澳門幣十一億八千一百萬減至十億三仟三佰萬），而與去年同期比較，覆蓋率微升一個百分點（由百分之八十七升至百分之八十八）。



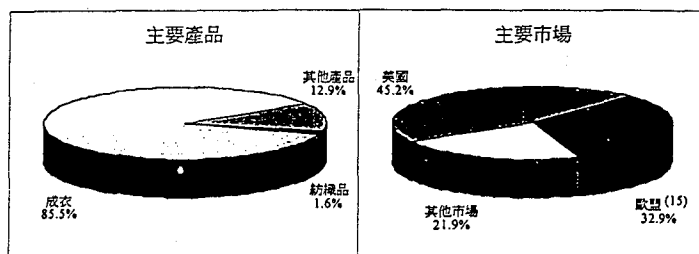
資料來源：經濟司研究廳；根據統計暨普查司對PIB之估值作為計算基礎。

紡織品及成衣出口佔本澳總出口百分之八十三。而在本地產品出口方面之集中程度更為顯著佔百分之八十七。

¹ 對外商品貿易整體分析是根據統計暨普查司 (DSEC) 為評估內部生產毛額 (PIB) 對出、入口數字進行調整數字。

文中所指之增長率及下降率，其變化百分率係根據同期之名義數值計算。

本地區之主要市場在外部需求表現出各有差異，出現了歐盟比重下降（佔百分之三十二），而美國仍然是本澳最為重要之市場（佔百分之四十四）。

本地出口
一九九八年一月至六月

資料來源：經濟司研究廳；根據外貿統計數字作為計算基礎。

在九八年上半年，根據經濟司手頭上有關往兩主要限額市場之紡織品及成衣出口發展資料顯示，相對於九七年一月至六月期間之極高幅度，來自美國之外部需求增長步伐是有所減慢。相反，在同一期間，歐盟市場之需求表現強差人意，與去年同期之強勁升幅背道而馳。

III.2. - 本地出口演變

在一九九八年一月至六月期間，本地產品出口減少百分之四點一，主要是基於往歐洲聯盟之紡織品及成衣出口大幅下降（負百分之十七點一），而銷售往美國之增長（升百分之四點九）又不足以全數抵銷。

事實上，九八年上半年本地產品出口下跌之主要可解釋原因是去年同期取得之高增長水平。更確實地說，九七年上半年，出口美國的有限額紡織品在數量上上升百分之二十及輸往歐盟上升百分之三十七。

本地紡織品及成衣出口
一九九八年一月至六月

	受限制市場				不受限制 市場	總數
	美國	歐盟（15）	其他	總數		
現行價格數值（百萬元澳門幣）						
紡織品及成衣	3,104,0	2,135,4	163,6	5,402,9	232,4	5,635,3
受限制	2,447,4	1,968,4	133,1	4,548,9	--	4,548,9
不受限制	656,6	166,9	30,5	854,0	232,4	1,086,4
與去年同期之變化百分率						
紡織品及成衣	6,3	-17,2	16,3	-4,2	-32,2	-5,8
受限制	4,3	-18,4	7,5	-6,9	--	-6,9
不受限制	14,4	0,1	81,3	12,7	-32,2	-1,3

資料來源：外貿統計數字（統計暨普查司）；經濟司研究廳。

根據一九九八年第二季度之工業及出口狀況調查結果分析顯示，對於未來六個月之成衣出口發展，有百分之六十三的被訪公司認為將有輕微升幅，以及有百分之三預測有強勁增長。另外，訂單情況顯示最為有利的市場仍然是美國和歐盟。

歐盟在實行第二階段（一九九八年至二零零一年）開放紡織品市場下，有二十三個大類的產品自由化，其中有九個大類在本年一月至八月期間錄得有輕微的出口，約佔本澳紡織品出口歐盟總數量的百分之一，以及只包括有限額產品的一個大類（類別十九 - 手帕）。與此同時，這個大類在九七年和本年一月至八月期間是沒有出口，所以這個大類對本澳與歐盟之間的紡織品貿易是沒有任何意義的。

同樣地，美國市場在這階段中只包括本澳有限額產品的一個大類（類別.四五九 - 其他毛織成衣），但出口數值很少。

“產地來源規則技術委員會”即將通過一項新的規定，就是統一來源制度，所有會員國（地區）必須貫徹實行。現今全球最大的兩大紡織品及成衣入口市場（美國和歐盟）對其所需產品入口所實施的來源規定有不同的要求，在統一來源規定後，必然會對出口美國或歐盟的本澳生產商在改變其生產模式方面遇到極大的困難，從而阻礙了本地紡織品及成衣出口的正常發展，這是本地生產商將會面對的重大問題。

值得一提的是，自去年中在東南亞發生金融風暴後，現今這些國家的經濟情況有所改善，其紡織品及成衣在價格偏低的情況下應利於出口發展。但是，兩大入口市場的入口商對其政局、經濟狀況、產品質量、貨期之交收等問題還存有憂慮，所以至今其出口還未有突破性的發展，當其經濟狀況趨向穩定，及各大入口商對其生產產品完全恢復信心時，必然給本澳紡織品及成衣出口帶來極大的壓力。

至於無限額的成衣產品，九八年上半年也錄得名義下跌百分之一點三。

玩具及電子產品在本地產品出口結構中現時共佔百分之一點一之比重，這兩類產品出口下跌也相當顯著。而電子產品出口下跌幅度最為突出，與去年同期比較下降達百分之四十二。

鞋類現時只佔本澳出口結構比重中的二點八。而該產品幾乎在美國市場中消失，本期間錄得輸往歐盟市場上升百分之十四，該市場吸納了總銷售額約百分之八十。

III.3. - 再出口之演變

在一九九八年上半年，再出口只佔本地總出口的百分之十四，同時錄得微升百分之零點二。可是，本澳兩大市場表現分歧：往中國的再出口量減少百分之六點四，而香港方面則錄得百分之一點八的增長。

相對去年同期，再出口微升是基於越南市場需求的強烈升幅所致。正因如此，對於該市場，糧食、飲品及煙草產品方面的強勁升幅可以抵消其他大類產品再出口之下跌。

III.4. - 入口之演變

與去年上半年比較，九八年上半年本地區入口總值有所減少，達百分之四點七。相反，九七年同期錄得入口名義升幅為百分之六點三。

幾乎所有經濟大類物品在入口方面均有所下跌：原材料及半製成品（減少百分之三），其他消費品（減少百分之五），資本性物品（減少百分之十八）和燃料及潤滑劑（減少百分之十）。唯獨是糧食、飲品及煙草產品入口方面錄得百分之四的升幅，而這類入口貨物，有部分亦成為再出口之貨物。

以供應市場劃分，在原材料及半製成品和資本性物品的入口負面發展因素影響下，九八年上半年向美國、歐盟、香港和日本之購買均顯著下跌（分別下跌百分之十七、十九、十七及二十二）。相反，向中國購買之貨值名義上升百分之四，是受到紡織原料入口增加所支持，對於台灣方面之購買亦錄得百分之五的升幅。

表 III - 1

澳門對外貿統計數據

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
出口，離岸價	15,915.3	15,898.5	17,129.2	7,791.6	7,521.6
入口，到岸價	18,237.2	17,298.0	17,969.5	8,972.5	8,555.1
貿易平衡	-2,321.9	-1,399.5	-840.3	-1,180.9	-1,033.5
貿易平衡 / PIB (%)	-3.9	-2.4	-1.4	n.d.	n.d.
覆蓋系數 (%)	87.3	91.9	95.3	86.8	87.9
數量變化率 (%)					
出口	3.0	-0.1	3.8	n.d.	n.d.
入口	-2.4	-8.7	-0.7	n.d.	n.d.

n.d. 代表 “沒有提供”。

資料來源：統計暨普查局；根據外貿資料以作出之PIB估值（統計數字經修改及再以1989年為基礎）。

表 III - 2

澳門總出口之主要市場

	數額 (百萬元) 1997	分配率 (%) 1997	平均增長 (%) 1989 - 94	同期變化 (%)				
				1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
北美	8,026.3	46.9	2.2	21.1	-4.3	21.0	17.6	5.3
美國	7,747.3	45.2	2.2	21.2	-4.2	20.8	17.0	4.6
加拿大	279.0	1.6	0.6	16.8	-6.1	24.2	34.8	20.8
歐盟 (15)	5,632.0	32.9	1.7	5.3	5.0	5.2	26.1	-13.8
亞洲及太平洋地區	3,210.8	18.7	5.4	-7.5	-8.6	-12.7	-10.3	-3.7
其中：								
香港	1,315.3	7.7	-1.3	-8.6	1.6	-21.9	-11.0	-6.6
中國	1,111.1	6.5	34.3	-12.7	-25.7	-12.3	-13.2	-7.7
日本	187.1	1.1	-19.4	3.3	4.5	-14.9	-14.4	-28.7
台灣	246.1	1.4	59.5	6.5	1.4	32.5	29.6	3.6
其他	260.1	1.5	-1.1	-21.6	15.0	14.1	16.7	3.7
總數	17,129.2	100.0	2.8	7.1	-2.2	7.7	13.1	-3.5

註：1995年及過往年度 - 確定性出口 + 再出口。

自1996年起 - 本地出口 + 再出口。

資料來源：經濟司研究廳；根據外貿統計數字作為計算基礎。

表 III - 3

本地出口及按目的地市場之分組結構
(一九九八年上半年)

	美國	歐盟 (15)	香港	中國	其他	總數	分配率 (%)
產品：							
紡織品及成衣	3,028.6	2,129.5	113.0	17.3	346.9	5,635.3	87.2
紡織品	16.5	0.6	64.0	13.4	11.4	105.8	1.6
成衣	3,012.1	2,128.9	49.1	4.0	335.5	5,529.5	85.5
非紡織品	227.0	278.3	130.3	20.9	172.4	828.9	12.8
玩具	13.9	19.4	1.2	0.0	6.9	41.5	0.6
電子	4.7	8.4	12.2	1.5	7.6	34.4	0.5
鞋	4.5	145.7	2.1	0.0	31.2	183.5	2.8
其他	203.8	104.8	114.8	19.3	126.7	569.5	8.8
總額	3,255.6	2,407.8	243.4	38.2	519.2	6,464.2	100.0
分配率 (%)	50.4	37.2	3.8	0.6	8.0	100.0	
與去年同期之變化百分率							
產品：							
紡織品及成衣	4.9	-17.1	-16.9	-51.2	-2.5	-5.8	
紡織品	3,151.2	43.6	-19.9	-43.1	-53.1	-17.6	
成衣	4.3	-17.1	-12.7	-67.0	1.2	-5.6	
非紡織品	1.1	20.1	-18.8	57.2	39.6	10.0	
玩具	-33.7	16.7	63.0	-85.3	6.1	-7.7	
電子	51.1	-69.6	-22.8	n.d.	-42.3	-42.3	
鞋	-13.8	13.9	-44.4	n.d.	50.5	16.5	
其他	4.4	75.7	-18.1	45.8	52.6	15.9	
總數	4.6	-14.0	-18.0	-21.7	8.3	-4.1	

n.d. 代表 “沒有提供”。

資料來源：經濟司研究廳；根據外貿統計數字作為計算基礎。

表 III - 4

澳門再出口之結構
按產品及目的地市場分類
(一九九八年上半年)

(百萬元澳門幣)					
	香港	中國	其他	總數	分配率 (%)
食物、飲品及煙草	22,2	17,0	43,6	82,8	7,8
其他消費品	24,4	51,8	21,5	87,7	9,2
原材料及半製成品	380,9	311,9	57,3	750,1	70,9
建築物料	2,0	2,8	0,1	4,8	0,5
紡織品及成衣	346,3	212,5	7,3	566,1	53,5
其他產品	32,6	96,6	50,0	179,2	16,9
燃料及潤滑劑	0,1	0,0	25,3	25,4	2,4
資本性物品	67,5	27,8	6,1	101,4	9,6
總額	495,1	408,6	153,7	1.057,4	100,0
分配率 (%)	46,8	38,6	14,5	100,0	
與去年同期之變化百分率					
食物、飲品及煙草	-26,4	-3,8	4.156,6	69,3	
其他消費品	-1,1	12,1	-38,1	-7,5	
原材料及半製成品	1,9	0,6	22,6	2,7	
建築物料	-33,2	-38,1	349,9	-35,3	
紡織品及成衣	23,1	-16,3	-23,9	3,9	
其他產品	-63,7	87,6	34,4	0,4	
燃料及潤滑劑	-74,5	-100,0	-31,4	-31,9	
資本性物品	-32,1	1,1	-2,1	-23,9	
總數	-6,4	1,8	22,5	0,2	

資料來源：外貿統計數字。

表 III - 5

澳門入口概況

	數額 (百萬元)	分配率 (%)	同期變化 (%)				
			1997	1995	1996	1997 上半年	1998 上半年
入口總值	17.969,5	100,0	-1,9	-5,1	3,9	6,3	-4,7
消費品	5.150,9	28,7	-4,1	-3,2	1,8	1,4	-1,3
食物、飲品及煙草	2.242,8	12,5	5,0	4,9	3,2	6,1	3,7
其他消費品	2.908,1	16,2	-9,2	-8,6	0,7	-1,7	-5,3
原材料及半製成品	9.867,1	54,9	-2,1	-3,0	2,9	6,0	-3,4
燃料及潤滑劑	1.070,4	6,0	5,1	21,9	5,3	10,0	-10,0
資本性物品	1.881,1	10,5	1,8	-28,6	15,4	22,2	-17,9

註：實質增長率。

資料來源：統計暨普查局；根據外貿資料以作出之PIB估價（統計數字經修改及再以1989年為基礎）。

表 III - 6

澳門入口概況
按市場分類

	分配率 (%)	同期變化 (%)				
		1997	1995	1996	1997 上半年	1998 上半年
中國	28,6	11,1	7,9	24,2	30,5	3,9
香港	25,2	-8,5	-1,5	-9,7	0,1	-16,8
歐洲聯盟 (15)	12,4	-8,4	-9,0	-6,0	3,6	-19,0
台灣	9,3	2,4	19,2	9,6	16,6	5,1
日本	8,5	-20,9	-16,4	-0,9	3,1	-21,8
美國	6,3	4,3	-22,1	11,0	-9,0	-18,6
南韓	2,6	-7,7	9,7	0,9	-9,9	5,1
新加坡	1,2	55,1	-4,6	41,9	59,6	86,1
其他國家	6,1	0,3	-3,7	4,7	2,6	-16,0
總數	100,0	-3,9	-2,1	4,2	9,0	-8,1

註：1995年及過往年度 - 確定性入口。

自1996年起 - 總入口。

資料來源：經濟司研究處；根據外貿統計數字作為計算基礎。

IV - 貨幣及匯兌發展情況

IV.1. - 整體演進

在一九九八年上半年裡，澳門貨幣方面的指數變化明顯地受到亞洲金融風暴所帶來的影響。特別是受到香港因對抗持續的投機衝擊致使港元存款利率被抬高和導致急速變化所造成的影響。

澳門幣與港元以及相對美元之間的聯系匯率制度仍然穩固地維持著。基於此，實際的匯率變化，因美元貨幣的強勢而錄得了百分之一點六的輕微升值。總體貨幣上的變化在很大程度上同樣地受到在亞洲市場上熾熱的危機因素所左右。

狹義貨幣供應量M1自一九九七年九月份起，面對利率水平的上升壓力，錄得了相應的負增長。因為利率被調高的緣故，使取得這些原無報酬的流動資金的机会成本亦有所提高。另一方面，廣義貨幣供應量M2方面，自一九九七年初起，錄到了的年度增幅低於百分之十，主要是受到在對外資產淨值的積累上出現減緩和在內部信貸增長速度減慢兩大因素的影響下所致。至於組成M2的貨幣成份中各種貨幣所佔的比重方面，澳門幣所佔的比重經過在一九九七年年底出現輕微下降之後，自今年二月份起，已保持在百分之三十點六左右。

同時，盡管在今年上半年裡，金融體系內的對外資產淨值的總額錄得了明顯的恢復情況(增加了二十七億元澳門幣)。然而，本地區的外匯儲備總額則停留在一百九十六億元澳門幣的水平上，反映出外匯淨收入有所減緩以及銀行仍偏好持有充裕的港元流動資金餘額的憂慮心態。

在同期內，向企業及私人授予信貸方面錄得了只有九億二千三百萬元的增長，相應的增幅只有百分之三點八，是歷年來最低的水平。同樣地反映了向某些經濟部門授予的信貸總額相比於一年前的情況還有所減少。在這些經濟部門之中，尤以“運輸、貨倉及通訊”業所錄得的減幅最為突出(減少了四億一千七百萬元)。其次是“電力、氣體燃料及水”方面(減少了六千四百萬元)，以及“建築及公共工程”業(減少了四千八百萬元)。相反地，在用於“商業”方面(增加了三億七千二百萬元)以及在“私人信貸用於居住用途”方面的信貸(增加了一億九千六百萬元)是記錄有銀行信貸融資增幅較大的兩大經濟部門。

自從一九九七年年中開始，整體經濟發展出現放緩跡象以來，對銀行業務量的變化方面造成了相當的打擊。總體而言，減少百分之一點八。然而，有關部門的業務回報率方面所造成的影響只在經營結果的增長節奏上有所放緩。同時，亦同樣出現生產能力有逐漸提高的徵兆。

在本地區貨幣信用機構內澳門幣的使用情況，直至一九九八年上半年為止的年度期間裡，金融票據的應用方面呈現了減退的情況(減少了五億三千九百萬元)，或許是由於銀行在向企業及私人信貸業務方面取得對比在接受澳門幣存款方面的增加有較大的增長所致。前者增加為十八億元，而後者只增加六億三千一百萬元。除此之外，部份商業銀行轉移較喜歡與澳門貨幣暨匯兌監理署進行以美圓兌澳門幣的掉期業務，而非在過去習慣的以港圓兌澳門幣的掉期業務。

IV.2. - 利率及匯率的變化

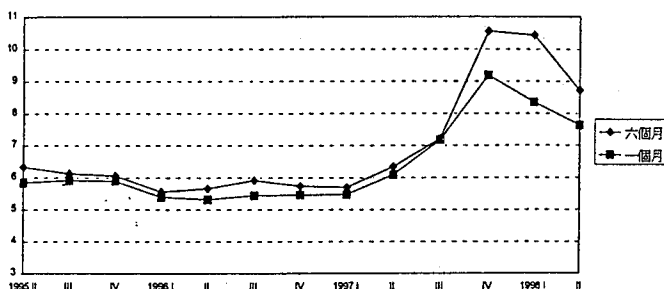
澳門貨幣匯兌制度是受制於自一九八三年起生效的匯兌制度所定的條件的限制。當時，在港元與美元以一美元兌七點八港元而建立固定的聯系匯率關係後，澳門幣亦與港元建立以一澳門圓兌零點九七七港元的固定聯系匯率。

堅決維持澳門幣與港元的聯系匯率制度的穩定是一項適當的措施，此乃構成本地區貨幣匯兌制度的基本元素。為配合這項措施，澳門幣的利率緊貼地跟隨港元利率的變化。同時，也基於注意到港元在澳門貨幣體系內所佔的成份比重相當大的原因，鄰埠特區的貨幣在澳門的貿易活動中被廣泛接受，其在貨幣總量中的成份更達到百分之五十二點四，明顯地超過了澳門幣所佔的百分之三十點六的比重。

直到一九九七年七月二日，泰國銖發生貶值當日，亞洲金融風暴的影響擴散之前，澳門幣與港元的存款利率水平是相當接近的。事實上，還包括與美國的息率亦言。但是，當震動的影響擴散至整個貨幣區域後，開始不斷地出現對港元的投機性衝擊，最終只好通過提供相對美元利率更高的息率以彌補當中的風險費用。

在這樣的情形下，澳門幣利率結果亦在充滿投機氣氛的時候達到了一個相當高的水平(在二十厘至五十厘的水平)。同時，若以平均水平而言，亦錄得了一個非常顯著的升幅。例如，一個月期限的銀行同業拆息率在一九九七年上半年時所記錄得的水平在百分之五點八。然而，在該年下半年內已升高至百分之八點二，直到一九九八年上半年，仍然企於約百分之八的水平。

澳門幣銀行同業拆息率變化 - MAIBOR
季度平均率(%)



資料來源：AMCM貨幣及外匯月報表

但是，銀行同業拆息上升的情況在非金融部門方面則沒有出現如斯波動的變化。即如在存款和信貸方面的息率就不同。

關於存款息率方面，由澳門銀行公會協調通過所訂定的息率，儲蓄存款及七天通知存款的利率，自一九九七年四月份作出調高四分之一厘，此乃基於美國“聯邦基金利率”當時作出了相同的調高幅度所致。及後，另有兩次調高息率的情況，一次是在該年十月底，另一次是在一九九八年一月份。兩次合共調高了四分之三厘。儘管如此，在三月底，基於減低港元所受的壓力的原因下，對有關利率又作出四分之一厘的下調，令到在今年上半年，儲蓄存款的息率降至百分之五，而七天通知存款的息率則為百分之七點七五。

與此同時，在借貸利率方面，亦有同樣的調整情況，主要地，自一九九七年十一月起最為明顯。在該年年終，優惠貼現率大約在百分之十點五的水平，包括在六月份曾作出調升四分之三厘的調整在內。當時，有抵押貸款利率的在百分之十一的水平，錄得了約半厘的上調幅度。及後，在三月份達到最高位水平之後，逐漸又回落了少許。在剛過去的六月份，優惠貼現率約在百分之十一的水平。而有抵押貸款利率在百分之十一點四的水平。

雖然對比於亞洲金融風暴前的情況時，維持利率的成本較前有所提高，港元與美元的聯系關係仍得已保留。所以，港元與澳門幣亦保持著依照美元與其他外幣在貨幣兌換上同一樣的變化關係。

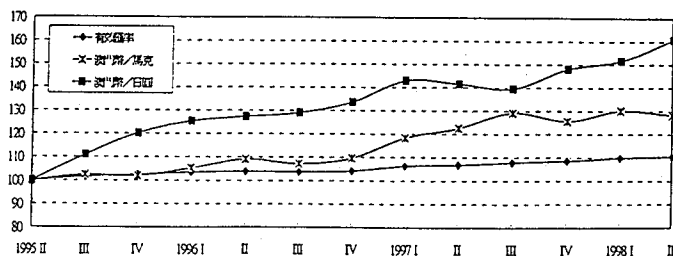
在一九九五年下半年，普遍地呈現著美元升值的氣氛。直到今年上半年，仍然存在類似的形勢。因此，澳門幣兌德國馬克時，在一九九六年升值了百分之八點一，而在一九九七年時，又升值了百分之十四點九。直到一九九八年六月，又再升值了百分之一。那麼，自一九九五年七月至今，累積的升值幅度達致百分之三十點六。若對比其他歐洲貨幣的匯兌時，亦有同樣的情形。對比日圓時，澳門幣在一九九五年時升值了百分之三點七。一九九六年時，升值了百分之十二點三。而在一九九七年時又升值了百分之十一點七。直至一九九八年六月終，再升值了百分之八點四。那麼，自一九九五年六月至今，累計的升幅竟達到百分之五十九點一。

若對比東南亞地區的貨幣時，初期該等貨幣基本上沒有大幅偏離與美元兌換的軌道。然而，在七月二日，當泰國銖爆發匯兌危機後，令澳門幣即時出現升值效應。並且馬上擴展至其他貨幣方面。

澳門幣匯率變化

季度平均值

指數100=1995年第一季



資料來源：AMCM貨幣及外匯月報表

在今年六月三十日，倘與一九九六年年底時的匯價對比，澳門幣兌換印尼盾錄得了百分之五百三十三的升水，兌馬來西亞元則升值了百分之六十五。兌泰國銖則增值了百分之六十四。兌南韓圓升值了百分之六十二。兌菲律賓披索又升值了百分之六十。另外，兌新台幣亦有百分之二十六的升值，以及兌新加坡元則有百分之二十二點二的升值。而兌換人民幣方面，澳門幣在同期間內則有百分之零點四的貶值變化。原因是中國當局以每天“固定”匯率的措施令到匯率只能在有限的幅度內波動。

總結上述匯兌上的變化結果，自一九九六年十二月至一九九八年六月三十日止，澳門幣的實際匯率，一項利用與各相關國家的商業性流通量作為衡量貨幣匯兌率的指數，呈現上升了百分之六點五。這個升值構成了一個十分顯著的變化。當考慮與其他主要貿易伙伴(香港、中國和美國)的貨幣的匯率上的關係，澳門幣仍保持相對穩定的匯價。

IV.3. - 貨幣供應量

當觀察近期貨幣總量的變化時，可以發現在狹義貨幣供應量(M1)¹的指數方面記錄了自一九九七年九月以來多番的年度負增長的數字。與此同時，廣義貨幣供應量(M2)²方面，雖然保持著正值增長率。但是，自一九九六年十二月開始，該部份的增長率由原來的雙位數增長率下降至只有一位數的增幅。

M2貨幣供應量的增長放緩必然地反映了其組成的對應部份的相關變化情況³，當中更可發現對外資產淨值(DLXs)的

¹ M1 = 流通貨幣+即期存款+儲蓄存款

² M2 = M1+通知存款+定期存款

³ $\Delta M2 = \Delta \text{對外資產淨值} + \Delta \text{內部信貸} + \Delta \text{外幣淨值}$

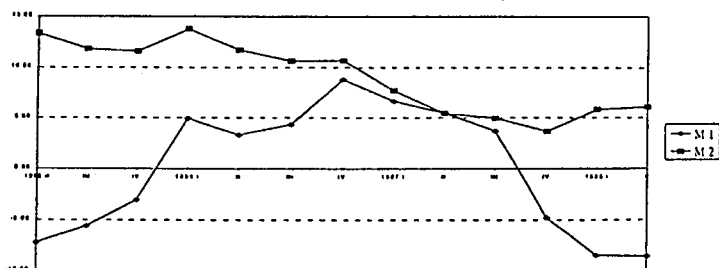
變化。從分析中能反映出由本地區經濟吸引外地資財流入的淨值的情況。在一九九七年裏，對外資產淨值並沒有出現增長。當對比在一九九六年十二月時，反而錄得了約百分之零點九的減縮。雖然在內部信貸中有百分之六點二的增幅，但最終在該段期間內使到M2的年度增長率還是受到一定的限制。

在一九九八年首六個月內，對外資產淨值錄得了較顯著的增加，相應的增幅更達到百分之十二點二（主要是受惠於出口收入總量高於入口支出之數所致）。但是，內部信貸⁴方面則出現減縮。原因包括是受向企業及私人信貸出現增長收窄（增幅只有百分之三點八）以及在公共部門存款方面錄得較明顯增強所致。由此而引致M2的年度增長率只取得由一九九七年十二月的百分之四點八，增長至在剛過去的六月底的百分之五點七。

M1貨幣供應量的變化反映了受亞洲金融風暴效應的影響比較深遠。特別是受港元面對壓力，為著擊退投機性的沖擊，而令利率調高所帶來的影響。基於這樣的情況，導致自一九九五年十二月起至一九九七年八月份，M1貨幣供應量曾經錄得正值增幅的基礎下，結果在這段日子後，開始出現一段不斷錄得負增長率的時期。在自一九九七年六月以來的一年裏，累積下降的幅度達到百分之十二。這方面的下降，反映出因利率高企而導致取得該些低回報的流通資金逐漸困難。

貨幣供應量之增長變化

年度性增幅(%) - 季度平均數



資料來源：AMCM貨幣及外匯月報表

關於貨幣總量的貨幣構成方面，我們發現在M2中澳門幣的份量原來增強的趨勢在那段期間內受到阻撓。一九九七年六月份時，澳門幣所佔的比重約百分之三十一點四，及後出現輕微的收縮，至今年六月時只有百分之三十點六的比重。對於港元所佔的比重方面，亦出現如澳門幣相若的變化。在同上所述的期間內，該貨幣所佔的比重由原來的百分之五十二點六微跌至百分之五十二點四。惟只有在“其他外幣”方面，其所佔的比重則取得了增長。由原來的百分之十六上升至百分之十七。

IV.4. - 內部信貸

內部信貸，是貨幣統計上的一項變數，當中包括向公共部門信貸淨值以及向企業及本地居民信貸總值，在剛過去的六月底時，該值為四百二十九億元澳門幣，相關的總值反映出的增長率只有百分之零點五。這低微的年度增幅與在上個月所錄得的幅度相同。並且與四月份的數字只微微地有零點二個百分點的增長，成為這項變數最少的增長值。

增長放緩的基本因素，首先是因公共部門存款出現大幅的增加，相關的增幅按在第二季度平均竟達百分之三十二。其次，是因在信貸予企業及私人方面的增長節奏呈現減慢的情況所致。而向公共部門的信貸值仍繼續為零。

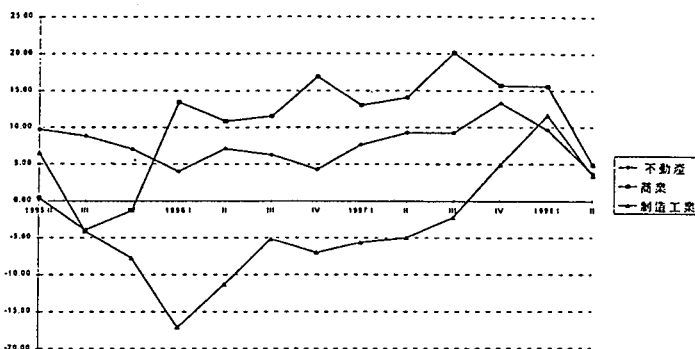
⁴ 內部信貸 = (向公共部門信貸 - 公共部門存款) + 向企業及私人信貸

雖然，公共部門存款總額在一九九七年年年初錄得過一次重大的下跌的情況。可是，因受重訂博彩專營合約後而發生了全面的逆轉。在以一九九八年六月為年度終結的期間內，公共部門的存款總額出現了大幅的增加（增加了十六億元澳門幣）。另外該部門的存款額增加中亦附帶因為一筆供澳門合作及發展基金正式運作的款項因延期轉帳的結果所致。除了上述的原因外，還有另一項顯而易見的事實，就是本地區執行預算時，在一九九八年上半年暫時獲得了一筆大約六億元澳門幣的盈餘。自然地，這筆款項亦對公共部門的存款總額的增加有著正面的作用。

關於向本地居民信貸業務方面，在六月份錄得的變化率只有百分之三點八。原因包括在經濟上再度出現新一輪放緩現象的影響所致。

向企業及私人信貸

年度性增減幅度(%)



資料來源：AMCM貨幣及外匯月報表

在各個經濟部門中，信貸需求有較明顯收縮的情況的幾大部門包括有“運輸、貨倉及通訊”業，該類業務的信貸餘額低於四億一千七百萬元（對比一年前的情況減少了百分之四十點五）。“電力、氣體燃料及水”方面的信貸餘額亦少於六千四百萬元（減幅為百分之五點一）以及“建築及公共工程”方面也減少了四千八百萬元（減幅為百分之零點五）。

另一方面，信貸需求增加較明顯的部門包括有“商業”部門，年度的信貸增長總值達到三億七千三百萬元澳門幣（增幅為百分之四點九），而在“私人信貸用於居住用途”方面亦增加了一億九千六百萬元（增幅為百分之五點七），在後者的信貸業務方面其增長的部份原因是由於本地區政府推行一項自置物業利息補貼優惠制度所致。

錄得了較適度增長的其他經濟部門則有“製造工業”，（增幅為百分之三點四）以及“餐廳、酒樓、酒店及有關行業”（增幅為百分之一點四）。在製造工業部門內值得強調的有以下一些分部門，即如在“糧食及飲品”（增加百分之二十五），“紙及出版業”（增加百分之十八點五），“製衣”（增加百分之十四點四）以及“機器、電器及電子製品”（增加了百分之十一點二）。

儘管如此，信貸結構上並未出現較顯著的改變。“供私人自置物業”方面的信貸比重仍以百分之二十四點三佔在首位。其次是“建築及公共工程”佔百分之十八點三，“商業”方面佔百分之十四點一，“製造工業”佔百分之八點四以及“私人信貸用於其他用途”方面佔百分之七點四。

至於信貸所使用的貨幣方面，在以六月份為止的年度期間內，可以發現澳門幣所佔的部份有所增加，達到百分之二十七點二（增長率為百分之二點八），而以“其他貨幣”方面亦有所增加，達到百分之八點四（增幅為百分之一點五），相對在以港元為信貸貨幣方面，則有所減少，現在佔有的比重為百分之六十四點四（降幅為百分之四點二）。

IV.5. - 對外財經關係

自一九九五年以來，對外資產淨值的增長速度有所放緩。在一九九七年，以年度計算，錄得減縮了約三億八千七百萬元澳門幣。但是，在今年的首六個月內，卻呈現了較明朗的恢復跡象。所錄得的平均升幅達到百分之十一點八。如以絕對值而言，對外資產淨值增加了二十七億元澳門幣，總值達到了四百五十五億元。

在對外資產淨值的成份中，影響整體表現最深遠的成份是商業銀行體系所持的對外資產淨值。在一九九七年內，記錄了百分之五點九的下跌。但是，在一九九八年上半年卻取得了百分之十九點七的平均漲幅。

澳門貨幣暨匯兌監理署所持的對外資產淨值，雖然仍處於自一九九五年年中以來略有增長的發展階段中，保持著年度正增長的記錄。然而，在一九九八年上半年的平均增幅仍未能冲破百分之三。可是，在一九九七年，曾經錄得的增幅則為百分之五點三。因此，在本年度上半年，屬於該署的對外資產淨值，一般而言相等於外匯儲備之數，為一百九十六億元澳門幣，又或者約等於整個體系的對外資產淨值的百分之四十三點一。

在一九九七年以及在今年的上半年裡，均在貿易結餘方面錄得了改善。但同時，在服務結餘方面則出現減退的跡象。因此，在貨物及勞務的綜合結餘方面，當對比一九九六年時，一九九七年的剩餘減少了百分之四（減少約八億七千八百萬元）以及倘對比一九九七年上半年的情況時，在一九九八年上半年錄得的減少幅度為百分之十一點三（減少了八億一千四百萬元）。在一九九七年與一九九六年同期比較時，於轉移、收入及資本帳結餘上的赤字記錄了加重百分之十九點四（增加三十五億元澳門幣）。然而，以一九九八年首半年與去年同期比照時，在該項下的赤字則錄得約百分之五十點三的減縮（減少六十一億元）。上述兩者相關變化的結果將會對在一九九七至九八年度的對外資產淨值的增長情況有所影響。

IV.6. - 其他金融機構的活動

a) 銀行業活動的變化

在本地區經營的信用機構的交易總額，資產總值減去內部及調整帳及其他帳項後之餘額，在截至今年六月底為期的年度內，記錄有百分之一點八的跌幅，這是與目前整體經濟活力不足的情況是相適應的。

導致呈現上述變化的主要原因是基於對外資產方面有了百分之三點五的收縮，這部份資產反映出約百分之五十四的銀行投資總額。另外，在向企業及私人信貸方面亦展現了增長放緩的情形。這方面所錄得的年度增幅只有百分之三點八。而這項下總額表示銀行交易總額中的百分之三十三點四。

在對外投資方面，相應銀行資產而言錄得了減退（減幅為百分之四十二）以及在金融投資上則錄得了約百分之九點三的減縮。然而，在對外信貸上取得百分之六點二的擴張，惟亦只能對該項下的總值作出一小部份的彌補。

有關餘下的資產帳項在去年的發展情況，值得強調的是，在金融票據的投資應用上有所減少（收縮了百分之四點六），展示出澳門幣的流通資金方面呈現輕微的下降跡象。同時，在銀行固定資產方面則錄得了百分之十四點六的增長，雖然在目前的經濟形勢下，銀行在這方面擴大投入，有力地證明了他們有意繼續增強在這部門的投資的勢頭。

在資源方面，儘管在本地居民存款業務上錄得了四十一億元澳門幣的增加（增幅約為百分之五點五）以及在公共部門存款方面方有七億八千九百萬元的增加（增幅為百分之四十一點七），兩者合共起來相等於有百分之五十五的增幅。同時，還加上在自有資本上及結餘項下記有四億八千五百萬元的增多（增幅為百分之十三點七）。但是，在對外負債方面卻錄得有七十五億元的減少（減幅達百分之十二點二），特別是在銀行方面（減幅為百分之十三點七），因此，最終令投資總值結果出現減少的情況。

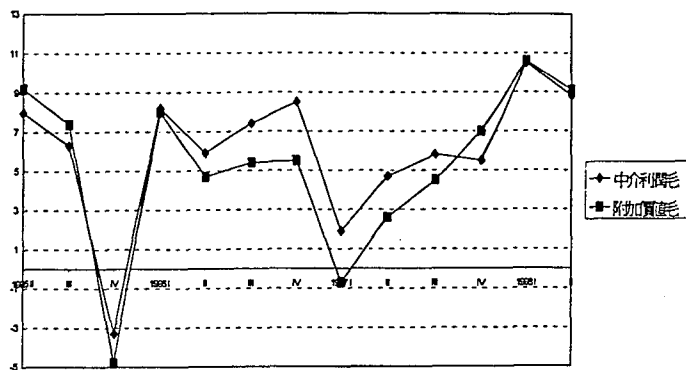
利息差額方面，即信貸業務收益與支付予銀行以外資源利息報酬的差額，直至今年上半年已有百分之十點九的增長率，反映出自四年前有該項指數統計以來最低的增長率。這樣的結果，一方面是基於信貸活動的降溫，以及另一方面，因銀行同業拆息市場的信貸利率高企所帶來的部份影響所致。

除此之外，中介利潤毛額，即除了利息差額以外，同樣包括從銀行服務、匯兌業務、證券投資以及其他方面的所得總額，錄得了百分之八點八的增長，增幅較之一年前增幅百分之四點七的記錄為佳，反映了信用機構在面對不太理想的經濟形勢下仍可保持理想的適應能力和創收能力。

最後，值得指出的是本部門所產生的附加價值毛額。在剛過去的六月底，錄得了相當於百分之九點一的增長率，展示了自一九九七年三月錄得的這方面的經濟數據至今，該方面的指數仍處於持續增長的階段中。然而，在同一期間的就業增長率，據估計不會超過百分之五點五。由此可推斷出這部門的生產能力正有提高的現象。

銀行業參考指數

年度性增減幅度(%)



資料來源：AMCM貨幣及外匯月報表

b) 銀行同業市場

在澳門經營的銀行在本地銀行同業市場內的活動，在一九九八年上半年與一九九七年同期間的比較，整體應用在銀行同業間的交易資金總值減少了。同時，在與澳門貨幣暨匯兌監理署進行金融票據交易的投資總額亦有輕微的減少。與此相反的，在涉及與澳門貨幣暨匯兌監理署進行的貨幣掉期業務的總額卻有一定的增加。通過有關的業務，銀行向該署分出外幣以此擴大銀行所持澳門幣流通資金的數額。

在上一年度至一九九八年六月底為止的期間內，商業銀行之間的已實現的投資／應用總值減少了百分之二十七點二。這方面的減退，若以百分率而言，是在所有投資形式中跌幅最大的，儘管相關的款項一貫以來都是較微量的（在一九九八年六月，該項下款項只是資產總值的百分之零點七）。

有關金融票據方面，雖然在一九九八年首半年與去年同期比較中，平均餘額方面錄得了百分之四點六的減幅，但是，金額仍達到一百一十億元澳門幣（約是資產總值的百分之七點六），正好表示該類作為吸納體系內過剩的澳門幣流動資金的工具依然有著一定的吸引力。原因是，銀行向企業和私人的澳門幣信貸增長了百分之十五點五（相等於十八億元澳門幣），而這種貨幣的總存款額只增加了百分之三（相等於六億八千一百萬元）。這樣，有助於改善長期以來澳門幣流動資金過剩的情況。

同時，由於澳門幣過剩的流動資金減少了，促使銀行更多地參與掉期業務。雖然該類業務的交易筆數只由原來的四十二筆增加至四十六筆，但是，從涉及的金額中所見，在半年度內，每月平均金額結餘卻達到了五億五千一百萬元澳門幣（增幅達百分之七百四十六）。另外，平均合約期間亦由原先的十八點六天延長至三十二點二天。還需強調的是，自從一九九七年年中開始，掉期業務中大部份合約是以美元兌澳門幣為主。過去這方面的合約幾乎只有以港元兌澳門幣的業務。

表 IV - 1
利率
1995 - 1998年上半年
(期末數字)

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
港幣貸款優惠利率	9,00	8,50	9,50	8,75	10,00
澳門幣存款利率*	3,75	3,50	4,50	3,75	5,00

註：* 由澳門銀行公會厘定之利率。

資料來源：Datastream on line information services及澳門金融管理局。

表 IV - 2
澳門幣匯率
1995 - 1998年上半年
(期末之匯率)

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
(每100元外幣兌澳門幣)					
葡萄牙比拉	5,1	5,1	4,4	4,5	4,3
美元	796,5	796,8	798,2	798,2	798,0
德國馬克	553,9	512,6	446,0	459,0	441,5
日元	7,7	6,9	6,1	7,0	5,7
英鎊	1,234,9	1,347,6	1,323,0	1,328,7	1,330,9
法國法郎	162,3	152,0	133,3	136,0	131,7
新加坡元	563,1	569,2	476,1	558,4	467,0
台幣 (a)	29,2	29,0	24,5	28,7	23,1
人民幣	95,8	96,0	96,4	96,3	96,4
南韓圓	1,0	1,0	0,5	0,9	0,6

註：(a) 無官方報價之貨幣。

資料來源：澳門金融管理局。

表 IV - 3
港幣及澳門幣兌換率指標
1995 - 1998年上半年
(期末月份之每月平均值)

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
(指數, 基數 = 1983年10月24-28日為100)					
澳門幣					
總體指數 (入口+出口)	106,0	107,7	112,9	109,9	114,6
指數 - 入口	120,6	123,3	130,2	124,3	133,7
指數 - 出口	95,3	96,3	100,3	99,2	101,0
港幣					
總體指數	122,5	125,0	136,6	121,4	138,6

註：指數上升(下降)表示貨幣升值(貶值)。

資料來源：澳門金融管理局。

表 IV - 4

金融綜合概況

1995 - 1998年上半年

(期末金額)

	1994	1995	1996	1997 上半年	1998 上半年
(單位為百萬元)					
對外淨資產	39.256,6	43.206,7	42.820,1	40.527,1	45.474,8
同期變化(%)	20,5	10,1	-0,9	-0,2	12,2
對外資產	66.241,6	105.626,3	105.998,5	102.283,6	99.705,7
對外負債	32.685,4	62.419,6	63.178,4	61.756,4	54.230,9
內部信貸	37.241,0	39.003,3	41.437,8	42.683,1	42.885,4
同期變化(%)	7,9	4,7	6,2	6,9	6,9
公共信貸	-4.407,4	-5.408,1	-7.371,3	-5.233,6	-6.847,3
商業及私人信貸	41.648,4	44.411,4	48.809,6	47.916,7	49.732,7
同期變化(%)	4,9	6,6	9,9	8,9	3,8
貨幣供應 M2	69.284,4	74.744,3	78.353,8	76.194,6	80.574,9
同期變化(%)	13,5	7,9	4,8	4,7	5,7
貨幣供應 M1	19.010,5	20.438,3	18.953,1	20.398,5	17.941,1
同期變化(%)	1,1	7,5	7,3	6,2	-12,0
流通貨幣	1.280,3	1.426,7	1.518,3	1.512,1	1.521,2
現金存款	17.730,2	19.011,5	17.434,8	18.886,3	16.419,9
準備貨幣	50.273,9	54.306,0	59.400,7	55.796,1	62.633,7
儲項	7.213,2	7.465,8	5.904,1	7.015,6	7.785,3

註：期末絕對值。

與往年同期比較之變動(%)。

表 IV - 5

貨幣供應

1995 - 1998年上半年

(期末金額)

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
(變化年率)					
貨幣供應 M1	1,1	7,5	-7,3	6,2	-12,0
流通貨幣	6,9	11,4	6,4	14,0	0,6
支票存款	8,7	12,5	-15,6	4,0	-17,4
儲蓄存款	-1,6	5,6	-5,9	6,1	-11,8
準備貨幣	19,1	8,0	9,4	4,1	12,3
定期存款	19,0	7,9	9,3	4,1	11,9
通知存款	28,8	23,4	21,0	8,2	51,3
貨幣供應 M2	13,5	7,9	4,8	4,7	5,7

資料來源：澳門金融管理局。

表 IV - 6

貨幣供應結構 - 按貨幣分類

1995 - 1998年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1997	1997 上半年	1998 上半年
(%)					
貨幣供應 M1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
澳門幣	38,5	42,5	43,7	42,5	45,3
港幣	51,3	47,6	45,3	46,3	43,9
外幣	10,2	9,9	11,1	11,2	10,8
貨幣供應 M2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
澳門幣	29,0	30,5	30,9	31,4	30,6
港幣	56,3	54,9	53,1	52,6	52,4
外幣	14,7	14,5	16,1	16,0	17,0

資料來源：澳門金融管理局。

表 IV - 7

居民存款結構 - 按存款方式分類
1995 - 1998 年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1996	1997	1998
				上半年	上半年
總存款	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
支票存款	6,3	5,9	4,9	5,7	4,2
儲蓄存款	19,9	19,6	17,6	19,8	16,5
通知存款	0,7	0,8	0,9	0,7	1,0
定期存款	73,1	73,7	76,6	73,9	78,3

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 8

銀行系統給予商業機構及私人之貸款及墊支

1995 - 1998 年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1996	1997	1998
				上半年	上半年
貸款及墊支	4,7	12,2	11,3	8,7	3,6
透支	4,8	1,2	-1,2	2,0	0,3
其他貸款及墊支	4,7	13,8	13,0	9,6	4,0
三個月內	13,4	77,5	69,8	-6,4	23,2
三至六個月	-9,8	67,9	6,6	12,8	-6,0
六至十二個月	41,3	-66,6	25,6	8,9	-7,7
一至兩年	-8,8	46,0	-14,8	49,3	-19,1
兩年以上	0,2	2,9	-0,1	11,6	3,9

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 9

商業機構及私人貸款 - 按貨幣分類

1995 - 1998 年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1997	1997	1998
				上半年	上半年
商業機構及私人貸款	4,9	6,6	9,9	8,9	3,8
澳門幣	22,9	11,8	9,5	9,0	15,5
港幣	2,3	9,0	11,0	11,7	-2,6
外幣	-12,0	20,9	1,9	-12,9	25,9
貸款及墊支	4,7	12,2	9,9	8,7	3,6
澳門幣	23,8	11,8	9,7	9,0	15,3
港幣	2,4	12,9	10,6	11,6	-2,9
外幣	-22,3	6,7	3,1	-16,8	30,2
L/C及類似工具	9,4	-73,2	13,9	21,7	8,7
澳門幣	-71,4	1,325,0	-36,8	1,183,3	16,9
港幣	1,4	-74,2	41,6	19,5	19,2
外幣	17,0	-72,8	6,9	21,6	0,8
財務投資	-12,8	6,8	-0,4	3,9	29,8
澳門幣	-12,3	6,8	-0,4	6,1	29,9
港幣	-84,6	6,8	0,0	0,0	0,0
外幣	-	-	-	-100,0	-

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 10

向各行業之信貸分類

1995 - 1998 年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1997	1997	1998
				上半年	上半年
農業及漁業	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
開採業	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
加工業	9,7	8,5	8,1	8,4	8,4
食品及飲品	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
成衣紡織	3,7	3,4	3,2	3,2	3,5
其他紡織製品	0,8	1,0	0,9	1,1	0,7
皮革用品	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
木製品及傢俱	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
陶瓷	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
紙張、工藝品及刊物	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
玩具	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
機器、電力及電子物料	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
人造花	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
其他無指定工業	3,5	2,6	2,6	2,7	2,8
電力、汽油及自來水	3,3	3,1	2,6	2,6	2,4
建造業及公共設施	19,8	17,3	18,5	19,0	18,3
商業	14,5	15,9	16,7	15,9	16,1
餐廳、酒店及類似設施	4,0	4,2	3,9	3,8	3,8
運輸、倉庫及通訊	2,2	2,4	1,8	2,2	1,2
非金融系統內之財務機構	0,5	0,1	0,0	0,1	0,0
其他信貸	46,0	48,5	48,4	47,9	49,8
私人 - 住宅	22,9	24,5	24,6	23,5	24,3
私人 - 其他用途	8,0	7,8	7,4	7,2	7,4
其他	15,1	16,2	16,4	17,1	18,1
總貸款	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
總貸款 (百萬澳門幣)	41.472,3	44.223,4	48.622,4	47.729,3	49.489,4

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 11

非金融性活動之差額結構

1995 - 1998 年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1997	1997	1998
				上半年	上半年
1. 貨物出口 (離岸價)	15.915	15.898	17.129	7.792	7.522
2. 貨物入口 (到岸價)	18.237	17.298	17.969	8.973	8.555
3. 貿易差額 [1 - 2] (1)	-2.322	1.400	-840	-1.181	-1.034
4. 出口勞務	25.096	25.802	24.985	12.319	11.483
5. 入口勞務	2.391	2.633	3.254	1.581	1.707
6. 勞務差額 [4 - 5] (1)	22.704	23.169	21.731	10.738	9.776
7. 貿易及勞務差額 [3+6]	20.390	21.769	20.891	9.557	8.743
8. 轉移、收入及資金差額 (2)	-13.717	-17.819	-21.278	-12.237	6.088
9. 非金融性活動差額 [7+8]	6.673	3.950	-387	-2.680	2.655
10. 對外淨備變化	6.673	3.950	-387	-2.680	2.655

註：(1) 根據 P/B 之估值 (統計暨審計司)。

(2) 包括差額、遺漏及押匯活動。

資料來源：統計暨審計司；澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 12

金融工具 - 金融票據及掉期

1995 - 1998 年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1997	1997	1998
				上半年	上半年
金融票據					
買賣次數	4865	5107	4921	2234	2234
交易金額	198.612,5	165.405,5	174.859,5	74.817,5	74.817,5
期末結算額	11.252,0	11.207,0	10.942,5	11.964,5	11.964,5
掉期					
操作次數	118	102	94	42	46
交易金額	2.101,3	1.539,9	2.782,4	710,9	2.560,0
期末結算額	35,0	55,9	621,0	27,0	567,0

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 13

銀行體系指數

1995 - 1998年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1997	(年率變化)	
				1997 上半年	1998 上半年
業務量	12,0	29,5	4,1	31,2	-1,8
利率差	58,1	15,3	14,7	26,7	10,9
銀行投資	19,1	39,4	5,9	37,6	-1,0
第三者資源	11,8	30,7	3,7	32,9	-2,4
參予活動毛利	-3,3	8,5	5,5	4,7	8,8
增值毛額	-4,8	5,5	7,0	2,6	9,1

資料來源：澳門金融管理局。

表 IV - 14

銀行業市場 - 商業銀行

1995 - 1998年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1996	(單位為百萬元)	
				1997 上半年	1998 上半年
其他金融機構負債	3.545,8	1.271,1	2.509,5	1.400,8	1.019,6
澳門幣	1.177,0	368,1	750,2	446,6	342,0
港幣	1.057,0	648,9	787,3	728,4	415,7
外幣	1.311,7	254,0	972,0	225,8	261,9
其他金融機構負債	3.545,8	1.271,1	2.509,5	1.400,8	1.019,6
七日內	630,8	391,0	607,3	552,8	383,7
八日至一個月	719,9	94,6	1.009,8	220,5	126,1
一個月至三個月	1.185,1	336,9	406,8	204,4	108,5
三個月以上	1.010,0	448,6	485,6	423,3	401,2

資料來源：澳門金融管理局。

表 IV - 15

澳門銀行業內之離岸業務比重

1995 - 1998年上半年

(期末數字)

	1995	1996	1997	(單位為百萬元)	
				1996 上半年	1998 上半年
離岸業務 (a)	31.478,8	61.258,4	60.557,5	28.209,8	52.915,0
總資產	109.908,0	147.073,6	153.615,0	108.985,0	147.030,3
離岸業務比重 (%) (b)	28,6	41,7	39,4	25,9	36,0

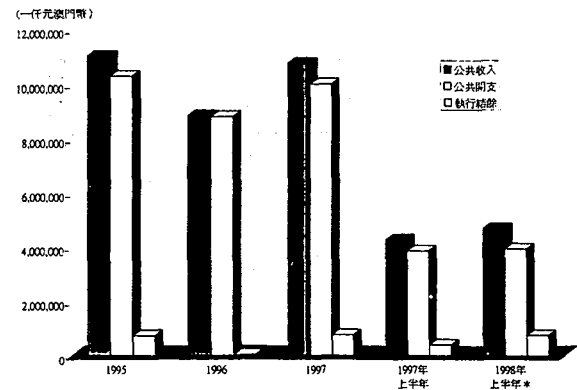
註：(a) 離岸業務 = $\sum MIN(Dr_i, Rr_i)$
 Dr_i = 對外資產
 Rr_i = 對外負債
 (b) 比重 (%) = 離岸業務 / 總資產

資料來源：澳門金融管理局。

V - 公共財務及政府投資計劃及發展開支

V.1. 本地區公共帳目之演變

A. 介紹

預算執行
一九九五至一九九八年上半年

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳

在分析完表V中的公共帳目(中央行政)之數據後,顯示在一九九五至一九九八年上半年間“公共收入”是大於“公共支出”的總數,尤其顯著的是在一九九五及一九九七年(經已結束的年度),反映在前幾個經濟年度使用結餘的入帳情況。而在此分析年度,“經常性收入”亦較“經常性開支”為高,另外在一九九七年及一九九八年上半年之“經常性收入”總數也同樣比“公共開支”為高。

由一九九六至一九九七年,是特別受八月四日之法令第31/97/M號核准之預算修定所影響,引述該條文的節錄為“修改及增定博彩專營權合約及修改賽馬專營合約”,以及“有必要反映對於澳門國際機場有限公司(CAM)之借款”,以“澳門地區提供之保證在財務上之演變”,令到“經常性收入”及“經常性開支”組別有一個較突出的變化。

用一九九八年上半年之數據與一九九七年同期的數值相比,在首六個月之預算結餘,包括“自治機構及基金帳目”,為七億四仟八佰九十七萬五仟元澳門幣,與去年同期之數值相比約有百分之八十六點四的增幅。而“經常性收入”較“經常性開支”多出十億六仟九百零八萬一仟元澳門幣,在“差額”方面與去年同期相比高百分之四十六點四。此情況是由於“經常性收入”與去年同期相比錄得百分之六點七的升幅,同時在“經常性開支”中卻下跌百分之二所致。

“投資後差額”錄得的金額也同樣地較一九九七年上半年末為高,其亦是受前述變化所影響,而其內因是因為增加“投資計劃(PIDDA)”的投資開支,而其中在此期間,總計為二億九仟六佰七十七萬一仟元澳門幣,較一九九七年上半年末的支出高百分之七十五點六。

“其他收入來源”方面,由於“轉帳”一項中在絕對值上增幅最大,約為一億六仟六佰九十九萬四仟元澳門幣,而使總體升幅明顯上升約百分之一百零四點三。

在“其他用途”上錄得升幅約為百分之六點四，其雖然在“金融不動產”一項的變化較顯著，但卻由於“其他轉帳”及“公債攤還”兩項的跌幅而使之得到平衡。

在一九九八年首六個月，考慮不包括“自治機構及基金帳目”之金額，以及由於“公共收入”的增長及在“公共開支”按比例上增長較少，令“盈餘”與去年同期相比高出百分之一百點六，數字約為七億二千九百二十萬零二千元澳門幣。

受亞太區各國整體經濟的重要影響下，亦促成了澳門的一個政策選擇，在下半年，削減OGT/98之預算，總數約一億三千一百六十三萬元澳門幣，相等於接近百分之一點二的本年度預算修正數值。

公共收入

現在分析表V-2至V-7的有關數字，在這分析期內，在各個分配在“公共收入”中的主要構成份都沒有較大波動，“經常性收入”繼續成為本地區“收入”的最主要部份，而“博彩專營稅”方面的收益仍在該組別的數值中佔最大比重。

在一九九五至一九九七年這三年的數值，由一九九六到一九九七年“經常性收入”之波動情況是反映由前文所述，在八月四日之法令第31/97/M號引出的修定預算帶來的結果。

“經常性收入”中，在一九九六至一九九七年特別由於“批地溢金”的收入下降，令“物業資產收益”有一個較大跌幅，根據一些系統化數據顯示，至一九九八年七月尾，發現“批地溢金”由一九八三至一九九八年期間待收之金額約為二十五億八千四百九十七萬一千元澳門幣，佔該期間的徵收總數約百分之十七點一。而該項未徵收的金額，有接近百分之七十四點三是在一九九六至一九九八年七月期內之徵收金額。

在“非經常性收入”方面，一九九五到一九九六年的增長，主要是因為“其他財務收益”項目有變化。在一九九五年由於經六月二十六日之法令第27/95/M號核准之“預算增撥”，並以“歷年滾存”入帳，登記的數值約為二十億八千一百六十四萬元澳門幣。由一九九六到一九九七年，由預算增撥引致的變化，也是來自“歷年滾存”，並經由八月四日之法令第31/97/M號核准使用。

關於表V內“其他收入”的數字中顯示，一九九七年的“消費稅”收入較一九九六年為低，主要原因是“機動車輛稅”的獨立及加入了“各類其他收入”的項目中。

用一九九八年上半年之數據與一九九七年同期的數值相比，在一九九八年頭六個月顯示，“公共收入”不包括“自治機構及基金帳目”的收入總數達四十五億三千八百七十二萬八千元澳門幣，或為在OGT/98登記數字之百分之四十一點八，其中百分之九十五點八是源自“經常性收入”，其他則為“非經常性收入”所有。若包括“自治機構及基金帳目”收入之總數約為四十六億五千三百二十六萬六千元澳門幣。

在上述之“公共收入”兩大組別間的相對值方面，“非經常性收入”之變化最大，相比一九九七年頭六個月的數值變化為百分之

七百五十七點六，原因主要來自澳門旅遊娛樂有限公司（STDM）在興建未來之澳門文化中心開支的共同參與上。

“經常性收入”在絕對值方面變化最明顯者為“物業資產收益”及“轉帳”，而錄得的正向演變，與去年同期相比，分別為一億三千九百九十二萬七千及一億三千六百九十七萬六千元澳門幣。在負向演變方面，較主要的數值為“非耐用品出讓”組別，共減低了九百零四萬七千元澳門幣，而在“各類收費、罰款及其他處分”方面則減低了八百三十五萬三千元澳門幣。

在百分比方面錄得升幅最大者是在“轉帳”及“物業資產收益”項目上，變化率約為百分之一百六十九點八及三十點三。而負向演變中較值得注意的是“非耐用品出讓”一項，約減低了百分之三十九點九。

“非經常性收入”最大的增幅是源自“轉帳”部份，數值約為一億六千六百九十九萬四千元澳門幣，亦是與上文所述STDM在文化中心計劃的共同參與有關連。

“在支付中未扣除之款項撥回”與一九九七年上半年相比下降約百分之二十一點六。

各“自治機關”的指定收入由一九九五年起已包括入“自治機構及基金帳目”中，與一九九七年上半年相比下跌百分之九點九。

現在分析表V-3中“公共收入”各主要組別，顯示源自“專營權收入”與一九九七年首六個月相比上升了百分之六點八，亦保持它在“收入”結構中的主要性，並提供徵收收入總數之百分之六十四點六（不包括“自治機構及基金帳目”），而緊隨著的有“其他收入”、“物業及其他各類資產收益”以及“直接稅”，分別在同樣的總收入中佔百分之十三點三、十三點二及八點九。“專營稅”方面之預算執行率為百分之四十六點八，請參看表V。

在表V-4、V-5、V-6及V-7中，提供一個對有關在表V-3之“公共收入”組別中每一項目組成成份及演變之更詳細資料。

根據表V-5所示，“博彩專營稅”為“專利稅收入”中最主要之徵收收入部份，在一九九八年六月尾為其總數的百分之九十六點三，在“公共收入”總數中（不包括“自治機構及基金帳目”）則為百分之六十二點二。

在表V-6中之“物業及其他各類資產收益”方面，最突出的數字為“批地溢金”，在一九九八年上半年錄得總數為二億九千七百五十九萬五千元澳門幣，與去年同期數值相比增加約百分之七點四，而相對的比重為百分之四十九點五。佔第二位的收入是來自“其他收入”一項，它的收益包括了源自“貨幣暨匯兌監理署（AMCM）”之共同參與，約給予總數百分之四十點五，以及在比較一九九七年首六個月的數值時有一個百分之一百零九點四的明顯增長。在表V的預算執行組別中之“物業及其他各類資產收益”一項為百分之三十六點七。

在表V-6的“直接稅”方面，“職業稅”最為突出，在該等收入總數中佔百分之三十七點一，緊隨的為“物業轉移稅”，亦佔“直接稅”徵收的百分之三十三點四。

在一九九七年首六個月及以絕對值而言，“物業轉移稅”跌幅最大，約為三仟八佰二十九萬五仟元澳門幣，這事實是與不動產市場的活躍情況有關。

在表V-8“直接稅”之預算執行上，至一九九八年六月份的執行率為百分之二十七點九，其原因可歸咎在某些主要稅項的正常徵收日期，例如“所得補充稅”是在每年的下半年才徵收的。

在“所得補充稅”收入方面，一九九八年上半年與一九九七年同期相比有所增加，原因是來自此稅項覆評檔案以及結業c/v之結算。

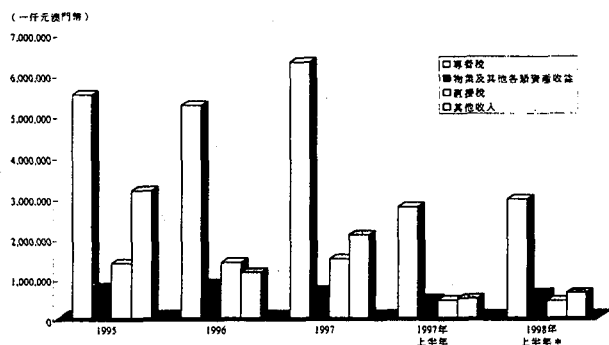
在表V-7有關“其他收入”之主要成份中，顯示“各類其他收入”數值比重最大，約為百分之四十五點一，隨後有“各類收費、罰款及其他處分”及“印花稅”，在總數中分別佔百分之二十三點四及十八點八。

“各類其他收入”組別上，比較一九九七年首六個月之入帳金額，錄得約百分之一百一十七的增幅，主要是來自一個“新基金（指定收入）”項目的成立，此乃經由五月十一日之法令第18/98/M號正式成立之“澳門合作及發展基金”有關。

在“支付中未扣除之款項撥回”一項與一九九七年同期相比下降百分之二十一點六。

在預算執行層面上之“其他收入”於總體方面為百分之三十九點八，表V-8。

公共收入結構



資料來源：財政司研究暨政策策劃處

C. 公共開支

C.1. 按經濟分類分析開支

現在我們轉到分析“公共開支”的演變上，根據表V-10至V-112中的數值顯示，自一九九五年至一九九八年上半年末，在“經常性開支”計算中最突出為“人員”及“經常性轉帳”之支出，約為總支出的百分之九十。

在一九九七年與一九九六年相比，“經常性開支”錄得一個多了百分之十八點四的顯著變化，最根本的原因是因為“經常性轉帳”及“人員開支”增加了百分之二十七及九點二。

“經常性轉帳”最主要是分配在一些“公共部門”的組織上，其比重約為百分之八十五點三，同時，“人員開支”的增加主要來自“編制人員”及“各類員工報酬”。

“非經常性開支”在一九九五到一九九六年的降幅驚人，主要可在“財務操作”一項上作解釋。在一九九五年尾之入帳數字為二十三億六仟二佰六十六萬四仟元澳門幣，在這裡約二十二億三仟一佰八十六萬四仟元澳門幣是主要給予本地區對澳門國際機場計劃這私營機構的參與投資上。在一九九五至一九九七年間甚至在一九九八年，本地區要維持其為保證人身份而給予CAM--澳門國際機場的貸款之支付調整。

比較一九九八年及一九九七年首六個月“公共開支”的演變及預算執行，在前述之表V-10至V-12及V-15上，可觀察到“公共開支”總數在一九九八年頭六個月（不包括“自治機構及基金帳目”的數值）為三十八億零九百五十二萬六仟元澳門幣，較去年同期的花費數目高百分之二，在預算執行度上則對應為百分之三十四點二，在這總數中，有百分之八十六點一為“經常性開支”，百分之十三點九則為“非經常性開支”，如包括“自治機構及基金帳目”在內，在一九九八年上半年總開支的數值為三十九億零四佰二十九萬一仟元澳門幣。

在“經常性開支”組別的“經常性轉帳”及“人員開支”分別佔總數的百分之四十六點六及四十四點七，反映的預算執行為百分之三十八點九及四十六點一。

一九九七年頭六個月在“經常性轉帳”一項數值上錄得跌幅約百分之十一點七，在“公營機構”上佔轉帳總數約百分之七十九點一，而其餘的項目，包括“私人機構”，則為百分之二十點九。

包含在“公共部門”內之“澳門特別行政區政府基金”一項，在一九九八年上半年錄得的金額為一億七仟五百五十一萬八仟元澳門幣，較一九九七年同期低百分之八點一。

面對一九九七年上半年的“人員開支”及“資產及勞務”，其數值上升幅度分別錄得百分之九點五及八點五。

“非經常性開支”方面與一九九七年同期相比升幅為百分之三十六點三，主要由於“其他投資”一項增加所致，錄得的升幅約為百分之七十四點二。

“財務運作”係包括給予本地區政府貸款攤還及由本地區作保證的貸款，例如“CAM”的貸款，顯示預算實行率相對較高，約百分之四十五。

C.2. 按組織分類分析開支

在表V-13中介紹“公共開支”的組織細分，顯示一九九七年在“行政範圍”上較一九九六年增加百分之十八點八。在整個一九九五至一九九七年期間，“一般事務”、“教育司”及“澳門保安部隊”組合約為總數的百分之七十五。

在“行政共用開支”組別的負擔，在一九九五到一九九六年注意到一個約百分之三十六點七四較明顯的降幅，減少約二十億一仟

四億三十八萬二千澳門幣，主要原因是削減“共用開支”，在一九九五年，這兒曾有一筆約二十二億三千一百八十四萬六千澳門幣有關對CAM計劃之參與投資入帳，形式已在前文敘述，以及給予同一公司一個營運津貼。

比較一九九七及一九九八年上半年之數值，“行政範圍開支”總數為二十三億九千九百零七萬一千澳門幣，與去年頭六個月相比下降百分之六點九。

在“行政範圍開支”中的“一般事務”、“教育司”及“澳門保安部隊”繼續成為三個主要的部份，分別在其總數中佔百分之二十七點一、十九點七及二十四點四。

一九九七年頭六個月最大增幅出現在“教育司”一項上，為百分之二十三點二，同時，降幅最大項目“一般事務”，則為百分之三十六點九。

“行政共用開支”支出達十四億一千三百四十五萬五千澳門幣，比去年同期入帳數字高百分之二十一點七。

“共用開支”佔總開支“行政共用開支”百分之六十二點六，與去年同期相比增加百分之十八點九。

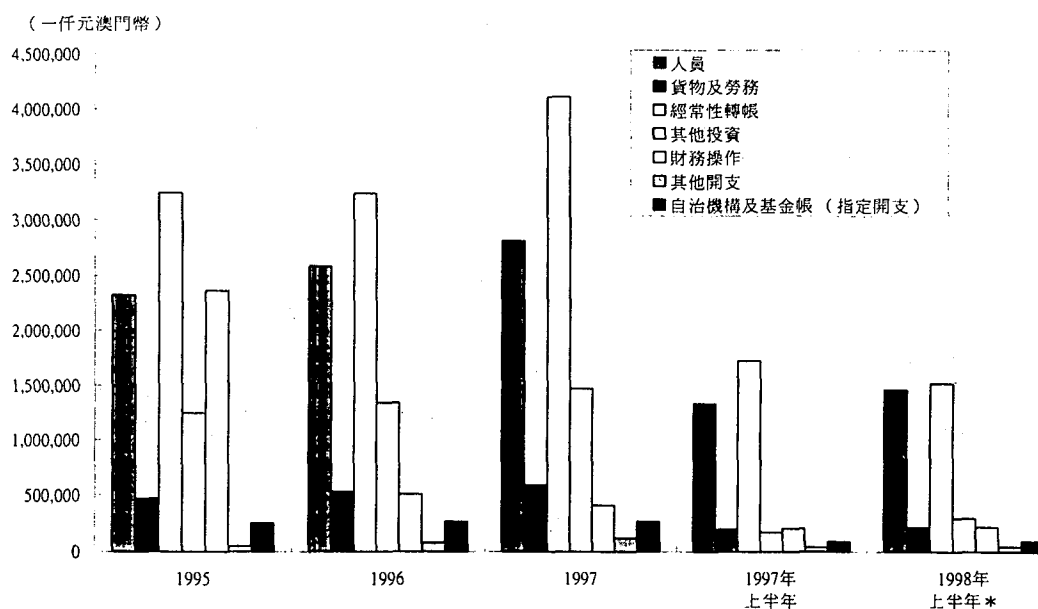
“投資計劃”佔總開支“行政共用開支”的百分之二十一，而在本年度頭六個月較去年同期入帳數值增加百分之七十五點六，執行率方面則為百分之十五點一。按照前數年的趨勢，此類開支通常會在每年的下半年加快實施的節奏。

C.2 以功能分類分析開支

表V-13的“公共開支”按功能分類顯示，（已加上“自治機構及基金帳目”總值），一九九五到一九九六年於“其他功能”組別上出現一個非常明顯的變化，支出下降了約十九億零五百九十二萬九千澳門幣，即等如減少百分之四十九點五，這情況的解釋主要來自開支項目中的“未指明的其他功能”項目上的減少。另外在一九九六到一九九七年在衛生範圍的演變上，有一個增加百分之四十五點六的變化。

直至一九九八年六月尾的數值與去年同期相比，在“其他功能”及“公共行政一般事務”部份分別在總數中佔百分之二十點二及二十三點一，而在“居屋”一項上的增幅百分比最高，約為百分之七十九點五。在絕對值而言，最大的增幅者為“公共行政一般事務”部份，約一億五千五百一十九萬三千澳門幣，同時在“衛生”部門則為跌幅最大者，在絕對值方面減低二億二千七百一十八萬八千澳門幣，在相對值方面則減低百分之四十點一。

公共開支結構



資料來源：財政司研究暨財政政策劃廳。

表 V - 1

公共帳目之演變 (中央行政)

(一仟元)

項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年*	變化 %
1. 經常性收入	8,558.189	8,446.794	10,035.133	4,075.777	4,348.080	6,7%
2. 經常性開支	6,102.804	6,518.219	7,715.311	3,345.413	3,278.999	-2,0%
3. 差額 (1-2)	2,455.385	1,928.575	2,319.821	730.364	1,069.081	46,4%
4. 投資	1,237.087	1,326.889	1,460.707	169.041	296.771	75,6%
5. 投資後差額 (3-4)	1,218.298	601.686	859.114	561.323	772.310	37,6%
6. 其他收入來源	364.871	389.713	304.993	149.414	305.186	104,3%
6.1 貸性收益	0	0	0	0	0	-
6.2 公債	0	0	0	0	0	-
6.3 資產及投資出讓	77.943	61.789	16.524	2.523	8.204	225,1%
6.4 轉帳	0	41.528	0	0	166.994	166994,0%
6.5 在支付中未扣除之款項撥回	35.204	19.193	21.100	19.707	15.451	-21,6%
6.6 自治機構及基金帳**	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%
7 = 5 + 6	1,583.169	991.399	1,164.107	710.737	1,077.496	51,6%
8. 其他用途	2,942.192	961.432	804.210	308.831	328.521	6,4%
8.1 其他投資	6.964	15.783	12.863	2.117	1.356	-36,0%
8.2 公債攤還	130.818	491.556	411.180	205.547	198.247	-3,6%
8.3 金融不動產	2,231.846	15.000	0	0	23.097	23097,0%
8.4 其他轉帳	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10,8%
8.5 自治機構及基金帳**	251.253	267.203	267.369	88.777	94.765	6,7%
9 = 7 - 8	(1,359,022)	29.967	359.897	401.906	748.975	86,4%
10. 歷年滾存	2,081.640	0	400.000	0	0	-
11. 盈餘 (9 + 10)	722.618	29.967	759.897	401.906	748.975	86,4%

註：* 臨時數值。

** 已包括指定收入及開支。

資料來源：財政司研究暨政策策劃廳。

表 V - 2

公共收入

(一仟元)

收入項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年*	變化 %
1. 經常性收入	8,558.189	8,446.794	10,035.133	4,075.777	4,348.080	6,7%
1.1 直接稅	6,716.014	6,425.614	7,590.515	3,092.108	3,088.220	-0,1%
1.2 間接稅	559.076	608.609	552.977	239.587	252.439	5,4%
1.3 各類收費、罰款及其他處分	345.555	328.808	300.877	149.550	141.197	-5,6%
1.4 產業收益	759.299	850.929	673.861	461.120	601.047	30,3%
1.5 轉帳	125.727	130.112	828.886	80.682	217.659	169,8%
1.6 耐用物品出讓	967	2.508	872	696	142	-79,6%
1.7 勞務及非耐用物品出讓	46.449	45.744	39.440	22.681	13.634	-39,9%
1.8 其他收入	5.102	54.470	47.705	29.352	33.742	15,0%
2. 資本性收入	2,194.787	122.510	437.623	22.230	190.648	757,6%
2.1 投資品出讓	77.943	61.789	16.524	2.523	8.204	225,1%
2.1 轉帳	0	41.528	0	0	166.994	166994,0%
2.3 貸性收入	0	0	0	0	0	-
2.4 償還性收入	0	0	0	0	0	-
2.5 其他資本性收入	2,081.640	0	400.000	0	0	-
2.6 在支付中未扣除之款項撥回	35.204	19.193	21.100	19.707	15.451	-21,6%
3. 小結 (1+2)	10,752.976	8,569.304	10,472.756	4,098.007	4,538.728	10,8%
4. 自治機構及基金帳**	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%
5. 收入總結 (3+4)	11,004.700	8,836.507	10,740.126	4,225.190	4,653.266	10,1%

註：* 臨時數值。

** 已包括指定收入。

資料來源：財政司研究暨政策策劃廳。

表 V - 3

公共收入之主要組成部份

(一仟元)

收入項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年*	變化 %
公共收入總額	11,004.700	8,836.507	10,740.126	4,225.190	4,653.266	10,1%
收入總額 (不包括自治機構及基金帳)	10,752.976	8,569.304	10,472.756	4,098.007	4,538.728	10,8%
專利稅	5,481.839	5,219.271	6,279.563	2,746.051	2,931.915	6,8%
產業權及其他資產之收入	759.299	850.929	673.861	461.120	601.047	30,3%
直接稅	1,358.761	1,374.369	1,463.091	422.557	403.000	-4,6%
其他收入	3,153.076	1,124.734	2,056.241	468.278	602.766	28,7%
自治機構及基金帳**	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%

註：* 臨時數值。

**已包括指定收入。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 4

專利稅收入

(一仟元)

收入項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年*	變化 %
博彩稅	5,348.671	5,081.541	6,125.264	2,664.476	2,823.316	6,0%
租金	5,221.578	4,910.881	5,969.950	2,589.476	2,579.723	-0,4%
補償金	4.392	4.832	5.315	0	0	-
溢金	121.700	121.700	149.000	74.000	74.000	0,0%
社會及福利基金	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	0,0%
經常性參與	0	1.600	0	0	1.600	1600,0%
資本性參與	0	41.528	0	0	166.994	16699,4%
C.P.S.彩票	2.296	2.105	1.601	804	882	9,7%
租金	2.296	2.105	1.601	804	882	9,7%
跑狗場	40.419	35.734	21.760	17.120	4.115	-76,0%
租金	36.196	33.670	20.690	16.198	3.818	-76,4%
溢金	2.000	0	0	0	0	-
條文第八條	2.223	2.063	1.070	923	296	-67,9%
賽馬專營事業收益	0	0	14.448	0	34.780	34780,0%
租金	0	0	13.750	0	31.373	31373,0%
補償金	0	0	0	0	0	-
溢金	0	0	0	0	0	-
彩池金額百分比	0	0	698	0	1.655	1655,0%
彩票金額百分比	0	0	0	0	0	-
馬會基金	0	0	0	0	1.752	1752,0%
即發彩票	0	10	10	10	10	0,0%
補償金	0	10	10	10	10	0,0%
角子機專營稅	586	0	0	0	0	-
政府代表薪酬	1.635	1.936	1.978	1.368	1.340	-2,0%
其他源自專營稅之指定收入	252	262	161	132	9	-93,3%
給予澳門公務員互助會之指定收入	252	262	161	132	9	-93,3%
電訊公司	69.106	78.444	90.262	44.557	45.483	2,1%
自來水公司	3.206	3.476	3.613	3.613	3.747	3,7%
電力公司	11.105	12.416	13.970	13.970	15.378	10,1%
澳門公共汽車公司	0	0	0	0	0	-
澳門新福利汽車公司	952	0	0	0	0	-
電視及廣播活動收益	0	0	0	0	0	-
澳門泊車管理專營公司	3.611	3.347	6.497	0	2.854	2854,0%
專利稅總收入	5,481.839	5,219.271	6,279.563	2,746.051	2,931.915	6,8%

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 6

直接稅收入

項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年*	變化 %
營業稅	27.127	27.180	27.155	26.044	25.509	-2.1%
鹽業稅	258.358	292.157	308.566	158.519	149.495	-5.7%
房屋稅	134.268	162.904	199.033	36.077	44.357	23.0%
所得補充稅	595.098	555.500	569.648	26.439	46.554	76.1%
遺產稅	19.392	10.931	7.443	2.771	2.672	-3.6%
物業轉移稅	324.519	325.997	344.245	172.708	134.413	-22.2%
汽車行駛稅之共同分享	0	0	7.000	0	0	
直接稅總收入	1,358.761	1,374.389	1,463.091	422.557	403.000	-4.6%

註： • 臨時數值 •

資料來源：財政司研究暨政策劃處。

其他收入之主要組成部份

项目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年 *	变化 %
印花稅	202.564	227.659	213.758	108.451	113.073	4.3%
消費稅	342.993	371.776	172.615	65.219	61.015	-6.4%
各類收費、罰款及其他處分	345.555	328.808	300.877	149.550	141.197	-5.8%
各類收費、罰款及其他處分	345.555	328.808	300.877	149.550	141.197	-5.8%
貸性收入	0	0	0	0	0	-
償還性收入	0	0	0	0	0	-
歷年留存	2,081,640	0	400,000	0	0	-
在支付中未扣除之款項回固	35.204	19.193	21.100	19.707	15.451	-21.6%
各類其他收入	145.119	177.299	947.892	125.352	272.031	117.0%
新基金(指定收入)	0	0	870.400	0	136.523	136523.0%
客運車票附加收費	8.066	7.238	8.003	3.599	3.337	-7.3%
港收公海	1.901	0	166	0	0	-
客運轉口港規收費	917	0	0	0	0	-
國防軍補給	0	0	156.457	60.950	73.674	20.8%
收回由屬國負擔之費用	2.775	3.550	8.325	5.550	2.775	-50.0%
耐用物品出售	967	2.508	872	696	142	-79.8%
勞務及非耐用物品出售	46.448	45.744	39.440	22.681	13.634	-39.8%
其他雜項零星收入	8.102	54.470	47.705	29.352	33.742	15.0%
投資物品出售	77.943	61.789	18.524	2.523	8.204	225.1%
轉帳 - 澳門貨幣兌換及匯票	0	0	0	0	0	-
其他收入總數	3,153.076	1,124.734	2,056.241	468.278	602.766	28.7%

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

公共收入之預算執行
一九九八年一月至六月

收入項目	98年預算案	98年預算案 (經修改)	收入金額 **	執行率 *
專利稅	6,269.947	6,269.947	2,931.915	46.8%
直接稅	1,445.500	1,445.500	403.000	27.9%
間接稅	549.620	549.620	251.099	45.7%
各類收費、罰款及其他處分	326.131	326.131	141.197	43.3%
物業及其他各類資產收益	1,635.920	1,635.920	601.047	36.7%
經常性轉帳	5.550	78.124	139.298	178.3%
耐用物品出讓	1.000	1.000	142	14.2%
非耐用物品出讓	49.695	49.695	13.634	27.4%
其他經常性收入	15.280	15.280	33.742	220.8%
投資品出讓	70.000	70.000	8.204	11.7%
轉帳	0	0	0	
實性收入	4.400	4.400	0	0.0%
償還性收入	0	0	0	
其他資本性收入	400.000	400.000	0	0.0%
在支付中未扣除之款項撥回	20.000	20.000	15.451	77.3%
自治機構及基金撥 ***	266.929	266.929	114.538	42.9%
總收入	11,059.973	11,132.547	4,653.266	41.8%

***已包括指定收入。

資料來源：財政司研究暨財政策劃處。

表 V - 9

自治機構及基金帳 - 指定收入

(一千元)

自治機構	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年	變化 %
海島市市政廳	15.842	16.696	17.598	7.270	7.634	5,0%
海島市賭場溢金	2.489	2.675	2.876	0	0	-
海島市發展稅	13.353	14.021	14.722	7.270	7.634	5,0%
工商業發展基金	27.140	28.948	35.998	16.196	13.349	-17,6%
來源證收費之共同分享	27.140	28.948	35.998	16.196	13.349	-17,6%
旅遊基金	103.623	112.855	101.516	55.051	49.076	-10,9%
旅遊稅	103.264	112.800	101.516	55.051	49.076	-10,9%
入場券收益百分比(賽馬)	359	55	0	0	0	-
社會工作司	1.987	3.595	4.350	1.712	2.497	45,9%
澳門幣券圖以下之派彩撥歸社會工作司	490	1.825	2.286	818	1.379	68,6%
未領取之派彩(賽馬)	1.497	1.770	1.727	894	987	10,4%
1%專營權附加租金(賽馬)	0	0	338	0	131	131,0%
司法·登記暨公證總庫	38.099	62.365	63.958	28.546	23.957	-16,1%
立契及登記服務收費共同分享	38.099	62.365	63.958	28.546	23.957	-16,1%
澳門貿易投資促進局	45.234	36.185	35.998	16.196	16.687	3,0%
來源證收費共同分享	45.234	36.185	35.998	16.196	16.687	3,0%
澳門基金會	19.645	6.409	7.887	2.158	1.290	-40,2%
海島市賭場溢金	2.489	2.675	2.876	0	0	-
即發彩票專營收益	3.500	1.125	1.625	1.042	583	-44,0%
白鴿票舖專營事業附加稅	115	105	80	40	44	9,7%
來源證·指引及准照收費共同分享	9.047	0	0	0	0	-
簽發工程准照收費	3.032	857	2.341	837	194	-76,8%
執行稽查收費	1.463	1.647	965	240	468	95,3%
體育發展基金	153	151	65	54	49	-8,5%
體育發展基金指定收入(賽狗)	153	151	65	54	49	-8,5%
指定收入總額	251.724	267.203	267.369	127.184	114.538	-9,9%

註：不包括自治機構之本身收入及開支。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V - 10

公共開支

(一千元)

項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年 *	變化 %
1. 經常性開支	6.102.804	6.518.219	7.715.311	3.345.413	3.278.999	-2,0%
1.1 人員	2.324.036	2.578.909	2.815.384	1.337.844	1.464.342	9,5%
1.2 貨物及勞務	468.367	525.876	591.010	199.208	216.062	8,5%
1.3 利息	17.559	96.357	73.908	39.774	28.491	-28,4%
1.4 經常性轉帳	3.243.386	3.237.782	4.112.575	1.729.185	1.526.328	-11,7%
1.5 其他經常性開支	49.455	79.295	122.434	39.402	43.776	11,1%
2. 資本性開支	3.928.025	2.021.117	1.997.548	389.094	530.527	36,3%
2.1 其他投資	1.244.052	1.342.672	1.473.570	171.157	298.126	74,2%
2.2 資本性轉帳	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10,8%
2.3 財務操作	2.362.664	506.556	411.180	205.547	221.344	7,7%
2.4 其他資本性開支	0	0	0	0	0	-
3. 小結(1+2)	10.030.829	8.539.337	9.712.860	3.734.507	3.809.526	2,0%
4. 自治機構及基金帳**	251.253	267.203	267.369	88.777	94.765	6,7%
5. 開支總結(3+4)	10.282.083	8.806.540	9.980.229	3.823.284	3.904.291	2,1%

註：* 臨時數值。

** 已包括指定開支。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V - 11

經常性開支之主要組成部份

(一仟元)

項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年 *	變化 %
1. 人員開支	2,324.036	2,578.909	2,815.384	1,337.844	1,464.342	9,5%
永久及固定薪酬	2,072.717	2,304.415	2,527.592	1,207.752	1,319.626	9,3%
編制人員	1,047.633	1,179.396	1,269.211	606.699	690.062	13,7%
編制外人員	347.587	333.184	344.001	166.412	180.922	8,7%
編制人員薪俸	37.041	33.752	33.290	16.343	16.478	0,8%
散位人員薪俸	231.829	230.815	238.604	122.052	111.993	-8,2%
固定及經常性獎金	107.110	120.446	135.749	60.509	66.986	10,7%
其他開支	301.517	406.822	506.737	235.737	253.185	7,4%
附帶報酬	185.622	201.012	214.661	100.899	107.654	6,7%
超時工作	30.400	34.677	39.947	17.269	19.050	10,3%
房屋津貼	86.203	90.959	96.848	47.719	49.399	3,5%
其他開支	69.020	75.376	77.865	35.911	39.204	9,2%
實物津貼	12.048	11.881	10.920	1.906	3.288	72,5%
退休員工	2.496	9.223	4.010	1.949	4.219	116,4%
退休及退役	0	0	0	0	0	-
撫恤金	0	0	0	0	0	-
其他開支	2.496	9.223	4.010	1.949	4.219	116,4%
社會福利	38.271	39.293	42.297	20.540	22.063	7,4%
負擔補償	12.882	13.086	15.903	4.798	7.494	56,2%
出差	9.970	9.131	12.025	4.266	6.732	57,8%
其他開支	2.911	3.955	3.878	531	762	43,3%
2. 資產及勞務開支	468.367	525.876	591.010	199.208	216.062	8,5%
耐用用品	28.622	33.896	30.782	7.899	7.684	-2,7%
非耐用用品	58.841	65.222	65.062	20.567	24.515	19,2%
取得服務	380.905	426.757	495.166	170.742	183.862	7,7%
3. 利息	17.559	96.357	73.908	39.774	28.491	-28,4%
4. 經常性轉帳	3,243.386	3,237.782	4,112.575	1,729.185	1,526.328	-11,7%
公營機構	2,778.343	2,747.038	3,510.585	1,502.095	1,207.892	-19,6%
私人機構	174.567	273.263	376.569	108.153	202.662	87,4%
私人	193.149	157.709	143.268	94.438	81.238	-14,0%
外地	97.327	59.773	82.152	24.500	34.536	41,0%
5. 其他經常性轉帳	49.455	79.295	122.434	39.402	43.776	11,1%
退款	31.667	44.200	64.936	16.897	24.538	45,2%
其他開支	17.789	35.095	57.498	22.505	19.238	-14,5%
經常性開支總數	6,102.804	6,518.219	7,715.311	3,345.413	3,278.999	-2,0%

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 12

資本性開支之主要組成部份

(一仟元)

項目	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年 *	變化 %
1. 其他投資	1,244.052	1,342.672	1,473.570	171.157	298.126	74.2%
土地	2.394	0	0	0	0	-
房屋	13.717	14.514	12.182	341	417	22.1%
樓宇	333.664	523.561	599.749	30.199	86.132	185.2%
街道及橋樑	156.062	86.277	89.282	1.116	13.493	1109.4%
港口	1.449	2.036	10.023	0	0	-
各類工程	426.254	372.898	346.243	49.132	114.268	132.6%
土地改良	0	0	0	0	0	-
運輸工具	2.434	13.653	7.988	1.624	513	-68.4%
機械及設備	162.941	161.031	231.699	37.719	11.901	-68.4%
其他投資	145.136	168.702	176.404	51.026	71.403	39.9%
2. 財務轉帳	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10.8%
私人機構	321.310	171.889	112.798	12.390	11.057	-10.8%
3. 財務運作	2,362.664	508.556	411.180	205.547	221.344	7.7%
投資票據	2,231.846	15.000	0	0	0	-
中長期貸款	130.818	491.556	411.180	205.547	221.344	7.7%
4. 其他資本性開支	0	0	0	0	0	-
資本性開支總額	3,928.025	2,021.117	1,997.548	389.094	530.527	36.3%

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨政策策劃處。

表 V - 13

公共開支以組織分類

(一仟元)

組織分類	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年 *	變化 %
1. 行政範圍	4,547.707	5,070.597	6,024.568	2,573.404	2,396.071	-6.9%
01- 一般事務	1,782.435	1,998.530	2,617.573	1,030.946	650.133	-36.9%
03- 行政暨公職司	114.061	116.268	112.372	41.777	47.233	13.1%
04- 華務司	0	0	0	0	0	-
05- 教育暨青年司	666.735	745.447	856.710	383.934	472.951	23.2%
07- 統計暨普查司	73.903	78.171	81.698	37.916	37.808	-0.3%
09- 財政司	95.339	100.856	113.572	47.984	54.507	13.6%
13- 高等教育輔助辦公室	0	0	0	0	575	575.0%
18- 身份證明司	25.346	30.649	32.859	13.728	15.131	10.2%
19- 經濟司	71.834	77.421	81.787	37.715	39.687	5.2%
22- 地球物理暨氣象局	21.815	25.578	28.474	12.289	14.172	15.3%
23- 旅遊司	54.890	56.858	59.923	27.596	31.056	12.5%
24- 政府新聞司	31.118	34.059	39.152	17.312	19.231	11.1%
26- 博彩監察暨協調司	36.378	42.984	47.416	21.558	24.147	12.0%
27- 海事署	87.044	93.024	99.573	44.691	48.141	7.7%
28- 澳門保安部隊	907.168	1,016.359	1,131.463	527.779	584.719	10.8%
29- 勞工暨就業司	47.424	55.173	63.578	25.089	29.001	15.6%
31- 地產繪製暨地籍司	30.111	32.652	34.279	16.084	17.300	7.6%
32- 司法警察司	70.761	81.964	93.120	41.196	45.480	10.4%
33- 公眾服務暨諮詢中心	0	0	0	0	0	-
34- 司法事務司	200.708	222.349	253.717	115.855	131.449	13.5%
35- 土地工務運輸司	98.867	107.725	110.786	50.594	49.763	-1.6%
36- 法律翻譯辦公室	25.750	30.373	34.362	15.847	17.831	12.5%
37- 體育總署	28.997	31.303	33.916	16.703	16.122	-3.5%
38- 文化司署	67.430	81.731	86.386	41.485	43.880	5.8%
39- 預防及治療藥物依賴辦公室	9.595	11.124	11.852	5.328	5.755	8.0%
2. 行政共用開支	5,483.122	3,468.740	3,688.292	1,161.103	1,413.455	21.7%
10- 公債	148.377	587.913	485.087	245.321	226.738	-7.6%
11- 退休金	2.496	9.323	4.278	2.015	4.528	124.7%
12- 共用開支	4,095.161	1,544.615	1,738.219	744.727	885.419	18.3%
40- 計劃投資	1,237.087	1,326.889	1,460.707	169.041	296.771	75.6%
3- 小結 (1 + 2)	10,030.829	8,539.337	9,712.860	3,734.507	3,809.526	2.0%
4. 自治機關及基金帳**	251.253	267.203	267.369	88.777	94.765	6.7%
5- 公共開支總結 (3 + 4)	10,282.083	8,806.540	9,980.229	3,823.284	3,904.291	2.1%

註：* 臨時數值。

** 包括指定開支。

資料來源：財政司研究暨政策策劃處。

表 V - 14

公共開支以功能分類

(—千元)

功能分類	1995	1996	1997	1997年 上半年	1998年 上半年 *	變化 %
1 - 公共行政—般事務	1,645,562	1,786,258	1,960,072	746,837	902,030	20.8%
1-01 一般行政	1,395,913	1,490,828	1,598,851	610,108	741,926	21.6%
1-02 司法秩序及治安	249,649	295,430	361,220	136,728	160,104	17.1%
2 - 公共治安	1,001,077	1,108,892	1,200,465	528,152	593,830	12.4%
2-01 總部	915,055	1,034,973	1,135,296	527,734	584,679	10.8%
2-02 警察	29,181	41,260	57,669	0	9,022	9022.0%
2-03 消防	56,810	31,440	7,477	418	128	-69.3%
2-04 民防	32	1,219	23	0	0	-
3 - 教育	707,561	822,426	968,549	415,490	467,842	12.6%
3-01 行政規律及調查	334,429	372,933	400,048	190,904	202,642	6.1%
3-02 教育	363,115	415,928	525,824	193,510	264,623	36.7%
3-03 職業培訓	10,018	33,565	42,677	31,076	576	-98.1%
4 - 衛生	836,306	969,209	1,411,144	566,817	339,629	-40.1%
4-01 行政規律及調查	810,000	924,600	1,281,454	554,167	332,500	-40.0%
4-02 醫療	15,009	25,454	83,454	2,213	1,075	-51.4%
4-03 衛生暨公共健康	11,297	19,155	46,236	10,438	6,053	-42.0%
5 - 社會福利	252,440	305,638	348,738	149,960	117,154	-21.9%
5-01 行政及規律	5,500	6,500	9,032	4,083	3,500	-14.3%
5-02 社會工作	244,444	289,815	335,428	143,862	109,127	-24.1%
5-03 退休及退役	2,496	9,323	4,278	2,015	4,528	124.7%
6 - 房屋	55,484	59,669	60,965	23,378	41,953	79.5%
6-01 行政及規律	29,441	30,768	28,884	14,328	36,610	155.5%
6-02 社會房屋	26,043	28,902	32,081	9,051	5,343	-41.0%
7 - 其他整體及社會服務	600,926	750,703	759,844	220,541	266,636	20.9%
7-01 文化	215,629	365,146	434,485	91,623	124,958	36.4%
7-02 體育及休閒	188,179	177,532	125,369	45,096	48,818	8.3%
7-03 宗教	10,210	10,781	11,948	4,900	5,013	2.3%
7-04 天文及地球物理學	59,769	48,969	32,866	12,322	14,172	15.0%
7-05 製圖	31,401	33,565	36,044	16,082	17,299	7.6%
7-06 社會傳播	47,860	56,157	55,560	25,430	27,378	7.7%
7-07 勞工事務	47,879	58,553	63,572	25,087	29,000	15.6%
8 - 經濟服務	1,332,157	1,059,105	1,072,238	271,217	386,295	42.4%
8-01 行政規律及調查	290,478	306,879	312,518	138,783	144,080	3.8%
8-03 工業	375	214	528	170	7	-95.7%
8-04 基建	101,935	108,797	107,740	7,598	37,717	396.4%
8-05 運輸	568,660	333,640	323,529	40,059	49,025	22.4%
8-06 通訊	47	61	45	17	17	0.5%
8-08 旅遊	103,371	73,412	78,202	29,443	31,994	8.7%
8-09 土地整理及環境	267,292	236,102	249,677	55,148	123,456	123.9%
9 - 其他功能	3,850,569	1,944,640	2,198,215	900,892	788,923	-12.4%
9-01 公債	148,377	587,913	485,087	245,321	226,738	-7.6%
9-02 公共轉帳	437,355	554,326	575,760	230,621	239,251	3.7%
9-03 未指明的其他功能	3,264,837	802,400	1,137,368	424,950	322,935	-24.0%
總公共開支	10,282,083	8,806,540	9,980,229	3,823,284	3,904,291	2.1%

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政政策副廳。

表 V - 15

公共開支之預算執行
一九九八年一月至六月

(一仟元)

開支項目	98年預算案	98年預算案 (經修改)	支出*	執行率**
人員	3,174,750	3,178,520	1,464,342	46.1%
貨物及勞務	652,038	651,365	216,062	33.2%
利息	60,000	60,000	28,491	47.5%
經常性轉帳	3,832,216	3,920,722	1,526,328	38.9%
其他經常性開支	638,453	551,177	43,776	7.9%
其他投資	10,416	10,388	1,356	13.0%
資本性轉帳	33,170	33,170	11,057	33.3%
財務運作	492,000	492,000	221,344	45.0%
其他資本性開支(a)	1,900,000	1,968,277	296,771	15.1%
自治機構及基金帳***	266,929	266,929	94,765	35.5%
總開支	11,059,973	11,132,547	3,904,291	35.1%

註：* 臨時數值。

** 預算執行率之百分比是用經修改的1998預算案數值作計算基礎。

*** 已包括指定開支。

(a) 投資計劃之同期 / 備用撥款數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

以執行角度來分析各項計劃，顯示投資較為緩慢，且發現在年終支付方面只達十四億六仟零八拾萬元澳門幣，比去年多一億三仟三佰八拾萬元澳門幣。

P I D D A之執行率在一九九七年為百分之七十九，數字顯示比一九九六年時稍為下降，下跌數字為百分之八十四點五。

表

年終執行及開支預算之演變

P I D D A	1993	1994	1995	1996	1997
最終撥款	1,786.3	1,500.0	1,755.5	1,570.7	1,848.9
Δ%	19.0	(16.0)	16.7	(10.5)	17.8
支付	1,606.8	1,010.9	1,238.0	1,327.0	1,460.8
Δ%	27.3	(37.1)	22.5	7.2	10.1
執行率	90.0	67.4	70.7	84.5	79.0

V.2. 公共投資演變

正如表I所示，政府投資計劃及發展開支(P I D D A)在一九九七年的最初預算撥款為十五億元澳門幣，與去年同期比較增幅為百分之六點二，同時預算之公共開支金額則上升百分之三點九。故此，P I D D A在總預算中的比重由一九九六年的百分之十三點四下降至一九九七年的百分之十二點一。

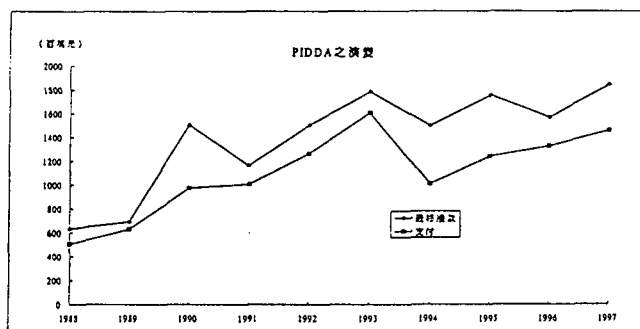


表
年初開支預算之演變

開支預算 (年初)	1993	1994	1995	1996	1997
預算案總數	金額 9,358.0	11,047.6	11,391.8	11,945.8	12,410.5
Δ%	37.9	18.1	3.1	4.9	3.9
P I D D A	金額 1,620.0	1,820.0	1,750.0	1,600.0	1,500.0
Δ%	8.0	12.3	(3.8)	(8.6)	(6.2)
預算案內PIDDA所佔比重	17.30%	16.40%	15.40%	13.40%	12.10%

在此項內比重較大的有“醫院設備”，佔五仟二佰二十萬元澳門幣。

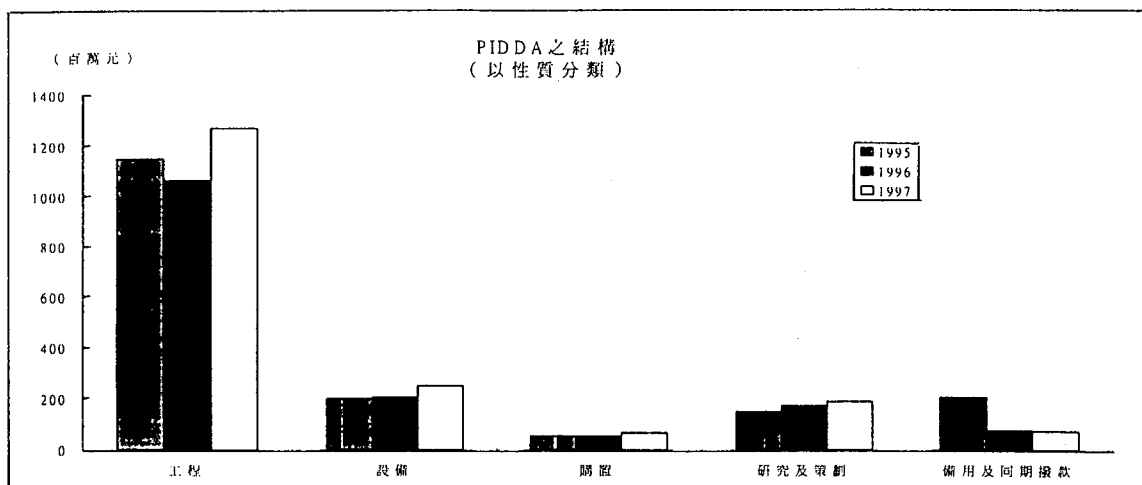
另一方面，“購置”一項在總投資中佔極少部分，在一九九七年之PIDDA中只佔百分之三點六。

上述一項中較值得注意的是屬澳門財政司之設置，其數字於一九九七年達五仟五百四十萬元澳門幣，而當中較突出的是澳門衛生司大廈設置，金額達四仟八百五十萬元澳門幣。

表

公共投資以開支性質分類

性質	1994		1995		1996		(百萬元) 1997	
	金額		金額		金額		金額	%
工程	1,000.3	66.7	1,150.1	65.5	1,064.4	67.8	1,270.2	68.7
Δ%	(28.0)		15.0		(7.5)		19.3	
設備	198.9	13.2	199.2	11.3	204.6	13.0	250.3	13.6
Δ%	(3.60)		0.2		2.7		22.3	
購置	2.5	0.2	54.4	3.1	54.2	3.5	67.0	3.6
Δ%	31.6		2,176.0		(0.4)		23.4	
研究及策劃	144.3	9.6	148.4	8.5	170.9	10.9	187.3	10.1
Δ%	(4.40)		2.8		15.2		9.5	
備用 同期撥款	154.0	10.3	203.4	11.6	76.6	4.8	74.1	4.0
總數	1,500.0	100.0	1,755.5	100.0	1,570.7	100.0	1,848.9	100.0



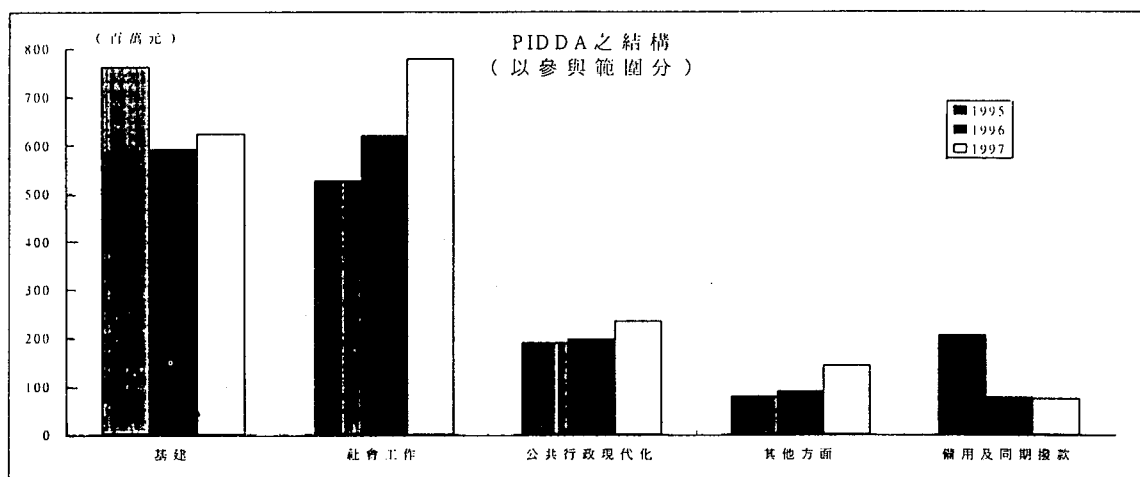
最後在“研究及計劃”一項中之比重，與去年相比約上升十點一個百分點，而在一九九七年之“計劃”中佔百分之十點九，約為一億八千七百三十萬元澳門幣，亦即比去年多一仟六佰四十萬元澳門幣。在這章目中之投資項目較值得注意的有“固體廢料的搬移、收集及清潔”及“焚化爐中心”，其執行水平分別達百分之百及百分之九十九點九。

以“參與範圍”作分析，“基建”一項在本年度於“計劃”方面之撥款金額增幅較輕微，由一九九六年之五億九千一百三十萬元澳門幣減低至一九九七年之六億二千三百二十萬元澳門幣，與去年百分之三十七點七相比只佔總投資之百分之三十三點七。(表IV)

表 IV

公共投資—按參與範圍分類

參與範圍	1994		1995		1996		1997	
	金額		金額		金額		金額	
基建	811,1	54,1	761,5	43,4	591,3	37,6	623,2	33,7
Δ%	(31,6)		6,1		(22,4)		5,4	
社會工作	347,2	23,1	524,9	29,9	619,1	39,4	777,3	42,0
Δ%	3,1		51,2		17,9		25,6	
公共行政現代化	141,0	9,4	188,0	10,7	195,4	12,4	232,7	12,6
Δ%	(17,3)		33,3		3,9		19	
其他方面	46,7	3,1	77,7	4,4	88,3	5,6	141,6	7,7
Δ%	(15,0)		66,4		13,6		60,4	
備用 同期撥款	154,0	10,3	203,4	11,6	76,6	4,9	74,1	4,0
總額	1.500,0	100,0	1.755,5	100,0	1.570,7	100,0	1.848,9	100,0



“社會工作”一項在一九九七年為最大比重者，在投資中佔百分之四十二。

在此分類內共有一百三十一項工程，其中較值得注意的工程有“澳門文化中心”及“醫院設備”。

以上若按重要性排列，“公共行政現代化”將緊隨之，在一九九七年中佔修定撥款總數之百分之十二點六。而此項中較重要的為“澳門公共機構設備之購置”。

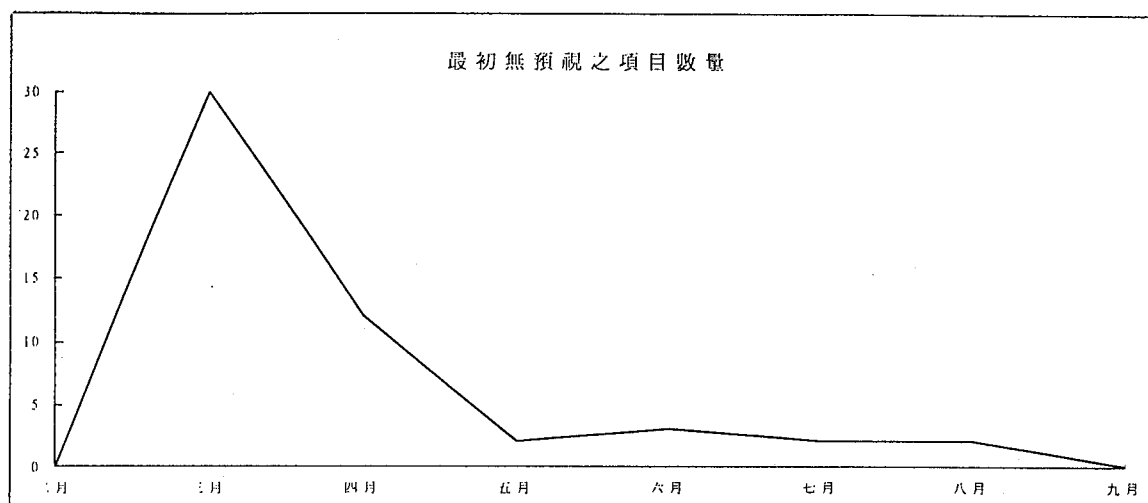
最後在“其他方面”一項，雖然在總投資中比重較少，但與去

年相比則錄得百分之六十點四之較大升幅。其中之項目大都與旅遊業有關，並以“澳門博物館”較值得注意。

V.3. P I D D A - 一九九八年之財政執行

一九九八年 P I D D A 最初撥款額為十九億元澳門幣，佔本年度地區總預算案之預測開支總數的百分之十三點六。與一九九七年初數字比較，名義升幅為百分之二十六點七。

一九九八年 P I D D A 總撥款內的五仟一百九十萬元澳門幣為備用撥款，另有五仟萬元澳門幣則為支付一系列由土地、工務暨運輸司負責計劃之同期進行的工程，餘下的十七億九仟八佰一十萬元澳門幣則分別撥往二百二十九項期初計劃之投資內。



將最初撥款以責任分類，可發現屬運輸暨工務政務司管轄的佔約百分之七十九點一，而土地工務運輸司負責的比重最為顯著，共佔六億二千六百二十萬元澳門幣及政務司辦公室本身的八億四仟一佰二十萬元澳門幣。

本年度值得留意的大型工程及其涉及金額為如下：

項目	提案部門	最初撥款	最終撥款
澳門文化中心(*)	運輸暨工務政務司	432,041,965,0	466,597,746,1
仔一路環填海及基建	運輸暨工務政務司	161,778,000,0	196,535,187,0
固體廢料搬移、收集及清潔	運輸暨工務政務司	101,132,200,0	101,133,200,0
街道美化改良	土地工務運輸司	40,148,423,0	60,380,259,5
鋪整澳門道路	土地工務運輸司	44,156,217,6	52,280,331,3
垃圾焚化爐中心	運輸及工務政務司	47,944,962,0	47,944,962,0
路環污水處理站	運輸及工務政務司	40,950,000,0	40,950,000,0

此項目現由澳門文化中心辦公室負責，納入運輸暨工務政務司之PIDDA預算內。

在本年度首三季中新增了五十五個項目，比對年初數字多出百分之二十四。

同期已入帳金額達十二億四仟一佰萬元澳門幣（佔總計劃撥款的百分之六十二點一），其中七億三千四百五十萬元澳門幣（約百分之五十九點二）已然結算。

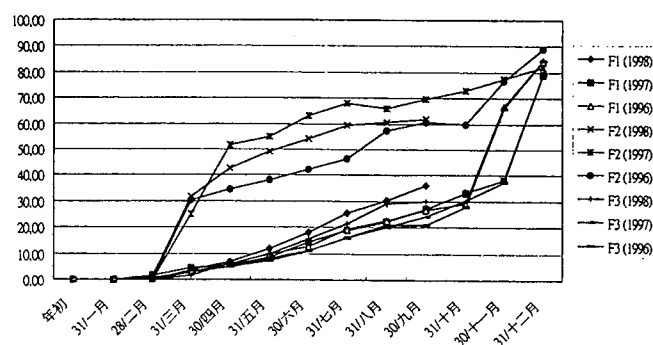
正如前述，結算總額在九月三十日時為七億三千四百五十萬元澳門幣，執行率約為百分之三十六點七。（表V）。

表V

公共投資之財務執行

(百萬元)

項目	1997年9月30日		1998年9月30日	
	金額	%	金額	%
結算額	501,9	27,1	734,5	36,7
已入帳項目	788,1	42,6	506,5	25,3
結餘	559,1	30,3	759,1	38,0
現時撥款	1,849,1	100,0	2,000,1	100,0



PIDDA 1996 - 1998 之執行演變

$$F1 = \frac{\text{結算額}}{\text{現時撥款}} \quad F2 = \frac{(\text{結算額} + \text{已入帳項})}{\text{現時撥款}} \quad F3 = \frac{\text{支付}}{\text{現時撥款}}$$

雖然本年度投資計劃的執行率指標由於一九九八年之PIDDA數值下跌（此等數值可作指標計算基礎），而表出較高的數值，但與去年同期比較，本年度投資計劃的執行進度仍較緩慢。以上年末之執行率來看，同時預期本年度有較大型的工程執行，估計一九九八年PIDDA之最後執行率為百分之七十，金額約十四億元澳門幣。

在結構上，以性質分類，“工程”在本年度首三季中獲增撥五仟五百七十萬元，佔現時計劃內撥款的百分之七十三點九，達十四億七仟七佰六十萬元。而錄得的實際執行率約為百分之三十七點二。（表VI及VII）

表VI

投資計劃 - 按性質分類

(百萬元)

性質	最初撥款	現時撥款	已入帳金額	已支付金額
工程	1,421,9	1,477,6	422,5	548,9
購置	0,0	69,4	11,3	25,7
設備	172,2	195,2	30,3	41,1
研究及策劃	204,0	217,0	42,4	118,8
小結	1,798,1	1,959,2	506,5	734,5
備用撥款	51,9	27,6	0,0	0,0
同期撥款	50,0	13,3	0,0	0,0
總數	1,900,0	2,000,1	506,5	734,5

以金額排列，“研究”排第二。執行率約百分之五十四點七，另外考慮到此項目內計劃的特性，預計其年終時之執行率會有良好表現。

表 VII

執行率指標 — 按性質分類

性質	結構	F1	F2
工程	73,87	0,372	0,657
購置	3,47	0,370	0,533
設備	9,76	0,211	0,366
研究及策劃	10,85	0,547	0,743
小結	97,95	0,375	0,633
備用撥款	1,38	0,000	0,000
同期撥款	0,67	0,000	0,000
總數	100,00	0,367	0,621

“研究及計劃”在投資計劃中的執行率最高（百分之五十四點七），撥款自年初起增加一仟三佰萬元澳門幣。最後在“購置”的實際執行錄得百分之三十七。

表 VIII

投資計劃 — 按參與範圍分類

參與範圍	最初撥款	現時撥款	已入帳金額	已支付金額
社會工作	858,1	890,4	191,5	320,5
基建	677,2	759,5	249,6	326,8
公共行政現代化	184,7	247,1	51,3	69,6
其他方面	78,1	62,2	14,1	17,6
小結	1,798,1	1,959,2	506,5	734,5
備用撥款	51,9	27,6	0,0	0,0
同期撥款	50,0	13,3	0,0	0,0
總額	1,900,0	2,000,1	506,5	734,5

以參與範圍分類，值得注意的是佔總投資百分之四十四點五之“社會工作”，金額為八億九仟零四十萬元澳門幣。而實際執行率則為百分之三十六，比此四個項目中的平均數少一點五個百分點。緊隨的是佔投資總額百分之三十八之“基建”，其金額約為七億五仟九百五十萬元澳門幣，實際執行率則為百分之四十三，比此四個項目中的平均數高出五點五個百分點。（表 V I I I 及 I X）

表 IX

執行率指標 — 按參與範圍分類

參與範圍	結構	F1	F2
社會工作	44,52	0,360	0,575
基建	37,97	0,430	0,759
公共行政現代化	12,35	0,282	0,490
其他方面	3,11	0,283	0,509
小結	97,95	0,375	0,633
備用撥款	1,38	0,000	0,000
同期撥款	0,67	0,000	0,000
總額	100,00	0,367	0,621

“公共行政現代化”佔 P I D D A 之百分之十二點四，約為二億四仟七佰一十萬元澳門幣，其中六仟二百四十萬元澳門幣是新撥款。此項目在首三季的財政執行率，佔投資計劃之平均數達九點三個百分點。

最後，佔整個投資計劃比重最小的“其他方面”之金額為六仟二佰二十萬元澳門幣，期終的執行率則約為百分之二十八點三。

現時投資計劃內約百分之四十點一的金額是撥往“經濟服務”此功能上，包括各項與運輸、基本整頓及填海之基建工程。此項目在九月尾時的撥款為八億零一佰七十萬元澳門幣。實際執行率為百分之四十一點八，較整項投資計劃的平均率為高。（表 X 及 X I）

表 X

投資計劃 — 按功能分類

功能	最初撥款	現時撥款	已入帳金額	已支付金額
一般服務	181,6	230,9	49,2	66,2
公共	51,4	51,1	10,3	24,6
教育	33,3	45,8	8,8	22,7
衛生	156,9	156,9	44,9	8,2
社會福利	26,2	25,6	7,8	9,3
住屋	13,5	33,2	8,6	20,2
其他服務	606,3	614,0	114,6	248,6
經濟服務	728,9	801,7	262,3	334,7
小結	1,798,1	1,959,2	506,5	734,5
備用撥款	51,9	27,6	0,0	0,0
同期撥款	50,0	13,3	0,0	0,0
總額	1,900,0	2,000,1	506,5	734,5

表 XI

執行率指標 — 按功能分類

功能	結構	F1	F2
一般服務	11,54	0,287	0,500
公共	2,55	0,482	0,683
教育	2,29	0,496	0,687
衛生	7,84	0,052	0,338
社會福利	1,28	0,363	0,668
住屋	1,65	0,610	0,870
其他服務	30,70	0,405	0,592
經濟服務	40,1	0,418	0,745
小結	97,95	0,375	0,633
備用撥款	1,38	0,000	0,000
同期撥款	0,67	0,000	0,000
總額	100,00	0,367	0,621

“其他集體及社會服務”在計劃的比重中佔第二位，金額現時為六億一仟四百萬元澳門幣。在財政執行角度上，此項所錄得的實際執行率為百分之四十點五。已入帳的項目金額達三億六仟三佰二十萬元澳門幣，佔總數約百分之五十九點一。“一般性服務”佔二億三仟零九十萬元澳門幣，約為 P I D D A 的百分之十一點五，而其中只有百分之二十八點七得以執行。另外，“公安”、“衛生”、“住屋”、“社會福利”及“教育”分別佔投資計劃總額的百分之二點六、七點八、一點七、一點三及二點三。

撥款的金額高低方面，涉及超過二仟萬元澳門幣的項目共佔去計劃總額的百分之六十四點一，即約十二億八仟一佰五十萬元澳門幣，經增撥後，約為期初已撥款金額的百分之二十三點九。在首三季的執行情況比較理想之項目，實際執行率為百分之四十點九。（表 X I I 及 X I I I）

表 XII

投資計劃 — 按撥款金額分類

撥款金額	最初撥款	現時撥款	已入帳金額	已支付金額
金額 百萬	180,1	41,2	8,6	8,9
百萬 金額 百萬	223,0	209,0	43,3	53,9
百萬 金額 千萬	170,9	176,7	38,6	60,6
千萬 金額 千萬	189,4	250,8	43,3	86,8
千萬 金額	1,034,7	1,281,5	372,7	524,3
小結	1,798,1	1,959,2	506,5	734,5
備用撥款	51,9	27,6	0,0	0,0
同期撥款	50,0	13,3	0,0	0,0
總額	1,900,0	2,000,1	506,5	734,5

表 XIII

執行率指標 — 按撥款金額分類

撥款金額	結構	F1	F2
金額 百萬	2,06	0,217	0,427
百萬 金額 百萬	10,45	0,258	0,465
百萬 金額 千萬	8,83	0,343	0,561
千萬 金額 千萬	12,54	0,346	0,519
千萬 金額	64,07	0,409	0,700
小結	97,95	0,375	0,633
備用撥款	1,38	0,000	0,000
同期撥款	0,67	0,000	0,000
總額	100,00	0,367	0,621

最後，以經濟分類，值得注意的是包括總值八億九仟五佰萬元澳門幣投資計劃的“樓宇”，約佔公共投資之百分之四十四點七。此項目在年初時佔投資金額內最大比重，而年中亦有增撥四仟七佰六十萬元澳門幣。此項的財政執行率比整項投資計劃的平均值略低，約為百分之三十七。“各類建設”現佔四億三仟五佰九十萬元澳門幣（比原先估計多一仟九佰九十萬元澳門幣），約佔計劃總數的百分之二十一點八。財政執行率則為百分之三十八點六。

“其他投資”增長約為一仟四佰一十萬元澳門幣，現約達二億一仟九佰一十萬元澳門幣，佔總投資的百分之十一。實際執行率較整項投資計劃的平均率為高（百分之五十四點三）。“機械及設備”一項較期初撥款低二仟三佰九十萬元澳門幣，現達一億九仟三佰二十萬元澳門幣。（表 X I V 及表 X V）

Portaria n.º 256/98/M

de 31 de Dezembro

O Governador, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Estatuto Orgânico de Macau, manda o seguinte:

Artigo 1.º São delegadas no Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento, Dr. José Augusto Perestrello de Alarcão Troni, as competências próprias do Governador para a prática dos actos relativos ao Montepio Oficial de Macau, nos termos previstos nos estatutos desta entidade, aprovados pela Portaria n.º 8 919, de 21 de Dezembro de 1968, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 114/78/M, de 5 de Agosto.

Artigo 2.º A delegação de competências a que se refere o artigo anterior é feita sem prejuízo dos poderes de advocação e superintendência.

Artigo 3.º São ratificados todos os actos praticados pelo Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento até à data de entrada em vigor da presente portaria, no âmbito das competências ora delegadas.

Artigo 4.º A presente portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Governo de Macau, aos 31 de Dezembro de 1998.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

表 XIV

投資計劃 — 按經濟分類

(百萬元)				
經濟分類	最初撥款	現時撥款	已入帳金額	已支付金額
土地	0,0	0,0	0,0	0,0
房屋	16,1	41,3	7,2	21,2
樓宇	847,4	895,0	206,8	330,7
街道及橋樑	144,4	173,6	47,4	54,9
港口	0,0	0,3	0,0	0,3
各類建設	416,0	435,9	171,7	168,1
土地改良	0,0	0,0	0,0	0,0
農作物	0,0	0,0	0,0	0,0
運輸工具	0,0	0,8	0,6	0,0
機械及設備	169,2	193,2	29,4	40,3
動物	0,0	0,0	0,0	0,0
其他投資	205,0	219,1	43,4	118,9
小結	1.798,1	1.959,2	506,5	734,5
備用撥款	51,9	27,6	0,0	0,0
同期撥款	50,0	13,3	0,0	0,0
總額	1.900,0	2.000,1	506,5	734,5

表 XV

執行率指標 — 按經濟分類

經濟分類	結構	F1	F2
土地	0,00	0,000	0,000
房屋	2,10	0,512	0,687
樓宇	44,74	0,370	0,601
街道及橋樑	8,67	0,316	0,589
港口	0,01	1,000	1,000
各類建設	21,79	0,386	0,780
運輸物品	0,04	0,023	0,669
機械及設備	9,65	0,209	0,361
其他投資	10,95	0,543	0,741
小結	97,95	0,375	0,633
備用撥款	1,38	0,000	0,000
同期撥款	0,67	0,000	0,000
總額	100,00	0,367	0,621

訓令 第256/98/M號

十二月三十一日

總督根據《澳門組織章程》第十七條第四款規定，下令：

第一條 —— 根據由一九六八年十二月二十一日第8919號訓令核准，並由八月五日第114/78/M號訓令修訂的澳門公務員互助會章程的規定，將總督本身權限授予社會事務暨預算政務司董樂勤先生，以便實施有關該會之行為。

第二條 —— 上條所指權限之授予，不妨礙收回和監管權。

第三條 —— 追認本訓令生效前社會事務暨預算政務司在授予權限範圍內作出的一切行為。

第四條 —— 本訓令由公布日起生效。

一九九八年十二月三十一日於澳門政府

命令公布

總督 韋奇立

IMPrensa OFICIAL DE MACAU

Legislação de Macau

1979	Portarias	\$ 15,00
	Decretos-Leis	\$ 30,00
1980	Leis	\$ 20,00
	Decretos-Leis	\$ 20,00
1981	Decretos-Leis	\$ 30,00
1982	Decretos-Leis	\$ 70,00
1983	Decretos-Leis	\$ 70,00
1984	Decretos-Leis	\$ 90,00
1985	Decretos-Leis	\$ 120,00
1986	Decretos-Leis	\$ 90,00
1987	Leis, Decretos-Leis e Portarias	\$ 120,00
1988	Decretos-Leis	\$ 70,00
1989	Leis, Decretos-Leis e Portarias	\$ 300,00
1990	Leis, Decretos-Leis e Portarias	\$ 280,00
1991	Leis, Decretos-Leis e Portarias	\$ 250,00
1992	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre \$ 110,00 II Semestre \$ 180,00
1993	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre \$ 180,00 II Semestre \$ 250,00
1994	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre \$ 200,00 II Semestre \$ 450,00

1995	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre \$ 360,00 II Semestre \$ 350,00
1996	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre \$ 220,00 II Semestre \$ 370,00
1997	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre \$ 170,00
1997	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	II Semestre \$ 200,00
1998	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre \$ 170,00
1993	Despachos Externos	\$ 120,00
1994	Despachos Externos	\$ 150,00
1995	Despachos Externos	\$ 200,00
1996	Despachos Externos	\$ 135,00
1997	Despachos Externos	\$ 125,00

*Peça o catálogo de publicações da IOM
na Rua da Imprensa Nacional*

澳門政府印刷署

澳門法例

1979	訓令	\$ 15.00
	法令	\$ 30.00
1980	法律	\$ 20.00
	法令	\$ 20.00
1981	法令	\$ 30.00
1982	法令	\$ 70.00
1983	法令	\$ 70.00
1984	法令	\$ 90.00
1985	法令	\$ 120.00
1986	法令	\$ 90.00
1987	法律、法令及訓令	\$ 120.00
1988	法令	\$ 70.00
1989	法律、法令及訓令	\$ 300.00
1990	法律、法令及訓令	\$ 280.00
1991	法律、法令及訓令	\$ 250.00
1992	法律、法令及訓令	上半年 \$ 110.00 下半年 \$ 180.00
1993	法律、法令及訓令	上半年 \$ 180.00 下半年 \$ 250.00

1994	法律、法令及訓令	上半年 \$ 200.00 下半年 \$ 450.00
1995	法律、法令及訓令	上半年 \$ 360.00 下半年 \$ 350.00
1996	法律、法令及訓令	上半年 \$ 220.00 下半年 \$ 370.00
1997	法律、法令及訓令	上半年 \$ 170.00
1997	法律、法令及訓令	下半年 \$ 200.00
1998	法律、法令及訓令	上半年 \$ 170.00
1993	對外規則性批示	\$ 120.00
1994	對外規則性批示	\$ 150.00
1995	對外規則性批示	\$ 200.00
1996	對外規則性批示	\$ 135.00
1997	對外規則性批示	\$ 125.00

出版目錄可向位於官印局街之政府印刷署索取。



Imprensa Oficial de Macau

澳門政府印刷署

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 128,00

每份價銀一百二十八元正